



Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Arthur de Aquino

**A Controvérsia do Planejamento Econômico e a Consolidação do
Projeto Industrialista (1943-1945): liberalismo e desenvolvimentismo
em luta pela hegemonia.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Unicamp, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Álvaro Gabriel Bianchi Mendez.

**Campinas
2011**

Instituição BCC
UNICAMP

Código Aq 56c
V. Ed.
Tombo BC 92361
Proc. 16P-130-11
C. D X
Preço 11,00
Data 24/03/11
Cód. tit. 802648

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

Aquino, Arthur de
Aq56c A "Controvérsia" do Planejamento Econômico entre
Roberto Simonsen e Eugênio Gudin e a consolidação do Projeto
Industrialista / Arthur de Aquino. -- Campinas, SP : [s. n.],
2011.

Orientador: Álvaro Bianchi.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Simonsen, Roberto C. (Roberto Cochrane), 1889-
1948. 2. Gudin, Eugênio, 1886-1986. 3. Ciência política. 4.
Planejamento econômico. 5. Brasil - História - Estado Novo, 1937-
1945. I. Bianchi, Álvaro. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: The planning "controversy" between Roberto Simonsen and
Eugênio Gudin, and Industrialist Project Consolidation

Palavras-chaves em inglês (keywords): Political science
Economic planning
Brazil - History - New State, 1937-1945

Área de Concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

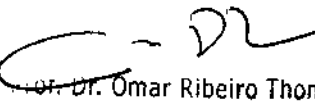
Banca examinadora: Álvaro Bianchi, Valeriano Ferreira Costa, Vera Alves
Capeda

Data da defesa: 28-03-

2011

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

ERRATA: Onde se lê: "A 'Controvérsia' do Planejamento entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin e a Consolidação do Projeto Industrialista", leia-se "A Controvérsia do Planejamento Econômico e a Consolidação do Projeto Industrialista (1943-1945): liberalismo e desenvolvimentismo em luta pela hegemonia."


Dr. Omar Ribeiro Thomaz
Matr. 28292-3
Coordenador da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

ARTHUR DE AQUINO

"A 'CONTROVÉRSIA' DO PLANEJAMENTO ENTRE ROBERTO SIMONSEN E EUGÊNIO GUDIN E A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO INDUSTRIALISTA".

Dissertação apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do grau de Mestre em Antropologia
Social sob orientação do Prof. Dr. Alvaro Gabriel
Bianchi Mendez.

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em 28/03/2011.

Comissão Julgadora:

Titulares:


Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendes (IFCH-UNICAMP)


Profa. Dra. Vera Alves Cepeda (UFSCAR)

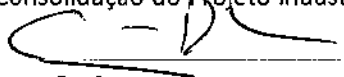

Profa. Dra. Valeriano Mendes Ferreira Costa (IFCH-UNICAMP)

Suplentes:

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCAR)

Profa. Dra. Andreia Galvão (UEM)

ERRATA: Onde se lê: "A 'Controvérsia' do Planejamento entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin e a Consolidação do Projeto Industrialista", leia-se "A Controvérsia do Planejamento Econômico e a Consolidação do Projeto Industrialista (1943-1945): liberalismo e desenvolvimentismo em luta pela hegemonia."


Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz
Matr. 28292-3
Coordenador da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

Resumo

Essa dissertação discorre sobre os efeitos que a ‘Controvérsia’ entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín tiveram na consolidação do projeto político industrialista. O célebre debate entre eles ocorreu em dois momentos: em 1943, na Comissão de Redação do I Congresso Brasileiro de Economia; e entre 1944-1945 durante o debate travado na Comissão de Planejamento Econômico. Planejamento, protecionismo, atividades econômicas do Estado, pobreza, e industrialização, foram os principais temas discutidos nesses espaços de tomada de decisão, e mesmo o momento é crítico, em vista do Estado Novo em vias de desagregação e a perspectiva do fim da II Guerra Mundial. Defende-se aqui que o debate consistiu numa disputa pela hegemonia entre dois projetos de nação concorrentes.

Palavras-chave: Eugênio Gudín; Roberto Simonsen; História Econômica; Industrialização; Pensamento Social Brasileiro

Abstract

This dissertation concerns about the effects nettle by ‘Controversy’ between Roberto Simonsen and Eugênio Gudin has been in industrialist political project’s consolidation. The renowned debate between they has been in two moments: in 1943, in the Editorship Comission of I Congresso Brasileiro de Economia; and between 1944-1945 until the debate maked in the Comissão de Planejamento Econômico. Planning, protectionism, States’ economic actives, poverty, and industrialization, was be the main issues discussed on this policy-making arenas, and in fact the moment is critical, because of the Estado Novo in straightened circumstances and end’ perspective of II World War. I argue with the debate concerns in hegemony struggle between two nations’ project competitors.

Keywords: Eugênio Gudin; Roberto Simonsen; Economic History; Industrialization; Brazilian Social Thought.

Lista de Siglas e Abreviações

ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina – Organização das Nações Unidas.
CIB	Centro Industrial do Brasil Confederação Industrial do Brasil
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CNPIC	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
CONCLAP	Conferência Nacional das Classes Produtoras do Brasil
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CME	Coordenação da Mobilização Econômica
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IDORT	Instituto de Difusão da Organização Científica do Trabalho.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
SENAFI	Serviço Nacional de Formação Industrial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.

Agradecimentos

Este trabalho foi um amálgama de diferentes esforços: meus, do meu orientador, Álvaro Bianchi, com sua solicitude; minha família, Clara, Barbara e Davi, com paciência, amor, e companheirismo incondicionais; o Sandro e o Bene da biblioteca, assim como os funcionários da pós-graduação, (particularmente à Priscila Gartier) cuja paciência também contribuiu para o êxito dessa dissertação de mestrado. À Lidiane, que com amor esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis.

Fica também a gratidão à Vera, amiga e orientadora em alguns momentos críticos, pelo apoio na pesquisa e solicitude em horas decisivas. Quero manifestar minha gratidão pelo apoio que tive dos amigos do corpo editorial da Idéias, e do corpo docente da Etec, muito obrigado.

As pessoas que me ajudaram a tornar esse trabalho possível são muitas e seria impossível enumerar aqui todas. À todos(as) vocês espero poder um dia retribuir à altura.

*À Davi, Maria Clara e Bárbara,
minha família.*

À Lidianne, com amor

Índice

Introdução

1. Contextualização histórica da ‘Controvérsia’	1
2. Via clássica e via periférica: modernização, desenvolvimento e industrialização	3
3. Uma releitura da ‘Controvérsia’ do Planejamento	13
4. Estrutura do texto e formulação de hipóteses.	18

Parte I – Industrialização no Brasil como luta pela hegemonia

Capítulo 1: A Trajetória da Industrialização no Brasil	30
---	-----------

1. Revolução de 1930(?) e o eixo crítico da modernização brasileira	30
2. Indústria e agricultura em unidade e contradição	39

Capítulo 2: O processo de organização de interesses no pensamento industrial brasileiro.	49
---	-----------

1. A trajetória do pensamento industrial brasileiro até a Era Vargas	49
2. Uma singularidade do pensamento industrial	51

Parte II – Os Contendores do Debate

Capítulo 3: O pensamento de Roberto Simonsen	61
---	-----------

1. A primeira fase do pensamento Simonseano: da organização do mundo da produção à organização do mundo social	70
2. A segunda fase do pensamento de Simonsen: a afirmação da indústria e a ‘longa elaboração’.	82
2.1. A necessidade da indústria e uma reorientação de prioridades.	84
2.2. Independência econômica no pensamento de Simonsen e uma antecipação à tese estruturalista da inflação	93
2.3. Uma definição para o papel do Estado	94
2.4. O Estado e as crises: a Grande Depressão	95
2.5. Da guerra de posição à guerra de movimento: a Constituinte de 1934	105
2.6. A formação intelectual das novas elites dirigentes: a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo	109
2.7. A Economia Nacional: Protecionismo, comércio exterior e planejamento.	111
2.8. Estado e industrialização	115
2.9. A questão federativa	119
2.10. Desenvolvimento econômico e a superação da pobreza: entre o bem-estar e o controle das massas	121
2.11. Pobreza, questão regional e migrações internas	123

2.12. Conciliação de classes e catolicismo social: pobres e pobreza sob controle.	125
3. A terceira fase do pensamento de Simonsen: o projeto nacionalista	129
Capítulo 4: O pensamento de Eugênio Gudin.	134
1. Equilíbrio internacional, padrão ouro, e livre cambismo: a economia ‘perfeita’ dos automatismos de mercado	141
2. A Grande Depressão pelas lentes liberais	147
3. Inflação: suas causas e tratamento	151
4. ‘Gênese econômica do Gudin político – papel do Estado, corporativismo e o ‘novo liberalismo’.	160
Capítulo 5: Os antecedentes da ‘Controvérsia’	165
Parte III –A Controvérsia do Planejamento Econômico	
Capítulo 6: O I Congresso Brasileiro de Economia	171
1. A Comissão de Produção Agrícola e Industrial	174
2. Elaboração e homogeneização do pensamento industrialista: a formulação das recomendações ao governo na Comissão de Redação e sua passagem às sessões no plenário	181
3. Simonsen <i>versus</i> Gudin: momentos de disputa pela hegemonia	186
Capítulo 7: A ‘Controvérsia’ na Comissão de Planejamento Econômico	200
1. Roberto Simonsen: Planejamento, Protecionismo, e Renda Nacional	191
2. Eugênio Gudin: Crescimento pautado no livre-mercado	195
2.1. A questão da Renda Nacional	197
2.2. Auto-regulação da economia: choques entre fator político e fator econômico, e o assombro ao planejamento.	199
2.3. Planejamento totalitário e planejamento liberal	202
2.4. O papel ‘mínimo’ do Estado liberal	204
2.5. Equilíbrio econômico, emprego e pressão inflacionária	206
2.6. Comércio exterior: vantagens comparativas, balança comercial, e taxa de câmbio.	208
2.7. Indústria, formação de capital e a ‘panacéia’ da produtividade	211
2.8. Banco Central e Balança de Pagamentos	212
3. Balanço do debate	213
Considerações finais	214
Bibliografia	217
Anexos	231

Introdução

Este texto consiste numa dissertação de mestrado em Ciência Política, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. A pesquisa consistiu na análise do debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin nas arenas estatais e nos anais do I Congresso Brasileiro de Economia (1943). A metodologia consistiu de levantamento, análise e interpretação de bibliografia recente e da época.

O debate entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen se trata de uma luta entre projetos de nação pela hegemonia num momento crítico: o Estado Novo em vias de desagregação, e a perspectiva do fim da II Guerra Mundial. A Controvérsia em torno do Planejamento Econômico foi um célebre debate no âmbito público e nas arenas decisórias do Estado onde duelaram liberalismo e desenvolvimentismo, nas vozes de Gudin e Simonsen, respectivamente. Ao passo que aumentou a indeterminação política no período 1944-1945, aumentou também o nível conflitivo dos debates. O período 1934-1945 vinha sendo marcado por dissensões entre as elites e tentativas de planejamento.

A perspectiva adotada nessa dissertação é ver a ‘Controvérsia’ como luta pela hegemonia entre projetos de nação concorrentes. A escolha pelo referencial teórico gramsciano pareceu mais conveniente, embora o diálogo com outras abordagens seja aqui fomentado. O objetivo principal é acompanhar o debate desde a produção bibliográfica dos autores, passando por um ‘debate silencioso’ entre eles, o qual antecederia a polêmica – datada convencionalmente entre 1944-45, mas que eu expando para 1943-45 por entender que os debates na Comissão de Redação e nas sessões do plenário do I Congresso Brasileiro de Economia já figuram parte da contenda.

1. Contextualização Histórica da ‘Controvérsia’

Adoto aqui a cronologia do Estado Novo proposta por Carone. O início do Estado Novo data de 10 de novembro de 1937, dia do golpe; e termina em 28 de fevereiro de 1945, ou outubro de 1945 (caso se entenda o interstício entre fevereiro e outubro de 1945 como “período democrático”). De resto, as duas fases principais do

Estado Novo consistem: a *consolidação*, entre 1937-41; e a *desagregação*, entre 1942-1945. Nesse sentido, um motivo para a singularidade desse momento de organização de interesses pelos industriais é justamente a derrocada em curso do Estado Novo e as perspectivas em jogo com relação ao que sucederia o regime varguista, tanto em política quanto em economia.

Num plano econômico, o período que vai de 1939-45 é atravessado pelo problema da inflação, pela interrupção dos suprimentos externos, e pelos acordos de Washington de 1942. Também acompanham pontos de estrangulamento seríssimos da economia, notadamente relacionados ao transporte e ao suprimento de energia. A Indústria enquanto segmento social amadurece as suas idéias em torno de uma unidade corporativa, através de congressos públicos reivindicatórios (1943, 1944, 1945). Quanto à atividade política, de acordo com Carone, o período do Estado Novo é fortemente autoritário, cujas forças políticas estavam configuradas: numa pequena burguesia, de centro e direita; uma esquerda reformista lúcida, embora impotente; uma esquerda desorganizada, agrupada em partidos pequenos e faccionados; o PTB, partido oficial do governo, o qual surge ambíguo e disforme.

Num plano das ideologias políticas, Carone destaca o fracasso do integralismo: em 1938, Plínio Salgado é exilado em Portugal, enquanto os integralistas menores são perseguidos no país. Em 1945 Plínio Salgado se afasta da política, e ressurge o integralismo com o débil partido da representação popular. Entre 1935-40, o partido comunista do Brasil sofre uma forte crise e evasão de seus quadros, devido à perseguição política. Em 1942, se reorganiza em oposição ao seu “outro”, o inimigo fascista externo. Outros processos também afetaram o processo político de construção da nação, em termos de luta pela hegemonia, tais como o tenentismo e a intentona comunista de 1935.

A importância de se estudar o debate Simonsen-Gudin está em que aqui aparece pela primeira vez, e de forma consistente, o debate sobre tentativas de planejamento, e num momento particularmente crítico. Esse debate foi marcado pelo choque entre as correntes liberal e desenvolvimentista do período, cujo embate se prolongaria pelo período 1945-1964, e atingiria de maneira frontal o processo de formação da estrutura do Estado brasileiro.

Essa estrutura foi atravessada por essas lutas na medida em que Getúlio Vargas empreendia a tentativa de conciliação entre as frações de classe da burguesia em

conflito¹. O CFCE, por exemplo, foi criado em 1934 numa reaproximação entre industriais e Estado (cuja relação padecia de um celeuma gerado após o apoio de Simonsen e Matarazzo à Revolução de 1932) consistindo numa comissão representativa da burguesia industrial. O CPE (Comissão de Planejamento Econômico, criada em 1944), por outro lado, não apenas acolheu Eugênio Gudín como também foi o *locus* liberal da *Controvérsia* e cuja ação política consistiu em garantir diretrizes favoráveis à agro-exportação. Essa Comissão já havia sido criada para apreciar os trabalhos de outro órgão, o CNPIC (Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, criado também em 1944), que também consistia numa comissão consultiva e deliberativa ao governo, a qual agregou principalmente representantes da Indústria, entre eles o próprio Roberto Simonsen² (SIMONSEN & GUDIN: 1978, p.55).

2. Via clássica e via periférica: modernização, desenvolvimento e industrialização.

É realmente curioso o fato do governo Vargas ter criado uma Comissão de Planejamento Econômico, mantendo na mesma estrutura de Estado um Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, sendo que um apreciará os trabalhos do outro, e abrigando forças contraditórias em cada uma delas. É fato singular, ao mesmo tempo que sugere uma contradição, a principal liderança intelectual da Comissão de Planejamento Econômico – Eugênio Gudín – ser contra a prática do planejamento. O fato da CPE estar subordinada diretamente ao presidente da república levou Balestrero a afirmar que a sua própria criação foi uma jogada de Vargas para interromper a trajetória ascendente da construção de hegemonia industrialista. Faz sentido se pensarmos também com Lúcia Lippi Oliveira (1982, pp.31-48) que o pensamento oficial do Estado Novo – e isso se seguirmos a autora, admitindo que tal pensamento estava afinado com Almir de Andrade e a revista *Cultura e Política* – sequer era simpático ao industrialismo.

Mas então como a *Controvérsia* surge no horizonte do Estado Novo? É que na verdade não dependia exatamente de Vargas tais movimentos no xadrez da economia, a medida em que o Estado Novo começa a declinar, em meados de 1943. O Estado Novo em vias de desagregação, somadas às perspectivas geradas com o horizonte do fim da II

¹Rosa Maria Vieira (1987: pp.125-126) esclarece que CPE e CNPIC foram órgãos que lutaram entre si dentro do Estado, identificando diretamente CNPIC com industrialismo e CPE com liberalismo.

² para ver a estrutura do CNPIC, ver Anexo 2.

Guerra Mundial, criam um clima político de construção ao mesmo tempo de disputa entre projetos e perspectivas para o pós-guerra – e por que não dizer, para o pós-Vargas? Afinal, e de acordo com Renato Colistete (2006, pp.123-125), os industriais tenderam a adotar, no início dos anos 1950, o ideário nacional-desenvolvimentista, caudatário do pensamento de Roberto Simonsen.

A hipótese de Balestrieri-Oliveira parece corroborar com a desconstrução da tese de que o período consistiu na via prussiana para o desenvolvimento capitalista, e mesmo por uma modernização ‘pelo alto’. A idéia pertence a Barrington Moore e caracteriza a via da modernização na Alemanha, Itália e Japão, cuja entrada na modernidade pela revolução burguesa teria sido uma revolução empreendida pelo Estado, e caudatária do autoritarismo. Essa via se diferencia da via clássica, empreendida pela Inglaterra, França e Estados Unidos, herdeiros da primeira e segunda Revolução Industrial, onde projeto e processo da modernização consistiram num movimento que alterou as estruturas sociais e, conseqüentemente, do Estado, e fizeram afirmar definitivamente o mundo moderno. No caso da via prussiana, existiria um movimento endógeno e a partir do Estado em criar condições para a industrialização. Se a tese em questão – se Vargas criou a CPE para conter o CNPIC – se confirmasse, então o caso brasileiro não poderia ser classificado como ‘via prussiana’.

De fato, seria tarefa hercúlea discorrer nas páginas dessa dissertação sobre a origem e desenvolvimento do processo de construção do Estado moderno e da sociedade ocidental. Todavia, é necessário fazer algumas marcações mais gerais em vista da problematização entre ‘tradicional’ e ‘moderno’ inerente aos estudos sobre industrialização no Brasil. Uma recuperação da literatura pertinente ao tema mostra que o movimento de formação do Estado pela via clássica decorre de transformações na sociedade, as quais levam à repactuação do conjunto na forma do Estado Moderno. Esse Estado é caudatário do colapso do antigo regime e da ascensão da ordem social burguesa, cuja hegemonia econômica se converterá em política, e com ela uma nova visão de mundo hegemônica. Bobbio ressalta que decorreu das revoluções modernas, ele chama atenção para a Revolução Inglesa do século XVII, a Francesa de 1789, e a Independência dos Estados Unidos, a afirmação do individualismo moderno – indivíduo sede de razão, poder e julgamento. A liberdade individual transforma a relação soberano/súdito para Estado/cidadão, a qual corrói as bases das formas de organização social aristocrática do *ancien regime*, as quais darão lugar a uma ordem moderna, burguesa, e individualista, em suas disposições econômicas, culturais, e políticas.

Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, e Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, expressam justamente esse movimento ao apontar a origem da organização política decorrente das disposições econômicas da comunidade primitiva. Para os autores do socialismo científico decorreu da apropriação privada do excedente, gerando a formação das instituições políticas iniciais, assim como constituiu uma ordem cultural que organizou a vida em sociedade; do desenvolvimento das forças produtivas. Estado, propriedade, e cultura assumiriam novas configurações, mesmo porque mudam o jogo da classe proprietária com as classes subalternas.

Tilly defenderia que os Estados da Europa Ocidental convergiriam de seus diversos regimes políticos (cidade-estado, império, patrimonialismo, ducados, pequenas repúblicas, etc.) para o Estado Nacional, a partir de dois movimentos simultâneos e combinados: acumulação e concentração de coerção, e acumulação e concentração de capital. Tanto o Estado como monopólio da coerção, a paz e estabilidade que ele trouxe (apesar de Tilly reconhecer que as guerras também vem se tornando historicamente mais letais, ao passo que também mais raras), o ordenamento jurídico e as condições para a acumulação capitalista, não apenas construíram/transformaram o Estado Nacional, mas também a sociedade civil foi se transformando com ele. Essa transformação também acompanha as diversas modalidades que o Estado adotou de extrair da sociedade recursos para a guerra (saque, impostos, empréstimos). Novamente, aqui se verá a formação da sociedade política ‘de baixo para cima’, ou seja, a partir da sociedade civil.

Esse caminho da formação do Estado Nacional Moderno constitui, portanto, mesmo pela via clássica, no aumento/concentração de capital e coerção. A coerção como limitadora da liberdade vem, paradoxalmente, a garantir a própria liberdade; disso se referia Locke em *Dois Tratados sobre o Governo* quando diz que os homens são livres e independentes somente se existe em prol da consolidação da sociedade política a abdicação de uma parte da liberdade. A maioria de posse do poder decisório, assim como a supremacia da lei pelo Parlamento e uma divisão dos poderes que antecede Montesquieu, dá forma e nitidez ao corpo político. Estaria aqui a origem de qualquer poder político legítimo.

Esse movimento que vem das entranhas da sociedade é a idéia que está também tanto na leitura que Tocqueville faz do desenvolvimento da democracia nos Estados Unidos da primeira metade do século XIX, quanto mesmo estivera no projeto federalista dos *founding fathers*. A idéia de associação voluntária como célula da organização

política, e da participação ativa da sociedade nos assuntos públicos, é peça fundamental na interpretação que o autor francês faz da sociedade americana da qual fora observador ocular. Tocqueville faz uma leitura bem atenciosa aos movimentos de formação do Estado americano, num movimento onde as comunidades se agregam em cidades, que agregam em estados federados, que se agregam na União, e os efeitos que isso tem na cultura política do povo americano.

Além de um movimento político trazido com a modernidade, vem a transformação *pari passu* da cultura, que afeta e é afetada por essa nova ordem sócio-cultural do mundo. Uma leitura de Marx e Engels mostraria que o progresso contínuo das forças produtivas condicionam as transformações das instituições e da cultura; Weber, por outro lado, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, demonstra que uma mudança no *ethos* tradicional católico e cristão, em direção ao protestantismo, criou condições para o desenvolvimento de uma mentalidade capitalista. A aceitação e integração do lucro e acumulação capitalistas, consoante à doutrina da predestinação, fez com que países de maioria calvinista desenvolvessem mais eficiente e efetivamente suas economias de mercado – à frente do *ancien regime*.

Se entendermos por projeto da modernidade os valores historicamente determinados por um movimento desencadeado pela revolução burguesa na cultura, e se estas disposições culturais reforçam o ideal do *self made man*, então podemos admitir a consideração weberiana de que tais disposições criam condições para o desenvolvimento capitalista. Entretanto, mesmo a modernidade em seu movimento de radicalização do individualismo cria situações de corrosão do tecido social e de quebra de elos de solidariedade, corroboradas pela atomização progressiva do indivíduo moderno, levando ao aparecimento da massa e da multidão. Durkheim levaria em conta os efeitos deletérios do individualismo moderno, causando o desfalecimento da solidariedade orgânica, assim como uma situação de anomia social. Mesmo no caso americano, outrora citado em vista da sua propensão à associação e vocação democrática, é apontado por Wright Mills nos anos 1960 como uma sociedade onde crescem cada dia mais a massa e a multidão, em vista da distância interna cada vez maior entre militância das associações e as elites no poder que as controlam.

Seriam de acordo com esse sociólogo os segmentos da elite do poder o militar, empresarial, e o político, os quais tendem a se integrar em vista de valores comuns e redes sociais. Uma ideologia e visão de mundo parecem ser mais preponderantes do que as relações face-a-face ou pessoais, mas ainda assim a elite do poder está integrada

numa relação de redes. O poder da elite tende a crescer com a marcha da modernidade, uma vez que com ela tende a crescer a massa e a multidão. E isso ocorre precisamente porque direção e camadas médias e base das associações civis tendem, inelutavelmente, a aumentar a distância que guardam entre si.

Aparte os dilemas da modernidade construída no centro capitalista, o nosso interesse aqui se volta para a inserção periférica dentro da modernidade. Entendamos aqui a via periférica pelo inverso da via clássica: se nos países centrais o movimento de construção do Estado Moderno se deu a partir de mutações ocorridas dentro da própria sociedade, e que provocaram a configuração e convergência de/para um tipo moderno, unificado, e nacional de Estado, ou seja ‘de baixo para cima’; na via periférica a modernização será ‘pelo alto’, para usar os termos de Barrington Moore. A especificidade do caso periférico é caudatária do processo histórico de formação dessas sociedades periféricas, entre as quais entram o caso brasileiro e latino-americano, cujo histórico vem do período colonial até a dependência econômica das nações periféricas com o centro capitalista.

Tilly mesmo reconhece que no caso latino-americano a ausência de guerra entre os países, somada à lógica inversa de formação dos Estados Nacionais, predominou a modalidade tendencialmente autoritária de regime político. Em *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, Barrington Moore ressalta que nos países centrais – notadamente, Inglaterra, França, e, em alguma medida, Estados Unidos – mudanças sociais tiveram amplo apoio de bases populares; caso bem diverso fora na Alemanha, Japão e Itália, casos de modernização conservadora – noção bastante próxima do que Gramsci chamara de Revolução Passiva. Caberia nesse sentido discutir se no Brasil consistiu a Era Vargas caso de modernização conservadora, ou via prussiana. A transformação social acelerada e conduzida pelo Estado organizado pós-1930 de fato corroborou amplamente com a modernização da sociedade brasileira, processo caudatário da industrialização a qual vinha se processando gradual e paulatinamente desde o último quartel do século XIX.

Outros dois processos convergem para a modernização ‘pelo alto’ que se processara no Brasil: a urbanização em franco crescimento e a construção do colosso do Estado Nacional no Brasil, cujo período nodal, siglo Sonia Draibe, é 1930-1960. Mas na construção do Estado Nacional brasileiro não há consenso em torno da idéia de “via prussiana”. Enquanto Draibe afirma que a construção do Estado brasileiro é um processo que vem junto com a modernização pelo alto e a via prussiana do

desenvolvimento, dada a relação bastante próxima entre industrialização e Estado, autores como Fiori (1997, p.169) afirmam que o desenvolvimentismo não consistiu em via prussiana; tal idéia para explicar a industrialização e o desenvolvimento econômico implicaria em aceitar que houve uma ruptura nas relações internacionais com a potência hegemônica. A idéia que Fiori argumenta melhor qualificar o caso latino-americano seria o de um tipo de ‘desenvolvimentismo consentido’ pelos Estados Unidos, sugerindo que o desenvolvimento capitalista na América Latina fora um peão no xadrez da Guerra Fria entre União Soviética e Estados Unidos.

Fiori argumenta que a ‘via prussiana’ é datada historicamente “em pleno período do padrão-ouro e de hegemonia inglesa, mas só teve sucesso na medida que enfrenta e rompe com as regras liberais em nome de um projeto nacional” (*idem, ibidem*). Ora, mas sendo o nacional-desenvolvimentismo, pelo menos no Brasil, caudatário da consolidação do projeto industrialista – o qual romperia com a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho – que o precedera, notável discurso de insubordinação³?

É verdade que Simonsen nunca assumiu uma posição de enfrentamento declarado; aliás, repetidas vezes se referiu à Inglaterra e aos Estados Unidos como “parceiros” e “amigos”. Todo caso, me parece que a posição de subserviência cabe à Gudin. Por outro lado, quando o debate era local, Simonsen tendia a se referir indiretamente aos países centrais como “potências” que nos exploravam nas trocas internacionais, caso emblemático de *Orientação Industrial Brasileira*.

Bastos (2004), por outro lado, argumentaria que não houve sequer condições materiais de uma ‘via prussiana’ entre 1937-1945, dado o volume de investimento necessário para impulsionar um crescimento endógeno da economia industrial interna. Aí sim tenho que concordar com ele, uma vez que na raiz do conceito de via prussiana está o rompimento com o capital estrangeiro na chamada fase do ‘arranco’ ao desenvolvimento⁴. Como lembraria o próprio Simonsen, a economia nacional até a primeira metade da década de 1940 padeceria de uma situação de ‘subcapitalismo’. Mas aqui – e é a minha discordância parcial com Bastos – a questão é que, independente das condições materiais e objetivas para o arranco, houveram de fato formulações de um

³ chama a atenção ainda que Fiori ao explicar o caráter de ruptura dos países periféricos em relação aos centrais cita justamente o exemplo de List e o caso da Alemanha do século XIX, justamente um dos autores principais que consistem na fonte bibliográfica de Simonsen.

⁴ “É possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional; as precondições para o arranco; o arranco; a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.” (ROSTOW: 1964, p.14)

projeto de cunho desenvolvimentista e modernizante voltado para dentro, no qual consistiu o ponto alto da ideologia industrialista, e que daria o tom na agenda econômica das duas décadas seguintes.

Rostow (1964, p.29-30) defende que existem dois casos para a precondition do arranco. Num caso, o qual chamou de “caso geral”, na qual estão incluídas parte da Europa, da Ásia, do Oriente Médio, e da África; e o caso específico dos Estados Unidos, Canadá, e Austrália. Esse segundo grupo teria em comum a política progressista de uma metrópole em pleno processo adiantado de modernização, o que lhes teria facilitado as condições para o arranco. Já o primeiro grupo precisou passar por transformações sociais mais traumáticas para que se tivessem condições para o arranco, o que sugere uma certa ‘vantagem’ em ser atrasado. Entretanto, Rostow não abarca em sua teoria os casos latino-americanos, o que mostra a limitação das teorias pela ‘via clássica’ da modernização.

A questão sobre a direção político, intelectual e moral da modernização pelo alto, faz emergir uma outra questão, se houve *revolução burguesa* em contexto capitalista periférico. Não cabe aqui discutir as faces de complexo fenômeno (ou mais de um) escondido(s) sob a rubrica de revolução burguesa, mas sim de uma maneira bastante geral conhecer suas principais características, e os seus desdobramentos. Ora, se uma revolução burguesa tem como corolário a transformação social do antigo regime para a ordem social competitiva, e se tal ordem implica na construção de um *ethos* e de uma *ratio* específicas, então a consolidação de uma economia de mercado, de uma administração pública burocrática, e de um Estado efetivo sobre o monopólio da violência e da justiça, são condições *sine qua non* daquela ordem social. A consideração feita por Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre o caráter retardatário da inserção de homens livres na proletarianização de sua mão de obra parece problema, portanto, fundamental. Entretanto, o problema de uma ausência de *ethos* capitalista no empresariado nacional – premissa que orientou grande parte das pesquisas feitas acerca desse empresariado – parece ainda mais sério, em vista de que sem esse *ethos* estaria a revolução burguesa comprometida.

Florestan Fernandes, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, defende que o comportamento da burguesia brasileira tendeu ao deslocamento em relação à sua condição sócio-histórica dada uma dificuldade de ordem psicossocial de assumir ao longo do processo de transformação social seu papel burguês enquanto tal. Essa dificuldade para F.Fernandes decorre da emergência histórica no Brasil do capitalismo

dependente e subdesenvolvido. Tal arranjo político-econômico montou-se sobre uma estrutura de mercado tanto heteronômica, quanto outra de tendência autonômica em vias de integração estrutural. Todavia, o desenlace da consciência burguesa por uma das faces do sistema político-econômico construído historicamente esbarrava no legado da herança psicossocial da mentalidade nacional burguesa:

-Ai estava uma revolução demasiado complicada e difícil, não apenas por causa do elemento oligárquico, em si mesmo, mas porque era preciso extrair o *ethos* burguês do cosmos patrimonialista em que ele fora inserido, graças a quase quatro séculos de tradição escravista e de um tosco capitalismo comercial. (FERNANDES: 2006, p.363)

Para Florestan, o modelo autocrático-burguês embora tenha experimentado da hegemonia política do âmbito imediatista de seus problemas, dada a insuficiência cognoscitiva de sua mentalidade construída historicamente:

Os recursos de opressão e de repressão de que dispõe a dominação burguesa no Brasil, mesmo nas condições especialíssimas seguidas ao seu enrijecimento político e à militarização do Estado, não são suficientes para ‘eternizar’ algo que é, por sua essência, (e em termos da estratégia da própria burguesia nacional e internacional), intrinsecamente transitório. Dessa perspectiva, malgrado sua considerável magnitude, o êxito histórico da burguesia circunscreve-se à superação das perturbações imediatas da crise do poder burguês, o que faz com que ele seja, sob todos os aspectos, uma autêntica faca de dois gumes. (*idem*, p.373)

Talvez nisso é que consista o caráter mais problemático da modernização pela via periférica – uma modernização sem mudança, transformismo em linguagem gramsciana, ou ainda uma revolução burguesa inacabada. Todo caso se colocaria novamente a questão: mas então, dada a ausência de um *ethos* capitalista no Brasil, estaria certo, portanto, Fiori ao afirmar que não houve aqui via prussiana, já que não houve iniciativa para ruptura vinda de dentro? No caso, não teria ocorrido sequer mentalidade burguesa *ipsis litteris*. Todavia, uma recuperação da trajetória do pensamento industrial brasileiro, e mesmo da terceira fase da obra de Simonsen, mostram uma trajetória do pensamento da direção do movimento industrialista em plena elaboração teórica⁵ e ampliação política. É também de se supor que a ideologia – em

⁵ Por vezes no texto vou me referir à “elaboração intelectual”, “elaboração político-intelectual”, e “elaboração teórica”, no sentido gramsciano da idéia. Gramsci usava a expressão para explicar o processo de passagem entre o senso comum (consciência fragmentária, contraditória e compósita) e o bom senso (consciência homogênea e coerente, identificada com a filosofia). Notar que para Gramsci não existe uma

estrito sentido gramsciano do termo – da direção do movimento industrialista tenha encontrado respaldo na base, o que pode derrubar completamente o determinismo histórico florestaniano quando o assunto é mentalidade empresarial; mas essa resposta só será apresentada no Capítulo 6 desta dissertação.

Por fim, é necessário discorrer sobre o dilema que está por trás do planejamento. Planejar a economia implica em alterar disposições sociais já sedimentadas, uma vez que constrange a ação social de agentes envolvidos, e também a liberdade de escolher.

De acordo com Manheim o planejamento econômico vem a cobrir a falta de um ordenamento de âmbito psico-social, o qual levou a uma impessoalidade das relações, criando um vácuo no significado de estar-no-mundo presente no inconsciente coletivo. Para Manheim uma derrocada ao longo da história da cristandade criou relações mais objetivas e impessoais; tal processo teria suspenso os alicerces culturais e políticos na antiga ordem, provocando nas consciências individuais desespero e ausência no sentido de estar no mundo. Assim, o planejamento seria uma resposta à propensão que os “espíritos” têm a um certo deslocamento intelectual, moral, e social, deslocamento esse decorrente do colapso do significado do estar-no-mundo. De acordo com Manheim, tal desajuste na civilização aumentaria a propensão das massas modernas em formação a aderir a novas modalidades de sociedade corporativista, tais como o fascismo⁶.

Em 1940 Manheim já havia discorrido amplamente sobre o lugar do planejamento numa situação histórica que lhe é específica, a partir do que entende por “técnica social”, idéia que consiste em técnicas de organização e um conjunto de conceitos técnicos aplicados na organização da cooperação humana. A técnica social é mutável, e suas mutações acompanham a trajetória da história da humanidade, e é condicionada por ela e pelas forças que afetam a organização social⁷. Seriam três etapas do desenvolvimento da técnica social na história: a *descoberta ocasional*, quando a liberdade consistia na ação direta no imediatismo das necessidades materiais; a *invenção*, quando a liberdade de ação foi relegada às instituições, a revelia de uma falta de coordenação entre essas instituições; e a *planificação*, momento singular no qual a liberdade não pode existir sem aquela coordenação inter-institucional. Essa coordenação é quem garantiria a coesão do tecido social e a funcionalidade do sistema econômico e

separação orgânica entre as duas coisas, uma vez que o núcleo sadio do senso comum seria o próprio bom senso: a elaboração é um trabalho intelectual feito a partir do conhecimento/consciência já existente. O grau de amadurecimento dessa elaboração mostrará o quanto o projeto político do grupo, classe, ou fração de classe é mais amplo, e/ou pretensamente hegemônico.

⁶ Manheim. “Diagnóstico de Nosso Tempo”, 1967, cap.VII.

⁷ Manheim. “Homem e Sociedade”, 1962, p.254.

político, garantindo o bom funcionamento do mercado, dos serviços públicos, e do Estado. Para Manheim, por se tratar de uma técnica, o planejamento não assume como condição inicial um regime totalitário⁸. Pelo contrário, funciona *contra* ele.

Essa concepção encontra uma ferrenha oposição no campo liberal. Pela mesma época em que escreve Manheim, Gudin fora, por exelência, o paladino do liberalismo de linha ortodoxa no Brasil. Importante constatar isso porque nos anos 1940 as idéias que originaram a heterodoxia desenvolvimentista dos anos 1950/1960s estão sendo germinadas, e elas já nascem em luta pela sobrevivência contra a ortodoxia liberal. Simonsen no I Congresso Brasileiro de Economia e no Congresso Brasileiro da Indústria já havia feito menção direta ao planejamento como técnica, e não como regime político – no limite uma aproximação heterodoxa. Daundt D'Oliveira no discurso de abertura na I CONCLAP dedicou longa explicação sobre a diferença entre essas duas coisas.

Entretanto, em termos de Estado Nacional moderno e numa sociedade cada vez mais complexa, tanto as relações de mercado parecem não conduzir *per si* ao equilíbrio, assim como o próprio Estado vai crescer de maneira robusta, num movimento que é contingente à necessidade de repactuação social. O tamanho do Estado frente à complexidade progressiva da sociedade moderna é um movimento sem volta, embora ele não desemboque no autoritarismo ou no totalitarismo, como sugere o liberalismo econômico. De outra forma, como Galbraith assinala em *O Novo Estado Industrial*, crescem as necessidades inerentes do Estado, ao passo em que ele mesmo altera o jogo de forças na economia e na sociedade em vista dessas necessidades específicas.

Mas qual a chance de o Estado moderno entrar em choque com os interesses da burguesia? Vogel sugere que tal ambigüidade é falsa mesmo porque a intervenção do Estado na economia e na sociedade geram uma série de demandas novas, e no atendimento a essas demandas as próprias empresas é quem são modificadas – ou seja, o estado é capaz de afetar a forma e estrutura das empresas. Przeworski é quem dá a evidência mais clara da possibilidade de choques entre Estado e burguesia. Quando da

⁸ Aliás, Manheim mostra de maneira clara que as liberdades individuais não podem ser suprimidas por esse grande organismo social planejador: “[...] o progresso no sentido de um nível social mais alto não exclui a preservação de tipos de ação, pensamento e liberdade anterior. Pelo contrário, a conservação planificada das liberdades antigas é uma garantia contra o dogmatismo exagerado na planificação. [...] Sempre que possível e não ponha em perigo o plano, devemos manter a forma primária de liberdade – liberdade de ajustamento individual. Foi ela conservada na fase da invenção e, apesar da crescente mecanização, ajudou a preservar a vitalidade e a fortalecer a iniciativa [...] Deve haver uma determinação constitucional da criação de novas instituições pela iniciativa de pequenos grupos, a fim de atender antes às necessidades dos círculos locais do que a da burocracia centralizada.” (MANHEIM: 1962, p.387)

decisão de participar das eleições, partidos de esquerda europeus no século XIX acabam decidindo por lutar pela mudança social a partir das “regras do jogo” eleitorais, e obtêm êxito, formando governos diferentes dos consolidados liberais-econômicos, os quais iniciam uma série de transformações a partir da consolidação dos direitos sociais.

De fato, as próprias lutas sociais, e relações de classe, atravessam esse Estado de lado a lado, como salienta Poulantzas (1985, pp.161,162), de modo que sua autonomia relativa é algo bastante limitado. Nesse sentido, o Estado organiza o bloco no poder, ao criar alicerce seguro para ele, desorganizando e dividindo as classes dominadas. Situações de crise levam a um engajamento político do Estado no sentido de unificar o bloco no poder e produzir hegemonia (*idem*, p.245). Essa unificação, essa costura de alianças e frações no bloco no poder, é no que consistiu a rearticulação das elites políticas nos anos 1940 frente à desagregação do Estado Novo no Brasil, de modo que o I Congresso Brasileiro de Economia e as atividades dos conselhos federais desempenharam tal função. O Estado, portanto, não pode ser entendido aqui de maneira unívoca; antes é algo relacional e dinâmico, cuja direção está em disputa constante, e sujeito – independente do meio – à troca de governo, e de ocupantes no bloco do poder.

3. Uma releitura da ‘Controvérsia’ do Planejamento.

A *Controvérsia* consistiu numa luta pela hegemonia entre dois projetos políticos: o industrialista, cujo proponente por excelência fora Roberto Simonsen; e o de uma democracia econômica estritamente schumpeteriana e comprometida com o capital internacional, cujo ícone foi exatamente Eugênio Gudin. A primeira datação escrita sobre a *Controvérsia* Simonsen/Gudin – na coletânea clássica organizada pelo IPEA em 1977 – consiste exatamente: no relatório de Roberto Simonsen, para o CNPIC e para ser apreciado no CPE; na crítica de Gudin, encaminhada na reunião da CPE, respondida ao CNPIC e ao Ministério da Fazenda; na réplica de Simonsen, e por último na tréplica de Gudin. De acordo com Ianni (1970, pp.43-60) tanto os debates no âmbito da CPE quanto o I Congresso Brasileiro de Economia caracterizam momento crítico pela escolha do planejamento e nacionalismo econômico.

Dentro da controvérsia, Gudin foi o expoente do liberalismo de linha ortodoxa; defendia uma pauta agro-exportadora, alicerçada na teoria das vantagens comparativas. Nem sempre Gudin pensou afinadamente com a agricultura; seria mesmo um duro crítico da hegemonia do café. Entendia que o capitalismo consistiria num fenômeno natural, e, enquanto método de organização dos fatores de produção, deslocado da

esfera política. A lógica do capital para Gudin consistiria num sistema auto-regulador, cuja tendência inexorável apontaria para o equilíbrio pela via dos automatismos de mercado, de modo que toda intervenção nesse sistema redundaria em crise.

Gudin, conquanto cosmopolitista, rejeita a industrialização induzida pela política oficial de crédito uma vez que levaria à inflação, já que deslocaria os fatores de produção, levando à escalada inflacionária. A ordem das coisas, se tal deslocamento levava a inflação, ou se a inflação mesma já provocava o deslocamento enquanto consequência e não causa, ou mesmo as duas coisas juntas, muda ao longo da obra gudiniana.

Uma vez defensor do papel agroprodutor do Brasil na divisão internacional do trabalho foi um crítico do deslocamento do pólo hegemônico internacional da Inglaterra para os Estados Unidos, o qual protegia seus produtores agrícolas do meio oeste contra a concorrência dos países periféricos. (BORGES: 1996)

Simonsen foi o intelectual orgânico do segmento industrialista por excelência. Destacado industrial e engenheiro foi, assim como Gudin, economista autodidata. Simonsen foi o precursor do pensamento nacional-desenvolvimentista, ao defender o planejamento econômico, o desenvolvimento “para dentro”, o protecionismo para a indústria incipiente, e uma política especial de crédito para a indústria nacional. Nesse sentido, Simonsen foi um crítico do plano Marshall, uma vez que a reconstrução dos países centrais devastados pela II Guerra levaria ao retorno do Brasil a seu papel de agroexportador na divisão internacional do trabalho.

De acordo com Simonsen, uma vez que a posição dos diferentes países é notoriamente desigual em termos de capacidade produtiva e competitiva, essas posições levam para uma clivagem entre países capitalizados e subcapitalizados. O papel para cada um desses grupos seria distinto, cabendo aos primeiros a produção industrial, enquanto que para os segundos a produção de matérias-primas. Na dinâmica econômica entre eles, as trocas são desiguais, uma vez que a natureza da produção determina o valor agregado – e portanto a taxa de lucro por unidade – das mercadorias, o que lembra a tese da CEPAL de deterioração dos termos de intercâmbio. Os supercapitalizados garantem nichos no mercado internacional, de acordo com o aporte tecnológico, força política para barganha, e a capacidade para *dumping*. O desenvolvimento tecnológico leva à uma tendência ao monopólio o que, juntamente à especialização das economias nacionais devido à divisão internacional do trabalho, leva as economias nacionais para a crise. (CEPEDA: 2004, pp.322-323) O conjunto dos textos escritos por Simonsen

tomados em dois grandes grupos, crítica ao Plano Marshall e defesa do planejamento, ao se interligarem em seu pensamento anteciparam toda a argumentação da CEPAL. Dessa maneira, Simonsen defendia o abandono das teses liberais ortodoxas do livre-cambismo e a adoção do planejamento econômico – com fins a organizar os fatores produtivos, disciplinar a mão-de-obra, e atingir o desenvolvimento econômico e social.

O debate entre Simonsen e Gudin ocorreu nas arenas estatais (CFCE, CNPIC e CPE), privadas (Congressos industriais dos anos 1940) e num debate público (produção bibliográfica de ambos os autores). *Foram pontos críticos da Controvérsia a questão da pobreza, o papel do Estado, o problema da renda nacional, e a difícil conciliação entre estabilidade financeira e reestruturação econômica.*

Gudin, como expoente da escola monetarista de economia no Brasil, entendia que a *pobreza*, assim como a desigualdade, é inevitável, dada a própria escassez de recursos naturais para a satisfação de uma ordem de necessidades; enquanto que Simonsen relacionava padrão de vida com o aumento do mercado interno, e portanto, com o próprio desenvolvimento.

Simonsen acreditava que o *aumento da renda nacional* pautado no aumento da produtividade aumentaria a demanda interna e levaria à diversificação da economia nacional, o que levaria a um ciclo virtuoso entre produtividade, aumento da renda e crescimento econômico. Gudin na “Carta à Comissão de Planejamento” (1945) demonstra de maneira tenaz a fragilidade dos argumentos de Simonsen: além da falta de dados e recursos confiáveis na mensura da renda nacional por Simonsen, o industrial não dá resposta satisfatória para o problema da inflação resultante do aumento do salário-mínimo, cujo desdobramento imediato seria o aumento da quantidade de moeda no mercado seguido dos desequilíbrios entre os valores relativos.

Simonsen dedicou *Planejamento da Economia Brasileira* (1978, p.11) para responder aos ataques de Gudin, que era na época relator da comissão de planejamento econômico. Simonsen era tão simpático ao planejamento que chega a citar Landauer em sua tese a qual a Rússia Soviética se sairia melhor da transição da economia de guerra para a paz em relação aos países capitalistas ocidentais. Argumenta que a guerra recém terminada gerou apenas um surto efêmero de capitalização no Brasil porque não levou aos alicerces da indústria de base.

Assim, os problemas do pós-guerra/geopolítica e a necessidade dos países em manter o pleno emprego – concomitante com a avaliação da Missão Cooke acerca de nossa infra-estrutura econômica – baixa produtividade, baixo consumo, falta de estradas

de ferro e de rodagem – somado ainda a extrema desigualdade do padrão de vida no país – levaram Simonsen a afirmar que a renda nacional necessitava naquele momento de aumentar em quatro vezes. Indicou a planificação econômica – acertada no I Congresso Brasileiro de Economia (1943) – como meio e possibilidade de resolver o problema da renda. Metade dos custos poderia ser financiada dos Estados Unidos, num empréstimo entre governos, e o intervencionismo estatal apenas não poderia agredir a propriedade privada e as liberdades fundamentais.

Argumentava, nesse sentido, que o planejamento econômico consistia num método, e não em um regime político. Defendeu essa idéia junto com outros industrialistas (caso notável do discurso de instalação da I CONCLAP, por Daundt D'Oliveira⁹), e contra a crítica liberal ortodoxa (Gudin, notadamente), cujo argumento consistia em associar direta e automaticamente planejamento com totalitarismo.

O *papel do Estado* para Simonsen e para Gudin consistiria num “papel suplementar” frente a economia, mas ambos entendiam coisas diferentes por “papel suplementar”. Simonsen e Gudin concordavam que o Estado poderia (e em alguma medida até deveria) desempenhar o papel de incentivador da indústria. Entretanto, Gudin foi um radical opositor da idéia de qualquer planejamento: antes o Estado deveria ser o “policial” da economia, definindo as regras do jogo, garantindo segurança à propriedade privada, estabilidade jurídico-política, e o equilíbrio econômico; mas nunca desempenhando o papel de empresário *ele mesmo*. Simonsen atribuía um papel decisivo ao Estado ao que tocasse o planejamento econômico, uma vez que a via liberal ortodoxa se mostrava muito lenta em termos de industrialização, dada às assimetrias nas trocas internacionais.

Assim, tanto para Gudin quanto para Simonsen o papel do Estado seria *suplementar*, e isso não constitui contradição: para Simonsen o papel do Estado é *suplementar* porque o planejamento seria condicionado pelos interesses das “classes produtoras”, e pelo trabalho em conjunto do “homem de ciência” com o “homem de negócios”. No pensamento de Simonsen o Estado não tem tal autonomia relativa frente à sociedade e às classes. Antes, o Estado é mais um instrumento para o desenvolvimento, daí sua suplementaridade em essência, de um Estado planificador. Sem dúvida as duas concepções sobre o Estado tendem a convergir: Simonsen vai gradualmente atribuindo cada vez mais importância ao Estado, cujo movimento na obra

⁹ CONCLAP: 1945, p.10

tem *Orientação Industrial Brasileira* como divisor de águas; enquanto Gudin afrouxaria devagar, porém sensivelmente, a repulsa à intervenção estatal na economia.

Esse movimento é nítido em Gudin se compararmos três momentos na obra: *Origens da Crise Mundial* (1931), *Capitalismo e sua evolução* (1936), e *Para um mundo melhor* (1943). Enquanto no primeiro texto a interferência estatal é apontada como a origem de todos os males, no segundo Gudin já admite com simpatia um ‘Estado policial’ da economia, enquanto no terceiro explica algumas modalidades de intervenção necessárias.

Um terceiro argumento de Gudin parece contundente frente ao que Simonsen entendia por planejamento econômico e Estado industrialista. Depois de demonstrar a falta de coerência de Simonsen no cálculo da renda nacional e na contradição entre a insuficiência do produto nacional frente às pretensões redistributivas de renda por parte de Simonsen, Gudin sugere que o crescimento acelerado da indústria por meio do protecionismo redundaria em inflação e estagnação, uma vez que deveríamos explorar as nossas “vantagens comparativas”. O investimento estatal em obras de infra-estrutura (construção de estradas, ferrovias, portos e usinas hidrelétricas) desviaria fatores de produção da agricultura, onde teríamos essas “vantagens comparativas”, onde inclusive teríamos falta de mão de obra. A crise de abastecimento que isso geraria, além do aumento de disponibilidades monetárias em circulação, consistiria no comportamento inflacionário do governo em política econômica. Uma solução para esse impasse seria atrair capital estrangeiro com estabilidade econômica e segurança institucional e jurídica, e com esse capital investir na infra-estrutura.

Nesse ponto os industriais em geral se dividem: de um lado um grupo que adere à tese liberal sobre a inflação; e um segundo que responde ao problema da inflação como se o problema não fosse esse, apontando vagamente que o combate à inflação deve existir de ponta a ponta do processo. Esse segundo grupo evidentemente ou tinha um entendimento muito limitado sobre o fenômeno inflacionário, ou estava saindo pela tangente. Na verdade, é Simonsen quando muito quem aponta uma antecipação da tese estruturalista da inflação, tese essa que seria propriamente desenvolvida pelo pensamento econômico da CEPAL nas décadas seguintes. Mas pode-se dizer que nesse ponto o pensamento industrial brasileiro possui uma escancarada lacuna até que em 1943 os debates na Comissão de Redação inaugurariam o começo de uma outra controvérsia, mas também relacionada: a da explicação *monetarista* contra a

estruturalista sobre a inflação. E aqui, outra tensão contundente: a difícil relação entre reestruturação e estabilidade econômica.

4. Estrutura do texto e formulação de hipóteses.

A hipótese principal que orienta esse trabalho consiste em verificar se a ‘Controvérsia’ do planejamento entre Gudin e Simonsen afetou, e o quanto afetou, o projeto industrialista em construção. Coube verificar o processo de construção de tal projeto, o que implicou duas tarefas: um exame minucioso do pensamento de Roberto Simonsen, principal intelectual e liderança da indústria paulista nas décadas de 1930-1940, e eminente intelectual orgânico da classe; acompanhamento dos debates no I Congresso Brasileiro de Economia, com vistas a verificar o quanto o pensamento da direção do movimento – notadamente identificado com o pensamento de Simonsen – conseguiu penetrar a base, e encontrar nela consenso ativo. Feito isso, verificar no padrão de decisões tomadas no âmbito da redação das recomendações do Congresso ao governo federal os efeitos do debate entre industrialismo e liberalismo. A leitura da ‘Controvérsia’ no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico permitiu mapear a polêmica em seus pontos principais. A própria construção da ideologia industrialista em seus contornos mais nítidos – observada aqui como elaboração intelectual em sentido gramsciano – foi a segunda principal hipótese da dissertação, testada a partir da leitura dos anais do Congresso.

Conhecidos os pontos críticos da controvérsia, torna-se possível saber o quanto o debate afetou a construção do projeto político industrialista a partir da elaboração político-intelectual do segmento industrial. De acordo com Gramsci, a formulação de um projeto político e sua elaboração como pretensão de hegemonia frente tanto ao bloco histórico quanto ao Estado *em sentido integral* – ou seja, a unidade orgânica entre sociedade civil (pólo do consenso) e sociedade política (pólo da coerção) – acontece num dos momentos fundamentais da relação de forças¹⁰.

De acordo com Gramsci (1978, pp.49-51), são três os momentos fundamentais das relações de forças: (a) o momento das forças sociais objetivamente ligadas às questões da estrutura, ou seja, as relações materiais e naturais, as quais fogem do controle humano e são tratadas pelas ciências físicas e da natureza; (b) o momento das forças políticas, onde contam fundamentalmente o grau de homogeneização,

¹⁰ Gramsci, 1978, pp.49-54.

autoconsciência e organização interna dos diferentes grupos sociais; e (c) o momento das forças militares, relacionado à guerra de movimento e de ataque frontal ao Estado.

É no segundo momento das relações de força (b) que se processa a elaboração da organização interna ao grupo social, assim como a elaboração ideológica do grupo, elaboração essa que se converterá em projeto político e hegemonia. São três os graus de diferenciação desse momento das relações de força: (b1) o grau econômico-corporativo, onde “um comerciante sente que deve ser solidário a outro comerciante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante”, de modo que a solidariedade não atinge “a unidade do grupo social mais amplo”; (b2) o grau do grupo social mais amplo, onde o grupo profissional ampliado se percebe enquanto grupo auto-interessado e auto-afirmativo e portador de interesses, embora apenas no âmbito econômico; e (b3) grau de superação dos interesses econômicos e corporativos/profissionais e a integração dos interesses subordinados ao projeto político.

Essa integração *no conjunto da sociedade* é quem permite uma rede de alianças que sustenta esse *projeto político hegemônico e global* frente ao bloco histórico. Entende-se essa última modalidade de projeto político aqueles que estão na fase mais madura da relação de forças políticas: já superaram a dimensão econômico-corporativa e a do grupo profissional mais amplo, e agora tentam fazer da sua hierarquia de prioridades a de todo conjunto social.

Quando projetos políticos, então vinculados a uma classe, conseguem o reconhecimento das suas necessidades e aspirações como se fossem do *conjunto* pode-se dizer que o projeto político *tornou-se* hegemônico. Tal hegemonia consistirá na hierarquização de prioridades no conjunto social com o respaldo de um consentimento ativo ou passivo. Tal consentimento é condicionado pelo grau de elaboração intelectual da massa¹¹. Essa elaboração consiste em eliminar da consciência coletiva fragmentos e contradições, tornando-a homogênea e coerente.

Tal elaboração é fundamental para munir de argumentos classe, fração, ou segmento em luta pela hegemonia, num campo simbólico dessa disputa. Isso vai afetar a própria consolidação da Ciência Econômica e das Ciências Sociais no Brasil, visto que

¹¹Para os fins que se destinam esse trabalho, um esclarecimento é fundamental: Simonsen enquanto intelectual orgânico do segmento industrialista tem como papel a elaboração e homogeneização intelectual/ideológica do seu segmento, ao passo que para colocar a industrialização e o protecionismo no topo da hierarquização de interesses ele encontraria duas alternativas: ou a não-elevação intelectual das massas; ou uma elaboração do pensamento popular que seja condicionada à obtenção dos industriais do consenso ativo da massa. Os projetos SENAFI, SENAI, e a Escola Livre de Sociologia e Política (todos de autoria de Simonsen) responderiam pela segunda via.

o campo do saber afeta e é afetado por essas lutas políticas. Pensando com Bourdieu (1989, pp. 3-9) o estabelecimento de uma ordem gnoseológica – ou seja, um sentido total de estar no mundo – decorre de uma construção da realidade forjada pelo poder simbólico – “instrumentos de conhecimento e comunicação” capazes de impor tal ordem. Ora, se classes e frações de classe estão permanentemente em luta simbólica pela imposição de uma

definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e impõem o campo da tomada de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer directamente [sic], nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (...) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (...), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (...) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social (BOURDIEU: 1989, pp.11-12)

então o saber é quem passa a ser objeto de intensa disputa. No quadro político que se segue é o campo científico quem sofrerá as influências mais significativas dos efeitos dessa luta. Por campo científico, pensando ainda com Bourdieu: “é o lugar o espaço de jogo de uma luta concorrencial” pelo “monopólio da *autoridade científica* definida, [...] como capacidade técnica e poder social [...] o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade)” (BOURDIEU: 1983, pp.122-123). Esse campo será moldado pelas lutas políticas uma vez que os intelectuais colocam seu capital cultural e simbólico específico no parâmetro de organização da hierarquia de prioridades da sociedade. Notadamente, os economistas é quem cada vez mais nos anos 1930/40 é quem teriam o capital autorizado a tal hierarquização.

Tal reflexão é de importância fundamental para os propósitos desta dissertação, uma vez que o período abordado tanto é o de consolidação da Economia no Brasil como disciplina científica, quanto consolida-se a figura do técnico como decisor público – autorizado e com autoridade, a partir do campo científico. De acordo com Angela Castro Gomes (1994, pp.1-13) o período de 1930-1945 é de progressiva separação virtual entre o técnico e o político. A preferência pelo saber técnico, suposto como exato e acima das imperfeições humanas e vícios da política, isola progressivamente em suas arenas de poder os técnicos decisores da área pública. Também nessa direção vai Luis

Jackson, ao apontar que entre 1940-1970 existe um giro no discurso hegemônico acadêmico na construção das Ciências Sociais, o qual defende a saída do ‘ensaio’ em direção à ‘ciência’.

De acordo com Bourdieu, ideologias enquanto sistemas simbólicos são produzidas – ao mesmo tempo que apropriadas – por um corpo de especialistas, determinados pela divisão do trabalho social¹². No caso estudado, será notável a consolidação da ciência econômica no Brasil, consolidação essa que muito tem a dever a Eugênio Gudín. Mesmo Simonsen, no caso da Escola Livre de Sociologia e Política, se preocupou com a formação de certo tipo de profissional em economia, mas que fosse mais amplo, abrangendo as ciências sociais, a história, geografia, e filosofia. Assim, as ideologias “devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais de sua produção”. Se pensarmos com Bourdieu, ideologias são duplamente determinadas: por um lado, pela *sociodicéia*, ou seja, os interesses das classes e frações de classe que a produzem; e por outro lado a lógica própria do campo onde a ideologia foi gerada. (*Idem, Ibidem*, p.13)

A função propriamente ideológica do ‘campo’ consiste na homologia de estrutura entre “o campo de produção ideológica e o campo da luta de classes” (*Idem, Ibidem*, p.13). O desenlace dessa luta ocorre num aspecto em especial da correspondência entre ideologia e formas de classificação, o *efeito ideológico*, que consiste

precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxonomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Os sistemas simbólicos devem a sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem nele em forma irreconhecível de relações de sentido¹³.

Novamente, se pensarmos com Bourdieu que o poder simbólico se define enquanto uma relação determinada entre os estabelecidos no poder e os submetidos ao poder, dentro do próprio campo onde se produz a crença que dá sentido a essas relações (*Idem, Ibidem*, p.12-14), a unidade do conjunto social organiza-se de maneira ideológica, de acordo com a hierarquização de prioridades e categorias de classificação; o que

¹²Seria notável como Gramsci rejeita esse paradigma. Para o filósofo italiano não existem “não-intelectuais”, de modo que eles não são uma categoria profissional. Entretanto, deve reconhecer, mesmo “gramscianamente falando”, que existem intelectuais de maior elaboração intelectual, assim como intelectuais de menor elaboração intelectual – ainda que o objetivo de homogeneizar a consciência coletiva do grupo e depois da própria sociedade seja o final, um termo não necessariamente está em contradição com o outro.

¹³ *op.cit*, p.14

significa dizer que o cimento social é ideológico na medida em que liga as diversas partes desse conjunto *debaixo de uma ordem estabelecida por um grupo no poder*, o qual fabrica o consenso que lhe confere legitimidade, através do efeito ideológico onde acontece o desenlace da luta simbólica. Por isso que na pesquisa foram levados em conta os debates propriamente do campo do saber econômico, pois dele é quem serão gerados concepções de mundo potencialmente em conflito, cujo desenlace seria a própria ‘Controvérsia’ do planejamento de 1943-1945¹⁴.

No segmento industrial uma contradição fundamental e histórica fora um empecilho para a consolidação do projeto político industrialista enquanto hegemônico dentro do segmento. Essa contradição consistia no entendimento ambíguo que o industriado tinha sobre o papel do Estado: embora tivessem a ‘certeza’ liberal de que a melhor presença do Estado na economia era a mínima presença, não podiam dispensar o amparo que a proteção dava para manter suas condições de sobrevivência enquanto classe. A superação de tal contradição – ou seja, o processo de *elaboração intelectual* dentro do segmento, classe, ou fração de classe – dependia do sucesso da liderança intelectual da direção do movimento industrialista, notadamente tendo a frente seu principal intelectual orgânico, Roberto Simonsen.

Para entender a ação do Estado, a burguesia mercantil-exportadora e a burguesia industrialista do período 1930-1945 no Brasil, é fundamental entender o comportamento deles na luta política na ação de seus *intelectuais orgânicos*. Ficam evidentes também as propriedades de portador de reconhecimento (enquanto liderança entre os industriais) e operador do simbólico (convencimento do segmento industrialista pelo discurso científico) em Simonsen, enquanto intelectual *orgânico*.

Analogamente, podemos entender a crise desencadeada pelos acontecimentos de 1930 no Brasil como crise de hegemonia cafeeira. Nessa situação, se forma um novo bloco social, intelectual e moral dentro da sociedade civil, onde diferentes projetos políticos lutam pela hegemonia. No caso brasileiro houve naquele momento – e mesmo antes dele – lutas entre projetos que se apoiavam em ideologias orgânicas, de modo que as décadas de 1930 e 1940 assistiriam a violenta luta pela hegemonia.

Gramsci difere a sociedade política (o aparelho de Estado) e a sociedade civil enquanto duas esferas principais da superestrutura do bloco histórico. A sociedade civil

¹⁴ Isso não significa que essa pesquisa tenha se orientado pela referência das ‘controvérsias entre certezas científicas’. Antes, consiste num estudo sobre projetos políticos em luta pela hegemonia. A coerência, quando houve, entre a argumentação de Simonsen e de Gudin nos interessa à medida que explica tal luta pela hegemonia.

é o conteúdo ético e moral do Estado, e consiste nas organizações privadas que estão fora do Estado caso entendido unicamente como pólo da coerção (e não em seu conceito “integral”). Esse conjunto de organismos que Gramsci chamou sociedade civil tem a função de hegemonia do grupo dominante em toda o conjunto social, e por isso ela é a base.

No plano da sociedade civil, apenas as “ideologias orgânicas”, isto é, aquelas apoiadas numa classe fundamental, possuem alguma essencialidade. Ao passo que a hegemonia se desenvolve sobre todo o corpo dirigente, a ideologia se propaga em função da criação de intelectuais especializados num aspecto da ideologia. Aos intelectuais ligados à classe social ou ao grupo social e/ou profissional mais amplo, Gramsci chamou *intelectual orgânico*.

A ideologia não seria, portanto, homogênea em todos os níveis: ela ficaria mais elaborada de acordo com quão mais perto da cúpula está a classe social. Assim, as classes mais altas teriam a mais elaborada concepção de mundo, que é a filosofia; enquanto que ao mais baixo nível do bloco ideológico, aparece o folclore – uma concepção de mundo ordenada, ainda que “primitiva e incoerente”. A organização material pela qual uma classe difunde sua ideologia é chamada por Gramsci de estrutura ideológica, onde estão os meios de persuasão da opinião pública e, portanto, da viabilidade de legitimação da ordem.

As relações entre a sociedade civil e a sociedade política seriam, portanto, permanentes. A unidade orgânica entre elas Gramsci chamou o conceito integral de Estado, ou Estado Ampliado. Força e consenso seriam as duas manifestações do poder político para o ordenamento da sociedade, o que impossibilita uma separação orgânica desses dois meios. A opinião pública é o melhor exemplo desse fenômeno, uma vez que antes de qualquer medida do governo político, existe – a partir do Estado – uma manipulação ou direção da opinião pública, tendo em vista a legitimidade dos efeitos provocados pelo ato de poder.

Mesmo observando essa predominância ideológica, e notando a preocupação de Gramsci com os meios de comunicação, o que nos interessa aqui é notar que a passagem da ideologia da sociedade política para a sociedade civil produz hegemonia, porque coloca (como se fabricasse uma “vontade geral”) a necessidade de um grupo ou uma classe, como se de todos realmente fosse, mas não *necessariamente* sendo. O nacional-desenvolvimentismo é exemplo dessa face hegemônica da ideologia em sentido gramsciano.

Foi João Manuel Cardoso de Mello (1988, p.122) quem fez uma crítica contundente ao pensamento da CEPAL em vários níveis, entre eles o de colocar a industrialização no topo da hierarquização de interesses, chegando a identificar com ela o próprio desenvolvimento; ou seja, como se a ascensão da burguesia industrial brasileira fosse *per se* a vontade de toda a sociedade brasileira. Quando a industrialização se completou, após uma fase de industrialização acelerada (1956-1967), Mello sugere que a resultante desse movimento consistiu mais numa mudança “pelo alto”, uma reprodução da ordem social e econômica dominante, do que uma mudança efetiva nas estruturas da sociedade em direção ao desenvolvimento.

A preocupação dentro dessa dissertação consistiu em verificar o quão longe Simonsen conseguiu chegar na sua empreitada pela elaboração intelectual do segmento industrialista, verificando assim se tal sucesso ou fracasso foi um passo intermediário em direção à hegemonia nacional-desenvolvimentista, construída nas décadas de 1950/60. Tal constatação dependeu da análise dos temas, agendas e debates no interior do I Congresso Brasileiro de Economia (1943), *locus* privilegiado de organização de interesses entre os segmentos industriais, ao mesmo tempo em que também foi o primeiro lance da esgrima entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen.

No processo de construção e luta pela hegemonia entre projetos políticos pretensamente hegemônicos ou ideologias, o papel dos intelectuais é proeminente, e por isso o recorte escolhido do objeto. A elaboração e homogeneização intelectual do grupo social – conseqüentemente, a pactuação de um consenso fundamental – é função dos intelectuais orgânicos. Essa elaboração consistiria em, a partir do senso comum (pensamento pouco elaborado e contraditório), conduzir o pensamento médio do grupo social ao bom senso (pensamento elaborado, identificado por Gramsci com a filosofia). Essa elaboração não consistiria – como Mannheim poderia sugerir – numa “formatação” das consciências, mas sim em admitir que o próprio núcleo sadio do senso comum é o bom senso (GRAMSCI: 2000, p.98).

A esse processo de elaboração político-intelectual, Gramsci chamou de reforma social, intelectual e moral. Essa reforma das consciências sistematizaria uma racionalidade sobre o mundo social, de modo a dar lógica ao projeto de sociedade concebido pelo grupo social. Dessa maneira que a luta política é também e fundamentalmente *simbólica*.

Num segundo aspecto, a figura do intelectual existe no intento do trabalho, a considerar que não existiria trabalho puramente físico, o que leva a crer que “todos os

homens são intelectuais (...), mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais¹⁵”. Mesmo o trabalho puramente braçal ou manual tem um componente intelectual. Dessa maneira, seria ilusório supor que existam não-intelectuais, pois estes são imagináveis apenas à luz de uma diferenciação com seu virtual outro, os intelectuais, pensados meramente como categoria profissional do saber; daí que “não tem sentido falar de não-intelectuais, porque os não-intelectuais não existem¹⁶”. Seria mesmo necessário para Gramsci destruir o preconceito que existe sobre a filosofia como algo difícil, um conhecimento para iniciados. Isso porque para Gramsci todos são a uma certa medida filósofos, uma vez que apresentam uma concepção mais ou menos elaborada de mundo; existiria assim no universo do folclore e da crença popular uma “filosofia espontânea”, da qual seria possível uma *elaboração intelectual* em direção a uma filosofia mais erudita, a partir daquela já existente.(GRAMSCI: 2000, p.93)

A reforma das consciências é de suma importância, a qual apenas é entendida se apreendermos melhor o conceito de ideologia em Gramsci. O pensador comunista sardo rejeita a concepção da raiz marxiana de ideologia como oposição virtual à “verdade”. Gramsci entende ideologia como “religião” na acepção de Croce, de modo que a ideologia seria o conjunto ordenado de idéias que dão ordem e sentido *tanto* à vida social e ao mundo sensível, *quanto* ao sentido do indivíduo em seu estar-no-mundo. Assim, a ideologia atinge a maneira de pensar e a personalidade, o juízo ético e o senso moral.

Quanto mais um grupo for subalterno menor será a sua elaboração intelectual. Assim, Gramsci mostra a existência do caráter de consciência “compósita”, fragmentária, da classe ou grupo subalterno em questão. A consciência e personalidade compósita é passiva e acrítica, sendo que a saída dessa situação heteronômica pediria uma elaboração intelectual e crítica, de modo que a elevação intelectual das massas permita que elas mesmas consigam se perceber como produto histórico. Para Gramsci, uma mudança efetiva nas estruturas da sociedade é possível apenas se houver uma massificação do pensar filosófico, e isso porque a filosofia – diferente da crença e do senso comum – é uma ordem intelectual, racional e sistemática (*Idem*, pp.94-96). A reforma das consciências consiste, portanto, na homogeneização dessa consciência compósita e na elaboração de sua filosofia espontânea em filosofia crítica e erudita.

¹⁵ Gramsci, *op cit*, p.253.

¹⁶ *op cit*, p.254. Analogamente, podemos pensar que os industriais dos anos 1930/40 não podem ser entendidos apenas enquanto tal, mas também como intelectuais, fossem tácitos ou em potencial.

Gramsci associa aos intelectuais a função de subalternos da hegemonia, no sentido de forjar o “consenso” a partir do prestígio e reconhecimento que possuem enquanto tal, com fins de manter a hegemonia e a direção imposta, e legitimar o aparato de coerção estatal¹⁷. Entender os projetos, propostas, e propósitos em jogo na redação na controvérsia e na redação da carta de recomendações ao governo – oriunda do I Congresso de Economia – mostra que caminhos foram ou não escolhidos, e que ideologias foram derrotadas ou vitoriosas, dando ou não o tom na política econômica nas décadas seguintes.

A primeira parte desse trabalho trata da trajetória da luta pela industrialização. Entre os principais agentes em luta nesse processo estão: as burguesias agrária e industrial, o Estado, as classes trabalhadoras, e em alguma medida os partidos políticos. Notadamente, esse trabalho dará uma atenção especial aos intelectuais e seu papel frente ao sistema político brasileiro, de modo ao *como* afetou esse processo político. Será feito no primeiro capítulo, antes de tudo, uma discussão sobre o que será entendido nesse texto como intelectuais, e sua importância no processo de decisão política.

A primeira organização formal de interesses entre os industriais se forma em 1824, na Sociedade Auxiliadora da Indústria, mas o primeiro momento crítico para a industrialização efetiva no Brasil se dá entre 1880 e a primeira década do século XX, quando café e indústria formam uma unidade orgânica e contraditória. As décadas de 1910 e 1920 constituíram um longo processo de organização de interesses dos industriais, ao passo em que se forjam as forças políticas que materializam o movimento de 1930; a partir de então, os industriais aumentam tanto sua importância econômica – frente ao aumento da produção industrial, da potência (HP) movimentada pela produção industrial, capital aplicado, número de estabelecimentos e quantidade de empregados – quanto política – afetando diretamente o processo de construção do colosso do Estado brasileiro, cujo período nodal é 1930/1960.

A segunda parte consiste numa recuperação da bibliografia de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. O objetivo aqui é apontar na obra dos dois contendores os pontos críticos que viriam a emergir na Controvérsia: renda nacional, câmbio, inflação, planejamento, e industrialização. Uma exegese mostra que havia uma produção de textos e tratamento de temas *pari passu* entre eles. O segundo capítulo termina comum

¹⁷*op cit*, p.258.

balanço do debate subterrâneo que antecedeu o I Congresso Brasileiro de Economia – o qual consistiu no primeiro episódio de contato direto entre Gudin e Simonsen.

análise do I Congresso Brasileiro de Economia. Esse Congresso entra numa tríade sinérgica conjuntamente com o Congresso Brasileiro da Indústria (São Paulo, 1944) e com a I Conferência Nacional das Classes produtoras (I CONCLAP, Teresópolis, 1945). Consiste num momento *sui generis* da organização de um projeto político global e pretensamente hegemônico entre os industriais, por conta do Estado Novo em vias de desagregação e das perspectivas geradas com o fim iminente da II Guerra Mundial.

A terceira parte trata da *Controvérsia* tomada no âmbito estatal e privado (1943-1945). Consiste basicamente numa análise das propostas, argumentos e contra-argumentos entre Simonsen e Gudin, numa perspectiva crítica. Foi incluído no conjunto da Controvérsia o I Congresso Brasileiro de Economia, pois lá também Gudin e Simonsen debateram diversos temas cruciais à formulação de um projeto nacional em vista do pós-1945.

A Controvérsia no momento de 1943 foi bastante suave: provavelmente em vista da arena privada onde discutiam. Provavelmente Gudin guardou a artilharia pesada para uso na Comissão de Planejamento Econômico, onde derrubaria o Parecer Simonsen vindo do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. É nesse momento que Gudin praticamente demoliu o principal argumento de Simonsen, mostrando como era completamente equivocado o entendimento que ele e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de Marcondes filho tinham por renda nacional: além de computar no cálculo da renda mais de uma vez o mesmo valor (o valor do algodão com o valor do tecido, com o valor da confecção, por exemplo); excluía o que deveria ser incluído (valor das exportações, valor do trabalho do setor de serviços, transportes, e insumos a produção); e incluía o que deveria ser excluído (valor das importações), de modo que os dados apresentados não eram confiáveis, uma vez que Simonsen tinha motivos para errar tanto para cima quanto para baixo no cálculo da renda nacional.

Dessa maneira, seria falsa também a idéia da necessidade da quadruplicação da renda nacional, porque sequer dados verossímeis existiam sobre tal renda. Algumas reivindicações industrialistas que saltavam aos olhos, como a da não permissão de “instalação de novas iniciativas concorrentes” foram pólvora na arma de Gudin contra Simonsen.

A pesquisa buscou responder se o debate Simonsen/Gudin teria influenciado o debate das décadas seguintes, assim como: qual entendimento o problema do papel do

Estado prevaleceu no I Congresso? Que outras idéias podem ser consideradas legado do debate para as décadas seguintes?

Parte I

Industrialização no Brasil como luta pela hegemonia.

Capítulo 1

A trajetória da industrialização no Brasil.

1. Revolução de 1930 (?) e o eixo crítico da modernização brasileira.

Há um extenso debate na literatura especializada sobre a importância de 1930 como inflexão de um movimento problemático e tenso de modernização e construção da nação. Dentro dessa literatura, existe uma corrente nas interpretações sobre a gênese da construção do colosso do Estado que fixam nos eventos de 1930 uma verdadeira ruptura com a sociedade tradicional, iniciando uma lenta e complicada ascensão de uma sociedade moderna. Teria o Estado-demiurgo nessa corrente de interpretação uma importância crucial em vista sua formidável autonomia relativa frente à sociedade, e seu poder de estabelecer um Estado de compromisso entre as classes, fundamental para o novo pacto político pós-1930¹⁸.

Notadamente, Boris Fausto argumenta de maneira mais contundente que o Estado pós-1930 cresceu elevadamente por conta do vazio de poder provocado pela Revolução de 1930. Essa autonomia que o Estado conseguiu frente às classes o permitiu tomar o lugar de árbitro na sociedade e estabelecer uma situação de estado de compromisso. Fausto concorda com F.H. Cardoso com relação ao comportamento pouco organizado da burguesia industrial brasileira, que até a década de 1950 pouco teria conseguido em termos de organização política para fora dos limites de cada fábrica¹⁹ (FAUSTO: 1989, pp.47-50). Draibe não apenas concorda com Fausto como sugere que a Grande Depressão (1929-1933) somada à crise política a partir de dentro do sistema político brasileiro repercutiram de maneira negativa mesmo para o complexo

¹⁸ Boris Fausto, *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. 12º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989; Lourdes Sola, *Idéias Econômicas, Decisões Políticas*. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 2000; Sonia Draibe, *Rumos e Metamorfoses*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. Renato Boschi, *Elites Industriais e Democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁹F.H. Cardoso ao elaborar esse estudo sobre a mentalidade dos “capitães de indústria” e dos “homens de empresa” não considerou as diferenciações internas da vertente industrialista, assim como desprezou a consolidação de um projeto político pretensamente hegemônico elaborado pelos industriais nos seus Congressos dos anos 1940. De fato, a hipótese de Cardoso é ilusória, mas na seção seguinte há uma crítica mais detalhada.

cafeeiro, de modo que o advento do Estado Leviatã consistiu numa revolução “pelo alto”. (DRAIBE:1985, p.22)

Entretanto uma diferença fundamental com Fausto: Draibe leva seriamente em consideração que os industriais representaram ainda durante a Era Vargas uma força política expressiva, de modo que sua atuação política é quem teria dado respaldo a uma organização autoritária e tecno-burocrática, progressivamente forjada entre 1945-1964. Isso porque o Estado colocava a tecno-burocracia no centro dos conflitos. Draibe precisou admitir que mesmo a autonomia relativa do Estado seria seriamente limitada por fatores desencadeados pelo seu próprio funcionamento. O Estado hierarquiza interesses sociais através de mutações ocorridas dentro do colosso de natureza institucional. Surgem conselhos e ministérios que abrigam diferentes grupos sociais em luta, portadores de diversos projetos de sociedade. O que aconteceu foi que o próprio Estado acabou sendo atravessado por essas lutas quando ele introjetou os conflitos para dentro de sua estrutura, na tentativa de media-los, ao adotar o modelo de organização corporativa de si mesmo e da sociedade. (DRAIBE: *idem*, p.36-39, 43-45)

Lourdes Sola, por outro lado, tende a ver na figura do “técnico” como eixo da produção e legitimação de um tipo especial de avaliação e diagnóstico. Daí a ascensão do técnico-economista, personagem esse que circula nas arenas decisórias do Estado – Sola aborda concretamente o período da democracia populista (1945-1964) – as quais vão progressivamente ficando mais elitizadas. Sua abordagem é nitidamente institucionalista, e o foco de estudo passa a ser os mecanismos de redistribuição de privilégios e penalidades pelo Estado em matéria de política econômica. Certo é que nessa análise se prioriza a ação dos intelectuais na vida política, assim como a importância das idéias no processo (inclusive a autora leva em consideração a ‘Controvérsia’ Simonsen/Gudin em sua influência no debate entre 1945-1964. Entretanto, essa abordagem parece reforçar a concepção do Estado-demiurgo, ao supor pela autonomia e objetividade das instituições, inclusive ao se referir à progressiva elitização e fechamento das arenas decisórias do Estado, dando ênfase nas lutas de caráter paradigmático/ideológico.

Tanto Sola quanto Draibe mostram de maneira bastante clara como o Estado varguista abriu terreno para a consolidação de uma tecnoburocracia que se construiria nas décadas seguintes. Ao mediar as relações de classe, o Estado-leviatã fazia essa mediação a partir de comissões técnicas cujos pareceres seriam decisivos nos processos de tomada de decisão. Entretanto, fica complicado supor a existência de tal Estado –

ainda que Draibe reconheça que ele é atravessado por lutas, também tenta reafirmar a tese do Estado-demiurgo e do estado de compromisso subsequente dele.

Mesmo Renato Boschi compartilha de visão semelhante. Para esse autor o ponto de vista dos intelectuais é *locus* da prática burguesa e do debate institucional em diferentes momentos. Por ser um sistema elitista, o sistema político brasileiro guardaria uma relação muito forte entre a produção intelectual e os arranjos políticos, daí a importância do estudo dos intelectuais para a compreensão do processo político. (BOSCHI: 1979, p.56) Entretanto, sugere que uma política industrial embrionária vem da formação de um aparato mais complexo dentro da esfera estatal, quando da necessidade de controle por parte do Estado dos setores chave do desenvolvimento econômico. Por isso é que os industriais, ao tomarem consciência da importância desse controle, passariam a se organizar em âmbito nacional, numa tentativa de integrar as diversas federações regionais já existentes. (*idem*, p.64) Essa organização seria responsável pelas mutações na estrutura do Estado, responsável por administrar os conflitos de classe (*Idem*, p.51).

Boschi (*Idem*, p. 65-67) já reconhecia a força política que os industriais conseguiram progressivamente no decorrer do processo, de modo a tornar sua organização política mais homogênea e coesa politicamente. Apesar de seguir a rota segura da tendência reativa dos industriais frente ao processo político dos anos 1930 como determinante de seu projeto político, sugere que o apoio dos industriais ao golpe de 1937 foi advindo da mentalidade corporativista amadurecida intelectual e teoricamente no período; assim como também explica esse apoio o próprio fato dos industriais virem participando ativamente da vida política nacional desde os anos 1920 (quando se opuseram categoricamente à várias leis do trabalho, tal qual à lei de férias), passando pelos anos 1930 (ao participarem de comissões técnicas estatais e reagirem à movimentos como o de 1935), de modo que já estavam envolvidos na luta política o suficiente para disputar a hegemonia política em dois momentos cruciais: Constituinte de 1934 e o apoio ao golpe do Estado Novo em 1937²⁰.

Nesse sentido, Eli Diniz também concorda que houve uma situação de Estado de compromisso, Estado esse autônomo em sua lógica interna. Mesmo com relação à agricultura Eli Diniz argumenta que houve certa autonomia do Estado quando este resolveu pela manutenção do exclusivismo cafeeiro. Na verdade, como se verá a seguir

²⁰ Novamente, e agora com base nesse autor, sugiro que não é possível admitir, como o fez Carone, que os industriais estiveram a margem do jogo político até 1945, tampouco pelo papel secundário deles.

esse tipo de tese tende a ver agricultura e indústria como pólos opostos, quando na verdade estariam mais para uma unidade – ainda que contraditória, conflitiva e problemática.

Apesar de suas diferenças internas esse grupo de autores guarda uma característica significativa: todos(as) assumem 1930 como uma ruptura com o passado arcaico, rumo ao processo de modernização. Aqui haverá um problema pertinente na análise, porque frente à modernização empreendida pelo Estado-demiurgo formas arcaica e mesmo pré-capitalistas – ditas “tradicionais” – persistiriam na modernidade. Dessa maneira que a interpretação abordada até esse momento se apoiou em grande medida no pensamento da Cepal e de Celso Furtado, em especial o conceito de dualismo estrutural.

O problema dessas abordagens que dão ênfase ao dualismo é que elas escondem o caráter de unidade entre essas forças sociais. Por exemplo, o fato de que café e indústria constituíram unidade na medida em que houve mútua dependência entre elas. Ao passo também que essa unidade era contraditória, visto que o café impunha limitações ao capital industrial.

Com relação à hipótese de “vazio de poder” em 1930 e a subsequente autonomia do Estado, essa hipótese tende a esconder as organizações de interesse e formulações de projetos políticos antes de 1930. Nesse sentido seria interessante visitar uma corrente do debate que lida com a hipótese contrária, qual seja: de que o processo de modernização em marcha no Brasil antecedeu a 1930, de modo que não se deveria fixar nesse ano o marco essencial para tal ruptura, mas sim reconhecer um processo de modernização brasileira o qual *já* estava anteriormente em curso.

Decca coloca mesmo em questão se “1930” deveria servir como parâmetro, visto que o movimento que se seguiu foi empreendido pela aliança agrário-industrial, mas com um projeto e apoio já colocados pelo Bloco Operário e Camponês (BOC). Para Decca o BOC interpretou a conjuntura dos anos 1920 como revolução democrático-burguesa. Num quadro de hegemonia do Partido Republicano Paulista (PRP) e de uma oposição liderada, em São Paulo, pelo Partido Democrático (PD), o BOC progressivamente se distanciou dos seus princípios democráticos originais, em busca de uma teia de alianças que fizesse frente à “situação”, liderada pelo PRP. Constituíam a oposição, principalmente, o BOC, o PD, e o tenentismo. A polaridade política se torna mais tensa à medida que a semântica *revolucionária* ganha contornos.

O autor mostra como o léxico *revolucionário* apareceu em todos os setores da oposição em São Paulo (BOC, PD, e os tenentes), tanto quanto no próprio PRP. Enquanto o BOC tendia a colocar a classe operária como participante ativa do processo, PD, PRP e tenentismo tinham em comum a oposição à qualquer idéia de uma alteração *radical* nas estruturas da sociedade. O PD incorporou o tema da revolução, sem assumi-lo de maneira explícita, mas o fez para se aproximar no BOC e dos tenentes. Os tenentes por sua vez almejavam reformar o Estado e a sociedade²¹, mas – assim como PD e PRP – continuar a abjurar a Carta de 1891. O sistema de alianças entre PD, BOC e os tenentes funcionou enquanto a participação do BOC se limitou à revolução democrático-burguesa. Em 1928 os industriais paulistas se organizam em torno do CIESP, fundado por Simonsen e Matarazzo, este que seria o *locus* onde se forjaria dali em diante o projeto político industrialista.

A partir de 1929, as relações na oposição se tornam tensas a medida em que a presença do BOC se torna incômoda. A fundação da CGT em 1929, greves operárias, e a defesa insistente dos direitos sociais levaram o sistema de alianças a progressivamente se reorganizar. Em 1928, concomitantemente à cisão dos industriais da Associação Comercial de São Paulo (originando o CIESP), as convulsões sociais fizeram com que os industriais, *já* em 1928, formassem um projeto político global, que pudesse orientar de ponta a ponta o conjunto social. Assim, apesar do BOC ter participado ativamente do movimento de 1930, perdeu a dianteira do processo; de modo que o movimento de 1930 consistiu basicamente numa revolução “pelo alto”, ainda que a participação ativa anterior do BOC tivesse sido de fundamental importância, eles foram silenciados.

Ângela Castro Gomes também confere importância mais ao pacto acertado em 1930 do que ao arbítrio de um Estado-demiurgo. Depois de 1930 as questões relacionadas à indústria tomaram novo fôlego. E essa retomada para a autora não foi gerada a partir de um planejamento de um Estado acima das classes, mas sim de um conjunto de demandas que vieram de um novo compromisso político, acertado em 1930 (GOMES: 1979, p.201). Esse novo compromisso político envolveria as classes médias e trabalhadoras dos centros urbanos, e surgiria em contraposição à hegemonia do café.

²¹ Para explicar o “programa geral dos ‘revolucionários’ de 1924”, DeDecca cita os pontos daquele projeto político a partir de Maria Cecília Spina Forjaz (1978, pp.27-28 in DECCA: 1989, p.85 nota 8): “a) voto secreto; b) combate à corrupção administrativa e fraude eleitoral; c) verdade de representação política; d) liberdade de imprensa e pensamento; e) centralização do Estado e correção dos usos excessivos da descentralização administrativa; f) limitação das atribuições do poder executivo e restabelecimento do equilíbrio entre os três poderes; g) moralização do poder legislativo; h) ampliação da autonomia do poder judiciário; i) obrigatoriedade do ensino primário e expansão do ensino profissional”.

Um dos pontos críticos da resistência à hegemonia cafeeira foi justamente a crítica dos setores urbanos e industriais com relação à política governamental de valorização do café, a “questão social”, e a questão cambial.

Lima, ainda dentro dessa segunda corrente do debate, faz a crítica a Decca e Gomes, sugerindo que o projeto político industrial é mais antigo que as marcações em 1930 (Gomes) e 1928 (Decca). Esse autor argumenta que na verdade já nas décadas de 1910 e 1920 os industriais do ramo têxtil davam apontamentos sobre um projeto político, a partir dos seus posicionamentos frente a três grandes lutas com a classe operária, que culminaram em três leis sociais: lei de acidentes de trabalho (1919) lei de férias (1925), e código de menores (1927). Para Lima, o projeto político dos industriais “afirmado ao longo do período de 1919 a 1930, resultou da articulação da prática da iniciativa privada junto ao local de trabalho pelos patrões [...] diante da iminência da regulamentação das relações de trabalho” (LIMA:2005, p.134). O parecer dos industriais era sempre seguido de uma contra-proposta, e no caso mesmo da lei de acidentes de trabalho, foram eles quem ajudaram a constituir a letra da lei. Nesse caso, entendiam os industriais que os acidentes eram inevitáveis, e estavam interessados na regulamentação das indenizações, e instituir um mecanismo de seguridade privado para assistir aos operários. Em 1923 os representantes da indústria mantiveram o texto de 1919, modificando-o apenas em vista da auto-sustentação material do sistema de seguridade por eles proposto.

Entretanto, o mesmo segundo Lima não aconteceu com a lei de férias e o código de menores. Os industriais eram contra a lei de férias, porque entendiam que encarecia a produção; alegaram que não eram necessárias férias regulamentadas dado o excesso de feriados, e propuseram ceder licenças remuneradas e assistência médica. No caso do código de menores, eram contra as jornadas diferenciadas entre adultos e crianças. Os industriais julgavam 14 anos uma idade muito avançada para se falar em trabalho infantil. Ao conjunto de respostas condicionadas pelos seus interesses, Lima chamou de projeto político industrial. Esse projeto, de acordo com Lima, seria resultado das posições que a fração de classe burguesa-industrial tomou no decorrer das lutas em torno da política social junto aos trabalhadores.

Quadro 1
Política dos Industriais junto ao Trabalho
(1919/1929)²²

Reivindicações dos Trabalhadores	Parecer dos Industriais	Contra-Proposta	Resultado da disputa
Lei dos Acidentes de Trabalho (1919)	Favorável. Entendiam que os acidentes eram inevitáveis. Os industriais tinham interesse em regulamentar as indenizações.	Em 1923, os representantes da Indústria nacional mantiveram, junto ao Congresso Nacional, pela integridade do texto de 1919. Entretanto, se esforçaram em adaptar a lei para a sua auto-sustentabilidade material (chegaram a propor um fundo de seguridade de acidentes de trabalho na forma de apólice), e por <i>introjetar essas relações dentro da fábrica e fora do Estado.</i>	A indústria fez, em parte, valer a sua vontade, e ficou acertada a assistência social mediada a partir de companhias de seguro.
Lei de Férias (1925)	Contra, pois entendiam que encareceria a produção, além de sofrer choques negativos no processo produtivo, com o <i>gap</i> de 15 dias anuais.	Em 1928 as entidades representativas têxteis industriais de São Paulo e Rio de Janeiro propuseram assistência médica, licença remunerada em caso de acidentes de trabalho ou doença, licença maternidade, além de feriados e folgas previstos em calendários industriais.	A indústria perdeu, e o direito a férias ainda seria reforçado pela legislação trabalhista da Era Vargas
Código de Menores	Desfavorável. Apesar de reconhecerem a sua	Os industriais defendiam 12 anos	Em 1929 a Indústria

²² Elaboração própria a partir de Lima (2005, pp.75-132)

(1926/1929)	necessidade, consideravam seu conteúdo pouco original, uma cópia das leis dos países centrais, onde a lei estaria vindo a proteger a população adulta, vítima da concorrência dos menores de 18 anos, abundante no velho continente (diferentemente do caso brasileiro) Julgaram muito avançada a idade mínima de 14 anos, assim como a modalidade da lei em si. Veementemente contra a jornada diferenciada entre adultos e menores	como idade mínima, e sem distinção entre jornadas de crianças e adultos. Veementemente a favor do trabalho infantil, uma vez que o Estado seria incompetente em sua função escolar/educacional. Por outro lado, concordaram em limitar o trabalho noturno dos menores às 21:00.	foi finalmente derrotada no âmbito do Poder Judiciário. O Código de Menores proibiu o trabalho noturno de menores de 18 anos, e sua jornada seria de no máximo 5 horas, sendo uma hora de descanso.
-------------	--	---	---

Assim, o projeto político dos industriais “afirmado ao longo do período de 1919 a 1930, resultou da articulação entre a prática da iniciativa privada junto ao local de trabalho pelos patrões [...] diante da iminência da regulamentação das relações de trabalho” (LIMA:2005, p.134). Mas então seria o projeto político industrialista meramente *reativo* a choques de interesse junto ao BOC e demais lideranças operárias em conjunto? Qual seria a dimensão propriamente *propositiva* do projeto político industrialista?

Maria Ângela de Castro Gomes (1979, pp.308-312) já havia levado a cabo essa hipótese quando afirmou que o comportamento da burguesia pós-1930 é *reativo*, porque não usa fundamentalmente seu poder de iniciativa, mas sim seu poder de veto frente às reivindicações trabalhistas. Entretanto, nessa ação reativa é que a burguesia industrial conseguiria de acordo com a autora superar suas divergências internas e emergir como um “bloco”. A burguesia urbana não rejeitaria o intervencionismo de Estado a princípio, mas sim o condicionaria. A legislação sindical, por exemplo, estava ela mesma no centro da construção de um novo modelo de Estado, centrado na “paz social”. Carone por um caminho análogo tenta demonstrar a completa inadequação dos industriais nas relações políticas com os trabalhadores. Ao passo que sugere que as relações café-indústria – antinômicas, no entender desse autor – consistiram numa sempre

proeminente demonstração de poder por parte do café em contraste com a timidez da indústria, sempre na defensiva.

Da mesma maneira que interpretações como a de Carone, também encontram as interpretações de Gomes e Lima obstáculos de vulto frente uma questão: como explicar tanto a organização política industrialista no período, quanto os violentos choques ocorridos dentro das arenas estatais, as quais tem na Controvérsia Simonsen/Gudin cabal exemplo? Na verdade, ação e pensamento da direção do movimento industrialista em toda Era Vargas constituiu notável exemplo de participação política e luta pelo poder, numa tentativa insistente de submeter o conjunto social ao seu projeto político.

De fato a colaboração e compromisso de classes é de importância significativa no pensamento industrialista pós-1930. Entretanto ele é parte desse pensamento, de modo que uma dimensão propriamente *propositiva* teria que levar em conta além das relações capital/trabalho também as relações internacionais, a organização da produção, a questão dos direitos, a escolha ou não pelo regime democrático, e o significado da nação. E todos esses pontos seriam articulados de maneira orgânica e sistemática, de modo a constituir um corpo teórico consistente e coerente.

Mais ainda, uma retrospectiva na literatura especializada nos faz colocar em dúvida se fixar em 1930 o *break* entre tradição e modernidade faz sentido. Isso porque o próprio movimento de 1930 estava sendo forjado desde 1928 numa complicada luta pela hegemonia entre PD, o CIESP, a ACSP, o BOC e o tenentismo, de modo que o golpe parece ser muito mais um efeito do que uma causa de todo um processo político, articulado com a problemática modernização “pelo alto”.

Não é a toa que em 1928 Roberto Simonsen publica *Orientação Industrial Brasileira*, onde antecipa de maneira bastante rudimentar questões que seriam levantadas apenas nos anos 1950 pelo pensamento cepalino. Colocou em questão que para o país atingir a independência econômica naquele momento, seria necessário um regime aduaneiro o qual desonerasse a importação de matéria prima e onerasse a importação de manufaturados os quais tivessem um similar nacional. Protegendo a indústria, a produtividade aumenta, e com ela o valor real dos salários. Um regime cambial apropriado poderia garantir ao Brasil nichos de mercado no exterior, o que melhoraria o balanço de pagamentos e daria novo impulso à reprodução de capital. Dessa maneira, seria necessário antes de tudo capitalizar a economia nacional, o que significava desenvolver o próprio capitalismo no Brasil. Essa dimensão da reflexão

Simonsen aponta para o caráter propositivo e projetivo da idéia de construção da nação, no pensamento do intelectual orgânico do CIESP.

Com relação ao caráter do projeto industrialista, reativo/propositivo, aquele binômio não pode ser entendido em termos absolutos. Na verdade o “projeto” tanto não pode ser apenas proposição como também não apenas reação; mas certamente a proposição é um dos lados da moeda. Dessa maneira é que não julgo aceitável falar no projeto industrialista forjado na Era Vargas, principalmente no pensamento de Roberto Simonsen, como meramente reativo.

Pensando assim e tendo em mente o texto de 1928 de Roberto Simonsen, e pensando ainda no apoio dos industriais ao movimento que derrubou a República do Café-com-Leite em 1930, conclui-se pelo envolvimento direto do segmento industrialista nos acontecimentos de 1930. Foram eles muito mais atores do que expectadores da história.

2. Indústria e agricultura em unidade e contradição

Na interpretação clássica de Celso Furtado (presente em *Formação Econômica do Brasil*) o Estado ao manter uma política de proteção aos preços do café acabou gerando de maneira não intencional a capitalização do impulso industrializante nos anos 1930. Isso porque ao manter os preços do café as inversões foram canalizadas tanto para as agriculturas satélites ao café quanto à própria formação industrial baseada na montagem do complexo cafeeiro, consistindo num keynesianismo adiante de seu tempo.

Dessa maneira, um novo impulso é dado a industrialização nos anos 1930²³ devido ao colapso da capacidade para importar, resultante da Grande Depressão. Entretanto, a modernidade brasileira seria um processo problemático e difícil dada a presença de uma dualidade estrutural que é o que caracteriza o subdesenvolvimento, mesmo porque aí o próprio capitalismo padece de sua incompletude.

Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* mostra que o caso brasileiro e latino-americano são singulares, sem precedente nas economias centrais. Isso porque o elemento dinâmico das economias européias consistiu na criação, pela ação empresarial, da sua própria procura, impulsionada pela oferta (lei de Say).

²³ Simonsen já havia percebido que a industrialização no Brasil teve um impulso no pós-1930 que parecia irreversível: de acordo com seus levantamentos, o valor da produção industrial de São Paulo mais que dobrou no período 1929-1938, sendo que no mesmo período aproximadamente o contingente operário paulista crescera 80%. Ver Anexo 3

Nas economias periféricas, como a do Brasil, se deu o inverso: primeiramente houve uma demanda plural e reprimida, que seria atendida apenas e somente pelas importações. É a partir de 1930, com o progressivo e paulatino colapso da hegemonia cafeeira, que se forma um núcleo industrial para atender essa procura preexistente de manufaturas.

Para Furtado existe formação tendencial de poupança nas economias periféricas mais complexas. O problema é que mesmo essas economias tem dificuldade de manter sua capacidade para importar, elemento crucial para adquirir bens de equipamento, fator indispensável para garantir a produtividade, o que mantém o equilíbrio da balança de pagamentos. A queda cíclica da capacidade de importar trás consigo duas tendências: a corrida às importações de bens duráveis e não-duráveis de caráter supérfluo; e o investimento na indústria de construção civil. Ambas comprometem o crescimento econômico porque não realimentam o sistema produtivo com a formação de novos capitais fixos que garantam a reprodução de bens de capital em geral.

A superação da condição de subdesenvolvimento para Furtado depende da expansão desse núcleo industrial formado a partir dos choques pelo lado da oferta, provocados pela Grande Depressão de 1929. Com o colapso da capacidade para importar, a industrialização atende às necessidades da substituição de importações. Essa expansão coincide com a integração da sociedade nacional enquanto sociedade capitalista. A estrutura social que Furtado pensa nesse arranjo compreende três instâncias principais: um setor da economia basicamente de subsistência; um setor mercantil-exportador; e um setor industrial, cujo crescimento vinha sendo pautado na substituição de importações.

Esse processo de integração, segundo Furtado, é lento e disruptivo, pois implica que o núcleo industrial absorva a economia de subsistência, a qual – além de resistente a mudança – atravanca o desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento volta a esbarrar nos impasses criados pelo Brasil arcaico, o qual permite a existência firme e teimosa da dualidade estrutural.

Entretanto, recuperar a trajetória das relações entre café e indústria, ou mesmo entre agricultura e indústria, na perspectiva dualista nos faz cair num problema fundamental: como explicar a presença de tal dualidade como estrutural, uma vez que indústria e agricultura possuem uma relação forte entre si? Foi o próprio Furtado quem observou que da política de proteção ao café vieram as condições de formação de capital para a indústria, assim como o café conseguia redistribuir o capital entre as

agriculturas satélites integradas ao complexo exportador. Por outro lado, mesmo a agricultura como setor mais geral da economia brasileira esteve presente no Congresso de Economia: algodão, maniçoba, açúcar, cacau, e cerealista. Notadamente o café não estava representado, uma vez que tanto os outros segmentos agrícolas como a indústria eram francamente contra a continuidade da proteção cafeeira. Todavia, Simonsen lamentaria a ausência do setor cafeeiro no I Congresso Brasileiro de Economia (SIMONSEN: 1944, p.10), com o qual nunca fechara definitivamente as portas da diplomacia.

Mas seria um dualismo estrutural café-indústria? Para falar em dualismo estrutural é necessário lidar com uma envergadura ampla da sociedade: a dualidade é arcaico/tradicional x moderno/industrial, e não apenas dois segmentos da economia, apesar da ampla importância deles. Mesmo assim não seria razoável pensar um dualismo indústria-café, porque ao passo que ambos estavam em conflito, também estavam em complementaridade.

É nesse sentido que outra vertente do debate prefere lidar com uma unidade orgânica e contraditória entre café e indústria. O principal proponente dessa ideia é Sergio Silva (1978: pp 95-98). Para esse pesquisador a indústria como força modernizadora nasce imiscuída tanto com o comércio importador quanto com o café, com os quais irá cada vez mais colidindo à medida que aparecem as limitações impostas pelo café ao ciclo claramente ascendente da indústria. Embora a burguesia imigrante fosse o núcleo do nascente segmento industrial, guardara todavia relação umbilical de nascença com o comércio de importação:

[...] grande parte dos mais importantes representantes da burguesia industrial nascente, em particular da burguesia industrial paulista, a principal fração da burguesia industrial brasileira, chega ao Brasil como imigrante no final do Século XIX ou início do Século XX e trabalha como importador. Matarazzo começa como importador de óleos alimentares, farinha e arroz. Os irmãos Jafet, Crespi, Diederischen também começaram no setor de importação. Roberto Simonsen – um dos mais importantes líderes da indústria brasileira já na década de 1920 – foi também importador. (SILVA: 1978, p.96)

Silva sugere que conforme os interesses da indústria e do café se tornavam mais conflitivos, na medida também que a indústria francamente se desenvolvia no primeiro quartel do século XX, essa unidade tornava-se cada vez mais instável. A série de mudanças sociais que decorriam do próprio avanço da industrialização – notadamente, a urbanização, e a montagem em larga escala de um sistema de abastecimento de energia elétrica – provocavam o abalo do

status quo agrarista, de modo a acentuar ainda mais a contradição café/indústria. O que fica desta constatação é que a organização de interesses avança juntamente com a transformação social e a cisão entre agricultura e indústria, de modo que a condução do processo pede *direção*.

Francisco de Oliveira e João Manuel Cardoso de Mello também rejeitam a tese dualista demonstrando que a modernização como processo dependeu e mesmo se alimentou do arcaico de modo que não haveria cisão, mas continuidade frente ao fato de que as forças que conduzem essa modernização na verdade transformam o sistema na finalidade de conservá-lo.

Mesmo a dualidade básica entre café e indústria parece difícil de se explicar frente ao fato de que a indústria absorveu quantidade significativa de capital oriundo do café. De acordo com João Manuel Cardoso de Mello (1988, p.100, 104), a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. A burguesia do café se motivou a investir na indústria pela baixa dos salários no momento de auge do café, assim como pelas medidas de proteção (tarifas aduaneiras) e incentivo (isenções fiscais) aos segmentos da indústria. Esse processo foi conflitivo e contraditório visto que o padrão de acumulação industrial foi impulsionado e limitado pelo café ao mesmo tempo.

Para João Manuel esses impasses inerentes à condição retardatária da indústria decorrem do próprio caráter retardatário do capitalismo no Brasil. Maria Sylvia de Carvalho Franco já havia argumentado que práticas econômicas pré-capitalistas eram remanescentes da dificuldade imensa que passou a gênese do capitalismo no Brasil. Para a autora de *Homens livres na ordem escravocrata* a condição dos homens brancos, livres e pobres da colônia, fora *sui generis* por conta da sua própria condição marginal no sistema: eles eram a rigor dispensáveis em tal sociedade. Essa estranha singularidade advém da expropriação incompleta que tiveram o que não permitiu que fossem proletarizados, mas permanecessem na marginalidade do sistema como produtores para subsistência. A consequência desse processo foi a ausência de um mercado de trabalho no século XIX.

Maria Sylvia de Carvalho Franco argumenta que não se pode admitir a existência de uma sociedade de classes no século XIX não apenas por causa da ausência de um mercado de trabalho, mas também pela falta de uma mentalidade capitalista. Para tal mentalidade se constituir seria necessário que o agente principal do processo de acumulação operasse na racionalidade impessoal e capitalista. E para essa autora esse agente foi o comissário: inicialmente como um representante do fazendeiro, o comissário foi progressivamente para o centro do sistema uma vez que seu potencial de

acumulação era imenso frente ao do fazendeiro. Além de intermediar a venda do café às casas exportadoras, eles mesmos se tornaram comerciantes do café, e sua acumulação de capital lhes permitiu que desempenhassem o papel de banco – uma vez que foram consignatários da produção do café. Entretanto, os critérios de prioridades e tomadas de decisão dos comissários ainda eram pessoalistas e parentais, de modo que persistiu a ausência de uma ordem ético-jurídica moderna e racional para regular essas relações.

A ausência de uma mentalidade capitalista e uma ordem ético-jurídica impessoal e racional foi um fator importante na persistência crônica de um sistema pré-capitalista de produção. Maria Sylvia de Carvalho Franco mostra que a simples presença do elemento “escravo” não conota um modo de produção escravista ou asiático. E isso porque o que ordena o sistema são relações mercantis que envolvem compra e venda de trabalho. Dessa maneira a existência da escravidão se encerrava na instituição que ela era, mas não era ela quem ordenava o sistema. Assim, e apesar de práticas pré-capitalistas serem preponderantes na esfera da produção, tratava-se de relações mercantis de produção, ainda que esse capitalismo incompleto e singular não tivesse contido em si propriamente um mercado de trabalho. Para a autora, não se pode dizer sequer que houve até aqui uma sociedade de classes.

João Manuel Cardoso de Mello atribui *essa* ausência como fator preponderante para o caráter retardatário do capitalismo brasileiro. Esse economista coloca exatamente nesse ponto a sua crítica ao pensamento da CEPAL: o pensamento cepalino teria errado em duas linhas de interpretação. A primeira foi supor que a condição latino-americana consistiria numa situação de subdesenvolvimento, como se o próprio capitalismo brasileiro não tivesse sido *sui generis* e sua própria formação, e nisso Mello recorre à interpretação de Franco, mostraria essa singularidade. A segunda linha de interpretação, e decorrente da primeira, seria considerar que a industrialização resolveria os nós górdios do desenvolvimento brasileiro. Nesse ponto Mello e Francisco de Oliveira mostram como não apenas os salários estagnaram no período de industrialização acelerada (1956-1961) como a renda real mesma caiu proporcionalmente no período, o que mostra que a industrialização não apenas não dividiu a riqueza gerada, como o aumento da renda resultou também em sua concentração.

Decorreu daquele caráter retardatário da formação do capitalismo brasileiro também o atraso crônico do processo de industrialização. Resolver o problema, em pleno século XIX, de uma ausência de um mercado de trabalho para os tomadores de decisão do período implicou numa saída ao gargalo: *ou* a manutenção da escravidão,

que manteria o sistema funcionando, mas com morte anunciada, *ou* a implantação do assalariamento e um acerto de contas com quatro séculos de escravidão. Mello sugere que uma indústria cujo regime de trabalho fosse a escravidão seria inviável frente ao assalariamento, em vista do que os custos do trabalho escravo são muito maiores e mesmo os mecanismos de incentivo são absolutamente limitados à coerção. Assim, a solução para a falta do mercado de trabalho no Brasil foi a imigração subvencionada.

Foi o senador Vergueiro quem, na década de 1850, empreendeu pioneiramente a imigração européia para os cafezais, prestando esse serviço para si e para outros fazendeiros, ávido por mão de obra a explorar após a abolição do tráfico negreiro, no mesmo ano. O trabalho escravo chegou a coexistir com o trabalho livre, o qual era mais explorado proporcionalmente ao aumento da imigração, uma vez que os custos do traslado atlântico era repassado aos próprios colonos. Inicialmente, foi feita a opção pela *parceria* como modo de organização do trabalho. Os fazendeiros financiavam a viagem dos imigrantes da Europa até as fazendas no interior de São Paulo, assim como outras espécies de gêneros necessários para a estadia deles, assim como uma casa, em troca do seu trabalho, até que pudessem honrar com os compromissos dessas dívidas. (STOLCKE: 1986, pp.19-21)

O sistema de parceria não deu certo por causa das fraudes cometidas pelos fazendeiros em termos de dados sobre os preços do café, as taxas de câmbio desfavoráveis, dívidas dos imigrantes, e pouca transparência em relação às indenizações que os fazendeiros deviam a eles por diversos motivos, entre os quais relacionados às lavouras de subsistência. Revoltas como a liderada por T. Davatz eram sintomáticas em relação a esse comportamento inadimplente pelo lado dos fazendeiros. O sistema de parceria, apesar de menos eficiente que o assalariamento, foi escolhido pelos fazendeiros do oeste paulista por causa do elemento de incentivo que ela significava: como parte da produção retorna para o próprio trabalhador, ele intensificará o seu trabalho, e o fará melhor da próxima vez. Entretanto, o sistema de parceria falhou no que se diz criar uma força de trabalho disciplinada e confiável, de modo que as revoltas – motivadas pelas constantes fraudes dos fazendeiros – minaram a base da parceria. (STOLCKE: *idem*, pp.22-27)

Além do que o reembolso que os fazendeiros impunham aos imigrantes anulava o efeito daquele “incentivo”. A estabilidade do sistema se torna mais problemática em vista do enorme potencial de luta dos imigrantes, visto que o problema crônico do Brasil

era justamente a falta de mão de obra disponível. Esse potencial seria amplamente aproveitado pelos imigrantes em suas lutas com os fazendeiros. (*Idem*, pp.30-31).

Mello argumenta que os impasses provocados pelos conflitos entre fazendeiros e imigrantes significaram um novo ponto de estrangulamento no processo de consolidação de um mercado de trabalho e, por conseguinte, de dar contornos mais delineados para o capitalismo brasileiro. Verena Stolcke (1986) sugere que o problema da falta de mão de obra afetou o processo desde o início e que mesmo as soluções buscadas e acordadas *a posteriori* esbarrariam no mesmo problema. A autora mostra isso ao descrever a tentativa de implementação do contrato de alocação de serviços, frente ao completo fracasso da parceria. A tentativa de reformar a lei de parceria em 1879 foi para que os imigrantes fugitivos das fazendas, ou os que não honrassem a dívida da viagem, fossem presos. Entretanto a própria prisão seria uma penalidade para os fazendeiros, visto a falta de braços para a lavoura.

O colonato, que consistiu num sistema misto de remuneração por carpa e por colheita, prevaleceu até a década de 1960. Embora esse sistema tivesse consistido em uma maneira bem sucedida de controlar a força de trabalho, não seria a única. Nesse complicado contexto de tentativa de forjar um mercado de trabalho e mesmo uma sociedade de classes, a rebeldia dos imigrantes realmente significava um impasse poderoso. A lei de 1879 perdeu completamente o sentido quando em 1884 a Assembléia Legislativa de São Paulo concedeu gratuitamente passagens para trabalhadores destinados à lavoura, e mesmo foi revogada em 1890. (STOLCKE: *idem*, pp.40-41, 43)

Também foi em 1884 que o governo imperial optou pela imigração em massa para a lavoura. Era a única maneira de manter os salários mais baixos o quanto possível, sem o uso da violência direta (SILVA: 1978, p.80). Essa política de imigração se manteve até 1914, fazendo chegar em São Paulo cerca de 900 000 imigrantes. O próprio colonato continuou nos anos 1890 principalmente porque a cultura de alimentos fora desprezada em razão do primado cafeeiro. Assim, a reprodução da força de trabalho foi possível graças às roças de subsistência. (STOLCKE: *idem*, pp.42-45) Essas roças de subsistência foram a base para as agriculturas satélites do café, de modo que foram a base do complexo cafeeiro exportador, complexo esse que deu base social para a diversificação da economia agrícola e, num segundo movimento, a indústria de bens de consumo não-duráveis.

O processo problemático e disruptivo de consolidação da sociedade de classes no Brasil legou o caráter retardatário do nosso capitalismo. Essa condição de

capitalismo tardio acarretou o caráter tardio também do processo de industrialização. Isso porque decorreu do processo singular de formação do *lôcus* econômico a unidade entre café e indústria, e por vários motivos. A imigração subvencionada massiva, iniciada nos anos 1880 com a finalidade de pressionar os salários para baixo, gerou uma massa miserável de imigrantes, e impulsionou o êxodo rural, gerando um exército industrial de reserva nos grandes centros urbanos. Além disso, gerou mercado interno, porque também gerou assalariamento. Além disso, a diversificação da economia e o aporte possibilitado pelo complexo cafeeiro permitiram que a indústria em São Paulo crescesse e se desenvolvesse.

Existe um consenso significativo na literatura especializada sobre a importância da expansão cafeeira e o processo de industrialização, pois ambos estão em ciclo conjunto (SILVA:1978; MELLO: 1988; STOLCKE: 1986; CANO:1998, pp.25, 273; OLIVEIRA: 1978). Integrada ao complexo cafeeiro exportador, a indústria gerou capacidade endógena de investimento mas com uma parte da capitalização vinda do exterior, porque o próprio café é a principal linha de exportação, até 1956.

De acordo com João Manuel Cardoso de Mello dois foram os principais momentos da expansão do café. Primeiramente, a taxa de acumulação cafeeira é menor ou igual a acumulação financeira. Nesse quadro, o aumento dos lucros brutos do café empurram pra cima os preços no mercado interno, gerando inflação, o que beneficia a indústria por receber capital do setor cafeeiro indiretamente.

A inflação derruba o cambio, ao passo que o café consegue garantir altos preços no exterior. O cambio baixo segura a importação de bens supérfluos, o que evita a corrosão das disponibilidades externas. O *output* do processo é um acúmulo de capital no setor industrial, em especial de bens de consumo não duráveis porque se propagam mais rapidamente por exigir menos capital e equipamento para produzir (SILVA: *idem*, p.105).

O segundo movimento é mais drástico: a constante acumulação pelo café e busca de poder aquisitivo no exterior leva à maxidesvalorização cambial, o que quer dizer que cada vez menos a economia interna consegue importar bens de consumo. Mas a busca incessante leva a uma superaceleração da taxa de acumulação cafeeira a qual, tornando-se maior do que a acumulação financeira, faz com que o reinvestimento seja sempre insuficiente. Assim, apela-se para o governo e para o capital financeiro internacional, para dar força a taxa de rentabilidade interna. Essa é a fase ascendente do

ciclo. Nessa fase, a indústria acumula e concentra capital, assim como incorpora progresso técnico e equipamento.

Na etapa declinante do ciclo o preço do café despenca porque a produtividade foi muito alta, decorrente da superaceleração da taxa de acumulação cafeeira. Ao passo que os preços do café no mercado internacional são derrubados pelo excesso de mercadoria disponível, a rentabilidade da indústria nacional decola, principalmente porque o Estado, precisando equilibrar a própria balança de pagamentos em transações correntes, tenta angariar recursos através de tarifas aduaneiras (*idem*, pp.105-106). O resultado não esperado pelos *policy-makers* é a alta rentabilidade do capital industrial nacional, em vista da proteção combinada com alta de capitalização. Por outro lado, a queda vertiginosa dos termos de troca do café colapsam a capacidade para importar, atirando o sistema ao seu esgotamento, desencadeando a crise.

Assim é que o capital cafeeiro em sua robusta expansão gerou a sua própria negação, ao possibilitar os alicerces da indústria, que por sua vez teve ampla capacidade responsiva com relação a crise de 1929. (MELLO: 1988, pp.106-107) Entre 1933-1955 houve industrialização *restringida* por conta da fragilidade das bases técnicas e financeiras do eixo de acumulação, o qual cada vez mais migra da agricultura para a indústria. O problema aqui novamente é que a capacidade produtiva não consegue crescer a frente da demanda, condição fundamental para a internalização do centro de decisão. Esse quadro parece mais dramático em vista do atraso crônico tanto infra-estrutural quanto técnico e tecnológico, decorrente da industrialização retardatária e da pouca importância que a indústria pesada conseguiu junto a hierarquização de prioridades, em relação a indústria de bens de consumo onde a tecelagem foi exemplo cabal. (*idem*, pp.110-113)

O ponto de discordância entre a tese do capitalismo tardio e a explicação pela unidade contraditória café-indústria está precisamente no fato de que o café não responde completamente pelas condições para a industrialização em São Paulo. Como exposto acima, fatores como a expansão da rede elétrica e a urbanização não decorrem unicamente da expansão do café, mas sim são causa e consequência do avanço da industrialização. (SILVA: 1978,p.99)

De acordo com a tese da unidade orgânica café-indústria o ‘capitalismo retardatário’ não explica sozinho a condição subalterna da indústria frente a agricultura no Brasil, e tampouco a trajetória de seu próprio crescimento. A industrialização será explicada como produto histórico da inserção da economia brasileira no capitalismo

mundial, ou seja, a industrialização no Brasil decorrerá de um movimento historicamente necessário. Todavia é importante assinalar que, por causa exatamente disso, os movimentos causados pela expansão/retração da economia cafeeira é quem produzirão condições políticas para o desenlace da industrialização em São Paulo, por conta da imigração, urbanização, e, claro, consolidação da mão de obra livre.

Uma última abordagem dissonante merece atenção para os propósitos dessa dissertação. Consiste na tese de Wilson Suzigan sobre a proeminência da política econômica para o sucesso da industrialização brasileira. Mesmo reconhecendo o papel dos choques adversos no contexto político para a escolha da alternativa industrialista – ainda que Getúlio tivesse feito essa escolha um tanto tardiamente – a política protecionista, ainda que difusa e acidental (SUZIGAN: 1978, pp.46-47), e a política cambial da Era Vargas possibilitaram um ambiente econômico-político para que a indústria pudesse sobreviver, e posteriormente se expandir. Nas palavras do autor:

A partir da década de 1930, entretanto, o investimento e a produção industrial passaram a ser favorecidos pela política econômica e tornaram-se menos vulneráveis às crises econômicas e financeiras internacionais. De fato, a industrialização brasileira durante a década de 1930 avançou independentemente da crise no setor agrícola exportador, beneficiou-se de políticas econômicas expansionistas, e substituiu importações que haviam sido restringidas em virtude da escassez de divisas decorrente da crise do café e da Grande Depressão. (SUZIGAN: 2000, p.370)

Capítulo 2

O processo de organização de interesses no pensamento industrial brasileiro.

1. A trajetória do pensamento industrial brasileiro até a Era Vargas

Carone, em *O Pensamento Industrial Brasileiro* (1977, p.6), mapeou e sistematizou o percurso do pensamento industrial brasileiro entre 1822-1945. Segundo Carone, já havia sido singular o surgimento de uma associação profissional corporativa e reivindicatória, favorável à industrialização, anteceder a Indústria propriamente dita em 1822. A primeira geração de industrialistas nasce da formação da Sociedade Auxiliadora da Indústria, em 1824, mas apenas numa onda pós-1880 – onde aparecem os nomes de Antônio Felício dos Santos, Serzedelo Correa, A. Cavalcanti, Américo Werneck e Vieira Souto – que a representação dos industriais torna-se significativa, embora as representações de classe estivessem estadualizadas. Boschi (1977, p.63) também havia assinalado que a primeira associação *significativa* de organização de interesses entre os industriais foi de 1904, no Centro Industrial do Brasil, entidade resultante da fusão entre o Centro de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e a Sociedade Auxiliadora da Indústria.

Uma segunda geração de industrialistas aparece nos anos 1920 – com Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, João Daundt D'Oliveira, Otávio Pupo Nogueira, entre outros – com maior amadurecimento teórico, e os organismos representativos centralizados no governo federal. A antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria, criada em 1820, havia dado origem ao Centro Industrial do Brasil, no Rio de Janeiro. Em 1931, esse Centro se transformará na Federação Industrial do Rio de Janeiro. Em 1928, os industriais paulistas – liderados por Francisco Matarazzo e Roberto Simonsen – se reúnem em torno do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, que dará origem à FIESP. Os industriais estavam reunidos em São Paulo em torno da Associação Comercial, de modo que o movimento de cisão de 1928 – liderado por Jorge Street – o qual deu origem ao CIESP é um marco decisivo na organização política dos industriais (DECCA:1988,

p.159). Além da contínua centralização da representação de classe, também a pressão contínua sobre o governo central é marcante no período pós-1930. (CARONE: 1977, pp.6-12)

Em termos de afirmação institucional, Boschi (1977, p.64) destaca que a formação no Rio de Janeiro da Confederação Industrial do Brasil (CIB), herdeira direta do Centro Industrial do Brasil, consistiu numa resposta ao processo de mudança observado nas relações entre Estado e sociedade no período. Frente às mudanças na estrutura do Estado quando de suas aspirações pelo controle de setores chave do desenvolvimento econômico, os industriais passam a se organizar numa instituição de âmbito nacional, numa tentativa de integrar as diversas federações regionais já existentes. E assim, em 1933, o Centro Industrial do Brasil se torna a Confederação Industrial do Brasil.

Em termos de afirmação política, levando em consideração a mudança radical da indústria brasileira em termos de importância político-econômica, Carone sublinha que – no período de 1928/1940 – a indústria está em segundo plano com relação à agricultura no plano político, uma vez que a política nacional ainda gira em torno das oligarquias²⁴. Em termos de afirmação teórica, o segmento industrialista forma sua identidade a partir de uma leitura superficial dos clássicos da economia política, mesmo porque é limitada a questões de ordem prática e imediatista. Esses pontos pragmáticos consistem no ataque ao livre cambismo, na reivindicação de protecionismo alfandegário por parte do Estado, e a rejeição da idéia de opostos indústria “natural” *versus* indústria “artificial”. (CARONE: *Idem*, pp.14-8)

Esse par consistiria na idéia de que a indústria nacional deveria beneficiar apenas artigos nacionais, ou provenientes de matérias-primas nacionais, o que colocaria a indústria em posição de mero complemento com relação à agricultura. Um caso exemplar foi em torno da fabricação de artigos de juta no início dos anos 30: seria, de acordo com esse argumento, a fabricação de artigos de uma indústria “artificial” uma

²⁴ Verena Stolcke precisa 1950 como ultimo marco da hegemonia do café. Renato Boschi (1979, p.61) sugere que, ainda que o café fosse hegemônico até o fim da Era Vargas, na década de 1930 a indústria de São Paulo era bastante significativa, e possuía grande diferenciação interna. Em termos de país, existia uma minoria de indústrias (cerca de 10%) relativamente grandes e que significavam uma elite não subestimável. Isso nos permite dizer que nos anos 30 a indústria conseguia fazer frente, economicamente pelo menos, aos setores primários – pensando no gradiente de heterogeneidade produtiva e concentração/acumulação do capital.

vez que a juta é proveniente da Ásia, e o “natural” seria o fabrico de roupas a partir do algodão. (*Idem, Ibidem*)

Entretanto, Carone não leva a sério a organização de interesses entre os industriais como processo de luta tanto dentro da burguesia quanto com a classe trabalhadora e o Estado. Em parte concordo com Ângela Castro Gomes quando ela atribui a um caráter “reativo” a formulação do projeto industrialista, mesmo porque a turbulência do período 1932-1937 deve ter, pelo menos, condicionado os industriais a defender os seus interesses num âmbito mais amplo que o meramente econômico-corporativo. Devo discordar dela *em parte* porque reação à conjuntura e proposição teórica e projetiva são duas faces de uma mesma moeda chamada formulação de projeto político.

Carone por outro lado sugere que a indústria até o fim da Era Vargas padece de sua condição inelutavelmente subalterna. Mas aqui também é necessária uma crítica à Carone, no sentido em que não levou em conta o aumento concreto da importância do segmento industrial entre 1928-1945. Tanto o capital industrial se avoluma em caráter expansivo, quanto a própria indústria de bens de capital se expande. Entre 1920-1940 o consumo de cimento aumenta em 4,42 vezes, ao passo em que o consumo de ferro-gusa aumentou na ordem de 3,3 vezes; concomitantemente, a produção nacional de ferro-gusa aumentou de 5 a 141 mil toneladas no período 1924-1940, enquanto no cimento o Brasil já tinha praticamente a auto-suficiência em 1940 (97,5% do cimento consumido no Brasil era de produção nacional)²⁵.

É bem verdade que o café é o carro chefe das exportações brasileiras até 1954, quando perde a dianteira da balança comercial para o minério de ferro. Entretanto, o crescimento industrial no período foi formidável e houve mesmo amplo acúmulo de capital nas disponibilidades no exterior. Na verdade, foi uma falta de política industrial quem permitiu a dilapidação dessas reservas em bens de consumo supérfluos no pós-1945.

Além disso, o deslocamento do eixo de acumulação capitalista na economia brasileira do café para a indústria consiste num processo de longa duração²⁶ com base tanto no crescimento do setor industrial e das exportações industriais; quanto da progressiva organização e tomada de consciência política dos industriais, assim como o amadurecimento dessa consciência.

²⁵ Baer: 1966, p.26.

²⁶ Braudel: 1992, p. 41-77.

2. Uma singularidade do pensamento industrial

Miceli fez um mapeamento sobre a formação de uma elite intelectual no Brasil entre 1920-1945 a qual é necessário ser revisitada. Isso porque apesar de Miceli explicar a condição política dos intelectuais no período frente ao crescimento do colosso do Estado, a condição intelectual/política dos industriais é *sui generis*.

De acordo com Miceli, entre 1930-45 a centralização autoritária do poder político levou a uma “construção institucional” das instâncias do Estado, cujo objetivo foi agrupar os diversos interesses dentro do colosso estatal que se formava. A condição dos intelectuais nesse quadro é de “cooptação”. Entre 1930 e 1939 são criados quatro ministérios: em 1930, os Ministérios da Educação e Saúde Pública, e do Trabalho, Indústria e Comércio; uma série de conselhos de Estado entre 1934-9, entre eles: Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP, 1938), o Conselho de Imigração e Colonização (1938), o Conselho Nacional de Águas e Energia (1939), o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP, 1939), entre outros. A entrada no serviço público de integrantes das baixas camadas da classe dirigente, através dos contingentes extra-numerários das repartições, possibilitou a sustentação política do regime, uma vez que – e de uma vez – resgatou aqueles rebentos das camadas pobres da classe dirigente, e reorganizou os quadros administrativos do Estado. Daí o êxito na estratégia de cooptação por meio de admissão no estamento burocrático. (MICELI: 1979, pp.133-137)

Esse mercado de postos públicos passa por uma centralização de controle por parte do Estado, que torna-se recrutador, seletor e treinador dos portadores de diplomas superiores. O Estado torna-se, dessa maneira, a principal via de legitimação do trabalho intelectual e cultural dos trabalhadores diplomados. (*Idem*, p.138) Embora não chegaram a monopolizar certo segmento dentro da elite burocrática do Estado, os intelectuais tenderam a se concentrar em cargos de altos vencimentos, seja em tempo parcial ou afins, em serviços de consultoria, cargos de confiança e novas carreiras que a situação exigia. O ingresso nas fileiras do estamento burocrático tornou-se a principal via de cooptação dos intelectuais pelo Estado, culminando no êxito nas relações entre Estado e *intelligentsia*, no sentido de conquista do apoio dos intelectuais ao poder estabelecido. (*Idem, Ibidem*, pp.139, 143-145)

A abertura de postos de trabalho os quais exigissem especialização beneficiaram os portadores de saber técnico de nível superior, uma vez que se cria um mercado de trabalho próprio para eles. Como a atividade desses trabalhadores de saber técnico especializado cresce de acordo com a intervenção (direta ou não) da intervenção do Estado. Com o crescimento da ossatura do Estado no período, e com as relações de clientela entre intelectualidade e poder público, o Estado torna-se árbitro nos assuntos culturais. Ao mesmo tempo, a produção intelectual passa pelos álibis nacionalistas, de orientação estatal obviamente, levando os intelectuais cooptados a se definirem como porta-vozes da sociedade – uma vez que os anos 30 seriam marcados pela questão nacional, principalmente no campo das idéias, tanto em termos de política quanto de mentalidades. E assim tomou corpo a idéia de “cultura brasileira”. (*Idem, Ibidem*, pp.157-159)

Ainda que não controlasse totalmente o mercado intelectual, o poder público definiu, de maneira majoritária, os padrões de legitimidade intelectual. O trabalho no serviço público conferiu *status* aos currículos profissionais dessa camada diferenciada – condição que seria habilmente utilizada pelo ministro Capanema. Em geral o trabalho dos intelectuais no serviço público não condizia com sua condição cultural. Apenas os educadores e os pensadores autoritários (Oliveira Vianna, José Maria Bello, Gilberto Amado, entre outros) foram recrutados pelas suas competências específicas. A função desses pensadores foi basicamente fornecer uma alternativa ao poder oligárquico e ao liberalismo da Carta de 1891. (*Idem, Ibidem*, pp.159-161, 165-166).

Os pensadores industrialistas representam uma importante exceção à linha de argumentação de Miceli, por três motivos.

Primeiramente, fizeram parte significativa de um novo projeto de nação pós-30, mas sua área de atuação não começa dentro do aparelho estatal ou das relações clientelísticas-anatolianas da República Velha. A primeira representação dos industriais data de 1824, e consistiu na Sociedade Auxiliadora da Indústria, num contexto o qual os industriais não formam hegemonia, pois ela estava com os setores ligados à cafeicultura.

Em segundo lugar, não seriam recrutados para o serviço público pelas suas competências exclusivas (mesmo porque já tinham ocupação e estabilidade de renda no setor privado); mas participariam de conselhos federais – tais como o Conselho Federal de Comércio Exterior e a Comissão Nacional de Planejamento Econômico – principalmente ao que toca o debate em torno do planejamento da economia nacional. A

ocupação pelos industriais nessas arenas constituem muito mais conflito do que consentimento com a hegemonia (em crise) do café.

Em terceiro, e embora tenham participado nesse sentido das instâncias estatais, seus espaços reivindicatórios onde se concretiza sua consciência corporativa de classe estão fora do aparelho de Estado, e independem dele²⁷. Essas três diferenças nos levam a concluir que a formação dos intelectuais orgânicos da burguesia industrial do período operou em arenas exteriores ao Estado, tais como a FIESP e os congressos reivindicatórios do segmento industrialista. A singularidade que significa uma exceção importante frente ao modelo construído por Miceli consiste, portanto, precisamente que: ao que toca o caso do pensamento industrialista, tanto na Era Vargas quanto na democracia populista, o processo que ocorreu não pode ser chamado de “cooptação”.

Antes disso, o amadurecimento intelectual do pensamento industrialista deve ser percebido de duas maneiras: primeiramente como elaboração intelectual, na medida em que supera a ambigüidade presente em seu pensamento entre liberalismo e protecionismo; e num segundo movimento, *como* essa superação resulta na formulação de um projeto político de um grupo o qual, dada a progressiva modernização da sociedade brasileira e as metamorfoses que resultam desse processo, cada vez mais ocupa um lugar central no sistema político brasileiro.

Situar os industrialistas como segmento envolvido na luta pelo poder implica em ver dois processos: o de progressiva aproximação desse segmento de um lugar central no sistema político; e acompanhar sua elaboração intelectual rumo à formulação de um projeto de sociedade. Entende-se por ‘industrialista’ entre as décadas de 1920-1940 toda e qualquer pessoa que viesse a aderir ao movimento pela industrialização e proteção planejada à indústria nacional. Industrialistas poderiam ser ou não industriais, e mesmo a carta de fundação do CIESP em 1928 esclarece essa assertiva. Para fins dessa dissertação, é necessário situar industriais e industrialistas pensando naqueles dois processos historicamente determinados numa unidade orgânica propriamente, mesmo porque os dois processos são imbricados, relacionados e simultâneos.

Os industrialistas – e principalmente seus intelectuais orgânicos – são uma influência decisiva na questão do planejamento. O pensamento industrial brasileiro

²⁷ Penso principalmente aqui nos Congressos industrialistas dos anos 1940, onde essa tomada de consciência se configura de maneira *sui generis*. Há o processo inverso: membros da alta burocracia estatal, militares e políticos participam dessas arenas de discussão privadas. O próprio Getúlio Vargas – embora praticamente não tivesse voz naquele fato pontual – foi presidente de honra do I Congresso Brasileiro de Economia.

sofreu de uma verdadeira “esquizofrenia intelectual”, orbitando entre liberalismo e protecionismo, até que uma ideologia lhe conferisse lógica interna, elaborando e homogeneizando o pensamento. Industriais costumavam reivindicar proteção, e simultaneamente pensavam o *mesmo* Estado na matriz liberal, cuja interferência na economia é quando muito um mal necessário. Notadamente, a ideologia que guiará essa elaboração intelectual será o industrialismo da direção do complexo FIESP/CIESP, e cujo principal intelectual orgânico será Roberto Simonsen.

Ao que toca o binômio planejamento/libre-cambismo, podemos pensar em Galbraith²⁸ e desprezar a idéia de oposição natural entre mercado e planejamento. Para esse economista americano, aquela oposição tornou-se obsoleta uma vez que o mercado – enquanto principal agente responsável pelo equilíbrio econômico – tornou-se fraco com relação ao equilíbrio econômico. Estado e grandes empresas deram significativo impulso a um fluxo constante de inovações, o que demonstra um grande dinamismo e capacidade de modernização tecnológica das economias ocidentais. As relações entre Estado e o grande capital tornou-se de complementaridade. Isso é facilmente explicável por Galbraith: a fixação de um salário mínimo e as políticas de pleno emprego corrigem as grandes oscilações do sistema, o que possibilita o desenvolvimento econômico pelo planejamento.

Assim é que para Galbraith certos tipos de empreendimento atingem tamanho grau de magnitude que o Estado é o único cliente possível (caso da relação entre o Estado americano e soviético com relação a compra/desenvolvimento de armas na guerra fria). Por último, a modernização da força produtiva implica na necessidade de um grande contingente de mão de obra com alto grau de especialização, assim como a longa maturação das empresas desse segmento. Esse último componente conta como fator inelutável para a relação de *complementaridade* entre Estado e grande capital.

É grande a semelhança com o processo em curso nos anos 40, nas relações entre Estado e segmento industrialista no Brasil. O desenvolvimento econômico acelerado e planejado consistiu numa resposta a demanda reprimida gerada pelo conflito mundial de 1939-1945. Esse processo repercutiu no Brasil em dois tipos de situação: *interna*, no sentido de que o consumo de insumos e artigos tipicamente industriais (caso do ferro-gusa) cresceu na medida em que também aumentou a demanda por manufaturados

²⁸ *O Novo Estado Industrial*, 1982.

reprimida; e, relacionada com a interna, a *externa*, principalmente pensando nos desdobramentos da II Guerra Mundial e nos Acordos de Washington de 1942.

Esse quadro demonstra uma significativa interferência do governo da economia pensando no aumento de acumulação de capital que isso significou. Francisco Corsi, por exemplo, assinala que apenas os Acordos responderam por 60% das exportações brasileiras no período (CORSI: 2000, pp.218-219).

E mesmo o processo político que significou o estabelecimento de uma legislação trabalhista na Era Vargas, assim como as várias políticas de imigração de mão de obra subvencionada praticada pelos governos brasileiros até 1914, demonstra que o crescimento econômico até então já vinha significando certa *complementaridade* entre capital e Estado. Aqui se nota uma curiosa contradição dos liberais nos anos 1940: argumentam pela escassa mão de obra na agricultura, e condenando a intervenção do Estado na economia, como se as “vantagens comparativas” no campo não tivessem nenhuma relação com a imigração subvencionada, praticada pelos governos desde as primeiras levas de imigrantes com o senador Vergueiro. Todas essas constatações sobre o processo objetivo demonstram como Simonsen foi um leitor lúcido e exemplar do seu tempo histórico.

Entretanto, mesmo assim o caso brasileiro apresenta impasses. Um fator de relevância nessa constatação é a diferença substancial desse quadro com o modelo de Galbraith. Uma comparação entre o poder da burguesia no Brasil com a dos Estados Unidos mostra uma diferença discrepante. Mesmo assim, dada a participação ativa da burguesia industrial (notadamente a paulista e a fluminense) nas tomadas de decisão dentro do Estado, através dos Conselhos, mostram que o argumento é, no mínimo, análogo. E mesmo um projeto de desenvolvimento acelerado, principalmente nos anos 1940, leva a burguesia a ocupar um lugar central no processo, porque no caso brasileiro do período trata-se propriamente do desenvolvimento do *capitalismo* no Brasil.

Por outro lado, a organização de interesses entre os industriais levou, principalmente nos anos 1940, à formação de um projeto industrialista de nação que por sua vez disputou a hegemonia com o projeto liberal, este último formulado no núcleo de economia da FGV e no CPE. Essa luta consistiu em optar ou não pelo planejamento da economia, planejamento esse pensado inicialmente para uma “queima de etapas” e aceleração do desenvolvimento econômico. Essa luta pela hegemonia, que se desdobraria nas décadas de 1950/1960 condicionou interferência praticada pelo aparelho estatal na economia.

Por último, é necessária uma observação sobre a ambigüidade que o pensamento industrial passa no período, pelo menos até Roberto Simonsen, no binômio protecionismo/liberalismo. Fernando Henrique Cardoso (1964) afirmou que os industriais em São Paulo padeciam de uma contradição interna de interesses inelutável até os anos 1950. Tal contradição consistia na ambigüidade dos industriais entre liberalismo e protecionismo. Essa última conclusão, para os fins desse trabalho, se mostrará enganosa.

De acordo com Cardoso o formidável crescimento da indústria paulista foi resultado da ação capitalista dos *capitães-de-indústria*. Cardoso denomina assim o empresário tradicional, dotado de “espírito de aventura”, oscila entre indústria e comércio, praticando deliberadamente a especulação sistemática como método de acumulação de capital. Sua mentalidade é ambígua. Ao passo que querem empreender uma “grande indústria”, sentem-se contrastados pela falta de capitalização, e a buscam no Estado.

Esses *capitães-de-indústria* encaram o Estado de maneira maniqueísta: por um lado, alegam que o dever do Estado como protetor da indústria nacional contra o capital internacional; por outro, temem a intervenção estatal, alegando a natureza do Estado como mau gestor; e o pedido de socorro ao *mesmo* Estado à menor dificuldade que lhe aparecem. (CARDOSO: 1964, pp.133-6)

Os *homens-de-empresa*, diferentemente dos *capitães-de-indústria*, nada tem a ver com aquela visão tradicionalista do capitalismo. Os *homens-de-empresa* tem suas preocupações voltadas para o conjunto da sociedade, o que significa que tem o desejo de desenvolver um capitalismo *ipso facto* no Brasil, colocando em pé de igualdade os interesses da “classe produtora” com a “questão nacional”. (*Idem*, pp. 140-1, 149).

Dessa maneira, a Controvérsia Simonsen/Gudin significou a negação dessa tese em vista do significado do processo político dos anos 1940: a consolidação do projeto industrialista de nação nos Congressos industriais, e a luta pela hegemonia travada entre liberalismo e industrialismo no mesmo período, em particular 1944-1945 nas arenas do Estado. Além disso, e como ficará demonstrado nesse trabalho, o projeto industrialista superou o âmbito meramente econômico-corporativo para se apresentar como pretensamente hegemônico. Cardoso também negligenciou as diferenciações internas entre os industriais. Sergio Silva (1978, pp.81-91) e Renato Boschi (1979, p.61) mostram como na burguesia industrial dos anos 1930-1940 existiu uma forte

diferenciação entre os segmentos industriais, em termos de força motriz (em cavalos-vapor), capital aplicado, produtividade, e organização política.

Dessa maneira, podemos concluir que essa forte diferenciação repercutiria em ampla desigualdade dentro do segmento industrial, de modo que os interesses nesses diversos níveis seriam distintos, assim como seriam também diferentes as interpretações que cada um desses ramos da indústria teriam do próprio processo o qual estavam envolvidos.

Comprovar essa constatação implica em investigar os debates entre os industriais nos seus *locus* particulares de discussão e deliberação. O I Congresso Brasileiro de Economia significou esse *locus* na medida em que houve ampla organização de interesses e formulação de projetos e propostas de amplo alcance. Nesse sentido, o I Congresso ele significou em larga escala uma homogeneização e elaboração intelectual do industrialismo do *hinterland*, de modo a consolidar um projeto político de âmbito nacional. O pensamento econômico-político realizado no Congresso faz cair por terra a generalização feita por Cardoso por uma psicologia retardatária do pensamento industrial.

A questão concisamente pode ser, agora sim, formulada nos seguintes termos: o pensamento econômico-político dos grandes capitais da indústria incluiriam ou não os pequenos no projeto que estava sendo formulado e consolidado?

Nesse ponto pode-se dizer que o *projeto industrialista previa a participação ativa de pequenas e médias indústrias*. Simonsen atribuía a uma rede de pequenas e médias indústrias a colonização do interior, condicionada por estudos de geografia econômica que pudessem dizer *onde* poderiam se criar *que* indústrias. Além do mais, plantas industriais reduzidas diminuiriam o risco de uma concentração perigosa de operários dividindo o mesmo chão de fábrica; assim como sugeria que menores vilas operárias dariam aos trabalhadores talvez melhores condições de vida que a massificação dos grandes centros urbanos (“proletariado”) poderia oferecer. (VIEIRA: 1987, pp.115-119)

E pode-se mesmo dizer que esse projeto *tornou-se* hegemônico entre os industriais. Um giro completo nesse princípio e mesmo uma ruptura mais radical com a acepção simonseana de um projeto industrialista de nação apenas começaria em 1980 com a campanha vitoriosa de Vidigal Filho, dando início a uma progressiva guinada para um projeto neoliberal. Assim, duas lutas dentro da FIESP são notáveis nesse sentido: as eleições de 1980, e 1992 no complexo FIESP/CIESP. (BIANCHI: 2004,

pp.147-156, 231-261). Até 1980 os industriais ainda continuariam a corroborar com a política de substituição de importações, e nada indica que sua postura tenha mudado de maneira significativa na relação política entre pequenas, médias e grandes empresas.

Pode-se dizer, portanto, que na década de 1940 os industriais (fosse no âmbito paulista, ou fluminense, ou mesmo nacional) nem eram uma massa homogênea, e tampouco deixaram de percebê-lo, por um lado; por outro seu projeto mesmo abarcaria os pequenos e médios empresários para dentro do sistema. A concepção de Cardoso sobre a mentalidade industrial dos anos 1940 é, portanto, enganosa.

O que se percebe é uma singularidade do pensamento industrial brasileiro nos anos 1940: o abandono daquela ambigüidade de que padeciam os industriais, ao passo que formulam um projeto, propositivo propriamente, de nação. Mais ainda, o *como* o debate estava amadurecido no pensamento industrial de tal maneira que antecedeu em grande medida uma agenda que seria colocada no *mainstream* do período 1945-1964.

É também preciso agora interligar pensamento e ação, tendo em vista dois processos imbricados: (I) a elaboração intelectual do pensamento e projeto industrialista; juntamente com (II) o processo político de construção da hegemonia varguista em par e em conflito com a industrialização.

Parte II

Os Contendores do Debate

Capítulo 3

O pensamento de Roberto Simonsen

Existe atualmente ampla bibliografia sobre Roberto Simonsen. Basicamente duas abordagens principais: as que dividem a obra do autor em fases de elaboração intelectual (VIEIRA: 1988; CEPÊDA: 2004; ROMPATTO: 2004); e as que tratam da obra como uma unidade continua (MAZA:2002; FANGANIELLO: 1972; CAETANO: 1985). Todos os estudos levam em consideração as pretensões de Simonsen em torno da construção da nação. Todos destacam em maior ou menor medida a interpretação de Simonsen sobre o papel e o lugar da classe trabalhadora, cujas demandas deveriam parar de ser tratadas como mero “caso de polícia” mas sim englobadas no projeto político.

Maza por exemplo dá uma ênfase muito acentuada na interpretação de Simonsen a partir do mundo do trabalho e sugere que o central no pensamento simonseano seria uma pretensão a taylorização da sociedade. Fanganiello por outro lado dá forte ênfase para a unidade da obra. Para a autora, Simonsen foi um protecionista declarado, ao contrário de Amaro Cavalcanti, por exemplo. Foi claramente influenciado pelas idéias de Frederick List, assim como adepto da idéia de sistema econômico nacional. Para Simonsen, a riqueza potencial não é riqueza porque a ninguém beneficia. Assim, é necessário transformar as potencialidades em produção. Dessa maneira, riqueza e bem-estar dependeriam basicamente: do trabalho e do progresso técnico. (FANGANIELLO: 1970, pp. i-iii)

Mesmo ela já afirmava que Simonsen antecederia o pensamento desenvolvimentista das décadas seguintes. A ideologia industrialista de Simonsen consistiria principalmente na conciliação entre liberalismo e intervencionismo estatal, se desdobrando na harmonização entre interesses públicos e privados. A engenharia condicionaria o pensamento de Roberto Simonsen, de modo a cristalizar no pensamento do autor a importância da *técnica* no benefício material e, portanto, espiritual da sociedade.

Caetano corroboraria dessa idéia apontando que houve uma continuidade no pensamento de Roberto Simonsen, de modo a explicitar uma solidez e um sentido a sua obra. Roberto Simonsen, a partir dos anos 1910, instituiu a organização científica do trabalho como método de administração de suas empresas, de modo a estabelecer um controle social mais geral sobre os trabalhadores a partir do modo de organização do trabalho. Numa dimensão mais estrita, o taylorismo como modo de organização do trabalho e regime de acumulação. Numa dimensão mais ampliada, a “cidade” como lugar da própria sociabilidade, lugar esse disciplinado e esquadrinhado. A paz social e a idéia de “colaboração” corroboram dessa ideologia, pela qual os trabalhadores estariam incluídos no sistema de modo a ampliar o mercado interno e o controle dos movimentos sociais pela ordem social hegemônica. A religião cristã (em especial o catolicismo) entra como força valorativa da ética do trabalho e da família, instrumentos de controle social sobre a classe trabalhadora. (CAETANO: 1987, pp.275-276)

Assim, o industrialismo consistiu na ideologia que deu consistência intelectual a essa ordem de coisas, assim como constituiu um projeto político hegemônico e global. Seu *locus* por excelência foi o CIESP, e seu principal intelectual, Roberto Simonsen. Enquanto projeto *hegemônico*, Caetano entende hegemonia – tal como Raymond Williams – numa dimensão propriamente cultural de legitimação da ordem social hegemônica.

Assim é que no discurso do empresariado nota-se uma valorização do trabalhador nacional, com vistas ao compromisso entre as classes e o crescimento do mercado interno de consumo. Por outro lado, essa inclusão da massa trabalhadora no sistema político brasileiro pós-1930 significou também uma inclusão elitista, no sentido de que propostas e projetos políticos *de* trabalhadores foram progressivamente marginalizados em prol da hegemonia industrialista/desenvolvimentista em gestação. A “nação” entra aqui como a hierarquizadora de prioridades, sendo invocada a cada dificuldade – tácita ou em potencial – que a luta de classes poderia desencadear. As rearticulações de alianças que isolaram do poder as propostas da classe trabalhadora aconteceram essencialmente: na Constituinte de 1932 e no Golpe do Estado Novo de 1937. (*idem*, pp.272-274)

O problema dessas abordagens é que elas não dão conta da elaboração do pensamento de Simonsen. Por se tratar de um autor de fases, cada qual possui tensões e questionamentos internos, de modo que num sentido geral podemos colocar o sentido dessa elaboração intelectual como a superação no pensamento simonseano da

ambigüidade que sofre entre intervencionismo e liberalismo. Esse par de opostos foi tratado de maneiras diversas, de modo que um mapeamento feito por outra corrente do debate (CEPEDA *idem*; VIEIRA *idem*; ROMPATTO: 2005) tende a classificar em três fases.

Em uma primeira fase, os textos escritos entre 1912-1928 consistem fundamentalmente em textos de ordem técnica, entre os quais sobre o calçamento de Santos e a construção de quartéis para o Exército. Tanto Rompatto quanto Cepêda englobam os primeiros trabalhos técnicos de Simonsen de 1912, notadamente *Os melhoramentos municipais de Santos*; Rosa Maria Vieira, como acentua importância nodal ao taylorismo no pensamento de Simonsen, faz a marcação inicial em *O Trabalho Moderno*, de 1919. Todavia é consenso que na primeira fase da obra de Simonsen existe uma caracterização da organização científica do trabalho, em franca oposição aos métodos empiristas da época. Aqui já é evidente que Simonsen ambicionaria arquitetar um modelo de organização não apenas o mundo da produção, mas sim o conjunto amplo das relações econômicas da sociedade, em torno da racionalização do trabalho e no aumento da eficiência produtiva. O texto em destaque é *O Trabalho Moderno*, de 1919, sendo que os demais textos dessa fase foram reunidos numa compilação de (provavelmente) 1933, *À Margem da Profissão*.

Existe um relativo dissenso em relação ao mapeamento da segunda fase da obra de Simonsen. Apesar disso, existe um consenso para seu início: 1928, *Orientação Industrial Brasileira*. Nesse texto Simonsen reconsidera diversas posições em relação a fase anterior, a começar pela relação agricultura-indústria: de fato, continua sendo pela complementaridade entre as duas atividades produtivas, todavia a indústria não vem mais a reboque da agricultura, mas sim o inverso; existe a necessidade clara de fomentar a indústria nacional para além de sua dependência com o setor mercantil-exportador.

O dissenso aparece tanto na natureza da segunda fase quanto no seu término. Para Rompatto o texto de 1937, *A Indústria em Face da Economia Nacional*, já caracteriza o início da terceira fase. De acordo com o autor a ruptura de Simonsen com a noção de Estado que tinha antes é bastante radical e marca o início da fase nacional-desenvolvimentista no pensamento simonseano (1937-1948). A diferença mais marcante do pensamento de Simonsen nessa fase em relação à fase anterior – fase industrialista (1928-1937) – seria a re colocação do papel do Estado: não mais regulador de atividades, mas agora criador da própria indústria de base. (ROMPATTO: 2004, p.40)

Já Rosa Maria Vieira sugere que, embora seja um autor de fases, as rupturas no pensamento de Simonsen não são radicais, uma vez que o fio ideológico não se rompe. E esse fio é a pretensão racionalizadora das relações de produção, daí a posição privilegiada da indústria em seu pensamento (VIEIRA: 1987, pp.36-37). Estabelece 1919, com *O Trabalho Moderno*, como marco inicial do pensamento de Simonsen. Seguindo amplo consenso na literatura especializada, aponta 1928 como ruptura no pensamento simonseano, enquanto superação da fase pré-industrialista (1919-1927) em direção à fase industrialista (1928-1939). Essa ruptura se daria pela cisão provocada em 1928 dentro da Associação Comercial de São Paulo, entidade que representava tanto o comércio quanto a indústria em São Paulo. Nesse ano é organizada uma chapa exclusiva de industriais, encabeçada por Jorge Street; com a derrota da chapa, ela rompe com a Associação e é fundado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Essa seria a primeira ruptura mais radical: a diferenciação dos interesses entre comércio e indústria. A separação com a agricultura seria de maior dificuldade, ocorrendo apenas na terceira fase.

De acordo com a autora, entre 1931-1939 o pensamento de Simonsen passa por mudanças nas suas principais formulações. Ao passo em que deixa a postura defensiva abandona, gradualmente, o paradigma do livre-cambismo, até o momento mesmo de franca oposição a ele. A influência de Manólesco no pensamento Simonseano também cresce na medida em que Simonsen volta os olhos para a organização social e política no país, uma vez que vai dando formas ao argumento da necessidade da industrialização como questão nacional. À medida que essa formulação irá se elaborando, também ganha força no pensamento simonseano a convicção de que a industrialização é o único meio de elevação do padrão de vida, assim como amplia paulatinamente suas críticas com relação à estrutura fundamentalmente agrária da economia brasileira. Todavia, nessa fase Simonsen ainda, de acordo com a autora, não superaria o nível da formulação tópica, uma vez que não especifica com clareza as formas concretas de intervenção do Estado na economia, embora já reconheça a sua necessidade para a industrialização. (VIEIRA: 1987, pp.66-68). Foi em *Evolução Industrial do Brasil* (1939) que Simonsen teria superado o aspecto conjuntural de sua análise, ao introduzir na explicação do problema nacional o aspecto histórico da característica periférica da economia brasileira – a qual seria apontada cada vez mais como causa do problema da pobreza e do balanço de pagamentos.

Cepeda, por outro lado, enfoca duas rupturas principais no pensamento de Simonsen: a primeira, e seguindo o consenso na literatura, é o texto de 1928, *Orientação Industrial Brasileira*, onde Simonsen começa a inverter a equação agricultura-indústria; e a segunda, mais radical e rompendo com o ideário liberal, consiste na radicalização de Simonsen, “colocando a supremacia do projeto industrial como inequívoca e avançando em direção à via de desenvolvimento nacional” (CEPEDA: 2003, p.309). E certamente *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil* (1943) inaugura a terceira fase ao causar a segunda ruptura fundamental no pensamento de Simonsen, uma vez que assentaria de maneira decisiva a necessidade de protecionismo e planejamento econômico, tendo percebido a tendência ao aumento do fosso entre países ricos e pobres – e o agravamento que essa tendência teria no pós-II Guerra (*idem*, p.79).

Para a autora o pensamento de Simonsen passa por três fases principais: “*fase I* (aliança indústria-café); *fase II* (primeira ruptura – afirmação da industrialização); *fase III* (segunda ruptura – o projeto nacionalista).” (CEPÊDA: 2003, p.159) Essas rupturas se dariam num movimento da margem para o centro do pensamento do autor, na transição entre o empresário e o intelectual. Cepêda argumenta que o central na segunda fase do autor são os sucessivos e descontínuos movimentos que Simonsen faz do liberalismo que o caracterizara – inclusive na própria condição de industrial – em direção ao pensamento nacional desenvolvimentista que desenvolveria – e a autora defende que tal pensamento antecederia no Brasil as principais idéias-força da CEPAL. Todavia, esse processo de elaboração intelectual é descontínuo e vacilante, e apenas em *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil* (1943) é que Simonsen faria uma escolha mais decidida pelo protecionismo e planejamento econômico pelo Estado.

Todas as interpretações de ênfase etapista do pensamento de Simonsen apontam para uma ‘esquizofrenia’ intelectual no pensamento do intelectual orgânico da indústria: na segunda fase do pensamento do autor, existe ainda um choque entre liberalismo e intervencionismo. Os principais textos dessa fase são: *Orientação Industrial Brasileira* (1928), *As Crises no Brasil* (1930), *As Finanças e a Indústria* (1931), *À Margem da Profissão* (s/d), *Ordem Econômica, Padrão de Vida e Algumas Realidades Brasileiras* (1934), *Aspectos da Política Econômica Nacional* (1935), *História Econômica do Brasil* (1937), *A Indústria em Face da Economia Nacional* (1937). Simonsen acreditava que as crises nacionais eram decorrentes das crises

de ordem econômica, relacionadas ao câmbio e à “saúde” da moeda. Entendia que o principal motivo para tais distúrbios seria a inépcia dos tomadores de decisão com relação à política econômica. Nesse sentido já apontava nessa fase à necessidade da figura do técnico em economia em acordo com o “homem de negócios” tanto no entendimento dos problemas quanto nas tomadas de decisão.

Relativa à incoerência no pensamento de Simonsen, o qual ele vai resolvendo gradualmente ao longo da segunda fase, é nítida em pelo menos dois problemas cruciais: o papel do Estado, e os limites ao *laissez-faire*. O mesmo Estado que deveria guiar a classe empresarial, desenvolver tecnologia dentro do país, regular a política monetária, e investir onde o capital nacional fosse fraco para superar pontos de estrangulamento; é o mesmo Estado incompetente na questão cambial, e que deveria dar mais espaço às reivindicações e recomendações das classes patronais em termos de política trabalhista e econômica em geral. Os limites ao livre câmbio constituem também terreno pouco sólido no pensamento de Simonsen. Ao mesmo tempo que defende um aumento da renda nacional, entendendo que os salários devem se elevar com esse aumento, uma vez que geraria mercado interno para a indústria, e conseqüentemente poupança interna, Simonsen por outro lado é vacilante quando a questão é salário mínimo. Por outro lado, defende a negociação direta entre patrões e empregados na negociação salarial e de direitos, sugerindo que a arena estatal ou judiciária constituem espaços pouco “convenientes” para tal acerto.

A superação dessa ambigüidade no pensamento de Simonsen é apontada em diferentes matizes na literatura especializada como marco da segunda para a terceira fase do pensamento do autor. Já citei as três principais interpretações, o que me dispensa de repetir o argumento. Todavia é necessário dizer que é com muita dificuldade que Simonsen irá se descolar do liberalismo que herdara na condição de capitalista da indústria, em direção ao industrialista/desenvolvimentista que o caracterizaria como intelectual orgânico dos segmentos industriais.

As análises sobre o pensamento de Simonsen nesse período convergem em termos gerais porque complementares. Simonsen apenas irá superar o âmbito meramente conjuntural de sua análise da economia e na formulação de um projeto político quando recolocar o papel do Estado e recolocar uma agenda para o interesse nacional. Não é mais uma questão de câmbio apreciado ou cadente, ou se a inflação deva ser controlada com mais ou menos abertura econômica ou tributação, ou mesmo se alguns ramos industriais precisam ser protegidos; passará a ser uma questão de entender

a natureza do sistema econômico – e que ele tanto afeta quanto é afetado pela estrutura político-social – em seus aspectos *estruturais*. Assim, o câmbio não é sozinho o principal problema dos termos de troca, mas sim a natureza da pauta de exportações, a qual reflete a organização da economia nacional – esta última sim passará a ser de importância central, e não o inverso. Todavia, essa elaboração político-intelectual, que vai de *Orientação Industrial Brasileira* (1928) até – primeiramente – *A indústria em face da economia nacional* (1937), será cheia de impasses e descontinuidades, avanços e recuos, de modo que aquela superação apenas poderia se dar de maneira gradual e paulatina.

A terceira fase do pensamento de Simonsen é a fase de maior maturidade intelectual, onde o projeto industrialista toma formas mais nítidas, e onde os problemas sociais e econômicos passam por uma interpretação mais decidida. Vou admitir para fins dessa dissertação que, embora a lavra de 1937 mostre um avanço significativo na elaboração teórica de Simonsen, apenas a partir de 1943 pode-se falar seguramente de uma terceira fase no pensamento do autor. Podemos afirmar aqui com segurança que essa segunda passagem no pensamento simonseano será uma transição entre 1937, com *História Econômica do Brasil* e *A Indústria em face da economia nacional*, e 1943, com *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos* e *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra*. A expectativa com o fim do conflito mundial e, particularmente após 1943, com a perspectiva do fim do Estado Novo marcam tanto um comportamento de maior proposição com a agenda e temas sociais por Simonsen, quanto a questão nacional emerge como nunca antes no pensamento do industrial. Nessa fase pode-se dizer que Simonsen se descola do liberalismo e resolve aquela contradição de que padece seu pensamento.

Podemos considerar como textos de transição entre a segunda e terceira fase *A Evolução Industrial no Brasil* (1939), e *Recursos Econômicos e Movimento das Populações* (1940). Do mais, pertencem também à terceira fase do pensamento de Simonsen os textos *Os Elos da Indústria* (1944), e os pareceres submetidos ao CNPIC e CPE nos quais esteve em *Controvérsia* com Eugênio Gudin, e dois textos relativos ao Plano Marshall – *O Plano Marshall e suas prováveis repercussões na América Latina* (1947), e *O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais* (1949).

Para Cepêda (2004, p.322) o que mais chama a atenção no pensamento de Simonsen na terceira fase é a relação entre a crítica ao plano Marshall e o conjunto

dos textos onde ele fez a defesa do planejamento econômico pelo Estado; essa combinação teria antecipado o pensamento cepalino em sua essência no pensamento simonseano.

De acordo com a autora, a ligação entre os textos de Simonsen sobre planejamento e a crítica ao plano Marshall levaram a uma antecipação de todos os argumentos cepalinos. Para Simonsen, uma vez que a posição dos diferentes países é desigual em termos de capacidade produtiva e tecnológica, há uma clivagem entre países supercapitalizados (produtores industriais) e subcapitalizados (agro-exportadores). As trocas sendo uma vez desiguais, e uma vez que a natureza da produção determina o valor agregado e, portanto, os termos de troca, a tendência é pelo aprofundamento da desigualdade entre países ricos e pobres – e não o contrário, como faria sugerir as correntes afinadas com a teoria das vantagens comparativas. A tendência ao monopólio pelos países supercapitalizados, juntamente com a especialização das economias nacionais dentro da divisão internacional do trabalho, leva ao aprofundamento da dependência das economias reflexas em relação às centrais. O escape para esse círculo vicioso seria: um crescimento “para fora”, no sentido de abandono das teses liberais ortodoxas do libre-cambismo nas trocas internacionais; e “para dentro”, no sentido de adotar o planejamento econômico como método, com vistas a organizar e disciplinar as forças produtivas, e com isso atingir o desenvolvimento econômico e social. (CEPÊDA: 2004, pp 322-323)

Além disso há um consenso na literatura especializada quanto à influência que List e Manoilescu exerceram no pensamento de Simonsen.

É notável no pensamento de Simonsen a influência de F.W. List. Para esse economista alemão, diferentes países tem diferentes trajetórias históricas de modo que o desenvolvimento da indústria na Alemanha do século XIX não poderia acontecer sem o protecionismo, e assim List tornou-se o primeiro teórico dessa modalidade de pensamento heterodoxo. List acreditava que o protecionismo era uma condição absolutamente temporária enquanto a indústria nacional não pudesse competir em condições razoáveis com o mercado internacional. Simonsen defenderia que o Estado brasileiro deveria proteger a incipiente indústria nacional enquanto ela não pudesse concorrer *vis-a-vis* com a grande indústria dos países centrais. Concomitantemente, deveria o mesmo Estado promover políticas industriais de incentivo à inovação e desenvolvimento tecnológico.

Também é notável a influência de Manoilescu, eminente pensador da doutrina corporativista, no pensamento de Roberto Simonsen. Manoilescu foi à época o autor referencial ao que toca a doutrina corporativista de organização do Estado e da sociedade. Para Manoilescu o corporativismo consistia na “doutrina da organização funcional da nação, enquanto as corporações são os órgãos que executam essas funções” (MANOILESCU: 1938, p.50). A corporação seria definida pela função nacional que ela exerce dentro da sociedade nacional, a qual consistiria num conjunto orgânico de corporações. Dois desdobramentos dessa idéia: primeiramente, o reconhecimento da existência concreta do indivíduo ainda que subalterna ao Estado, uma vez que no corporativismo (e de maneira diametralmente oposta ao liberalismo) o indivíduo não tem *direitos* mas sim *deveres* e está hierarquicamente subordinado à coletividade; e em segundo lugar a centralidade que a doutrina corporativista atribui à personalidade coletiva em detrimento da atomização individualista da sociedade moderna e liberal.

Decorre dessa centralidade a soberania do Estado corporativista. Para Manoilescu o Estado é a expressão máxima da coletividade nacional. Assim, é o Estado quem engloba a sociedade nacional e não o contrário como os contratualistas, por exemplo, poderiam sugerir. Dessa maneira é que para Manoilescu a finalidade (se bem poderia dizer que “finalidade” fosse propriedade de tal Estado) do Estado corporativista é o próprio desenvolvimento da nação. Assim é que o autor romeno sugere que a concepção pela qual o Estado seja neutro ou mesmo “agnóstico” é falsa uma vez que o próprio Estado ele mesmo é a encarnação de um ideal. Mesmo a sociedade nacional para Manoilescu consistiria num conjunto coletivo de indivíduos que compartilham dos mesmos ideais, o que faz da participação deles na grande corporação, de certa forma, voluntária.

Assim que para Manoilescu a existência da corporação e, por consequência, do Estado, superam em importância a existência individual (MANOILESCU:1938, p.48). Heterogênea em sua composição, a corporação é homogênea em sua finalidade. Isso porque as diferenças dela existem e são marcantes, tanto entre indivíduos mesmo como entre grupos. Dentro da sociedade nacional as corporações são formadas de acordo com a função nacional que desempenham, função industrial por exemplo. Entretanto Manoilescu argumenta que esse tipo de organização social não pode ser confundido com a mera representação profissional parlamentar porque a doutrina do corporativismo consiste numa forma de organização completa da sociedade, ultrapassando o âmbito meramente econômico. Notável é, portanto, os elementos da paz social e da concepção

orgânica da sociedade no pensamento de Manoilescu. Esses dois elementos primordiais serão decisivos também no pensamento de Roberto Simonsen.

O argumento a ser defendido nas próximas subseções é que o pensamento de Roberto Simonsen, constatado tanto a importância da doutrina corporativista no seu pensamento quanto o fato de ele mesmo ter antecipado o pensamento cepalino em suas principais linhas de força, demonstra o legado corporativista herdado ao nacional-desenvolvimentismo das décadas seguintes. Isso porque para Simonsen sustentar tais constatações que subsidiassem um projeto alternativo de futuro para o conjunto econômico e social, ele precisou também pensar tanto uma nova sociedade quanto um novo homem. Um novo papel do Estado, mas também um novo papel para o cidadão, para a cultura, e para a educação em geral. Não é apenas um conjunto de pautas numa agenda econômica e empresarial, mas o que Simonsen teve a oferecer – e isso principalmente na década de 1940 – fora um projeto político alternativo para a sociedade, voltado ao desenvolvimento econômico, político e social.

1. A primeira fase do pensamento Simonseano: da organização do mundo da produção à organização do mundo social.

A primeira fase da obra de Roberto Simonsen consiste em trabalhos que priorizam a organização científica da produção. De uma maneira geral, a leitura dos textos dessa fase mostram que Simonsen tanto almejava uma estrutura empresarial (industrial ou agrícola) mais competitiva – principalmente nos textos próximos do final da I Guerra Mundial – quanto enxergava na organização do trabalho uma via para a colaboração entre classes. Embora esse último apenas ganhasse contornos mais nítidos em *As Finanças e a Indústria* (1931), texto da segunda fase, em *O Trabalho Moderno* (1919) a idéia já estava bem colocada. A reboque dessa fixação de Simonsen com a organização do mundo da produção vem também uma preocupação com a afirmação do ideal do indivíduo moderno auto-referenciado e auto-interessado, assim como num sistema salarial o qual recompense o esforço individual e o qual descaracterizasse quaisquer identidades coletivas de classe.

Embora já existissem preocupações com a organização científica do trabalho nessa fase da obra, Simonsen ainda não defende um primado da indústria na organização do conjunto da economia nacional: sua posição é bastante defensiva, e

chega mesmo a apoiar declaradamente a manutenção de preços do café, em *A Política Brasileira de Defesa do Café* (1929).

Existe alguma divergência na literatura quanto às intenções de Simonsen acerca da insistência na idéia taylorista de organização do trabalho, sua formulação e implementação. Caetano argumenta que o taylorismo no pensamento simonseano vem a contemplar prioritariamente suas pretensões em disciplinar a classe trabalhadora. Juntamente com a moral cristã, a ciência “constituíam modalidades de controle social articuladas com o objetivo de tentar eliminar os conflitos de classe” (CAETANO: 1994, p.276). De acordo com Mazza, Simonsen condiciona e possibilita estratégias de controle social da classe operária a partir da taylorização do mundo da produção, a qual organiza toda uma ordem social e uma visão de mundo. Na verdade, Simonsen nas décadas de 1910-1920 estava preocupado com a própria questão da industrialização antes de tudo, uma vez que em 1919 a perspectiva era a da guerra econômica entre as empresas de diferentes países, a qual substituiria a guerra militar entre forças armadas; e estar preparado para essa guerra econômica implicaria em eficiência produtiva e capacidade competitiva, daí a necessidade de organizar cientificamente a produção. De uma vez, Simonsen tentava conter o movimento operário – os próprios trabalhadores da Companhia Construtora de Santos aderiram ao movimento grevista de 1917 – ao mesmo tempo em que tentaria convencer a diretoria da Companhia, e mesmo seus pares na indústria em geral, sobre a necessidade da organização científica do trabalho. (MAZZA: 2004, pp.92-93)

Mesmo Vieira já havia argumentado pela existência de um fio condutor irrompível no pensamento de Simonsen, o qual começa na organização científica do mundo da produção e cresce em direção à uma proposta alternativa de uma organização do conjunto econômico.

Cepeda por outro lado entende que a transformação intelectual de Simonsen seria demais radical em uma série de movimentos disruptivos. Na primeira fase do autor a preocupação “é comezinha: Simonsen discute como organizar, padronizar, apaziguar as forças envolvidas no processo produtivo” (CEPEDA: *op.cit.*, p.159). É ainda o Simonsen que não saiu da risca de giz da fábrica, preocupado com a produtividade, competitividade, e com a paz no processo produtivo. Mesmo a noção de “paz social” aqui ainda é algo incipiente e não supera o âmbito econômico-corporativo no sentido gramsciano no termo.

Ainda que o taylorismo tenha seu valor ao longo de todo o pensamento de Simonsen – as discussões no I Congresso de Economia em 1943 mostrariam a importância da produtividade no projeto industrialista em consolidação, e o papel fundamental do taylorismo nesse mapa mental – é importante reconhecer também que o intelectual orgânico da indústria agregou em seu repertório argumentativo elementos que superam em muito marcações que o limitam a simples difusor do taylorismo e conciliador de classes. Todavia, a organização científica do trabalho é um elemento importante e que fica no pensamento simonseano, daí a importância na compreensão da primeira fase do pensamento do autor, atentando como ele gradualmente se movimenta no campo político da organização da fábrica para a formação de alianças na relação de forças políticas em direção ao grupo social mais amplo.

Certamente o texto principal de Simonsen nessa fase é *O Trabalho Moderno*, de 1919. O livro consiste de três partes: *Pelo Trabalho Organizado*, discurso em comemoração ao fim da pandemia de gripe espanhola; *Pela Organização da Produção*, discurso de recepção ao ministro da agricultura; e *Pela Administração Científica*, relatório apresentado à diretoria da Companhia Construtora de Santos.

O primeiro texto, *Pelo Trabalho Organizado*, consiste num discurso na solenidade em comemoração ao final do surto de gripe espanhola, em dezembro de 1918. A gripe espanhola consistiu num surto repentino e generalizado do vírus influenza no mundo no ano de 1918, e ficou conhecida pelo caráter pandêmico de sua disseminação, assim como de suas altas cifras de letalidade (BRITO: 1997, p.12; *idem*, p. 27 nota 1). Nesse contexto – duplamente abalado, se somarmos os efeitos da gripe às repercussões da I Guerra Mundial – é que Simonsen discursa ao mesmo tempo para industriais e trabalhadores, jogando habilmente com o contexto para defender duas idéias-força que seriam desenvolvidas ao longo de sua vida: a conciliação entre classes, entendidas como paz social e condição para o desenvolvimento; e a importância do trabalho racionalmente organizado – aqui entendido como solução para a crise que a pandemia desencadeara, todavia um instrumento a permanecer depois de tal crise.

Simonsen fala aqui para um grupo heterogêneo, jogando de maneira hábil pelos dois lados principais – empresários e trabalhadores. Fosse como num primeiro momento cumprimentando os empresários pelos custos gerados pela contenção da pandemia, situação na qual se é obrigado a abrir mão dos anéis para não se perder os dedos. O “medo da morte” do qual fala Simonsen fora capaz de dar coesão social para o conjunto da sociedade, aumentando a solidariedade social e fortalecendo o organismo social.

Simonsen evoca justamente isso, os ganhos em se superar os limites do círculo dos negócios particulares e o lucro a curto prazo.

Os sacrifícios pecuniários que os directores de nossas empresas impuzeram aos seus cofres, pelos socorros que fizeram distribuir, pelo relativo conforto que vos procuraram proporcionar, se bem que figurem como sangrias vultosas em seus activos, representam, por certo, o dinheiro que até hoje tem sido mais bem gasto, porque não póde haver mais feliz padrão do valor do dinheiro que o determinado pela utilidade da sua aplicação em valor humanitário. (SIMONSEN: 1919, p.8)

O ideal de cooperação entre classes consistiu aqui na ligação forte entre o fato em evidência – o fim da gripe espanhola – e o fato em construção – a necessidade de organização taylorista do trabalho, e a conseqüente paz social que isso traz. A idéia de uma conciliação entre classes possibilitada por um aumento da produção e de melhores condições de trabalho, balizadas pelo planejamento científico da produção, aparece já em *O Trabalho Moderno*, embora Simonsen apenas desenvolverá o argumento de maneira mais ampla num texto da segunda fase, *As Finanças e a Indústria* (1931).

Simonsen na primeira fase mostra-se bastante inclinado a tal conciliação, e não raro tal tônica aparece em seus discursos. É emblemático, por exemplo, a defesa pela pretensa ‘convergência’ de interesses entre operários e patrões na Companhia Construtora de Santos, em discurso na solenidade de nove anos da Companhia, em 1921. O argumento é o mesmo: a fé no barateamento da produção, fruto da organização científica do trabalho, o qual valoriza os salários e recompensa individualmente os esforços. Afinal, o interesse pela saúde da empresa é o interesse em comum.

Posso assegurar-vos, meus amigos, que vossos directores vos têm constantemente, em suas cogitações [...] A preocupação de agir com a máxima justiça para comvosco é aqui continua [...] Collaborae sinceramente comnosco meus amigos, e vereis que o barateamento do custo da producção não está em antagonismo com a melhoria de vossas condições. (SIMONSEN: s/d, p.131)

A importância do conceito de taylorismo/fordismo e a maneira como Simonsen o pensa são de primeira importância no entendimento da primeira fase do pensamento do intelectual orgânico da indústria paulista. O caminho que Simonsen faz ao organizar o mundo da produção já aponta para a pretensão em pensar a sociedade nova que sai do movimento generalizado de organização do trabalho nas fábricas, e sua repercussão na sociedade e a própria transformação cultural e social que gera e é gerada por aquelas mudanças. A defesa pelo paradigma taylorista-fordista de organização da produção feita

por Simonsen o diferenciaria em relação à maneira como o empresariado tenderia a lidar com a difusão de tal paradigma.

O taylorismo-fordismo enquanto paradigma de organização da produção consiste basicamente no controle formal de tempos e movimentos da força de trabalho durante a atividade produtiva, com fins a maximizar a produção e minimizar os custos. Para fins de melhor compreensão, vou tratar do fordismo e do taylorismo em separado; todavia, tanto o paradigma taylorista quanto o fordista são antes de tudo regimes de acumulação e formas específicas de organização do trabalho.

O taylorismo – ou “organização científica do trabalho” – consiste na racionalização do processo produtivo com vistas a separação radical entre concepção (“gerência científica”) e execução (“chão de fábrica”); a pretensão de uma “administração científica”, exata e dedutiva, em oposição às técnicas “empíricas” de planejamento. É dessa maneira uma forma de organização do trabalho, uma vez que lhe dá *disciplina* e *ritmo* os quais são *calculados* por um corpo de especialistas de relação – no limite – fraca com a maquinaria pulsante da fábrica. Essa organização científica do trabalho passa ainda pelo controle de tempos e movimentos dos trabalhadores em atividade produtiva; harmonia no ambiente de trabalho; e o “rendimento máximo” em contraposição à “produção reduzida”, com vistas a maximização tanto da oferta quanto o impulso à demanda. (TAYLOR, 1970, pp.28-31, 40-3, 114-7, 123-7). Assim, o taylorismo é regime de acumulação uma vez que aumenta a produtividade e, com isso, gera consumo, o que dá impulso à produção, etc. ao mesmo tempo que dá *sentido* ao movimento do conjunto da sociedade.

F.W. Taylor (1856-1915), quando escreveu *Princípios de Administração Científica* (1970 [1913]), identificou interesses dos trabalhadores com os dos empregadores, uma vez que a prosperidade apenas poderia ser recíproca entre ambos, já que o aumento dos rendimentos entre ambos depende da eficiência produtiva, garantida pela administração científica do trabalho (TAYLOR: 1970, pp.30-1). A pretensão de Simonsen em conciliar capital e trabalho, e assim gerar aumento da produção – portanto da riqueza, portanto *natural* dos salários – e do bem-estar, permaneceria no pensamento simonseano nas décadas seguintes. Também ficaria e se desenvolveria no pensamento de Simonsen a disciplina do trabalho e a necessidade de instrução técnica, como bem assinala a literatura especializada (FANGANIELLO: 1970, p.iii; CAETANO: 1987, p.275; ROMPATTO: 2004, cap.IV)

Gramsci (2004, pp.241-2) chamou de fordismo o sistema de produção resultante “(...) da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática” pelo aparecimento de um “mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro baseado imediatamente na produção industrial (...)” e como tentativa de “superar a queda tendencial da taxa de lucro”. Derivação do taylorismo, o fordismo se caracterizou pela produção em massa – a qual impulsionaria a demanda – assim como pelo “compromisso fordista”: em 1914, Ford elevou de US\$ 2,50 a diária dos trabalhadores para US\$ 5,00, concomitantemente a enxurrada de assistentes sociais nas vilas operárias, no intuito de verificar o “bom uso” dos salários, ou seja, o combate ao alcoolismo (HARVEY:1992, p.122).

O fordismo também integrou a produção *verticalmente*, ou seja, todos os componentes dos automóveis da Ford eram fabricados dentro das mesmas instalações, o que implicou nas grandes plantas industriais. Também se destacam a figura do operário-massa e a conseqüente formação dos grandes sindicatos; no âmbito da produção, a fragmentação do trabalho, a consolidação do cronômetro taylorista, e a individualização radical dos processos produtivos – e em algumas vezes mesmo em termos de remuneração. Ao que toca a rotina do trabalho, a diferença é que enquanto o taylorismo parece fixar-se mais na otimização do uso do tempo pelo operário com a maximização da produtividade, o fordismo parece preocupar-se mais com a adaptação do operário à produção, no sentido de maximizar a produção mas diminuindo o esforço individual, através do controle de tempos e movimentos. (SIMONSEN: s/d, p.230)

No Brasil, a difusão do taylorismo (década de 1930) foi pensada a partir de uma tecnocracia industrialista, cuja instância estatal central nesse processo foi o IDORT (Instituto de Difusão da Organização Racional do Trabalho), fundado em 1931. Idealizada de cima para baixo, a organização científica do trabalho no Brasil foi incentivada e conduzida pelo Estado, e cuja política para o trabalho envolvia o treinamento para os trabalhadores – o que diferenciava de uma maneira bastante significativa do caso americano, onde a iniciativa privada conduziu as mudanças na organização do trabalho, e os sindicatos reivindicavam treinamento de pessoal. Soma-se a esse quadro a indiferença da burguesia industrial brasileira com o componente do “compromisso fordista”, o qual foi completamente ignorado por aqui. (VARGAS, 1985, pp. 160-1, 164-7)

Simonsen certamente consistiu numa exceção à regra e *O Trabalho Moderno* é prova dessa característica de vanguarda no pensamento simonseano: mesmo no final

dos anos 1910 Simonsen já entendia e argumentava que a formação de demanda (para a própria indústria, como ele viria a insistir em dizer) depende da formação e expansão do mercado interno, algo fortemente dependente do aumento salarial; todavia o qual dependeria, fortemente também, do aumento da produtividade e, por conseguinte, da taylorização da produção. Novamente, é importante salientar que essa idéia aparece de maneira muito incipiente na primeira fase do pensamento de Simonsen, de modo que apenas a desenvolveria com maior envergadura em *As Finanças e a Indústria* (SIMONSEN: s/d, pp.228, 230-235)

Na primeira parte de *O Trabalho Moderno*, é onde Simonsen pela primeira vez faz a ponte entre a necessidade técnica e o valor moral contidos na organização racional do trabalho. Aparecem aqui os quatro elementos principais do paradigma taylorista para se pensar o mundo do trabalho e a paz social: o “encontro” de interesses entre patrões e empregados, a individuação do trabalho e da remuneração, o aumento da produtividade pelo planejamento científico e eficiência produtiva, e o conseguinte barateamento da produção. A cooperação, e não a luta, entre as classes é quem poderia trazer o bem-estar social, e Simonsen mostra como a gripe espanhola foi uma oportunidade sem igual para se constatar isso:

O perigo da morte, a grande niveladora social, a comunidade de soffrimentos, aproximou-nos, patrões e empregados, auxiliares superiores e humildes operários – e dessa cooperação voluntária e consciente resultaram proveitos para todos nós, que sois os primeiros a constatar. (SIMONSEN: 1919, p.9)

A aproximação do abismo aproxima as duas classes pretensamente antagônicas no interesse comum de sobreviver à pandemia; o recado de Simonsen é que mesmo afastado o risco trazido pela doença, a cooperação é o que fica, e com ela a solidariedade e a paz social que isso gera.

Vêde o que podemos obter pelo entendimento directo e pela acção commum inspirada num espírito de solidariedade e de paz que deve sempre imperar entre os seres humanos. (*idem*, p.10)

O contrário dessa sociodicéia é a luta de classes: luta que desune, desorganiza, e cria conflitos, é a situação de discórdia e anomia social no sentido durkheimiano do termo; é o mal a ser evitado. No texto de 1919 Simonsen sugere que sequer é inerente ao espírito do trabalhador nacional idéias as quais provoquem a luta de classes, conjectura essa que se tornaria argumento nas fases seguintes. Mas o Simonsen da primeira fase é um liberal: a concepção orgânica da sociedade ainda não é claramente

corporativista; a liberdade que se tem a perder com a luta de classes é a liberdade dos liberais econômicos.

E, agindo com esse pensamento, sempre unidos, contribuamos para evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe as organizações artificiaes, os entraves á verdadeira noção de liberdade [...] (*idem, ibidem*)

Mas a conciliação entre as classes precisa de um fundamento econômico, ou seja, precisa ser algo sustentável em vista da ordem social, o que só é possível com a disseminação do bem estar. A tendência no pensamento de Simonsen, à primeira vista, parece também excluir um ‘compromisso fordista’ no sentido de aumento automático de salários; todavia as pretensões redistributivistas de Simonsen aparecem de outra maneira. Simonsen entendia que o *homens caros, mercadorias baratas* do fordismo só poderia acontecer no Brasil a partir do momento em que houvesse riqueza o bastante pra isso. Estava convicto que o “barateamento da produção, em todos os seus aspectos, precisa e deve ser almejado constantemente no vosso [trabalhadores] e no nosso [empresários] interesse”. (*idem*, p.11). Em *O Trabalho Moderno* Simonsen antes faz uma defesa da organização racional do trabalho para além dos limites da fábrica, em vista da valorização do trabalho e barateamento da produção:

Esse barateamento, porem, deverá ser conseguido, não á custa de vossos salários, mas sim pela obtenção da máxima eficiencia do trabalho! [...]

Nos Estados Unidos as empresas mais bem organizadas, isto é, as que conseguem produzir mas barato, são as que pagam os mais altos salários.

Dediquemo-nos, pois, a uma perfeita organização de nossos serviços – onde deverá predominar a disciplina inteligente e consciente, onde imperem os verdadeiros princípios da cooperação cordial entre patrões e operarios. (*idem*, pp.11-12)

No segundo texto de *O Trabalho Moderno, Pela Organização da Produção* (SIMONSEN: 1919, pp.17-29) é um discurso em saudação ao ministro da agricultura Pádua Salles, em Santos (27/12/1918). Esse texto seria incluído em *A Margem da Profissão* com o título *Orientação Agrícola Brasileira* (capítulo III). Simonsen nesse texto volta a exaltar a organização científica do trabalho, e evoca o ministério da agricultura pela sua organização. Todavia aqui Simonsen defende a organização da produção na agricultura, entendendo que ela é a matriz da economia nacional, daí que o **“Ministerio da Agricultura assume, portanto, preponderancia capital”** (*idem*, p.22, negritos de Simonsen). Assim, existe nesse momento um entendimento da

industrialização pela via clássica: primeiro desenvolver a agricultura, criando assim condições para o estabelecimento da base industrial.

Referi-me atrás ao valor da produção industrial americana; pois no desenvolvimento economico dos Estados Unidos a agricultura manteve e mantém papel preponderante! Foi nella que a America buscou os elementos de vida para as suas industrias, ás quaes a lavoura não fornecia apenas a matéria prima, proporcionava também ás usinas os seus capitaes. (*idem*, p.22, meus grifos)

Aqui fica bem evidente o papel da agricultura no pensamento de Simonsen da primeira fase. A agricultura é o eixo dinâmico da economia, e a indústria vem a reboque da hegemonia agrícola. Em *A política brasileira de defesa do café* (1929) Simonsen faz uma defesa declarada pela política de manutenção de preços do café, afirmando que a “política do café brasileiro é perfeitamente sã e que o declínio no saldo favorável da balança do commercio é apenas uma expressão arithmetica e não representa realmente um declínio nas condições commerciaes brasileiras” (SIMONSEN: s/d, p.189). Ainda nesse texto Simonsen reconhece o café como centro dinâmico da economia brasileira, porém afirmando que em nenhum outro país “se pode cultivar o café com character tão industrial como no Brasil” (*idem*, p.198).

Pela Administração Scientifica é o terceiro e último texto de *O Trabalho Moderno* (SIMONSEN: 1919, pp.33-44), e consistiu na introdução ao relatório à direção da Companhia Construtora de Santos. Nesse texto Simonsen descreve a organização da Companhia e propõe um sistema de salários que seja híbrido entre os dois tipos principais: remuneração por tempo e por tarefa. Simonsen argumenta que o primeiro tipo, apesar de amplamente reclamado pelas organizações sindicais de trabalhadores, é inaplicável, em vista da baixa produtividade que ele incentiva. O melhor sistema seria a remuneração por tarefa, mas curiosamente Simonsen irá rejeitá-la pela sua inviabilidade política: o sistema de remuneração por tarefa “usado, com relativo successo econômico, por varias empresas, tem sido infelizmente a causa de grandes discordâncias entre as duas classes, e hoje já não mais contribue para a productividade desejada” (*idem*, p.41). O maior problema no pagamento mensal por horas trabalhadas recai também no problema de provocar “o natural descontentamento dos [operários] mais capazes” (*idem*, p.42).

Dessa maneira, Simonsen propõe um sistema híbrido entre as duas remunerações: um pagamento referenciado na classe, mas com recompensas diferenciadas pelo esforço individual.

que o suplemento de ganho que o operário consegue pela sua maior eficiência, seja fácil a determinar, a ‘controlar’ e de prompto recebimento;

que a base da determinação desse suplemento seja invariável, seja qual fôr a cifra, a que atinjam os salários obtidos;

que o aumento da productividade também beneficie o patrão e concorra para a continua diminuição no custo de produção. (*Idem*, p.42)

O sistema proposto por Simonsen resolve de uma vez dois problemas: incentiva a produtividade individual do trabalho; e justamente por ser individual esse incentivo, desarma a consciência coletiva da classe trabalhadora, o que disciplina o trabalho. E Simonsen afirma declaradamente que é dever dos “industriais, no seu próprio interesse, evitar que de seus principais colaboradores se forme uma massa hostil buscando remédios para o seu mal estar em conquistas políticas perturbadoras da produção” (*idem*, p.39). No entender de Simonsen evitar tal tragédia implicaria justamente em remunerar à “justa paga” os operários – individualmente, é claro.

Essa evitação seria conseguida pela justa paga do verdadeiro rendimento do trabalho – estabelecida de modo a premiar com equidade o esforço pessoal e as desigualdades fataes da productividade de um homem para outro. Teríamos deste modo individualizado o operário, interessando-o directamente na produção, tornando-o um factor crescente da riqueza e incorporando-o na sociedade. (*idem*, *ibidem*)

Todavia o que chama a atenção em Simonsen é o entendimento da questão das relações de trabalho. Simonsen reconhece já no texto de 1919 que não é possível implementar um novo modelo produtivo sem o apoio das classes trabalhadoras, e pode-se dizer que em Simonsen exista um fordista completo. No texto de 1919 o argumento de Simonsen está muito claro: é necessário dividir o bolo enquanto ele cresce.

A Industria moderna tem evoluído, como tudo. Os industriais de hoje têm de abandonar os moldes antigos para considerar como uma força nova, existente realmente, o descontentamento do operário; e proporcionar, com desassombro, a justa remuneração ao trabalho, se não quizerem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser por vias económicas. (*idem*, p.37)

Aqui Simonsen ainda entra numa tendência introjetiva dos conflitos sociais no comportamento dos industriais, apontada por Lima (*op.cit*). Industriais nos anos 1920, particularmente do setor têxtil, tinham a tendência a mediar os conflitos de natureza trabalhista no âmbito da fábrica, tentando excetuar o Estado das decisões, e mesmo

evitando processos no âmbito judiciário. Todavia o avanço de Simonsen parece ser introduzir a organização científica do trabalho no entendimento das relações sociais além da fábrica, ainda que de maneira um tanto incipiente – pelo menos até a publicação de *As Finanças e a Indústria* (1931).

O passo seguinte no pensamento de Simonsen para alcançar o grupo social mais amplo na cadeia de forças políticas seria verificar de que maneira o autor lida com outros setores chave da economia. Uma leitura de *Missão à Inglaterra* (1919) mostra que Simonsen já se preocupava com a formação de infra-estrutura de base à capacidade produtiva dentro do país, assim como pelo investimento direto na indústria e transferência tecnológica. Esse texto consta no capítulo V de *A Margem da Profissão* e consiste numa compilação dos discursos de Simonsen na Inglaterra como parte da missão de industriais brasileiros. Simonsen nesse texto defende a aproximação entre Inglaterra e Brasil primeiramente em vista da necessidade brasileira de transferência tecnológica:

O Brasil como paiz novo, eminentemente agrícola e com população pouco condensada, ainda tem muito que aprender em matéria de trabalho.

Precisamos da Inglaterra, além de suas machinas e manufaturas, das lições de sua organização em todos os ramos da produção. (SIMONSEN: s/d, p.69)

Depois, sugere que a aproximação seria vantajosa em vista dos próprios interesses ingleses no Brasil. No discurso sobre a indústria metalúrgica, Simonsen defende a transferência de fábricas, técnicos, e tecnologia para o Brasil (*idem*, pp. 89-90), o qual teria muito a retribuir em vista do potencial em recursos naturais.

Nós viemos de um paiz reconhecidamente rico em minérios de toda sorte. Vós tendes a experiência e o capital: nós, a matéria prima e a ancia do progresso. O estabelecimento de succursaes de vossas industrias em nosso paiz e a collaboração de vossos elementos de trabalho no desenvolvimento de nossas riquezas naturaes, concorrerão sem duvida para o estreitamento do intercambio anglo-brasileiro. (*Idem*, p.83)

Além da defesa pela transferência tecnológica e pela vinda de indústrias de base, Simonsen propõe que o capital britânico financie obras de infra-estrutura no Brasil, em vista também das enormes potencialidades do país. Convertida a riqueza potencial em prática, a oferta é por um poderoso aliado na América do Sul.

No trabalho que encetaes de reajustamento de vossas industrias [Inglaterra] para as necessidades da paz e da reconstrucção podeis contar o Brasil como alliado natural. Possuimos, uma enorme pátria, 35 vezes o tamanho do Reino Unido, mas apenas

dispomos de 20.000 milhas de estradas de ferro, poisque nossa topographia, e recursos financeiros difficultam extraordinariamente os empreendimentos ferroviários. [...] estamos seriamente empenhados em planos de rodovias e depende de vossa sagacidade e habilidade cooperar connosco no desenvolvimento de systemas de tracção nas estradas de rodagem da mesma fórma que cooperastes, no passado, para a construcção das nossas estradas de ferro. (*idem*, pp. 70-71)

A temática nacional aparece ainda na primeira fase de maneira bastante tímida: Simonsen aqui fica na defensiva frente à hegemonia agro-exportadora. É possível que ele não colocasse a questão nacional em pauta por fazer o jogo das elites políticas na República Velha. Todavia a maior contribuição de Simonsen parece ser no campo cultural: o apelo por um *ethos* capitalista, na figura do empresário inovador cuja função social ganha cada vez mais importância no seu pensamento. Esse apelo aparece fortemente em *A Função social do homem de negócios*, texto já citado nessa dissertação, e que consiste no discurso de Simonsen na formatura da turma de comércio da Mackenzie em 1920. A idéia simonseana de “idealismo prático” é a ligação entre o restrito mundo da produção com o alvorecer de uma nova sociedade na imaginação de Roberto Simonsen. A indústria, a sociedade moderna, e o progresso científico, os quais precisariam mesmo de um quarto e decisivo componente, a mentalidade individualista e inovadora. Aí sim, uma mudança importante se operaria em termos de mentalidade: o reconhecimento e premiação do esforço, da acumulação, e do trabalho.

Os grandes problemas econômicos que se apresentam aos governos obrigam os estudiosos a pesquisar, mais do que nunca, princípios de direcção baseados na própria sciência da natureza humana.

Ao ‘business is business’ se oppõe o idealismo prático, ensinado pelas formidáveis produções industriaes conseguidas durante a guerra, que demonstraram o supremo valor do exercício da consciência individual no commercio e na industria, pois que essas produções foram conseguidas nas organizações em que souberam apreciar devidamente a importância do factor humano e a necessidade de ser elle estimulado intellectual, moral e physicamente. (SIMONSEN: s/d, p.115)

Nesse texto – ou seja, já em 1920 – Simonsen se esforça para converter idéias meramente individualistas e mesmo de mercado em valores morais: o indivíduo moderno auto-referenciado e auto-interessado, inovador e empreendedor por excelência, será o novo homem dessa nova sociedade que alvorece.

No entanto, quando se pergunta a um homem de negocio – para que fim trabalhas? Quase por certo responderá: ‘para ganhar dinheiro’.

Esta replica, oriunda da falta de compreensão da acção que elle exerce na sociedade, não exprime absolutamente a alma, o ideal, o fim superior dos que abraçam com consciência a carreira de negócios.

O que, afinal, caracteriza as profissões a que acima me refiro? – são carreiras para as quaes o homem se prepara por estudos especiaes, exercendo-as com obediência a elevados ideaes, mas também pela necessidade de ganhar a vida. Nessas profissões, existe o predomínio da sciencia e a applicação de seus ensinamentos na vida social. (SIMONSEN: s/d, p116)

A transição para uma fase seguinte seria ainda relativamente problemática, em vista dos vaís e vens de Simonsen em relação a esses três temas principais abordados por ele até então: as relações agricultura-indústria, o binômio taylorismo/paz social, e o ideal individualista moderno que decorre de um novo arranjo proposto por Simonsen do mundo do trabalho. Todavia o que fica dessa fase, e é uma peça importante do pensamento simonseano, é a crença no progresso técnico e na organização da produção, como vias tanto de aumentar a competitividade das empresas, quanto gerar riqueza e garantir bem-estar. Fica também a cruzada pela modernização, a qual será potencializada na medida em que se inverter a relação feita entre indústria e agricultura.

2. A segunda fase do pensamento de Simonsen: a afirmação da indústria e a ‘longa elaboração’.

Numa segunda fase Simonsen abre um leque de temas e agendas de debates consonantes com as mudanças políticas tanto no plano macro quanto relativas à recolocação da própria indústria frente aos acontecimentos políticos de seu tempo. Essa fase consistirá na afirmação da indústria, sua necessidade e meios de industrialização. É fato que um *break* representado pela fundação do CIESP em 1928, do qual *Orientação Industrial Brasileira* consiste em discurso na solenidade de instalação do Centro. O rompimento com a Associação Comercial de São Paulo impulsionou a imaginação social simonseana num movimento irreversível em direção a uma interpretação mais ampla da sociedade, assim como numa fundamentação de um projeto político mais consistente e coerente.

A afirmação pela indústria seria afirmada com alguma cautela. Um ano depois de *Orientação Industrial Brasileira* Simonsen escreve *A Era do Industrialismo*, texto no qual consiste num discurso no Automovel Club de São Paulo, em banquete oferecido pelo CIESP. Aqui existe uma clara posição de afirmação pela indústria enquanto horizonte civilizatório, e uma defesa obstinada da indústria. Em maio de 1929, a exato um mês depois de *A Era do Industrialismo*, Simonsen redige *A Política Brasileira de Defesa do Café*, onde elogia e afirma a política de manutenção de preços do café. Essa ambigüidade a primeira vista demonstra que Simonsen aqui faz uma defesa convicta da existência da indústria e sua importância na construção da nação. Todavia, o café – e notadamente a agricultura em geral – ainda é o centro do eixo dinâmico da economia, e deve a indústria vir a reboque dele. Aqui é um claro movimento de recuo de Simonsen em relação a *Orientação Industrial Brasileira* (1928), recuo do qual Simonsen se recuperaria com a ofensiva de *As finanças e a indústria* (1931).

Juntamente com a construção do intelectual Roberto Simonsen vem também a ampliação de sua própria ambição enquanto liderança: a expansão das relações de forças políticas da dimensão econômico-corporativa de onde estava em direção ao grupo social mais amplo. Essa etapa de elaboração político-intelectual de Simonsen consistira na entrada de novos temas e agendas de debate em seu pensamento, e mesmo a luta insistente de Simonsen em introduzir tal agenda sistêmica na agenda governamental. Entre esses novos temas estão a afirmação da indústria como necessidade da construção de um país novo, ao passo em que Simonsen recoloca o papel da industrialização como processo civilizatório. A construção da nação implicaria em colocar de maneira mais contundente o problema da pobreza, o que Simonsen faria relacionando com a questão nacional: no plano interno, o problema do “ganho insuficiente”; no plano externo, a independência econômica. E quando Simonsen equaciona o problema dessa maneira vem a tona a questão do papel do Estado e da formação das elites.

Ao final da segunda fase, Simonsen teria um entendimento mais fechado, digamos, em relação a todos esses temas. Seria necessária uma formação de elites intelectuais e da administração pública para planejar (cientificamente, é importante frisar) e executar políticas de amparo ao desenvolvimento e à industrialização. O Estado teria papel fundamental no processo, embora Simonsen com alguma dificuldade viesse a admitir isso nos textos: o papel do Estado tomará feição mais definida apenas no final da segunda fase. O taylorismo, herança da primeira fase do pensamento de Simonsen, tem importância fundamental. Deve a racionalização da produção ser difundida no país

– não apenas pelo Estado, mas Simonsen também participaria da fundação do IDORT. A afirmação pela indústria como prioridade no projeto nacional seria construída e consolidada no pensamento Simonseano ao longo da segunda fase, e prepararia terreno para a construção do projeto nacionalista, no qual consistirá a terceira fase.

2.1. A necessidade da indústria e uma reorientação de prioridades.

Em *Orientação Industrial Brasileira* existe uma síntese de alguns importantes argumentos de Simonsen, desenvolvidos nas décadas seguintes. Esse texto consiste no discurso de solenidade da fundação do CIESP em 1928. O argumento que se destaca é a resposta que Simonsen dá à questão da inflação: não são os preços que são altos, mas sim os salários é quem são baixos, e isso porque a economia é pobre; e é pobre por causa das assimetrias nas trocas internacionais. A baixa competitividade da economia brasileira no mercado internacional é causada pelas fortes desigualdades em termos de capacidade produtiva em comparação com os países industrializados. A saída dessa situação de aprisionamento consiste na industrialização; no texto de 1928 Simonsen coloca como condição para a industrialização câmbio estável e política protecionista.

País vastíssimo, com populações disseminadas e pouco condensadas, com abundância de matérias-primas, e com dificuldades de transportes oriundas da sua formação topográfica e geológica, o Brasil iniciou no período colonial as primeiras indústrias locais, de caráter primitivo, para o fabrico de produtos indispensáveis (SIMONSEN: 1973, p.53).

Para Simonsen a indústria tem como finalidade principal a independência econômica, condição para a plena independência política. Tal independência necessita da forma industrial de organização da economia, a qual também eleva o bem estar, uma vez que torna o mundo da produção mais eficiente e aumenta o nível de riqueza, o que incentiva o consumo e, novamente, a produção. Evidente seria, portanto, o papel civilizador da indústria, visto que melhora as condições de vida e não apenas da produção, e incentiva o desenvolvimento científico e tecnológico, assim como fomenta a cultura erudita em geral, e dá condições para a difusão do ensino em todos os níveis.

Em 1929, no texto *A Era do Industrialismo*, Simonsen reafirmaria contundentemente a troca de papéis da indústria frente a agricultura. Aqui novamente a

indústria deve ser o eixo dinâmico não apenas de uma nova economia, todavia mesmo de um novo país, visto que ela significa o caminho para a modernidade.

Um moderno escriptor, (1) apreciando o dynamismo das sociedades humanas, e de como elle se projecta na tela da Historia, accentúa obedecer esse movimento a phases pronunciadamente cyclicas. [...]

Em cada periodo existem forças que actuam predominantemente na evolução do cyclo e faz esse autor resaltar que, na phase actual da humanidade, o industrialismo é sem favor, um dos agentes predominantes na formação do cyclo em que vivemos. (SIMONSEN: s/d, p.184)

Em nota de rodapé, Simonsen atribui a idéia a Bertrand Russel. A outrora aliança café-indústria agora parece desmontar pelos alicerces: diferentemente do que afirmaria também em 1929 em *A política brasileira de defesa do café*, de que não é possível abandonar a atividade cafeeira porque ela é a mais rentável em vista da pauta de exportações. Esse texto é claramente um recuo de Simonsen em relação aos dois anteriores, e mostra algum grau de incerteza frente à sua posição em relação à agricultura. Sua posição mudaria de maneira paulatina, de modo que *As Finanças e a Indústria* (1931) parece ser o marco definitivo da inversão de papéis entre agricultura e indústria.

Simonsen colocaria paulatinamente a necessidade de industrialização enquanto condição historicamente necessária para o país. É uma mudança bastante brusca, embora o papel do Estado viesse a padecer de pouca resolução no pensamento simonseano até 1937. Fosse como fosse, a questão da proteção à indústria nacional estava posta mesmo no texto de 1928 como condição de crescimento econômico e independência.

Simonsen em *Orientação Industrial Brasileira* argumenta ainda que os opositores à industrialização conspiram para o regresso econômico do país. (SIMONSEN: 1973, pp.54-55)

Na formação dos grandes impérios coloniais, o que a nação diretora, o que mãe pátria tem sempre em vista, é a criação de novos mercados para as suas indústrias, mercados esses que lhe ficam em subordinação econômica e política.

Basta mencionar que em 1750 a Inglaterra, desejosa de manter para si o monopólio dos mercados coloniais americanos, proibia nestes a fabricação de um simples prego de ferro.

Assim, os brasileiros que combatem a implantação e disseminação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das

nações estrangeiras, interessadas na conquista dos nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtores estrangeiros à mercê ainda de um bloqueio econômico em caso de guerra. (*idem*, p.55)

Simonsen em *Orientação Industrial Brasileira* tentara conjugar interesses entre agricultura e indústria ao desenvolver uma idéia singular de crescimento ‘para dentro’. Existe no texto de 1928 um claro redirecionamento à indústria. Simonsen argumentaria firmemente que o próprio crescimento agrícola dependeria do atendimento às demandas por produtos industrializados no campo, assim como a indústria precisaria de abastecimento constante de gêneros agrícolas – fossem alimentícios ou matéria-prima. (*idem*, pp.55-56)

O que está em jogo aqui é um argumento desenvolvido *a posteriori* que é: a necessidade de expandir o mercado interno de produtos industrializados, num primeiro momento. Expandindo para dentro, seria atendida a demanda reprimida no interior por produtos industrializados, assim como a formação de um colosso econômico urbano-industrial geraria demanda efetiva para a agricultura, o que monta um esquema de crescimento em ciclo. Todavia, e nisso Simonsen dava algum sinal de certeza em 1928, o que estaria sendo construído com tal crescimento cíclico seria a economia industrial, modificando as relações econômico-políticas em termos de economia nacional.

O importante quando se fala em indústria são os efeitos na sociedade em que ela gera, principalmente em vista do problema da pobreza. A indústria gera mais valor agregado, aumenta a riqueza do conjunto social, e faz avançar a marcha em direção ao moderno. A partir desse momento rompe-se no pensamento simonseano a relação de dependência que a indústria sofria em relação à agricultura. A indústria é antes de tudo uma relação de produção, e sua relação com o mundo agrícola tradicional e hegemônico deve ser de complementaridade econômica: a indústria não vem mais a reboque da agricultura.

É por isso que Simonsen rebate o argumento de que a “verdadeira indústria” teria que usar apenas matéria-prima nacional. No caso inglês, por exemplo, Simonsen lembra que a indústria importava matéria-prima para processar e transformar em produto industrial e tornar a exportar; tendência essa que só veio a aumentar. Simonsen salienta que o valor agregado à mercadoria na forma de trabalho conta muito mais do que a origem da matéria-prima, o que conta a favor da indústria. (*idem*, pp.56-57) Por outro lado, Simonsen rebate, com dados do censo de 1920, o argumento liberal do pleno emprego no Brasil (*idem*, p.59). Ora, havendo mão de obra em abundância, somada com

as riquezas naturais privilegiadas do Brasil, temos dois de três fatores fundamentais para o desenlace da industrialização em larga escala – o terceiro fator seria o imenso aporte de capital necessário para tal empreitada, mas que em *Orientação Industrial Brasileira* ainda não está entre as preocupações fundamentais de Simonsen.

O argumento do pleno emprego sazonal seria um obstáculo à idéia de industrialização, pois os proponentes dessa idéia argumentavam que obras públicas e a industrialização, apoiadas pelo gasto público estatal, desviavam mão de obra da agricultura, gerando demanda de força de trabalho reprimida. Entre os proponentes dessa idéia estava, notadamente, Eugênio Gudín. Toda a mão de obra no Brasil, de acordo com essa corrente, estaria empregada permanentemente; em vista de uma economia então predominantemente agrícola, essas populações estão sempre em diferentes atividades, em vista das diferentes ocupações nas entre-safras. Argumentando pelo contrário, Simonsen sugere que fluxos migratórios viessem a equilibrar a relação entre oferta e demanda entre força de trabalho e produção; todavia, apenas em 1940 no texto *Recursos econômicos e movimentos das populações* é onde Simonsen desenvolveria o argumento. Pode-se supor que Simonsen quisesse se livrar dessa dificuldade logo em 1929, no texto *A política brasileira de defesa do café*, quando propõe fortemente a racionalização do trabalho nos cafezais.

As Finanças e a Indústria (1931) entra aqui como um divisor de águas. Até aqui já houvera uma defesa da industrialização enquanto necessidade sócio-histórica. A independência econômica no entender de Simonsen depende decisivamente do aumento da produtividade, o qual depende exclusivamente de uma economia em bases industriais. Todavia Simonsen ainda parece vacilante em pontos fundamentais: deve ser a indústria ou a agricultura segmento prioritário em matéria de política econômica? Deve o Estado intervir de maneira significativa frente a uma reorganização da agenda governamental para a economia nacional e o comércio exterior? É necessária tal reorganização? Pode-se dizer que no texto de 1930, *As Crises no Brasil*, Simonsen dá uma resposta afirmativa para a segunda questão, enquanto que desenvolve as outras duas no texto de 1931.

Aqui Simonsen avança de maneira mais decidida sobre o papel da indústria frente à questão nacional. Coloca novamente a questão da pobreza, mas pela primeira vez de maneira mais contundente. É a primeira vez em que joga com a renda nacional como variável decisiva para apontar a pobreza como problema nacional, e um plano de como erradicá-la. Retoma idéias que já estavam presentes em *O Trabalho Moderno*: a

organização científica da produção é capaz de gerar bem estar social porque aumenta o volume de riqueza para o conjunto social, e dá coesão ao tecido social uma vez que elimina os conflitos de classe, e faz avançar a marcha da civilização. Aqui Simonsen desconecta o último fio que amarrava a indústria a uma situação de dependência em relação à agricultura, e daqui para frente faria uma defesa contumaz da indústria, abandonando definitivamente aquela posição defensiva de outrora.

As Finanças e a Indústria consiste num discurso proferido por Simonsen no Mackenzie em 1931²⁹. Nesse texto Simonsen retoma a questão da importância da indústria no processo de modernização. O texto é um avanço definitivo em relação ao impasse de Simonsen em 1929 acerca da relação agricultura-indústria: é a indústria quem deve orientar o novo eixo dinâmico da economia. Além disso, Simonsen defende nesse texto que a indústria está em consonância com a marcha da civilização, portanto com o alvorecer de uma nova sociedade: superação de antigos problemas, busca de soluções para problemas novos. Notar que Simonsen percebe os problemas trazidos com a modernidade como etapas necessárias de um longo processo civilizador. Ao longo desse processo, a superação ininterrupta dessas dificuldades é quem faz avançar tanto a ciência e a técnica quanto aumentar a coesão social.

No mundo moderno, na era de industrialismo em que vivemos, o enriquecimento dos povos e a sua vida financeira estão intimamente ligados á evolução industrial e o bem estar das populações está dependendo dos magnos problemas que da evolução industrial vão surgindo continuamente, a desafiarem a sagacidade e a intelligencia humanas. (SIMONSEN: s/d, p.219)

Como solução de antigos problemas, Simonsen destaca de uma maneira geral o problema da escassez, seja de bens de consumo em geral, seja particularmente meios de subsistência. Embora substituído pelo desemprego e demais problemas inerentes à modernidade industrial, a fome generalizada e endêmica não pertence ao mundo moderno da afluência (SIMONSEN: s/d, p.223). Ora, esse elemento – crucial para se falar em mundo moderno – é o que liga a industrialização com o processo de formação de um mundo moderno e urbano, em substituição ao mundo arcaico remanescente. O processo civilizador para Simonsen parece ser esse movimento contínuo de superação seguido de novos problemas, com a busca pela nova superação, etc., com o conseqüente

²⁹ esse texto também consta na coletânea *À Margem da Profissão* (s/d)

progresso científico – o qual, ele mesmo, é fator para o próprio progresso da civilização. Sem dúvida, a partir de *As Finanças e a Indústria* Simonsen atribuiria caráter civilizatório à missão de aumento da renda nacional.

Simonsen assinala a expansão industrial como fator essencial para o enriquecimento das economias nacionais. Aponta primeiramente o caso da Inglaterra: a sua superioridade econômica lhe garantiria a conquista da hegemonia internacional frente a superioridade militar francesa durante o século XIX. (SIMONSEN: s/d, pp.220-221)

Simonsen estabelece uma relação forte entre aumento da renda nacional inglesa (decorrente, notadamente, da industrialização), com o enriquecimento daquela economia nacional, e a conquista da hegemonia internacional. Um detalhe interessante aqui é o fato de Simonsen já ter ciência do trabalho de Josiah Stamp acerca da renda nacional da Inglaterra, cujo modelo Simonsen usaria na controvérsia de 1944-1945 com Gudin, para defender o argumento da baixa renda nacional brasileira.

Compreenderam os ingleses a fonte formidável de enriquecimento que tinham em mãos e toda sua política foi, então, encaminhada para a expansão industrial, a conquista de mercados e o estabelecimento de grandes linhas de comércio; a Inglaterra ficaria assim praticamente senhora do mundo. Cessado o bloqueio continental, após a batalha de Waterloo, o enriquecimento da Grã-Bretanha atingiu a cifras consideráveis, tornando-se esse país, no dizer de Oliveira Martins, a fábrica-banco do mundo. [...] em 1914, Sir Josiah Stamp calcularia a riqueza britânica em 14 bilhões e 300 milhões de libras ou sejam 318 libras por cabeça. (SIMONSEN: s/d, 220-221)

A indústria aparece aqui como elemento de progresso civilizatório *per se*. O barateamento da produção conjugado com o aumento tanto da riqueza do conjunto econômico quanto com a dos próprios salários consistirá no *modus operandi* do processo modernizador. A modernização da sociedade, a construção do Estado moderno, e o avanço da urbanização são conseqüências do processo de industrialização, assim como também o é a dissolução inexorável do arcaico. Os novos problemas e dilemas trazidos com a modernidade, assim como os movimentos pela própria resolução desses problemas, fazem avançar tanto o processo civilizatório quanto a coesão da vida social e política. Nesse ponto é que Simonsen apontará que, embora a primeira Revolução Industrial tenha trazido problemas em termos de relações de trabalho quanto

das condições de vida nas primeiras cidades industriais, a resolução desses problemas pela reivindicação sistemática dos trabalhadores e mesmo pela sua organização de interesses fizeram emergir uma sociedade pluralista e mais justa.

De acordo com Simonsen, a modernização trazida com a Revolução Industrial trouxe consigo também uma série de problemas sociais relacionados à desigualdade social e a questão dos direitos. Como resposta a isso, houve ampla resistência dos trabalhadores ao processo de industrialização na Grã Bretanha. Simonsen assinala que o movimento operário inicial, fortemente marcado pelo ludismo, combatia fortemente a concorrência atroz da máquina em relação ao braço humano. Essa reação derivaria da própria alienação do trabalho, notadamente na transformação do artesão em operário na manufatura e maquinofatura. Decorrente do próprio desenvolvimento industrial na Grã Bretanha, os movimentos de greve passaram a “constituir parte da vida orgânica industrial inglesa” (SIMONSEN: s/d, p.222), passando a lutar por direitos sociais e melhores condições de trabalho, em substituição aos primeiros movimentos de destruição de máquinas; trabalhadores organizados constituiriam as “Trade Unions”, reconhecidas a partir de 1871, fazendo com que “o proletariado inglês constituiu um dos partidos políticos preponderantes no grande império” (*idem, ibidem*).

É interessante notar que Simonsen vê com lentes otimistas a resolução da questão social na Inglaterra pelas vias políticas, embora em *O Trabalho Moderno* houvesse defendido as vias econômicas como resolução de conflitos no caso brasileiro. É que a própria conciliação de classes por negociação direta, assim como a remuneração em fração consideravelmente individual, constitui parte do projeto industrialista em amadurecimento. Tal princípio entra em consonância com a industrialização acelerada e a eventual queima de etapas decorrente dela, a qual pede solução mais rápida e eficiente acerca de disputas trabalhistas.

Todavia acentuar a preocupação de Simonsen acerca da elevação tanto da renda quanto dos salários. Altos salários garantem coesão social, demanda efetiva, e alguma garantia contra greves. Porém, altos salários, assim como o barateamento da produção, dependem de eficiência econômica, e aqui a racionalização do trabalho tem papel fundamental. Em *As Finanças e a Indústria* Simonsen destaca com maior atenção a importância dos altos salários e da diminuição das horas de trabalho, conjugadas com o aumento da eficiência produtiva. Essas três coisas casadas poderiam proporcionar tanto um crescimento industrial acelerado – porque em ciclo – quanto bem estar social, uma

vez que o nível geral de consumo também aumenta paralelamente. Nessa parte Simonsen faz uma opção decidida pelo fordismo.

Foram todos esses aperfeiçoamentos que permittiram a politica dos altos salários, estando victoriosa a opinião entre os chefes da industria americana que os salários altos e o numero reduzido de horas de trabalho são necessários para augmentar o poder de consumo das massas operárias. [...] Emquanto, após a guerra, o custo de vida augmentou de 75%, os salários augmentaram de cento por cento permittindo um grande augmento de bem estar para as classes operarias. Mas é a politica de Henry Ford que fornece um verdadeiro padrão dessa nova mentalidade. (SIMONSEN: s/d, p.227)

A escolha mais pelo fordismo do que pelo taylorismo é outro avanço notável do pensamento de Simonsen em *As Finanças e a Indústria*. De acordo com Simonsen, enquanto o taylorismo puro enfatizava o aproveitamento ótimo do tempo de trabalho juntamente com a maximização da produção, o fordismo está mais preocupado com a redução do esforço combinada com a maximização da produção. “O trabalhador da Ford pode dentro da tarefa prescripta encontrar seu ritmo pessoal e o trabalho perde, então, a monotonia do systema Taylor.” (SIMONSEN: s/d, p.230). Juntamente com a defesa do sistema de altos salários com o barateamento da produção Simonsen amplia o escopo do projeto industrialista abrindo a possibilidade de ampliar o arco de alianças em direção à classe trabalhadora.

Numa análise do caso da implementação do sistema fordista na Alemanha Simonsen sugere que onde tal sistema é aplicado seus efeitos positivos logo são sentidos. Simonsen discorre longamente sobre os efeitos da organização científica do trabalho na Alemanha, campanha então em pleno êxito. O exemplo é análogo ao caso do fordismo nos Estados Unidos, e o objetivo é mostrar que países que seguem o caminho americano da produção em massa casada com altos salários e mercadorias baratas vislumbram efeitos sociais os mais benéficos. Chama a atenção nessa parte de *As Finanças e a Indústria* um ataque direto ao marxismo: a sociedade organizada a partir da racionalização do mundo da produção experimenta um aumento geral no nível de riqueza, realizando um movimento amplo e contínuo de expansão da classe média, situação na qual a economia de mercado é capaz de garantir bem estar.

A racionalização tem profundos efeitos sociais e age claramente contra idéias fundamentais do marxismo. A teoria dos altos salários está formando uma classe média muito mais numerosa que, podendo aplicar suas economias nos sistemas financeiros modernos, se interessa directamente na produção beneficiando-se da parte correspondente aos lucros do capital. O desenvolvimento continuo da cultura técnica e profissional, reclamada e recommendada pelos proprios sindicatos operários, a admissão do controle operario na solução dos problemas econômicos, vão arrefecendo, naturalmente, a luta de classes anunciada e preconizada por Karl Marx. (SIMONSEN: s/d, p.243)

Frente a polarização ideológica causada pela luta de classes, Simonsen argumenta pela solução técnica dos conflitos, em vista de um entendimento “equilibrado” dos problemas. Ao passo em que tais conflitos são resolvidos se fortalece uma vontade geral a qual dá coesão ao tecido social outrora corroído, pelas próprias forças que vieram com a modernidade.

A própria ciência com os estudos profundos de psychico-técnica, da physiologia e da sociologia vai trazendo ao homem os dados para a determinação do verdadeiro equilíbrio entre os elementos que constituem as forças vivas da produção. E a natureza, a ciência e a experiência secular, vão salientando que os indivíduos, como os povos, são forçados a conquistar pelo trabalho e pelo esforço, sem situações privilegiadas, a posição de relativa normalidade que todos reclamam para viver, dentro de um equilíbrio harmônico entre as grandes forças productivas, animados por um espirito de solidariedade e collocando acima de seus proprios interesses immediatos os da collectividade. (SIMONSEN: s/d, pp.243-244)

A ciência, portanto, desempenha papel fundamental na organização do mundo imaginado pelo industrialismo. A solução pacífica dos conflitos, e sua implementação pelo planejamento científico, reforça o consenso social, dá solidez à coesão social, e faz avançar o desenvolvimento econômico e social. É interessante notar que a figura do técnico enquanto tal, a qual viria a emergir com toda força nos anos do nacional-desenvolvimentismo, é uma peça importante no projeto industrialista em formação já nos anos 1930. Notadamente, Simonsen atribuiria a função de formação intelectual dessa elite dirigente dessa nova sociedade à Escola Livre de Sociologia e Política.

2.2. A independência econômica no pensamento de Simonsen e uma antecipação à tese estruturalista da inflação.

Um ponto de importância crucial é que em *Orientação Industrial no Brasil* Simonsen antecipara a idéia-força da inflação estrutural, idéia essa que apareceria novamente em *As Crises no Brasil* (1930). Simonsen no texto de 1928 afirma que não são os preços que são altos, mas os salários é quem são baixos, isso porque o Brasil tem uma economia pobre (*idem*, pp.60-61) uma vez que a produtividade é baixa frente à demanda. Como o aumento da riqueza real é a solução para a inflação, em precoce interpretação estruturalista, e como o aumento dessa riqueza depende do aumento da produtividade, a industrialização é quem consistiria na melhor alternativa de direção política e econômica, em vista do seu alto grau de agregar valor em comparação à agricultura. (*idem*, p.62)

A tese estruturalista da inflação seria desenvolvida apenas nos anos 1950, sendo e só em 1956 tomaria contornos mais nítidos no âmbito do pensamento desenvolvimentista da CEPAL. A tese estruturalista sustenta a associação entre desequilíbrio externo e aumento generalizado de preços internos, uma vez que a “contínua redução na capacidade de importação *per capita* causa, segundo a tese estruturalista, persistente desvalorização na taxa de câmbio, elevando preços e custos internos. Em outras palavras, o desequilíbrio externo não é apenas independente da inflação, mas pode mesmo causá-la” (BIELSCHOWSKY: 2004, p.22) Em *Orientação Industrial Brasileira* (1928) Simonsen já colocara a última peça do quebra-cabeças da tese estruturalista no jogo: o desequilíbrio externo como causa para a descapitalização da economia nacional. Nas palavras de Simonsen:

A independência política de uma nação só é efetiva em todos os seus aspectos, se ela se baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de fato a independência política. Nas nações econômica e financeiramente fracas, o produtor nacional entrega os seus produtos, na permuta internacional, por valor inferior ao verdadeiro, em benefício de nações melhor organizadas. Não traduz de fato, como que uma injusta restrição da sua liberdade, ser o produtor obrigado a entregar o fruto de seu trabalho em troca de valores inferiores? (SIMONSEN: 1973, p.62) [meus grifos]
[...] O aumento da capacidade do consumo como acima explanei, só poderá ser conseguido pelo aumento da capacidade de produção, acarretando o crescimento

das relações comerciais internas e externas a intensificação das permutas, o enriquecimento progressivo da população. (*idem*, p.64)

Essa aproximação, estruturalista vamos chamar assim, que Simonsen faz da inflação vem a fazer oposição em relação às interpretações quantitativistas e monetaristas acerca do problema. Lidar com uma interpretação estruturalista da inflação implica em propor programas de industrialização induzida, e notadamente de substituição de importações. Se o desequilíbrio externo é ele quem causa restrição na capacidade para importar, e se tal desequilíbrio decorre da deterioração dos termos de troca, então o problema esta na natureza da pauta de exportações, que é agrícola. Assim sendo, a solução para o problema *também* da inflação consiste na construção do alicerce econômico na indústria, assim como a expansão do mercado interno. Esses fatores conjugados levariam ao aumento da capacidade para importar, o que possibilita a entrada de bens de capital no país, assim como aliviar o contingente de desemprego e de demanda reprimida. Em tais condições, seria possível dar o arranque à industrialização acelerada. (BIELSCHOWSKY: 2004, pp.18-27)

Simonsen não elaboraria o argumento exatamente nesses termos, mas até o final da obra já havia juntado as peças de maneira muito semelhante. Em *Orientação Industrial Brasileira* argumentou que o ganho insuficiente é quem é o problema, e não a alta de preços, e que esse problema decorre de desequilíbrios nas trocas internacionais, e que isso pede uma industrialização acelerada. Até o final da terceira fase, Simonsen já haveria juntado as outras peças: o Estado é quem deveria coordenar tais movimentos, assim como incentivar e mesmo criar bancos industriais, pesquisa tecnológica e importação da mesma, e o planejamento econômico em geral. Todavia, o papel do Estado será longamente e gradualmente moldado por Simonsen durante a segunda fase da obra.

2.3. Uma definição para o papel do Estado

A questão da independência econômica, “verdadeira independência política”, coloca em evidência a questão do Estado. O tema do papel do Estado vai ganhando evidência à medida que a questão da eficiência técnica e da administração técnica de conflitos sociais vai ganhando importância. Afinal, para existir coesão social é necessária competência técnica dos quadros do Estado, pois eles é quem estão numa posição estratégica no processo de modernização e industrialização. Simonsen

reservaria tal função à Escola Livre de Sociologia e Política, da qual foi intenso participante da formulação e implementação.

Se o problema do ganho insuficiente decorre da drenagem de riquezas ao exterior pela balança de pagamentos, e se tal drenagem decorre de uma certa organização tanto da economia quanto do mundo da produção, então a solução parece ser uma mudança radical em tais arranjos econômicos e políticos. O Estado emerge exatamente aqui porque a burguesia industrial é fraca para empreender tal transformação. Apesar disso, a posição de Simonsen frente ao papel do Estado até 1937 é pendular e vacilante.

O tema do Estado volta além do que estava em *Orientação Industrial Brasileira*, também na questão da origem e tratamento das crises em *As Crises no Brasil* (1930). Aqui, Simonsen vai argumentar de maneira bastante contundente pela presença do Estado. O caminho a seguir é, a princípio, bastante coerente: definição da forma e natureza da crise, formas de tratá-la, e a demonstração de que a presença do Estado nesse tratamento é de importância fundamental. Simonsen escreve como testemunha ocular da Grande Depressão de 1929-1933 e não hesitará em afirmar que o problema que desencadeou a crise fora a ausência do Estado.

2.4. O Estado e as crises: a Grande Depressão.

Ao buscar uma definição de “crise”, Simonsen afirma que as crises na economia moderna consistem em seus traços principais, em três vértices: crise periódica, crise de superprodução, e crise mundial generalizada (SIMONSEN: 1930, p.11). Simonsen descreve o ciclo de uma crise econômica à maneira de Marx, algo próximo de uma lei tendencial da queda da taxa de lucro.

Essas crises seriam ainda cíclicas, periódicas e sucessivas.

Os cyclos sucessivos encadeiam-se uns aos outros, precedendo cada phase de prosperidade uma crise, e preparando cada phase de depressão o retorno de uma nova era de prosperidade. Esses cyclos, de duração variada, com intervallos nos pontos críticos oscillando de 7 a 11 annos, permittiram o registo das crises de 1857, 1864, 1873, 1882, 1890, 1900, 1907, 1913, 1920” (*idem*, p.11)

Simonsen caracteriza a crise vivida a partir da quebra da bolsa de Nova York em 1929 como um círculo vicioso que compreende: queda da vendas e circulação de mercadorias e valores; queda vertiginosa do emprego e dos salários; retração do mercado consumidor. Num segundo movimento, a crise faz implodir o capitalismo

mundial, uma vez que os capitais americanos invertidos em outras economias centrais (notadamente, no continente europeu) voltam para os Estados Unidos. A culpa da crise? Para Simonsen, notadamente a falta de regulação na economia americana, a qual vivia o “dogma da prosperidade” (*idem*, pp.11-16), traduzido como fé cega no livre mercado.

A prosperidade americana era um dogma. Citava-se a cada passo o prodigioso crescimento da indústria, do comércio e das finanças americanas. A Bolsa de New York tinha ultrapassado, porém, esse já acelerado ritmo de atividades, descontando os benefícios futuros. E o ‘crack’ de Wall Street, veio demonstrar e desenvolver o estado de crise que os Estados Unidos, com todo o seu aparelhamento financeiro e administrativo, procuravam evitar. E a nação que até 1929 estava em prosperidade passou, imediatamente, a sofrer grande depressão, aumentada pela solidariedade econômica internacional. (*idem*, p.14)

É importante perceber que essa postura de Simonsen constitui uma mudança significativa com relação a sua posição quanto ao *laissez-faire*, embora ainda fiquem alguns fragmentos e imprecisões remanescentes até a terceira fase da obra. Simonsen irá em *As Crises no Brasil* explicar a repercussão da Grande Depressão no Brasil, movimento do qual é testemunha ocular. Sustentará que o problema tanto consiste em reestabelecer prioridades na agenda econômica quanto cuidar pela ‘saúde’ da moeda. Seguindo uma tendência à atribuí no texto de 1930 importância decisiva na explicação do fenômeno inflacionário à teoria quantitativa da moeda: excesso de meio circulante derruba seu valor, o que provoca inflação. Simonsen ainda usaria da teoria quantitativa da moeda – ainda que a sua maneira – para tentar descrever de maneira mais rigorosa como a política de defesa do café se transformaria em desequilíbrio externo.

Quanto ao papel do Estado a contradição é nítida: o mesmo Estado incompetente na questão cambial também é o que deve intervir para regular a economia – vide o caso americano, de uma crise de proporções gigantescas, decorrente da falta de intervenção estatal. De fato a contradição ainda está bastante presente, mas *Crises no Brasil* certamente é onde Simonsen começa a se aproximar positivamente do tema do papel do Estado, começando a argumentar que sua presença é fundamental na economia.

O exemplo do café é perfeito para ilustrar a nova posição que Simonsen adota com relação ao Estado e que começa nesse texto. A intervenção é necessária, mas a política econômica adotada até então vinha sendo algo equivocada. Na interpretação de Simonsen, políticas de valorização vinham acelerando o volume de transações e

derrubando o câmbio, uma vez que causou uma situação de superprodução cafeeira, gerando restrição externa e inflação.

Aparece em *As Crises no Brasil* a defesa da indústria, de modo que esse novo posicionamento é completamente diverso daquele presente em *A política brasileira de defesa do café*, e mesmo em relação à *A Era do Industrialismo*. Simonsen progressivamente vai abandonando a defensiva, ao passo em que seu discurso cada vez mais vai afirmando a economia industrial enquanto projeto alternativo de futuro.

O momento crítico quando o assunto é o papel do Estado certamente é a crise de 1930. É nessa ocasião crítica que o tema do Estado aparece com força, em vista das imensas repercussões de uma crise que começa justamente onde não deveria pela boa teoria clássica: na economia de livre mercado. Essa poderia ser a evidência visível da necessidade ou não da presença do Estado. Simonsen argumentará pela intervenção estatal na economia em nome do bom andamento do sistema – o Estado deve salvar o capitalismo. Notar que essa posição seria diametralmente oposta à interpretação de Eugênio Gudín, para quem é justamente a política – com suas disputas mesquinhas, egoísmo cego, e paixões humanas – quem causa desequilíbrio dentro do esquema automático e funcional do livre mercado.

Ora, para afirmar a presença do Estado é necessário portanto demonstrar a crise. Esse é justamente o caminho que Simonsen irá percorrer: demonstrar a causa e natureza da crise, colocando o Estado como elemento que vai equacionar o problema e – esse sim – trazer equilíbrio para o sistema. Simonsen (1930, p.18) aponta como causas da crise econômica brasileira: superprodução de café; crise internacional causada pela quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929; a política financeira do Banco do Brasil em retrainir o crédito em favor da proteção cafeeira; a falta de dinamismo da economia mercantil-exportadora, porque a demanda pelo café é altamente inelástica, além de vulnerável a crises; e a agitação política inerente a 1930.

De acordo com Simonsen (1930, p.20) o mecanismo da Grande Depressão consistiu nos efeitos disfuncionais da corrida dos bancos centrais em estancar a saída de ouro para os Estados Unidos; comportamento esse que – generalizado – levou a uma verdadeira paralisia nas relações de troca internacionais, repercutindo no aprofundamento da crise.

Houve um verdadeiro affluxo de capitais estrangeiros para os Estados Unidos.

Foi tão formidável o movimento de capitais para os Estados Unidos, que o mercado de Londres viu-se seriamente affectado, começando a soffrer,

com a violenta saída de ouro da Inglaterra. O mesmo se foi observando em todos os outros países do mundo, e todos os bancos centrais foram obrigados a elevar suas taxas e defender seus encaixes-ouro. (*idem*, p.20)

Assim, padecendo da dependência externa de crédito e alta inelasticidade monetária, essa luta entre os bancos centrais de cambiais por ouro repercutiu diretamente no Brasil. Essa luta consistia na disputa entre bancos centrais ou organizações similares em trocar cambiais – que são apólices de exportação, geralmente ancoradas dentro do país por algum fundo público ou privado – por lastro-ouro ou bens preciosos. Esse procedimento é altamente perseguido pelos agentes econômicos numa situação de padrão-ouro, como era à época, principalmente em situações de crise generalizada de liquidez. Assim como também demonstraria Gudin, esse comportamento generalizado leva a uma paralisia do sistema financeiro internacional provocando retrações econômicas nos países, e conseqüentemente uma onda generalizada de falências.

Simonsen argumenta que a valorização da taxa de câmbio, a qual decorreria do excesso de importação – oriundo dos efeitos da reforma do imposto sobre tecidos – levava a uma retração da moeda, emitida pelo Banco do Brasil. Numa situação de produção agrícola e industrial crescente, o total do meio circulante ficou em 3.400.000:000, o que valorizou o câmbio e gerou uma deflação desproporcional, o que fora nocivo para a indústria. Para Simonsen, a ausência de um sistema bancário nacional impede a elasticidade da moeda, elasticidade essa a qual conseguiria corrigir esses desequilíbrios no valor da moeda. (*idem*, pp.21-22)

Moeda elástica no entender de Simonsen consistia no meio circulante cujas emissões sofressem variações de acordo com as oscilações do câmbio, dos juros, e da balança de pagamentos. A pouca capacidade de resposta pela parte da moeda às variações naqueles campos provoca uma oscilação muito alta em seu valor de mercado, o que – novamente – provoca inflação ou deflação acentuada e repentina; esse último aspecto novamente afeta o câmbio, e portanto a balança de pagamentos; o que também e novamente provoca desequilíbrio no valor da moeda, e assim por diante.

Como interromper esse círculo vicioso? Simonsen atribui a origem do problema à inépcia governamental: tudo começa na “irresponsável” política deflacionista do Banco do Brasil, algo “incoerente” numa economia que era, no entender de Simonsen, reflexa em relação aos países centrais, e ainda numa situação crônica e persistente de escassez de reservas no exterior.

Essa situação se agrava, de acordo com Simonsen, com a política de valorização do café. Tanto Furtado (1999, p.196) quanto Pelaez (1972, p.39) mostram que a política de manutenção dos preços do café realmente desembocaram num agravamento da crise econômica de 1930 no Brasil, em vista do próprio incentivo a se investir no café no que tal programa decorria. Pelaez mostra que o câmbio manteve-se ascendente, apesar dos sucessivos solavancos que sofria continuamente, até 1940 por conta de políticas federais de controle cambial. Furtado afirma que a própria manutenção de preços fez com que a massa monetária estancasse no mercado interno, uma vez que o forte desequilíbrio externo – provocado em alguma medida pelo próprio programa de defesa do café – derrubaria a capacidade para importar; o capital estancado dentro do país acabaria financiando uma retomada industrial que deslocaria o eixo dinâmico da economia, do setor agroexportador para o industrial, de maneira gradual e paulatina (FURTADO: 1998, pp. 105-203).

Todavia, e nisso concordam Pelaez e Furtado, os termos de troca tenderiam a se deteriorar nos anos 1930, concomitantemente ao fracasso de políticas governamentais de estabilização financeira do período. Simonsen em *As Crises no Brasil* argumentava que, constatada a origem do problema fundamentalmente da superprodução de café, existe uma queda tendencial do preço de exportação, o que leva ao esvaziamento de reservas no exterior; dessa maneira, a política de valorização do café, promovida pelo Instituto Nacional do Café, pressionaria o câmbio para baixo, uma vez que derruba o preço do principal artigo da pauta de exportação, e portanto diminui o fluxo de divisas para o país (*idem*, p.26). E porque a política promovida pelo Instituto Nacional do Café pressiona o câmbio para baixo, entra em contradição com a política do Banco do Brasil, causando desordem na economia interna.

Essa passagem é certamente um dos pontos nos quais Simonsen elabora o argumento de maneira muito interessante, ainda que confunda por vezes alguns conceitos econômicos fundamentais. Não é objetivo dessa dissertação enumerar os deslizos conceituais de Simonsen, todavia é necessário acentuar que este autor chegou a se referir à *taxa de câmbio* como se fosse *termos de troca*, duas coisas que nem sempre são a mesma coisa. Termos de troca (ou ainda ‘termos de intercâmbio’ ou ‘relações de troca’) consistem na relação “entre o índice dos preços de exportação e o índice dos preços de importação, o que dá a medida do poder aquisitivo de um país”³⁰; enquanto

³⁰ Dicionário de Economia, p.387.

que entende-se genericamente por taxa de câmbio a razão compreendida entre moeda nacional e moeda estrangeira. É possível por exemplo, como de fato ocorreu nos anos 1930/40, a taxa de câmbio ter valorizado, enquanto que – evidenciada pela queda da ordem de três vezes do principal item da pauta de exportação, o café – os termos de troca se deterioravam (PELAEZ: 1972, pp.35-41).

Mas esse equívoco de Simonsen não compromete completamente o argumento. Simonsen observou com bastante propriedade que a manutenção de preços do café causava desequilíbrio externo; embora, se pensarmos com a interpretação furtadiana do período, Simonsen não tenha percebido ou cogitado que tal desequilíbrio pudesse ser bom para a indústria. Ou podemos pensar que sim, uma vez que para ele são os industriais vem em socorro da economia em frente à inépcia dos governantes, como afirmaria ainda em *As Crises no Brasil*. Nas passagens seguintes, Simonsen tentaria esquematizar, ainda fazendo aproximações nem sempre felizes, as causas e os processos que iam da política de defesa do café até o desequilíbrio externo.

Simonsen irá, em *As Crises no Brasil*, explicar a repercussão da Grande Depressão no Brasil, movimento do qual é testemunha ocular. Sustentará que o problema tanto consiste em reestabelecer prioridades na agenda econômica quanto cuidar pela ‘saúde’ da moeda. Seguindo uma tendência à atribui no texto de 1930 importância decisiva na explicação do fenômeno inflacionário à teoria quantitativa da moeda: excesso de meio circulante derruba seu valor, o que provoca inflação.

É um movimento contraditório a primeira vista e muito interessante da parte de Simonsen se pensarmos que em *Orientação Industrial Brasileira* ele fizera uma aproximação bastante coerente com a tese estruturalista da inflação, a qual no entanto daria sinais de vida apenas no início da década de 1950 no âmbito da CEPAL. Essa inovação de Simonsen é portanto algo sofisticada porque rebate a interpretação liberal sobre inflação a partir do próprio argumento monetarista.

A teoria quantitativa da moeda se propunha explicar a inflação como fenômeno exclusivamente monetário. Sua origem é mais antiga³¹, mas à época existiam duas interpretações principais a ela: a corrente que atribuía a centralidade do processo inflacionário à demanda de saldos reais, com base na oferta e demanda de moeda,

³¹ Se pensarmos a teoria quantitativa da moeda numa linhagem do pensamento político buscamos sua origem da acepção moderna da corrente em David Hume, passando por Henry Thorton, e David Ricardo. Para uma exegese da história do conceito, ver Gonçalves (1947, parte I, II)

alinhada ao pensamento de Alfred Marshall e à Escola de Cambridge³²; e a corrente que atribuía centralidade aos fluxos monetários decorrente das transações, alinhada ao pensamento de Irving Fischer, e à Escola de Chicago de economia. A diferença entre as duas, basicamente, é que enquanto o pensamento de Cambridge referenciava o encaixe³³ como variável interveniente³⁴, os economistas de Chicago enfatizavam que os fluxos monetário e nominal seriam – do ponto de vista das transações – *necessariamente* iguais³⁵. Todavia, ambas eram enfáticas ao atribuir à quantidade do meio circulante *causa* do aumento generalizado e desequilibrado de preços (inflação).

³² É importante salientar que falamos da 1ª Escola de Cambridge, afinada com o pensamento de A. Marshall e a teoria marginalista, e não da 2ª Escola – o que seria aqui inclusive anacrônico. A 1ª Escola de Cambridge rompeu com a teoria do valor-trabalho ao atribuir à utilidade – princípio de aceção subjetiva e interpretação psicológica, embora racional – importância fundamental na atribuição do valor. A utilidade é a capacidade de provimento de necessidades humanas, e varia de acordo com diferentes fatores: valores morais, necessidades materiais, agruras do “espírito”, satisfação profissional, entre outras; é, portanto, uma variável exógena. A diversidade de necessidades determinará a diversidade de bens e serviços correspondentes. Todavia, defendem os marginalistas que a relação entre bem e utilidade ainda assim é tênue porque varia de acordo com a quantidade de bens disponíveis: quanto maior for essa disponibilidade, maior será o uso não-essencial desses bens. Dessa maneira, os diversos fatores que compõem o valor das mercadorias tem pesos diferenciados, e é dos seus equilíbrios e desequilíbrios que derivam as formulações de preço. O marginalismo, assim, supunha que a economia funciona por mecanismos automáticos decorrentes das relações entre oferta e demanda; justamente a partir desse postulado fundamental que a 2ª Escola de Cambridge, notadamente orientada no pensamento de Keynes, refutaria as bases primordiais da 1ª, e mostraria a importância central ao investimento, este sim elemento dinâmico da economia. Ver Gonçalves (1947)

³³ “encaixe” consiste na quantidade de meio circulante em potencial, armazenada pelos bancos, tesouro, agências governamentais, e poupança.

³⁴ Para a teoria quantitativa da moeda de Cambridge, a demanda de saldos reais é expressa na equação:

$$M = k \cdot P \cdot Y$$

onde:

k é o “encaixe” estimado,

M é o estoque de moeda,

P é o nível geral de preços, e

Y é o valor da renda real.

Decorre da equação que o estoque de moeda afetará o nível de preços (ou seja, causará ou não inflação ou deflação) se, e somente se, for maior ou menos que o encaixe desejado.

³⁵ A versão de Chicago para a teoria quantitativa da moeda, o índice de preços é determinado pela quantidade de moeda em circulação, mas não porque pode causar ou não desajuste com o encaixe monetário, mas sim porque o estoque de moeda afeta a quantidade de transações, portanto o nível médio dos preços. Repare que para a corrente de Chicago a quantidade de meio circulante afeta diretamente o nível de preços, uma vez que o nível de transações e a circulação de moeda são variáveis *exógenas*, ou seja, afetam e são afetadas também por elementos de fora da equação de trocas (tais como capacidade produtiva e tecnológica, capital fixo e variável, intempéries climáticas e naturais, entre outras)

Assim:

$$P = (V/T) \cdot M \text{ [equação das trocas de I. Fischer]}$$

onde:

M = estoque de moeda

P = nível de preços

V = velocidade do meio circulante

T = volume de transações realizadas

Uma vez que o volume de transações e a velocidade do meio circulante são variáveis *exógenas*, somada ao fato de que a moeda é neutra, isto é, não afeta diretamente o volume de transações (hipótese da “dicotomia clássica”), o nível de preços é afetado fundamentalmente – para a Escola de Chicago – pela quantidade de moeda. Uma vez que essa quantidade é de competência governamental, a teoria sugere que

Aqui é necessário diferenciar a concepção acerca da distribuição entre as teorias clássica e marginalista. O ponto discordante fundamental entre elas consiste no entendimento acerca do valor. Existe alguma discordância no debate econômico sobre as continuidades e rupturas entre a teoria clássica do valor e a teoria marginalista, mas esse debate não interessa aqui. De um modo geral, o marginalismo, ou teoria neoclássica, abandona o conceito clássico do valor-trabalho e concentra a análise econômica a partir da utilidade marginal: utilidade da última mercadoria ou bem produzido. Essa mudança implica também numa troca de paradigma. Enquanto que a teoria clássica distinguia o valor de uso do valor de troca apenas por uma necessidade operacional de isolar o valor de uso da análise e construir o argumento pela via quantitativa do valor de troca³⁶; o conceito de utilidade marginal relacionaria distribuição com uso e preço. De fato, como aponta a teoria marginalista, é o equilíbrio entre oferta e demanda o que importa, daí o potencial explicativo da teoria da utilidade marginal. Como explica Fiani (1990, pp.131, 132):

Na construção clássica, em que o valor (preço natural) é a mera expressão das parcelas distributivas (lucro e salários), a determinação da distribuição precede a distribuição do valor: uma vez que os valores não possuem existência autônoma, pois para determiná-los é necessário conhecer o salário, e dado que a determinação do salário ultrapassa o campo do discurso econômico (pois envolve variáveis sócio-históricas), estabelecer um vínculo entre valor e utilidade se revela um procedimento inadequado, uma vez que a demanda será incapaz de determinar quer os preços dos bens, quer os preços dos salários produtivos (ou seja, as parcelas distributivas).

Na teoria marginalista se verifica o oposto: a teoria do valor absorve a da distribuição. De fato, segundo esse paradigma, os preços dos serviços produtivos obedecem ao mesmo princípio geral de determinação dos valores, o princípio do equilíbrio entre oferta e demanda, que, neste caso, é aplicado a um mercado em particular: o mercado dos serviços produtivos. Sendo a oferta de serviços produtivos resultado de sua escassez e sua demanda consequência da demanda pelos bens com que eles são produzidos, dado *o estado das artes*, segue-se que o

a intervenção estatal no campo *monetário* é inevitável para manter a saúde da moeda, e portanto a funcionalidade do sistema econômico.

³⁶ Fiani (1990, p.131) chama a atenção para o paradoxo smithiano da água e do diamante: enquanto que a água tem infinito valor de uso em vista de que é condição para a vida, seu valor de troca é infinitamente baixo, dada sua abundância; o inverso se dá para o diamante. O valor de uso para os clássicos, portanto, era inócuo, e argumentavam que a análise do valor teria que se dar em âmbito essencialmente econômico, isto é, do mercado e do valor de troca.

valor dos serviços produtivos depende, em última análise, da demanda final. [...] Daí o vínculo entre valor de troca e valor de uso, assim como a precedência lógica da teoria do valor em relação à distribuição.

A ligação entre a teoria marginalista e a teoria quantitativa da moeda (em sua ‘forma complexa’, para usar um termo de Reynaldo Gonçalves) esta no fato de que o marginalismo pressupõe que é o equilíbrio global entre oferta e demanda quem é o eixo dinâmico tanto da distribuição quanto da circulação monetária, e não o paradigma do valor-trabalho dos clássicos. Visto de outra maneira, a teoria quantitativa da moeda só faz sentido vendo na circulação de disponibilidades, crédito, e mercadorias o alicerce do valor, e não a quantidade de trabalho cristalizada na forma de mercadoria. Assim, a teoria quantitativa da moeda explica juros, crédito, salários, câmbio e inflação a partir de proporções diretas e inversas com a quantidade de numerário circulante. O excesso de moeda em circulação, por exemplo, causará inflação, uma vez que por si levará ao aumento de preços; por outro lado, levará ao barateamento do custo do crédito e das taxas de desconto praticadas pelos bancos, uma vez que a oferta de moeda é alta e a procura por crédito, portanto, é baixa. No caso dos juros, existe discordância na literatura especializada uma vez que a quantidade de capital investido, e não somente a de moeda em circulação, é quem parece condicionar a taxa de juros. Todavia no caso do entendimento acerca do comportamento dos salários, o automatismo se mantém.

No caso do câmbio, a relação seria algo relativamente simples: o excesso de moeda circulante faz com que seu valor isoladamente caia; caindo, aumentam-se os preços internos; os preços internos em alta com relação aos preços externos provocam baixa da taxa de câmbio real. Todavia aqui existe discordância no conceito, uma vez que a simples quantidade de meios de pagamento em circulação não parece uma variável que esgote a questão do câmbio. Em 1947, Reynaldo de Souza Gonçalves já chamava a atenção para o desequilíbrio externo, e seus efeitos no câmbio:

Uma pergunta se impõe ao observador: se a quantidade de papel-moeda não é elemento único e fundamental das variações da taxa cambial, em que condições a massa circulatória influi com mais preponderância ou nitidez nessas variações?

[...] quanto mais desfavorável é a balança de pagamentos ou mais intensa é a procura dos metais preciosos, tanto mais influência tem no câmbio o volume de papel-moeda. (GONÇALVES: 1947, p.185) [meus grifos]

A teoria é de transparente coerência: em caso de deterioração dos termos de troca, o câmbio será afetado de maneira mais decisiva pela quantidade de meios de

pagamento em circulação, uma vez que seu excesso causa inflação, e a inflação tende a afetar a taxa de câmbio para baixo. Ora, levando em conta que os termos de troca caíram progressivamente entre 1924-1940³⁷, ao passo em que aumentavam os estoques de dinheiro e a taxa cambial subia progressivamente, pode-se dizer com alguma segurança que de fato a expansão do numerário afetou as taxas de câmbio reais da economia.

Simonsen descreve a equação geral de trocas de Fischer mostrando que o aumento do volume de transações na economia brasileira se deve à superprodução de café, o que – numa situação na qual outros fatores caem por falta de confiança na economia – leva à restrição externa, uma vez que despencam os preços internacionais do café por conta dessa superprodução (SIMONSEN: 1930, pp.25-26). Ao fazer a crítica por dentro do argumento marginalista, Simonsen mostra justamente o que o argumento liberal “já sabia”: o volume de transações é capaz de condenar a saúde da moeda, e nesse caso ele de fato estava fazendo a diferença – para pior.

E aqui a contradição se explica: enquanto o Banco do Brasil, adotando o receituário marginalista, tentava contornar a situação por onde o governo podia manobrar – no controle monetário, tentando corrigir a inflação pela apreciação do câmbio – o Instituto Nacional do Café pressionava a equação até 1930 pelo lado do volume de transações, incentivando novos plantios de café e forçando tanto a superprodução quanto o desequilíbrio externo – uma vez que, dado o aumento do volume de transações, os preços internacionais do café tenderam a cair, numa trágica e realista demonstração da equação de Fischer. A explicação guarda semelhança com a de Furtado: a crise generalizada do complexo cafeeiro exportador decorreu da própria insistência pela manutenção de preços do café, o que incentivou o plantio, e portanto a superprodução. Decorreu dessa superprodução a queda vertiginosa dos preços do café no mercado internacional, e a conseqüente deterioração das relações de troca e da renda, assim como o colapso da capacidade de importar.

Simonsen ao interpretar o problema da ótica quantitativista quis apresentar, na verdade, uma crítica a inocuidade da política econômica centrada *apenas* nos controles cambiais e monetários. Para Simonsen, em *Crises no Brasil*, a causa dos entraves ao desenvolvimento consistem num mal congênito do meio circulante, assim como na deficiência em fornecimento de crédito. Simonsen conclui o texto defendendo o fim da

³⁷ Ver Anexo 1.

proteção ao café, uma vez constatados os efeitos perversos da superprodução, que decorrem também dos estímulos provocados pelos mecanismos de política econômica governamental. Simonsen argumenta também pela defesa do trabalho nacional, a elevação do padrão de vida, e a necessidade da organização econômica em bases industriais com vistas a essa elevação; Simonsen ainda recomenda vencer o estrangulamento nos transportes e no setor energético, assim como uma reforma tributária a qual permita a variação da pauta de exportação. (SIMONSEN: 1930, pp.41-43)

2.5. Da guerra de posição à guerra de movimento: a Constituinte de 1934.

O texto de 1934, *Ordem econômica, padrão de vida, e outras realidades brasileiras*, consiste na publicação de Simonsen de sua participação nos trabalhos da Constituintes de 1934. Simonsen fora deputado classista, modalidade da época na qual uma parte de deputados eleitos passaram por seleção em bases sindicais; Simonsen no caso fora eleito pelos industriais de São Paulo.

Chama a atenção no episódio da Constituinte a participação do industriado paulista frente à Chapa Única São Paulo Unido, em vista da incompatibilidade dos interesses dos industriais com a maioria interna da chapa – composta, notadamente, pela lavoura. Em dois pontos essa dificuldade aparece: na questão do Estado, a qual passa despercebida por Simonsen numa época na qual essa reflexão já estava entre suas principais preocupações; e a questão dos direitos, que embora apareça está notadamente suavizada, de modo que Simonsen fala na aplicação dentro dos limites econômicos (CEPEDA: 2003, 284-286).

Todavia, a questão da necessidade da industrialização, assim como a questão da pobreza e mesmo da colonização do *hinterland*, aparecem nos debates da Constituinte. O problema da pobreza parece ser o mais contundente, mesmo porque é o que atinge diretamente a agricultura (CEPEDA:2003, p.285) e nele Simonsen insistiria de maneira contumaz.

A pobreza interna acentua a assimetria do balanço de contas do país, uma vez que impede a geração de riqueza e de atendimento à demanda, tendendo a acentuar o problema do âmbito econômico. No texto de 1934 Simonsen afirmaria que riqueza em potencial não significa riqueza concreta, de modo que sem esse movimento a economia padece de uma situação de pobreza

Esse argumento Simonsen apresenta nos debates da constituinte de 1934. Na controvérsia com Arruda Falcão há uma passagem importante, composta em duas partes: o Brasil é um país pobre, e precisa superar a sua condição de pobreza; a indústria, já apresentada anteriormente enquanto solução para o problema da pobreza, é viável, e não constitui um corpo estranho na economia nacional – pelo contrário, representa seu progresso.

O Arruda Falcão – Permita-me V.Ex. um aparte. O Brasil é um país rico, habitado por um povo pobre, e não como V.Ex. acaba de dizer.

O Sr. Roberto Simonsen – A que chama V.Ex. país rico?

O Sr. Arruda Falcão – E’ o que tem riquezas inexploradas, facilidade de comunicações, rios navegáveis, imensas extensões de terra próprias para dar todos os produtos

O Sr. Roberto Simonsen – Perdôe-me dizer que V.Ex. confunde riquezas latentes com riquezas economicamente aproveitáveis. Dada a interdependência dos povos, não têm valor econômico atual riquezas que não podem ser comercialmente exploradas [...] (SIMONSEN: 1934, p.35)

Para demonstrar a viabilidade da indústria, Simonsen derruba a crença da “indústria natural”. Essa idéia faz referência à indústria cujas matérias-primas são produzidas no Brasil – em oposição à “indústria artificial”, cujas matérias-primas fossem importadas. A superação dessa dicotomia – juntamente com o ataque ao livre-cambismo, discussão e reivindicação do protecionismo, associação entre organização industrial da economia e bem-estar, e garantia da demanda interna por manufaturados, ainda que via gasto público – é parte da “afirmação teórica” dos industriais, isto é: um entendimento de si enquanto classe, com vistas à coesão interna do segmento industrial e sua (tensa) relação com a agricultura (CARONE: 1977, p.18), mas que todavia antes de Simonsen parece atingir apenas um âmbito econômico-corporativo em termos de projeto político.

Frente ao argumento de Arruda Falcão, Simonsen mostra toda a vulnerabilidade que emerge da dicotomia indústria natural/artificial:

O Sr. Arruda Falcão – O trabalho, como tem sido entendido e praticado no Brasil, é uma causa do fracasso, da ruína. Porquê, criar-se a tarifa alfandegária, sem fixar os preços e sem regular o trabalho é saquear a Nação, e isso devemos evitar.

O Sr. Roberto Simonsen – V.Ex. labora em gravíssimo erro. Si não houvesse indústrias locais, o Brasil estaria, agora, a braços com uma situação aflitiva, porque não teríamos meios de importar, em virtude da escassez de nossa

exportação. Teríamos, assim uma multidão de desocupados, estaríamos em face de seríssimo problema, cujas dificuldades imensas, compeliram a população a emigrar para os campos afim de não morrer de fome. E que iria fazer nos campos?

O Sr. Arruda Falcão – produzir a matéria prima!

O Sr. Roberto Simonsen – Essa, argumentação de V.Ex. é fantasiosa; é de quem – perdoe-me V.Ex. – não analisou o problema a fundo. Convido a V.Ex. a discutir com elementos positivos. Solicito que o digno representante de Pernambuco diga qual a indústria que daqueia o operário brasileiro; informe quais as indústrias que concorrem para o enfraquecimento do país.

O Sr. Arruda Falcão – mencionarei inúmeras. A dos fósforos, por exemplo, que tem de brasileira?

O Sr. Roberto Simonsen – E o palito de fósforo que é? E a mão de obra?

O Sr. Teixeira Leite – O palito é pinho do Paraná.

O Sr. Roberto Simonsen – Durante a guerra a industria de fósforos alimentou-se com madeira nacional e durante a revolução paulista as fabricas de fósforos de São Paulo não fecharam. (SIMONSEN: 1934, p.44-45)

Quando Simonsen coloca a mão de obra como variável, está justamente dando novas formas nítidas ao problema da pobreza: somos um país pobre porque não temos alta capacidade de agregar valor no sistema produtivo. Simonsen já argumentara tanto em *Orientação Industrial Brasileira* quanto em *As Crises no Brasil* que a forma de organização industrial da economia nacional é a chave para a superação desse problema, uma vez que gera mais valor agregado e riqueza. É a forma de organização industrial da economia o ponto chave para a superação da pobreza, ainda que essa transição pudesse ter efeitos colaterais transitórios, tais como a limitação na oferta de manufaturados nacionais por conta da proteção ou mesmo restrição externa.

O Sr. Paulo Filho – E a indústria moageira? A de tecidos? Capital e mão de obra estrangeiros, e os lucros, em forma de dividendos, indo para o estrangeiro.

O Sr. Arruda Falcão – V.Ex. há de convir em que, quem não limita o preço de consumo não regulariza os salários, pratica crime de lesa-patriotismo.

O Sr. Roberto Simonsen – O que chama V.Ex. limitar os preços?

O Sr. Arruda Falcão – Estabelecer o preço mínimo de salário e o preço máximo de venda

O Sr. Roberto Simonsen – Mas este último está sujeito á concorrência! A concorrência limita, naturalmente, os preços de venda. V.Ex. pode informar-se

qual o consumo de tecidos no Brasil? Sabe o número de fábricas existentes em nosso país?

O Sr. Arruda Falcão – V.Ex. explicará, também, como se pode dar a concorrência em indústrias como a cerveja e a dos fósforos, com a importação impedida e o TRUST constituído? (SIMONSEN: 1934, p.45-46)

Ainda que um tipo de “mal menor” fosse compensado futuramente por ganhos permanentes – entre os quais, o equilíbrio de contas do Estado e a elevação do padrão de vida das populações – o argumento oposto causa desconforto. É possível que tal dificuldade tenha dado impulso ao esforço intelectual de Simonsen para constituir um projeto político de longo alcance, a ponto de mostrar-se uma alternativa concreta de futuro num momento no qual essa propriedade faria a diferença. Nesse momento, todavia, é claro para Simonsen a singularidade do caso brasileiro. No texto de 1934 reafirmara que diferentes são a situação econômica entre Brasil e os países centrais, daí que também diferentes são os problemas político-econômicos e o grau de desenvolvimento institucional. (SIMONSEN: 1934, pp.15-16) Ora, se por diferentes trajetórias histórico-políticas países do centro se diferenciam entre si em alguma medida, e mais ainda se diferenciam da periferia capitalista, então experimentaríamos caminhos também *alternativos* para o desenvolvimento? O *trust* e inflação temporários também não seriam componentes dessa via alternativa?

Ainda que em *Ordem Econômica, Padrão de Vida e Outras Realidades Brasileias* Simonsen não desse a resposta definitiva a essa pergunta, pelo menos sugere que a prioridade é constituir uma economia nacional em bases industriais, com a finalidade de gerar riqueza e cobrir o *déficit* público. O problema nacional é a pobreza, e ela desemboca na necessidade de industrialização.

O Brasil está classificado entre os países em que a criação de novos capitais é inferior as necessidades da amortização de suas dívidas sendo, portanto, forçado a cobrir o *déficit* por importação de capitais ou lançamentos de empréstimos no Exterior. Calcula-se que essa diferença necessária corresponde a 6% do rendimento nacional.

Tôdos êsses elementos, senhor presidente, denunciam esta dura realidade: O Brasil é um país pobre, habitado por uma população pobre (SIMONSEN: 1934, pp.17-18).

Simonsen salienta que a desigualdade no padrão de vida entre as classes sociais é, além de material, também cultural, artística, educacional, e de gênero. Como no entendimento de Simonsen esses problemas sociais são desdobramento de problemas

econômicos, aponta como solução para todos esses problemas o aprimoramento tecnológico, a otimização da produção, a elevação da renda nacional, e a exploração dos recursos naturais. (*idem*, pp.18-23) Simonsen ainda ressalta as fortes diferenças regionais no Brasil, defende a colonização do interior como maneira de possibilitar uma rede de bem estar; propõe o desenvolvimento econômico do interior com a criação de escolas profissionais e a valorização do trabalhador (*idem*, pp.27-31). Na condução do processo Simonsen argumenta por uma elite de técnicos para o planejamento, e cita a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo como responsável pela formação intelectual dessa elite. (*idem*, pp.29)

2.6. A formação intelectual das novas elites dirigentes: a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Em 1933 Simonsen publica *Rumo à Verdade*, que é discurso de fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. A importância da Escola ressaltada por Simonsen em diversos textos é a de formar técnicos para o Estado, a fim de promover estudos de subsidio a políticas públicas. Simonsen argumentará nesse texto, assim como em *História Econômica do Brasil* – livro o qual seria, no entanto, uma compilação das aulas de cadeira de mesmo nome, proferidas por Simonsen no âmbito da ELSP – pela necessidade da interdisciplinaridade na análise de problemas brasileiros.

Chama a atenção no texto o enorme esforço de Simonsen em caracterizar um esboço do que seria (ou deveria ser) o pensamento feito na ELSP. Além da interdisciplinaridade, também conta pesadamente a concepção orgânica da sociedade, viés o qual já aparecera em outros textos desde a primeira fase – todavia agora esquematizada numa elaboração fielmente sociológica.

Existe aqui uma pesada reconstituição da trajetória da sociologia, de Comte à Spencer, passando pela Escola de Chicago do interacionismo simbólico, com uma ênfase destacada na idéia de “organismo social” (SIMONSEN: 1933, pp.13-19). Entendendo a sociedade civil na concepção organicista, cada ciência humana capturaria certo aspecto social específico³⁸, todavia pensado num conjunto de elementos interconectados. A importância de tal abordagem consiste em associar as diferentes

³⁸ “se o levantamento sociológico se fixa mais no meio a esphera é a da geographia social; se se atém á própria natureza do homem, a acção é anthropologica; se a investigação se refere ás suas actividades, enquadra-se na sciencia economica”. (SIMONSEN: 1933, p.19)

condições de vida, vivenciadas pelas classes sociais de maneira desigual e – portanto – diferenciadas entre si, com o desempenho da economia e a estabilidade dos regimes políticos.

É marcante a aversão à anomia social em *Rumo à Verdade*, o que guarda relação afinada com o que Simonsen imaginava ser a proposta da Escola. O medo da patologia social é traduzida aqui na forma temerária como Simonsen percebe o tratamento dispensado à classe trabalhadora: Simonsen, constata que na época serviços de proteção e assistência social eram tão precários quanto as condições de trabalho vivenciadas por essas classes. O detalhe notável aqui é a comparação com os Estados Unidos. Aqui a relação é entre bem-estar e progresso técnico. De que adiantaria o progresso técnico, se os tortuosos caminhos do desenvolvimento econômico e industrial provocam, por conta do individualismo, desigualdades sociais críticas, ou seja, conduzem ao abismo da anomia social?

Nos Estados Unidos tem sido relevante preocupação dos cultores da sociologia o serviço de assistência social e publica, como uma das suas mais profícuas aplicações [...] No quadro quase tudo está por fazer [...] o que é facto, é que a nossa assistência social é deficiente e dispersiva. [...] Um fichário organizado pelo serviço medico da Companhia Constructora de Santos, nas obras da adductora do Rio Claro, mostrou o quadro alarmante da contaminação de diversas moléstias no proletário nacional e bem assim o índice impressionantemente ascendente do contagio entre os operarios estrangeiros, em função do tempo de estadia no Brasil. (p.21)

Existe ainda no texto de 1933 uma defesa pela existência das elites, o cérebro do corpo social. A constatação de problemas, organização da agenda, condução das pesquisas, formulação e implementação de políticas: e papel das elites tecnocráticas está bem sedimentado no pensamento de Simonsen, e elas tem destacado papel dentro do Estado planejador e protagonista da industrialização acelerada. Notável é a necessidade da preservação da qualidade de tais elites: que valor terá uma sociedade a qual não tenha elites a altura de sua responsabilidade?

Que importa que as elites ainda constituam uma minoria? Do seu valor depende em grande parte o prestígio de uma sociedade [...] São ellas que tem de actuar na formação de ideaes que reúnam em uma fé collectiva o grupo social. Não importa que se affirmem por uma minoria: os nervos, o cérebro e as glândulas endócrinas são pequenas em relação a massa do

corpo humano, e sem o conhecimento de suas actividades, o estudo da physiologia humana é incompleto e insufficiente. (SIMONSEN: 1933, pp.35-36)

No discurso de paraninfo da primeira turma formada, em 1937, Simonsen reafirmaria a missão da ELSP, qual seja, na formação de elites administrativas, através de um centro de estudos culturais e políticos-sociais. Esse texto foi publicado com o título *Escola Livre de Sociologia e Política*, e consistiu no primeiro capítulo da coletânea *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*. Para Simonsen, a ELSP se diferenciaria da Universidade de São Paulo, organizada em 1934, de vocação mais acadêmica e pedagógica.

Não se confunde o seu programa com o de outras instituições culturais, que aqui se têm estabelecido ultimamente. A Faculdade de Filosofia, a nova organização, em boa hora criada pelo govêrno estadual, para, em conjunto com as demais escolas superiores já existentes, integrar a nossa Universidade, tem, como fim precípua, preparar professores para as escolas secundárias e elementos especializados nas ciências básicas com alta cultura geral.(SIMONSEN: 1943a, p.13)

A nossa escola visa, principalmente, a preparar especialistas que estejam detalhadamente a par dos problemas sociais e econômico-políticos da administração em geral e da administração pública em particular. (SIMONSEN: 1943a, pp.13-14)

2.7. A Economia Nacional: Protecionismo, comércio exterior, e planejamento.

A medida em que se destacava o papel do Estado no pensamento de Simonsen, também aparecia a influência de List no seu pensamento. Os difíceis limites entre planejamento e *laissez-faire*, entre intervencionismo e liberalismo, entre planejamento e mercado, conduziram Simonsen ao longo de uma trajetória pendular e vacilante acerca da organização da economia nacional, e a questão dos limites da intervenção estatal. A elaboração intelectual de Simonsen rumo ao Estado decididamente forte, planejador, e intervencionista, será longa e disruptiva.

Em *Rumo à Verdade* já aparecia um dilema entre liberdade e ação do Estado, um difícil equilíbrio a ser perseguido. O tratamento entre os termos é difícil e ainda não encontra solução plausível. Aqui, Simonsen tenta encontrar um meio termo entre os termos da contradição. Sugere que nem individualismo radical, tampouco coletivismo

autoritário: o melhor governo é aquele que é capaz de gerar bem estar, constringendo ao mínimo a liberdade.

Tendo em conta a natureza humana e as organizações sociaes, o melhor governo será aquelle que conseguir o maior progresso, sob o ponto de vista da collectividade, com o menor sacrifício dos cidadãos e com o mínimo constringimento da sua liberdade. (SIMONSEN: 1933, p.27)

Em *Aspectos da Política Econômica Nacional* (1935) Simonsen avança significadamente em relação a *Rumo a Verdade*. Aqui faz uma defesa insistente do papel presente do Estado, assim como uma crítica ao liberalismo em seu alicerce básico: o indivíduo moderno, sede de poder e juízo, o qual pulveriza o antes caráter orgânico das sociedades históricas. Simonsen demonstra a fragilidade de uma economia voltada exclusivamente para o comércio exterior, na forma de uma economia reflexa, cujo centro de decisão econômica estratégica não se encontra dentro do país. Critica o excessivo “materialismo dos clássicos” da economia e chega a um breve elogio da doutrina socialista, a qual percebeu que o estado deve jogar um papel planejador e coordenador da economia; mas, obviamente, Simonsen não se filia ao pensamento socialista, mas sim recorre imediatamente ao crítico alemão da teoria smithiana, o qual – tal como a teoria socialista:

{...}

Frederic List e os de sua escola também reagiram contra aquelle conceito, fazendo apparecer nas relações da economia política a existência de nações, individualidades distintas, provenientes de um processo determinado de formação histórica. Combatem também o excesso de materialismo dos clássicos, que attribuem sómente o progresso ao desenvolvimento econômico, abstrahindo da existência de outros fins elevados da sociedade. (SIMONSEN: 1935, pp.8-9)

Simonsen conclui pela necessidade de desenvolvimento da economia nacional, o que significa capitalizar o sistema econômico interno e diversificá-lo; para Simonsen, a economia nacional consiste precisamente no “conjuncto das actividades de um povo, com o intuito da satisfação das necessidades do paiz, dos grupos sociaes e dos indivíduos que o integram e outras multiplas causas, dentro de uma mesma fronteira” (SIMONSEN: 1935, pp.9-10) o que, observado com a crítica imediatamente anterior ao individualismo propalado pelas teorias liberais e livre-cambistas, evidencia a concepção simonseana já nesse texto de 1935 de economia pelo lado da doutrina corporativista.

Também é no texto de 1935 que Simonsen discorre pela primeira vez sobre a participação do capital estrangeiro. Após considerar que a presença do capital

estrangeiro no país é desejável do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Simonsen propõe a formação de um Instituto Nacional de Exportação, o qual regule a entrada de cambiais no país, de forma a constituir um fundo o qual garanta níveis mínimos de poupança externa, assim como garantir nichos no mercado internacional. (SIMONSEN: 1935, pp.21-25)

Aparece em *Aspectos da Política Econômica Nacional* algo mais resolvido em termos de relações econômicas internacionais ao que toca o protecionismo. Ora, Simonsen vinha oscilando – e esse comportamento não teria maiores mudanças significativas – entre dois pólos contraditórios: ora afirmava pela parceria com países centrais, notadamente Inglaterra, França e Estados Unidos; ora apontava vagamente as economias ricas como responsáveis pela subcapitalização da economia brasileira – dado o desequilíbrio externo.

Uma leitura dos textos de Simonsen mostra o quão vacilante era seu entendimento acerca das relações com o capital estrangeiro. Simonsen em *Orientação Industrial Brasileira* havia se referido aos países centrais como “potências” que se beneficiam do comércio internacional, mantendo países como o Brasil na pobreza. A paz com o capital internacional em *Aspectos da Política Econômica Nacional* vem a contemplar o problema da insuficiência do capital nacional nos investimentos de infraestrutura. Nesse tipo de situação, Simonsen tendia a mudar a atitude com relação às ‘grandes potências’ barganhando uma posição de parceria. Havia sido esse tom em *Missão à Inglaterra*, texto da primeira fase, será aqui em *Aspectos da Política Econômica Nacional*, e o mesmo tom se repetirá nos discursos do I Congresso Brasileiro de Economia e nas propostas formuladas no âmbito do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Apenas uma novidade no processo é que Simonsen adiciona os Estados Unidos à soma dos ‘parceiros’ potenciais, mesmo chegando a referir-se a ele como “o grande irmão da família americana”. Até o final da obra, Simonsen não resolveria esse fragmento.

O tema da entrada do capital estrangeiro é caro ao problema da subcapitalização da economia brasileira, e a consequente escassez de capital de investimento em infraestrutura. Havia um consenso sobre a ação positiva do Estado onde a burguesia nacional fosse fraca para investir; todavia Simonsen agora afirma de maneira mais contundente que onde o Estado for fraco, o capital internacional tem que entrar. Simonsen não faz agora uma defesa apenas das exportações agrícolas do Brasil para os países centrais, ao passo em que pede por investimentos em infraestrutura e melhores condições de

comércio – notadamente, o problema dos fretes; Aqui Simonsen coloca uma afirmação pela indústria nacional e pela proteção, e mesmo afirmando que tal proteção é em voga mesmo nas economias européias e americana.

Simonsen recupera a trajetória da política econômica francesa desde Napoleão III até os anos 1930, mostrando que o movimento das oscilações entre desregulamentação/proteção como alternativas concretas de direção da economia francesa pelos governos tenderam, na verdade, pelo planejamento e protecionismo, e isso sim permitiu à França a industrialização. (SIMONSEN: 1935, pp.37-42)

Também Simonsen demonstra que o Império Britânico abandona o livre-cambismo professado pela escola do liberalismo econômico ao adotar, desde 1903 – no governo Chamberlain – uma severa pauta de proteção de sua economia:

- 1º) medidas de protecção ás industrias contra o dumping;
 - 2º) manutenção de industrias básicas (key industries);
 - 3º) protecção por leis e direitos alfandegários ou com o auxilio do governo das industrias necessárias á defesa nacional ou ao fortalecimento da posição economica da Inglaterra perante a concorrência estrangeira;
 - 4º) tratamento preferencial das colônias,por todos os meios e com as despesas que fossem necessarias;
 - 5º) utilização de direitos alfandegarios para negociações de tratados commerciaes;
- estabelecimento de um ministério com poderes e competência em matéria economica, para examinar as formas de auxilio que o Estado poderia conceder. (SIMONSEN: 1935, p.43)

Simonsen defende uma política industrial que organize a economia nacional em prol da industrialização. São pontos principais de tal política: baixa cambial o quanto possível, articulação entre agricultura e industria, e proteção à indústria nacional. O significado de “industrialismo” em *Aspectos da política econômica nacional* vem da execução do projeto de industrialização do país, onde o incentivo governamental joga papel preponderante. (SIMONSEN: 1935, PP. 30-33)

Tal incentivo consiste não apenas na proteção em si como também na geração de recursos os quais tornem a industrialização possível, como também – e talvez o mais importante – a coordenação da economia nacional. Essa coordenação consistiria na organização em âmbito nacional das bases produtivas em vista das particularidades das economias regionais. O que Simonsen quer dizer aqui é que não importa se exista

protecionismo, ou política cambial favorável, se não existir um planejamento da economia nacional.

Em termos de comércio exterior, Simonsen propõe um tipo de “cameralismo” entre os países: o mais desejável seria um comércio a partir de acordos bilaterais e câmaras de comércio. Mas a condição para isso, novamente, seria uma definição pelo lado brasileiro de uma organização de sua política comercial na economia interna. (*idem*, pp.47-52) Simonsen propõe ainda organizar os fatores produtivos da economia nacional com vistas à inserção internacional dos produtos brasileiros, a fim de aumentar a nossa capacidade para importar. Tal inserção pediria desenvolvimento tecnológico, investimento em pesquisa, montagem da indústria pesada, e mesmo pesquisas econômicas para mapear possíveis nichos de mercado no exterior. O projeto de Simonsen para a política externa é bastante propositivo e coerente, ainda que excepcionalmente otimista, pois implicaria na aceitação dos Estados Unidos como parceiros nesse projeto.

Conforme assinalado anteriormente, a relação entre a periferia capitalista e o centro nunca fora bem resolvida no pensamento simonseano. Esse não deve ser um ponto completamente diverso em relação à Gudin; para o proponente da corrente liberal-ortodoxa o importante no desenvolvimento capitalista brasileiro é a integração da burguesia nacional com o capital internacional, e essa tendência aparece no conjunto dos textos. Simonsen não era completamente avesso à participação do capital estrangeiro; todavia, a postura com relação a uma ordem de preferências no momento do investimento é sintomático em relação à posição de Simonsen sobre o protagonismo do ‘homem de negócios’ frente à condução do crescimento industrial acelerado e planejado. A diferença com Gudin parece ser mais de intensidade: Gudin era a favor da completa abertura do capital estrangeiro no setor de infra-estrutura, qualquer coisa diferente disso causaria inflação. Simonsen entendia que a presença do capital estrangeiro era necessária, mas não abria mão do protagonismo dos industriais.

2.8. Estado e industrialização.

Com *A Indústria em Face da Economia Nacional* a preocupação de Simonsen relativa à capacidade de importar vai de encontro a um entendimento e uma proposta mais lúcida acerca da questão. Ao passo em que avançam as substituições de importações, se corrigiriam o desequilíbrio externo e dinamizariam a economia interna. Simonsen ainda defende uma pauta de exportações industriais, as quais pudessem

aumentar a capacidade da economia nacional em importar bens de produção, assim como transferir tecnologia – notar que isso é o negativo da idéia de ‘vocação agrária’ da economia brasileira, calcada na teoria das vantagens comparativas ricardianas, tão cara aos liberais da época e do grupo afinado com Eugênio Gudín. A pobreza para Simonsen tende a permanecer e se aprofundar, a não ser que algum esforço fosse realizado com vistas ao fortalecimento e autonomia econômicas:

O dilemma que se apresenta é o seguinte: ou produziremos, dentro de nossas fronteiras, 80% do que carecemos para elevar o padrão de vida médio do país, reservando o poder aquisitivo externo, oriundo de nossas exportações, para a aquisição de artigos necessários ao nosso aparelhamento defensivo e econômico, e de produtos de indústrias especializadas, ou estaremos condenados a um crescente estado de pobreza, nos aniquilando em esforços inúteis e em recíprocas e vãs incompreensões. (SIMONSEN: 1937, p.29)

Contra a possibilidade de superprodução na indústria, como a que atingia o café, seria necessário que o Estado assumisse definitivamente o projeto industrialista em caráter imediato e emergencial, uma vez que “não possuímos capacidade aquisitiva exterior para importar o que o parque industrial brasileiro já hoje produz para satisfação de boa parte das necessidades de nossos patrícios” (SIMONSEN: 1937, p.122), o que implicaria a imediata atividade planejadora do Estado. Por outro lado, Simonsen defenderia tanto o encerramento planejado e gradual de empresas agrícolas e industriais cujos ramos estejam em superprodução, quanto a diversificação da pauta agrícola de exportações. (*idem*, pp.74-76)

A novidade em *A Indústria em Face da Economia Nacional* em relação a *Aspectos da Política Econômica Nacional* é tanto que definitivamente Simonsen inverte a relação entre agricultura e indústria (colocando a indústria como a prioridade para a economia nacional) quanto enfrenta novamente a questão do Estado: deve ele assumir o planejamento econômico nacional para a industrialização. O Estado era um tema do qual Simonsen tivera um recuo bastante brusco entre *As Finanças e a Indústria* e *Ordem econômica, padrão de vida, e outras realidades brasileiras*. Em *A Indústria em Face da Economia Nacional* existe novamente uma opção firme pelo papel do Estado presente na economia, em sua função coordenadora e fomentadora.

Em *A Indústria em Face da Economia Nacional* Simonsen mostra que o consumo do brasileiro é baixo: comparando com a cifra de 150 libras anuais consumidas pelos norte-americanos, o consumo brasileiro orbita em 6 libras anuais.

(SIMONSEN: 1937, p.28) Simonsen argumenta que o poder de compra deve ser aumentado imediatamente em vinte vezes. O interessante na análise de Simonsen é que ele aqui faz uma ponte direta entre desequilíbrio externo e baixo poder aquisitivo; a saída para o impasse seria um crescimento orientado para dentro da economia nacional:

cada brasileiro deve, portanto, consumir mais de 20 libras esterlinas annualmente, o que vale dizer que o nosso poder aquisitivo annual deve ser elevado a cerca de 900 milhões de esterlinos. Mas como as maiores exportações do Brasil mal atingiram, mesmo em condições excepcionaes, 100 milhoes de libras, só pelo intercambio interno é que poderemos, pois, alcançar o poder aquisitivo de que havemos mistér. (*idem*, p.28)

O aumento do consumo seria possível apenas através do aumento da riqueza disponível, isto é, corrigindo-se as assimetrias nas trocas internacionais através da substituição de importações. Ora, para Simonsen seria decorrente desse processo o próprio aumento do consumo, o que daria condições para o crescimento acelerado e em ciclo.

O sucesso do desempenho industrial depende de um forte crescimento *da e na* economia nacional. Dois problemas daí emergem: financiamento e *know-how*. Com relação ao primeiro, Simonsen propõe a criação de bancos industriais. Com relação ao segundo, a crítica se volta contra a lei de proteção do emprego de trabalhadores nacionais nas fábricas:

Em relação ao problema do homem, clamam, ainda os industriais contra as dificuldades creadas á immigração de operários especializados e contra a applicação generalizada da lei dos 2/3 face à inexistência, entre nós, de escolas profissionaes; taes operários constituem factores de accentuado valor não só como productores, mas como elementos uteis á aprendizagem e aperfeiçoamento dos artificies nacionaes. (*idem*, p.36)

É patente no pensamento simonseano nesse momento a importância da substituição do importado pelo similar nacional. Simonsen nesse momento precisa derrubar o argumento mais contundente contra o protecionismo: proteção implica em encarecer a vida. Simonsen recorre ao exemplo do caso inglês: numa situação de forte industrialização, o livre-comércio permitiu a Inglaterra exportar produtos manufaturados e importar gêneros alimentícios, o que derrubou os preços desses últimos no mercado interno. No caso brasileiro Simonsen salienta que não é a proteção quem causa inflação, mas sim é o valor da moeda quem cai frente ao desequilíbrio externo, causado de forma

inexorável nas trocas internacionais fortemente desequilibradas. Seria necessária uma política genuinamente protecionista, planejada às necessidades da indústria.

no Brasil independente, nunca se cobraram, em media geral, tarifas aduaneiras superiores a 50% sobre o valor dos artigos importados, a nossa moeda se deprecia 40 vezes, Isto é, houve um encarecimento de 4.000% no valor do ouro!

A nossa historia economica e o diagrama de nossa desvalorização monetaria evidenciam qe o Brasil importou do estrangeiro, mais do que lhe era facultado pelo seu poder aquisitivo externo.

Suprimam-se todas as barreiras aduaneiras e o nosso cambio descera a níveis de tal forma aviltantes que o encarecimento do ouro fará arrefecer as importações. A vida encarecida e o rebaixamento do nosso padrão de vida serão os índices com que natureza indicaria aos brasileiros o erro imperdoável de tal política.

Se, ao envez do proteccionismo fiscal, tivéssemos adoptado um sadio proteccionismo industrial, as nossas industrias estariam hoje muito mais desenvolvidas, o padrão de vida médio bem superior ao nível actual e a nossa moeda bem menos desvalorizada. (SIMONSEN: 1937, p.38)

Para Simonsen, a agricultura é incapaz de capitalizar a economia nacional de modo a dar o arranco ao desenvolvimento. E aqui se encaixa outra peça ao quebra-cabeças: a economia agro-exportadora não é capaz *per si* de gerar capital para a industria, e isso sabendo que a indústria é quem agrega valor o suficiente para elevar a renda, o investimento, e o consumo. Esse momento no pensamento de Simonsen parece ser de total e definitivo descolamento em relação à dependência com a agricultura.

O tema do planejamento fora problemático no pensamento de Simonsen. Ele foi sendo construído gradualmente: nos primeiros anos da década de 1930 Simonsen vinha discorrendo sobre o problema do ganho insuficiente, do desequilíbrio externo, e da subcapitalização; vem a questão da intervenção necessária do Estado, depois a ELSP, certamente um divisor de águas porque é onde Simonsen afirma pela formação de uma elite administrativa que irá coordenar as novas funções de estado relativas ao problema da pobreza e à necessidade da industrialização. Mas entre renda nacional e comércio exterior, o segundo fator é quem parece ser decisivo porque é quem dará o estalo necessário à definição do papel do Estado e do planejamento.

Por isso 1943 será um marco no pensamento de Simonsen, e a passagem definitiva à terceira fase da obra. Tudo isso sugere que para Simonsen a questão externa

é quem pode fazer a diferença de fato, daí a defesa da montagem da pauta industrial de exportações imediata. Noutras palavras, a resolução da questão externa é a chance da ruptura com a situação de subserviência da economia nacional com as economias centrais, e ao que tudo indica Simonsen nunca abandonaria a convicção de que padecíamos (como continuamos, de fato) dessa situação. Isso também explica os protestos de Simonsen contra o Plano Marshall, isso no final da terceira fase. Todavia, toda essa transição no pensamento simonseano é gradual e paulatina, de modo que a produção textual de 1935-1937 significou o início desse movimento.

2.9. A questão federativa.

Em repetidas vezes Simonsen argumentaria por uma organização da economia nacional pela geografia econômica, com o fito de mapear as vocações econômicas regionais, assim como condicionar uma colonização industrial do *hinterland* em vista das diferentes matérias primas industriais e fontes de energia disponíveis. Tal organização necessitaria de um equilíbrio federativo. A questão municipal emerge desse quadro, mostrando a situação problemática pela qual vinha passando o federalismo brasileiro.

Para Simonsen consistia imperativo do momento político do país a necessidade de adaptar teorias sociais importadas ao caso brasileiro. Uma dessas adaptações consistia na valorização do município (SIMONSEN: 1943, p.16), o qual padecia quase sempre de colapso na receita interna. De acordo com Victor Nunes Leal a preocupação dos industriais com a valorização do município decorreu da vontade de expansão econômico-industrial “para dentro”, única alternativa viável frente à imensa dificuldade da indústria brasileira em exportar, somada de alguma maneira à penúria em que viviam as receitas dos municípios.

O dilema de uma indústria desenvolvida, que não disponha de mercado interno satisfatório, é a exportação ou o colapso. Quanto à exportação, passada a contingência favorável da guerra para alguns de nossos produtos, é uma saída completamente fechada para nós. [...] só lhes [os industriais] resta, pois, aquilo em que até hoje [1948] não haviam pensado em termos de realização: ampliar o mercado interno para evitar a superprodução conseqüente ao subconsumo e continuar a obter do governo as tarifas protecionistas indispensáveis para ampará-los da concorrência mortal da técnica estrangeira em nosso próprio território. (LEAL:1978, pp.170-171)

Embora tenha saído combalida da constituinte de 1934, a causa municipalista saíria fortalecida da constituinte de 1946, em alguma medida relacionada com o projeto industrialista vitorioso. Leal chama de causa municipalista o movimento de oposição à situação de desequilíbrio no pacto federativo pela qual passava o sistema político brasileiro até os anos 1940, o qual – em detrimento dos municípios – beneficiava a União, o distrito federal e os estados. Esse desequilíbrio federativo se manifestava sobretudo no âmbito fiscal, em vista do comprometimento das contas dos municípios. A correção de tal desequilíbrio, o que significaria maior autonomia fiscal dos municípios, teve clara influência da luta pela industrialização. Devido ao crescimento “para dentro” pelo qual a corrente industrialista lutava, ela também entendia e reivindicava pela maior autonomia municipal, em vistas ao aumento do mercado interno e a superação da condição de pobreza das populações interioranas.

No Brasil, a renda pública federal já abrange mais da metade da arrecadação total, as rendas estaduais pouco mais de um terço, e as municipais, pouco menos de um décimo. O contraste é flagrante. Não podemos, porém, tirar a dedução apressada de que essa discriminação está errada e que o nosso município perece em benefício da União. Essa diferenciação de proporções provém de nossa pobreza. A receita federal abrange uma percentagem elevada sobre o total da receita fiscal, mas ainda não é bastante para enfrentar as grandes necessidades, de que ressentem os serviços públicos do país. (SIMONSEN: 1943, p.17)

Para Simonsen o problema no caso do desequilíbrio federativo não seria nem exatamente um “desequilíbrio fiscal” mas sim uma “insuficiência fiscal”; novamente, frente ao problema da pobreza a redistribuição não é solução, mas sim a criação de riqueza. A reboque de tal elevação geral de riqueza e níveis de vida viriam o desenvolvimento institucional e o aporte produtivo e tecnológico, o qual permitiria o arranco para o crescimento econômico.

A insuficiência de nosso aparelhamento técnico e a falta de preparo especializado da grande massa de nossos homens, os reduzem a procurar trabalho em misteres pouco rendosos, adstritos, como se acham, principalmente, aos trabalhos da terra, na produção de artigos tropicais, para os quais não temos garantia de mercados suficientes e compensadores. Estas circunstâncias aliadas à hostilidade de nossa natureza acarretam a existência de elevada proporção de população indigente, em grandes faixas contíguas aos nossos sertões.

A rentabilidade do homem, nessas zonas, é praticamente nula, e a manutenção dos poucos serviços públicos existentes é fortemente deficitária. (*idem*, p.17)

Todavia, salienta Simonsen, teorias transplantadas das academias e escolas dos países centrais pouco podem indicar o caminho para a superação da pobreza no interior, e a reboque a resolução da questão municipalista; aí entra a ELSP. Uma instituição que possa tratar do caso brasileiro em sua singularidade, de maneira interdisciplinar, evitando generalizações equivocadas, e formando elites administrativas competentes para o Estado.

Êsses e outros fenômenos estão claramente a indicar que não podemos transferir e copiar para o nosso meio, processos e instituições adaptadas, com sucesso, em outro países, nem tão pouco admitir generalizações apressadas. [...]

O homem e o funcionário do Estado têm que possuir, portanto, entre nós, um preparo peculiar, para poderem servi-lo com a necessária eficiência.

Centros e escolas como a nossa, que têm essa finalidade, precisam ser patrocinados pelos poderes públicos e pelos homens de responsabilidades, pois daqui podem promanar grandes ensinamentos para os verdadeiros servidores da causa pública. (*idem*, p.18)

Leal (*idem*, p.177, nota 136) não descarta como fatores que afetaram a emergência do municipalismo na constituinte de 1946 a luta silenciosa contra o comunismo e mesmo a formação de renda – portanto de mercado consumidor – no interior, com o fortalecimento da receita municipal; o efeito esperado seria a geração de demanda por industrializados mas também em vista da indústria estrangeira. Entretanto, é preciso notar que – a rigor – esses dois fatores não excluem necessariamente a importância do projeto político industrialista na organização da agenda tanto sistêmica quanto governamental.

2.10. Desenvolvimento econômico e a superação da pobreza: entre o bem-estar e o controle das massas.

São do ano de 1940 *Níveis de Vida e a Economia Nacional e Recursos Econômicos e Movimento das Populações*³⁹. Nesses textos é que Simonsen desenvolve com maior amplitude o problema da pobreza, até então um elemento que embora presente carecia de maior definição. É também a fase de afirmação da idéia de que a questão nacional é o problema da pobreza, e que o modo de superá-la é a industrialização, e por conseguinte o desenvolvimento econômico e social. Simonsen não discorria conceitualmente sobre o problema da pobreza desde *Ordem econômica*,

³⁹ Para fins dessa dissertação, esses textos foram consultados em fonte direta a partir da coletânea *Ensaios Sociais, Políticos e Econômicos* (1943).

padrão de vida e outras realidades brasileiras, quando definira – no célebre debate com Arruda Falcão – pobreza pela negativa: pobreza é ausência de riqueza “economicamente aproveitável” e decorre da incapacidade do sistema em converter nela “riquezas latentes”. Essa incapacidade decorre da subcapitalização do sistema, a qual é consequência dos desequilíbrios gerados por uma pauta de exportação essencialmente agrícola.

Níveis de Vida e a Economia Nacional é um texto, portanto, no qual Simonsen definirá com maior clareza o termo pobreza. O texto consiste em conferência realizada por Simonsen na Semana de Ação Social de 1940. Simonsen adota o entendimento de pobreza em Gillin, entendendo pobreza enquanto

estado do indivíduo que, pelo ganho insuficiente ou má orientação em seus gastos, não pode manter um padrão de vida capaz de assegurar sua eficiência física e permitir que ele e os que dele dependam, possam, normalmente, preencher as funções que lhes competem na sociedade a que pertencem. (SIMONSEN: 1943a, p.160)

Aqui Simonsen amarra dois raciocínios. Primeiramente, entendendo pobreza como “ganho insuficiente” ele retoma a mesma idéia que apareceu em *Orientação Industrial Brasileira* (1928) e depois em *A Indústria em face da economia nacional* (1937) de que o problema generalizado do baixo poder aquisitivo não advém de preços altos, mas sim da insuficiência de ganho. Em segundo lugar, ao afirmar que a pobreza pode advir pela “má orientação em seus gastos” Simonsen abre um flanco para a necessidade da assistência social, último tentáculo fordista que estava faltando. Ao que toca à pobreza Simonsen sugere que ele vem antes do problema da inflação em si; afinal, o problema da pobreza parece se impor, já que existe, antes de um mero desequilíbrio monetário, imensa demanda reprimida, a qual apenas tende a aumentar, dada a produção inelástica.

O problema do salário está indissolúvelmente ligado ao problema da produção. Todos ansiamos – patrões e empregados do Brasil – para que se estabeleça aqui uma justa remuneração do trabalho, para que todos possam viver a vida digna a que se refere o santo Papa Leão XIII em sua imorredoura “*Rerum Novarum*”. Mas se a retribuição do homem é fixada em grande parte pela própria produção; se esta é de pequeno valor em relação ao volume de mão de obra disponível, como obter um elevado quociente, se o divisor é fraco e o dividendo cresce continuamente?

[...] Todos reconhecem essa insuficiência e os que examinarem, com sinceridade, os assuntos nacionais, hão de verificar que ela não decorre aqui de um problema de distribuição, mas, principalmente, do problema da criação e da produção. (*idem*, p.166)

Retomando o segundo aspecto: para Simonsen pobreza também é causada por “má orientação de seus gastos [dos assalariados]”. Essa constatação levanta a necessidade tanto de uma rede de bem-estar quanto de assistência social, princípio que embrionou o Projeto SENAFI, e posteriormente o Sistema S. Além disso, Simonsen defende insistentemente, aqui e em quase todos os textos pós-1928, estudos sobre a pobreza e modos de erradicá-la.

Indagações e pesquisas sociais apontam causas de origens objetivas e subjetivas para o estado de pobreza. As primeiras provêm da organização social e são estranhas ao indivíduo e seu controle. As outras defluem, principalmente, da incapacidade ou da insuficiência individual.

Empenham-se os estudiosos em ciências sociais na indicação dos meios mais eficientes para o combate dessas causas em suas origens, visando a diminuição da pobreza, não somente por um natural espírito de solidariedade humana, como ainda pelas penosas repercussões que dela resultam para a harmonia da sociedade. (SIMONSEN: 1943a, p161)

2.11. Pobreza, questão regional, e migrações internas.

Simonsen em *Níveis de Vida e a Economia Nacional* volta a afirmar que os níveis de vida das populações no Brasil variam de acordo com as diferentes capacidades produtivas de cada região. As desigualdades entre as diversas regiões, assim como a pobreza de uns e a riqueza de outras, consiste em fundamento econômico motivador das migrações, fenômeno que ele entende como um equilibrador do problema da pobreza (SIMONSEN: 1943a, p.163). Assim, durante a trajetória dos ciclos econômicos na história do Brasil as migrações foram condicionadas pelos deslocamentos sucessivos dos ciclos econômicos: açúcar no nordeste e no norte, ouro e pedras preciosas em Minas Gerais e Goiás, Café no Rio de Janeiro e São Paulo. A crise da economia do norte do país somada à aurora cafeeira no sudeste levou a um novo deslocamento migratório. Consistiria como herança do complexo cafeeiro exportador as condições para a indústria em São Paulo, o que condicionaria a tendência da migração para a capital paulista.

Os níveis de vida nas diferentes regiões do país e dentro de cada uma delas variam profundamente.

Durante o século XIX, o Brasil foi produtor quase que exclusivamente agrícola, e até 1888 ainda tínhamos o braço escravo. A necessidade de bem alimentá-lo e a atuação da Igreja exerceram decisiva influência no relativo bom trato, que lhe foi dispensado.

A grande rentabilidade da cultura cafeeira, que tomou vulto após a independência e se localizou nas proximidades da Côrte, obscureceu, nos nossos homens de Estado, o quadro da forte depressão econômica que durante o século XIX, se foi processando no Norte.

[...] Os níveis de vida das populações do Norte caíram, progressivamente, à medida que se verificava a sua expansão demográfica, não acompanhada de correlata expansão econômica. [...]

São Paulo e as regiões do Sul registaram o seu grande surto no período republicano. As correntes migratórias afluíram às nossas zonas temperadas, desde que estas lhes puderam assegurar uma remuneração compensadora. (*idem*, pp.163-164)

O sinal positivo que Simonsen atribui às migrações internas entra em choque com o entendimento que a corrente liberal fazia do equilíbrio populacional no interior. Argumentavam eles, e notadamente Gudin, que vivia o Brasil numa situação de plena emprego, e que uma migração interna do campo para a cidade – a qual seria mormente provocada pela industrialização – acarretaria em falta de braços para a agricultura.

De acordo com Simonsen, para entender as migrações é necessário compreender seu fundamento econômico, isto é, fatores econômicos que provocam as migrações. Antes da chegada dos europeus, migrações orientadas pela busca de recursos materiais de sobrevivência já eram praticadas pelas populações nativas (SIMONSEN: 1943a, p.127). Foi um fundamento econômico quem motivou a ocupação efetiva do território pelos portugueses, frente ainda ao risco da invasão francesa na América portuguesa.

Descoberto o país, Portugal só pôde tornar efetiva a ocupação da terra, ante a ameaça da sua conquista pelos franceses, quando encontrou um fundamento econômico para essa ocupação. Esse fundamento foi o açúcar, e com assento em sua exploração é que o rei de Portugal obteve donatários, com recursos próprios e dispostos a ocupar e explorara toda a costa brasileira, do Amazonas ao Sul.

[...] Os colonizadores portugueses, para se fixarem no Brasil e para implantarem a indústria, foram levados a utilizar-se do braço escravo africano, e promoveram, então, as grandes imigrações forçadas de negros, que duraram 300 anos e que

devem ter atingido um total de 3 milhões e meio de seres humanos. (SIMONSEN: 1943a, p.128)

Simonsen defenderá em *Recursos Econômicos e Movimento das Populações* que migrações são “naturais” e que o Estado deve apenas facilitar um movimento o qual já estaria em curso. Ademais, migrações dinamizam a economia nacional, uma vez que equilibram a distribuição de recursos e fatores econômicos com a mão de obra disponível. Ao promover tal equilíbrio migrações resultam em bem estar, uma vez que também aliviam a demanda reprimida por emprego e a deficiência de mão de obra sofrida pelas empresas.

Em alguns países, dentro de seu próprio território, e particularmente em determinadas regiões, registam-se também essas desharmonias entre as populações e os respectivos recursos econômicos. Como recursos econômicos, entendemos as possibilidades de produção de uma determinada zona, baseadas nos seus recursos naturais, nos aparelhamentos e instituições econômicas existentes, nas facilidades proporcionadas a novas expansões e nas suas relações econômicas com outras regiões.

Constituindo questão fundamental para qualquer nacionalidade a melhoria geral do nível de vida de suas populações, é natural que se facilitem as migrações internas, objetivando um equilíbrio mais harmônico, dentro de suas fronteiras, entre as populações locais e os seus recursos econômicos. (SIMONSEN: 1943a, p.122)

2.12. Conciliação de classes e catolicismo social: pobres e pobreza sob controle.

Outra faceta apontada na literatura especializada é acerca das estratégias de controle social sobre o operariado a partir da maneira como a ideologia industrialista tratava o tema da pobreza e a relação entre classes. Alcir Lenharo (1985, pp.14-15) destacaria que a política social pensada e empreendida nos anos 1930 corroborava com uma concepção organicista da sociedade, visando eliminar focos de conflito social, e difundir uma *pedagogia do corpo* a qual pudesse condicioná-lo à maior produtividade no trabalho. Ocorreria mesmo uma oblação litúrgica na disposição corporal segundo o autor, de modo que “cada cidadão era convidado a dar a sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário”.

De fato, Simonsen atribui ao próprio desenvolvimento do capitalismo industrial a desigualdade econômica moderna, e aponta a luta de classes como mal pernicioso da qual decorre. Simonsen em *Níveis de Vida e a Economia Nacional* (1940) faz um caminho análogo à tese marxiana da destruição contínua das forças produtivas: decorre do próprio desenvolvimento do capitalismo concorrencial a criação de novas técnicas, saberes, e meios de produção as quais destroem as antigas ao mesmo tempo que criam novas, o que também automatiza o trabalho e faz crescer o exército industrial de reserva. Todavia, Simonsen atribui a uma crise moral a luta entre as classes sociais, e ressalta o papel do catolicismo social na resolução dos conflitos.

Ambição do rápido enriquecimento, a forte concorrência entre os industriais, as contínuas transformações e aperfeiçoamentos nos meios de produção e a ausência do predomínio de fatores de ordem moral na grande evolução que ali se processou tudo isso, a par desse aumento excessivo das populações, acarretou a formação da grande classe proletária mal paga e insatisfeita.

Explicam-se assim as violentas reações, que se fizeram sentir, e o surto das lutas de classes e de doutrinas sociais extremistas.

A Igreja Católica não se quedou indiferente ante esse estado de coisas e as normas mestras de direito social, já hoje firmadas, defluem, em grande parte, da sua atuação ponderada e constante, vigorosamente assinalada na União de Friburgo, nas encíclicas papais, no Código de Malines, nas Semanas Sociais e na ação ininterrupta e nobre de grandes vultos do catolicismo. (*idem*, p.159)

A corrente conhecida por catolicismo social consistiu numa forma de pensar o cristianismo como instrumento para a mudança social. Robert de Lamennais (1782-1854) é considerado o pai intelectual dessa corrente, mas na mesma linhagem também estão Henri de Saint-Simon (1760-1825) e Charles Kingsley (1819-1879). Ao longo do século XIX o catolicismo social progressivamente saiu de uma maneira de pensar a religião católica em vista da justiça social, para um programa mais concreto de reforma da sociedade moderna e industrial, cuja materialização consistiria na encíclica *Rerum Novarum*.

Embora houvesse nessa encíclica uma defesa definitiva da propriedade privada enquanto direito natural, e um conseqüente repúdio ao entendimento marxista acerca de uma interpretação da sociedade ocidental pelo materialismo dialético e histórico, a encíclica condenava em absoluto o abismo entre os lucros exorbitantes dos capitalistas em contraste com a condição de penúria da classe trabalhadora. Recomendava a

regulamentação do trabalho, a legalização dos sindicatos, melhores condições de trabalho, e diminuição da jornada de trabalho. (BURNS: 1971, pp.706-707)

A União de Friburgo a que Simonsen se refere consiste na organização fundada em 1883 por Gaspar Mermillod entre outros atores do pensamento católico progressista do século XIX (tais como Carlos de Lowenstein e Giuseppe de Toniolo). Também conhecida por União Católica de Estudos Sociais consistiu num centro de estudos o qual promovia um congresso anual, realizado na cidade suíça de mesmo nome, onde eram discutidas questões sociais e apresentados seminários e teses. Quando Leão XIII promulgou a encíclica *Rerum Novarum* em 1891, acolheria grande parte das teses apresentadas nos seminários da União de Friburgo (ÁVILA: 1993, pp. 70, 451-452).

De acordo com Caetano (1993, pp.235-237) a ampliação das organizações católicas entre a classe trabalhadora (círculos operários católicos, Confederação Brasileira dos Operários Católicos, Liga das Senhoras Católicas, Liga Eleitoral Católica, entre outros), somado com a bem-sucedida campanha de desarticulação dos sindicatos e associações de base proletária pela parte do governo federal, corroborou com o projeto empresarial de controle social dos trabalhadores. Houve uma convergência entre o entendimento do catolicismo social praticado no Brasil nos anos 1930's, centrado na colaboração de classes, e a meta da paz social entre classes perseguida pelo empresariado industrial. Caetano (*idem*, pp. 241-242) argumenta que as Semanas de Ação Social empreendidas na década de 1930 no Brasil articularia os interesses tanto da hierarquia eclesiástica quanto do governo Vargas e do empresariado industrial, e cuja pedra de toque fora a mediação entre capital e trabalho. A autora salienta ainda que a conciliação entre classes e o reconhecimento pela melhoria de vida das classes trabalhadoras reflete a entrada dos princípios tanto da *Rerum Novarum* quanto da *Quadragesimo Anno* no Brasil; para Caetano, o catolicismo social seria o “talismã” do pensamento de Roberto Simonsen, de modo que disciplinaria a vida do proletariado em todos os seus aspectos.

A organização da vida social para Roberto Simonsen, portanto, deveria ser ordenada a partir dos parâmetros cristãos, de justiça principalmente. E de conciliação, acima de tudo. Uma forma de organizar a economia, política e sociedade, a ser seguida por todos os países do mundo, com vistas à paz e à justiça.

Nos países industrializados, questão essencial era a da promoção de mais justa e equitativa distribuição dos proventos da produção e da adoção de normas de trabalho compatíveis com a dignidade humana e com a própria defesa da espécie.

Fruto da reação verificada, o padrão de vida do operário melhorou, sensível e rapidamente, na maioria das nações européias.

No regime de concorrência, característico da economia capitalista, as medidas protetoras das classes operárias deveriam, porém, ser adotadas, simultaneamente, pelos vários países, afim de que se não criassem condições de desigualdade na produção internacional. A inclusão de normas do direito social no Tratado de Versailles e a criação da B.I.T. [Bureau International du Travail], destinada, principalmente, a assegurar a execução dessas normas em todos Estados civilizados, demonstraram o acerto das novas diretrizes. Aliás, A Igreja já apontara, na orientação delineada por S.S. Leão XIII, o critério internacional, a que tais providências deveriam obedecer. (SIMONSEN: 1943a, pp.159-160)

O fator religião não é, portanto, um simples adorno no pensamento de Simonsen. O próprio fato da instalação da imagem de Jesus Cristo no salão nobre da FIESP é cheia de simbolismo, cuja cerimônia seria protagonizada tanto por Simonsen quanto pelo arcebispo de São Paulo⁴⁰. De fato significa um elemento importante numa equação difícil onde entram interesses do capital, do trabalho, e do Estado. Como equilibrar interesses que chegam a ser antagônicos, e entre os três principais atores no cenário da construção da nação? O interesse nacional certamente é o principal elemento, todavia Simonsen já teria que inverter uma dada hierarquia de prioridades no jogo com a agricultura. Com a classe operária o jogo seria o da conciliação, e aí a religião entra num primeiro lance bem sucedido na busca pelo objetivo da concórdia entre as classes. Nessa perspectiva o que se percebe é a ampliação da dimensão do projeto industrialista no pensamento de Simonsen, abarcando o grupo social mais amplo.

Em vista das relações entre capital e trabalho, um detalhe é crucial: a religião entra na equação invertendo o sinal antes negativo da economia de mercado. Atenção ao fato de que o problema não está – para Simonsen – necessariamente na estrutura, mas sim trata-se de um problema moral; por outro lado, se “o padrão de vida do operário melhorou, sensível e rapidamente, na maioria das nações européias” em vista das “normas de trabalho compatíveis com a dignidade humana”, motivadas pela questão da distribuição mais justa da riqueza, e se tudo isso ocorreu dentro da economia capitalista, então a economia de mercado e propriedade privada é capaz de gerar bem-estar, e deve ela mesma tender a isso uma vez que é capaz de multiplicar a riqueza. Num passo seguinte, Simonsen argumentaria que a melhor distribuição – inclusive – gera demanda,

⁴⁰ ver *A Imagem de Cristo* (1942) in *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos* (1943).

o que aumenta a renda e a produção, em ciclo. Mas o primeiro passo é afirmar a centralidade da paz social, e nisso Simonsen argumenta que o problema é antes de ordem moral.

Simonsen já havia argumentado pelos problemas trazidos pelo que chamava de individualismo exagerado na modernidade, tanto em *Crises no Brasil* quanto em *As Finanças e a Indústria*, e mesmo em *O Trabalho Moderno*. A referência aos problemas causados pela radicalização do individualismo, das disfunções causadas pelo egoísmo, e pela anomia social correspondente, tanto se relaciona com o pensamento católico de Simonsen, quanto pelo corporativista. E a referência aos ideais cristãos-sociais de defesa do bem estar das massas mostram o caminho que vai da questão social até o controle social e a conciliação de classes. A religião como amuleto de Simonsen na cruzada pela hegemonia casa-se em perfeita consonância com sua pretensão corporativista de organizar não apenas o mundo do trabalho, mas também a própria sociedade e o Estado.

3. A terceira fase do pensamento de Simonsen: o projeto nacionalista

Embora exista um certo dissenso sobre onde termina a segunda fase do pensamento de Simonsen e começa a terceira, vou admitir que o marco fundamental deva ser *Alguns Aspectos da Política Econômica mais Convenientes ao Brasil no Período de Após-Guerra* (1943b) pois uma vez que admitimos que a terceira fase consiste na construção do projeto nacionalista, então o marco deverá ser o momento no qual Simonsen elabora os contornos das relações internacionais, pensadas a partir do desenvolvimento econômico. A terceira fase também é a da célebre ‘Controvérsia’ com Gudin em torno do planejamento econômico, assim como dos Congressos industriais da década de 1940 – I Congresso Brasileiro de Economia (1943), Congresso Brasileiro da Indústria (1944) e a I Conferência Nacional das Classes Produtoras (1945).

No texto de 1943, já numa situação de perspectiva do fim da II Guerra Mundial, e quiçá do próprio Estado Novo, Simonsen defenderá um papel definitivamente proativo do Estado, assim como o desenvolvimento da indústria de base e a elevação da renda nacional. Simonsen cita o caso dos Estados Unidos, cuja economia crescera por causa da organização da economia americana para a guerra, assim como a renda nacional e a indústria pesada. (SIMONSEN: 1943b, pp.3-5) Simonsen defende que a

renda nacional do Brasil crescesse dos então 40 bilhões de contos, na ordem de 24 vezes. (*idem*, pp.6-7)

Em *A Engenharia e a Indústria* (1944a) Simonsen defende a indústria como base econômica mais promissora na tarefa de elevação da renda nacional. A agricultura é incapaz de atingir tal meta, em vista de que é incapaz de agregar valor como a indústria. Aqui a opção pela indústria é emblemática e certamente a mais marcante de toda obra, pois Simonsen coloca a agricultura literalmente em segundo plano, vencendo um impasse na obra a qual vinha desde a descontinuidade em *Aspectos da política de defesa do café*, onde Simonsen começara esse movimento pendular e vacilante.

O exame do que se passa, nos povos mais adiantados, atesta que a indústria é a maior fonte de enriquecimento. Nos Estados Unidos, numa renda nacional que orça por 150 bilhões de dólares, a produção industrial inclusive a de guerra, com as atividades comerciais e de transportes que lhe são conexas, atinge 120 bilhões; a agrícola atingirá, apenas dez bilhões. O grande enriquecimento norte-americano registou-se paralelamente ao seu surto industrial.

No Brasil, país ainda classificado como pobre, para uma renda nacional de 40 milhões de contos, a produção industrial concorre com 25 milhões.

Necessitamos, no entanto, desde já, para uma melhora de nosso padrão de vida médio, de mais de 200 milhões, e dificilmente a agricultura e a indústria extrativa nos poderão fornecer 20 milhões.

E' portanto na rápida expansão da indústria que poderemos ir buscar os elementos para esse aumento da renda nacional; e nesse processo é o engenheiro, por excelência, o agente da ação tecnológica." (SIMONSEN: 1944a, pp.16-17)

Em *Os Elos da Indústria* (1944b) Simonsen vai costurar essa ponta. Produtos que passam por acabamento e por mais trabalho agregam valor e utilidade, o que aumenta a riqueza do conjunto social.

Quanto mais se estudam os problemas que se apresentam, do campo e das fábricas, mais se verifica que eles são harmônicos, em suas linhas essenciais e que sómente interesses imediatistas, ou a ignorância dos verdadeiros fundamentos de uma sã economia, podem pretender criar antagonismos intransponíveis entre as nossas várias manifestações de trabalho. A produção, em última análise, visa criar utilidades para a satisfação das necessidades humanas.

Se o produto em bruto já representa uma riqueza, depois de beneficiado oferece, sem dúvida, maior utilidade para o consumo. Transformada a pluma em fios, ou os caroços em óleo ou tortas, oferecem por sua vez, êsses artigos, novas utilidades, aumentando, destarte, suas possibilidades de absorção. (SIMONSEN: 1944b, p.8)

Em *A Engenharia e a Industria* Simonsen irá afirmar que, embora a organização do trabalho venha a trazer eficiência técnica e aumento da produtividade e riqueza, dela também decorrem efeitos deletérios na sociedade: aglomerações nos centros urbanos, queda na qualidade de vida, e uma ‘starndartização’ exagerada a qual poderia redundar numa deterioração psicológica das classes trabalhadoras. Como saída a esse dilema, Simonsen propõe a difusão de pequenas e médias indústrias, numa colonização industrial do interior. (SIMONSEN: 1944a, pp.11-15)

O desenvolvimento econômico precisa de tecnologia e diversificação funcional de ocupações e profissões. Seria necessária fomento à pesquisa científica pela parte do Estado assim como à indústria de base em geral. Além disso, Simonsen argumentará novamente que o crescimento de uma classe média impulsiona o crescimento econômico, mas aqui com uma diferença: é que a expansão da classe média provoca a pluralidade de tipos de trabalho de que o desenvolvimento econômico precisa.

Nos grandes centros urbanos, o quadro da atividade social se compõe, predominantemente, de proprietários, funcionários do estado, chefes de emprêsas engenheiros, médicos, advogados, professores, contadores, funcionários de escritórios, negociantes de toda sorte, técnicos, e profissionais os mais variados além de número considerável de elementos intergrando-as chamadas ‘classes medias’. (SIMONSEN: 1943, p.9)

Simonsen ainda irá reafirmar que a remuneração individual é a melhor modalidade para a indústria, em face do estímulo a produtividade. (*idem*, p.9) Ao que toca o financiamento do projeto desenvolvimentista, aparece no texto uma novidade interessante. Simonsen percebe o tamanho da conta do crescimento industrial induzido e acelerado, o qual torna-se inviável apenas com capital nacional público ou privado. Simonsen sugere a contração de empréstimo externo para o desenvolvimento tecnológico e da indústria de base (*idem*, p. 17), assim como ajustes cambiais os quais permitissem uma maior capacidade para importar.

É nítido, por fim, a preocupação com a montagem da infra-estrutura para a indústria. Qualquer resquício de naturalismo econômico no pensamento simonseano é terminantemente rechaçado. Simonsen discorre sobre o enriquecimento dos países

ibéricos durante a era colonial e coloca o trabalho como fonte verdadeira para o valor. Por mais que tivessem enriquecido frente à exploração do novo mundo, Portugal e Espanha quando muito contribuíram para a montagem do aparelhamento econômico da Inglaterra – a qual, mesmo não sendo a metrópole política da América portuguesa e espanhola, fora a maior beneficiária do pacto colonial.

As fortunas só representam eficaz elemento de vida, quando são o fructo de esforços e trabalhos reaes, empregados na sua aquisição. Que valeram a Portugal as vultosas sommas de ouro, para ali canalizadas, no cyclo da mineração? Que valeram á Hespanha os carregamentos de prata de Potozi e os thesouros encantados dos Incas? Serviram apenas para fortalecer e fomentar o aparelhamento econômico de povos que trabalharam para o fornecimento dos artigos de que a Hespanha e Portugal necessitavam para seu consumo. (SIMONSEN: 1943b, p.19)

Simonsen na terceira fase traça os contornos do papel, importância, e lugar da indústria. Ainda assim, o esforço pela ampliação da margem nas relações de forças políticas continuava teimosamente, como se percebe de uma leitura de *A Agricultura e a Indústria*, texto o qual fora publicado como primeiro capítulo de *Os Elos da Industria*. Mesmo com a indústria a frente no projeto de futuro, o rompimento com a agricultura nunca fora definitivo. Em uma passagem Simonsen lamenta a ausência dos segmento agrícola no I Congresso Brasileiro de Economia:

No recente Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro, e onde por um lamentável malentendido, a agricultura de S. Paulo não se fez representar, fixamos, como ponto de honra, a conveniência da discussão e aprovação de numerosa série de conclusões, em que procurávamos interpretar os seus anseios e suas reivindicações, que sempre consideramos com maior atenção e carinho (SIMONSEN: 1944b, p.10).

Foi nesse estado da arte na obra que Simonsen atravessou a *Controvérsia* com Gudin. A questão acerca do plano Marshall fora discorrida nos anais do I Congresso Brasileiro de Economia e em mais três textos. Simonsen fora um duro crítico do plano Marshall em vista do regresso do Brasil e da América Latina à sua condição de agroexportadores na divisão internacional do trabalho. Nesse espírito, Simonsen evoca a liderança do Brasil num bloco econômico de países em industrialização; notadamente, usa do ideal panamericanista para conclamar à revisão de acordos internacionais. (SIMONSEN: 1948, pp.14-16). O projeto político industrialista simonseano estava, em suas linhas mestras, concluído. Simonsen fizera até aqui a defesa da industrialização e

do papel proativo do Estado como questão nacional, visto ser de importância fundamental para resolver o problema da pobreza; mesmo esse problema vinha ganhando contornos mais nítidos na longa elaboração político-intelectual de Simonsen. Da pobreza decorrem as péssimas condições de vida do povo, sendo que a pobreza é causada por uma situação de subcapitalização, a qual decorre fundamentalmente da natureza agro-exportadora da economia brasileira. Reverter esse quadro implicaria numa organização do Estado em moldes corporativistas – como amplamente discorrido nos anais do I Congresso Brasileiro de Economia – assim como da representação política. Caberia ao Estado o papel coordenador e incentivador da indústria nacional, entendida como o novo eixo dinâmico da economia. O crescimento econômico industrial planejado e acelerado implicaria não apenas num aumento geral da renda nacional e mesmo do capital reinvestido, mas também no investimento social em bem estar – elemento fundamental para a garantia da coesão social, peça chave para o progresso técnico, econômico, social e político.

A industrialização traz portanto a modernização, e com ela a transformação completa da vida social; o próprio processo de industrialização é caudatário do projeto industrialista. Ainda que Simonsen não apenas tivesse os liberais e a agricultura como opositores, a própria dificuldade em fazer a ideologia da direção do movimento industrialista frente à base seria um terrível adversário. Todavia, o próprio industrializado sofre uma guinada para o lado do desenvolvimentismo, o qual seria irreversível; esse pode ser considerado o legado de Simonsen para a história da industrialização no Brasil. A industrialização traz portanto um projeto político alternativo de futuro; e o momento de luta pela hegemonia será precisamente a controvérsia de 1944-1945.

Capítulo 4

O pensamento de Eugênio Gudin

Eugênio Gudin é considerado o patrono da ciência econômica no Brasil, tendo em vista a sua importância no processo de institucionalização desta disciplina. Engenheiro por formação e economista autodidata Gudin fez parte da formação do primeiro curso de economia no Brasil, a partir do núcleo de economia da FGV no Rio de Janeiro. Existe ainda um consenso nos estudos sobre o pensamento de Gudin que apontam para sua filiação irretorquível ao liberalismo ortodoxo de linha monetarista, assim como a influência no seu pensamento tanto de Hayek, quanto de Viner e Harbeler – sendo que manteve com esses dois últimos, relações pessoais bastante próximas –, o que demonstra sua proximidade com a escola austríaca de economia. (ROCHA: 2008, pp.35, 50, 130-139; BIELSCHOWSKY: 2004, p.41; ABRAÃO: 1998,p.125; PADILHA: 1996, pp.37-38)

Existe também na literatura especializada uma tendência a classificar Gudin como neoliberal. É importante a ressalva feita por Bielschowsky (2004, p.37) de que no termo ‘neoliberal’ o

prefixo ‘neo’ tem um significado muito preciso: representa o fato de que os liberais brasileiros, em sua maioria, passavam a admitir, na nova realidade pós-1930, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições de mercado, que, segundo reconheciam, afetavam economias subdesenvolvidas como a brasileira.

A literatura especializada sobre o pensamento de Gudin aponta sua coerência teórica e univocidade de análises e diagnósticos para a economia brasileira. Lucia Fortuna Padilha (1996, pp.68-69) sustenta essa idéia argumentando que o momento por excelência para algum desvio teórico estivesse no intervalo entre a ‘Controvérsia’ de 1944-1945 e a Instrução 113 da SUMOC, em vista do caráter de forte intervenção dessa última, inclusive com fins industrializantes. Para autora, no entanto, não existe um hiato entre o pensamento de Gudin entre a ‘Controvérsia’ e a Instrução 113, mas sim uma continuidade, uma vez que tratou-se de abertura ao capital estrangeiro, o que estava inclusive em ampla consonância com a teoria exposta tanto em *Inflação crédito e desenvolvimento* quantos nas páginas da ‘Controvérsia’. A Instrução 113, sozinha, não evidencia mudança de curso na trajetória do pensamento de Gudin.

Em sua vida o autor protagonizou a institucionalização da economia como disciplina nos bancos universitários, assim como a profissionalização do economista. Gudin em vários pronunciamentos faz menção à falta de rigor técnico no trato dos problemas econômicos do Brasil assim como reconheceu, inclusive no debate com Simonsen, a completa ausência de dados confiáveis sobre a renda nacional e o balanço de pagamentos em transações correntes do país.

Em grande medida a opção pelo liberalismo ortodoxo tem origem na sua própria história de vida. Eugênio Gudin (nascido Eugênio Gudin Filho) nasceu em 12/07/1886 no Rio de Janeiro e morreu na capital carioca aos cem anos de idade. Em 1905 se formou em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1911 foi diretor da Pernambuco Ways and Power Great Western Railway. Por essa empresa viajou freqüentemente a negócios para a França e Inglaterra. É possível que da experiência de empresário que Gudin tenha criado uma certa fixação pelo problema da ingerência do Estado na questão cambial, e ao problema da inflação – principalmente a decorrente da intervenção do Estado na economia. (ABRAÃO: pp.123-125)

Entretanto, apenas após os 40 anos de idade Eugênio Gudin torna-se um estudioso autodidata em economia e se dedica aos problemas de política econômica. Em 1931 foi membro da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos do Ministério da Fazenda. Em 1943 participa do I Congresso Brasileiro de Economia, onde começa a célebre *Controvérsia* com Roberto Simonsen em torno da questão do planejamento econômico. Em 1943 publica pela primeira vez *Princípios de Economia Monetária*, tratado de economia cuja pretensão era a de um manual de economia, mas que consistiu rigorosamente numa elaboração de pensamento econômico *par excellence*. Nele Gudin definiu e discutiu os conceitos de moeda, crédito, juros, bancos e seu funcionamento, inflação, sistema de preços, uma teoria do emprego, o funcionamento do padrão-ouro, além de uma discussão sobre a estrutura econômica dos países centrais e periféricos, e uma análise comparativa de Bancos Centrais.

Em 1944 Gudin participa do Congresso de Bretton Woods, juntamente com a delegação brasileira. Sobre as atividades de Bretton Woods e o texto contendo a proposta da delegação brasileira Gudin escreveu no mesmo ano *Ensaio sobre Problemas Econômicos da Atualidade*, onde argumentou a favor da criação de um Banco Central do Brasil, analisou e explicou o funcionamento do então criado Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Argumentou, rigorosamente, que o importante é o equilíbrio do balanço de pagamentos dos países conjuntamente a um comércio multilateral. Equilibrar os balanços de pagamentos dos países garante o bom funcionamento das economias nacionais, assim como da economia internacional. Para desempenhar essa função é que o FMI e o BIRD, conjuntamente, assistiriam às necessidades dos países em prol do equilíbrio de suas balanças de pagamentos, a manutenção do comércio exterior multilateral, e o combate ao *dumping*. Dessa maneira, estaria assegurada um “saudável” funcionamento da divisão internacional do trabalho, na qual os países desempenhariam seus “papéis” de acordo com suas capacidades de formação de vantagens comparativas no mercado. Assim, o Brasil deveria voltar a sua tradicional função de agro-exportador. (*idem, ibidem*)

Se colocar Simonsen na posição de intelectual orgânico da indústria é algo relativamente operacional, o mesmo não pode-se dizer de Gudin. A clareza com a qual Gudin escreve, e mesmo os veículos pelos quais divulga sua idéias – também em livros, mas pesadamente Gudin escreve em jornais (*O Jornal, Jornal do Commercio, O Globo*, entre outros), assim como relatórios e pareceres – impede o pesquisador de classificar o autor como intelectual tradicional. Por outro lado, parece duvidoso que Gudin fosse intelectual orgânico da agricultura. É apenas nessa parte que discordo de Maria Angelica Borges (1996, pp.143-177) porque não vejo muito sentido em atribuir à Controvérsia Simonsen/Gudin um conflito econômico/político entre agricultura e indústria. Mesmo porque tanto a agricultura esta representada no I Congresso Brasileiro de Economia, quanto existe fissuras internas dentro dela, notadamente a oposição que a agricultura e a indústria em geral fizeram contra o exclusivismo cafeeiro. Assim, nos sobriaria afirmar hipoteticamente que Gudin fora um intelectual ligado ao café, porque esse segmento sim estava em choque com a indústria e outras agriculturas. Entretanto, Gudin também foi um notável crítico da política de proteção tanto ao café quanto à indústria.

Uma aproximação mais coerente nos levaria a aproximar Gudin da posição de intelectual orgânico ligado ao capital internacional. Todavia, adverte Velasco e Cruz (1984, pp.12-13), estaríamos caindo em simplificação, uma vez que tal classificação implica em pensar a burguesia nacional em oposição ao capital internacional, como se não tivesse ocorrido uma integração entre elas, e mesmo como se Gudin não tivesse sido destacado protagonista no processo. Velasco e Cruz faz uma retomada da trajetória de vida de Gudin desde a formação em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de

Janeiro, até ao emprego e depois sociedade com Eugênio Doodsworth, com quem fundaria a *Pernambuco Tramways Power & Co. Ltda.*, com “capital de um milhão de libras e presidida por Follet Holt, diretor da Great Western Hailway Co. e de inúmeras companhias inglesas de serviços públicos na América Latina”. Quando em 1929 Gudin começa a escrever na seção de economia do periódico *O Jornal* já havia oito anos em que era membro da diretoria da Great Western. (*idem, ibidem*)

Essa ligação umbilical de Gudin com a economia política passando pela direção de uma multinacional do ramo de bens de produção seria, a primeira vista, evidência suficiente para colocá-lo entre os intelectuais do capital internacional; afinal, é o *locus* de onde fala Gudin antes de inserto na estrutura do Estado, pela primeira vez em 1931 no Banco do Brasil. Foi circulando nas rodas do capital internacional que se construiu o intelectual Eugênio Gudin. Todavia, é importante retomar a ressalva feita por Velasco e Cruz, e perceber que ao longo da obra Gudin defenderia a abertura econômica e a integração entre o capital nacional e internacional, assim como repudiaria a idéia de protecionismo e empresa pública. De acordo com Velasco e Cruz isso é o que explica o fato de Gudin ter se tornado referência intelectual entre o empresariado nos anos 1970, momento crítico da campanha contra a estatização empreendida pelo governo militar.

Com relação ao entendimento de Gudin sobre ‘capitalismo’ é muito convincente o argumento de Borges de que a concepção do autor sobre o conceito seja uma concepção “naturalista” do termo. Nesse sentido, esse trabalho apenas vem a reforçar o argumento, assim como o da influência ricardiana em seu pensamento. Para Gudin o capitalismo padece de problemas é verdade, mas ele é como se fosse um organismo em constante aperfeiçoamento, de modo que crises seriam um dia completamente superadas. Também é certo que para Gudin o capitalismo é antes um método natural de alocação de recursos, e por isso mais eficiente. Por se tratar o capitalismo de um método, o fator econômico sempre tenderia ao equilíbrio: os desequilíbrios gerados dentro dele seriam oriundos do fator político, onde determinantes eram as disputas, vontades e paixões humanas (GUDIN: 1936, pp.27-29).

Foi em *Capitalismo e sua Evolução* (1936, pp. 51-60) que Gudin afirmou pela necessidade de contribuir com a evolução do capitalismo sem substituir seu método natural de desenvolvimento. A “economia dirigida” (leia-se *protecionismo*) é uma situação absolutamente excepcional e está relacionada com os tempos de guerra e calamidade, assim como tende a desaparecer gradualmente , dando lugar ao livre cambismo. Caberá ao Estado nessa nova fase do Capitalismo ser o “policia” da

economia, evitando trustes e cartéis, sustentando uma estrutura monetária e jurídica, criar um ambiente no qual os contratos sejam cumpridos, e manter a tríade econômico-social entre capitalismo-liberalismo-democracia. Para Gudin a democracia apenas poderia existir onde houvesse plena liberdade dos agentes econômicos, de modo que todo e qualquer planejamento significaria uma aproximação com o totalitarismo. Também *Capitalismo e sua evolução* é o texto de Gudin onde primeiro aparece uma explicação da Crise de 29 onde mais incisivamente o fator político é responsabilizado pelo colapso capitalista – lance de ofensiva intelectual em relação a *Origens da crise mundial* (1931).

A inserção do país na ordem econômica e política mundial é a chave para entender o projeto de nação por trás do pensamento econômico de Gudin. Não era *a priori* contra a indústria, inclusive se mostrou amplamente favorável a industrialização tanto no I Congresso de Economia quanto em *Para Um Mundo Melhor* (1943), e em outras ocasiões. Também não parecia tão avesso à intervenção do Estado, afinal esse deveria ser o ‘policia’ da economia, fazendo cumprir-se os contratos, mantendo a moeda estável, com uma política econômica que se antecipasse as crises, e evidentemente combatendo monopólios e cartéis.

Mas qual seria então o papel do Estado para Gudin? Justamente, o Estado ‘guarda de trânsito’ o qual controla o fluxo de automóveis mas não obriga-os a seguirem a tal ou qual destino. O Estado vigilante da economia, que intervém pontualmente nas situações de desequilíbrio e crise de concorrência, mas que não vem a socorro de nenhum dos segmentos da economia. Um Estado consoante com uma democracia econômica, do primado dos direitos civis e políticos subtraídos dos direitos sociais, tomando de empréstimo os termos de T.H.Marshall. Gudin era mesmo avesso até a idéia da existência de um salário mínimo no Brasil, e nesse ponto ele ironicamente se aproximava mais do empresariado industrial em relação a Simonsen – que tentava continuamente convencer a base do movimento industrialista da importância do aumento salarial para garantir demanda interna efetiva. Tanto em *A desvalorização da libra* (1949), quanto em *Inflação e economia de guerra* (1944), *Câmbio e Café* (1934) e *Inflação crédito e desenvolvimento* (1956) Gudin afirmaria que o salário mínimo no Brasil, o direito a férias remuneradas e a feriados encareciam o nível de vida porque geravam inflação, já que provocavam aumento das disponibilidades de pagamento sem o correspondente aumento dos fatores de produção.

Do mais ao que toca a questão do Estado, a aversão de Gudin certamente não era contra a idéia de intervenção nem de industrialização exatamente: mas contra a de

planejamento da economia pelo Estado, o que atingiria de maneira frontal a liberdade de escolher, além de um primeiro passo em direção ao totalitarismo. Além disso, planos econômicos no Brasil estariam fadados ao fracasso em vista do pleno emprego de fatores de produção, argumento repetido sistematicamente por Gudin como uma profissão de fé. Para Gudin a inflação em si já era um sinal do pleno emprego desses fatores. Gudin argumentaria por essa via durante a *Controvérsia* com Simonsen, e mesmo depois seria um duro crítico do plano SALTE, crítica reproduzida em *A desvalorização da Libra*:

Brada-se pela execução de um plano SALTE, para o qual [...] não há recursos e nem ao menos estudos sérios. E clama-se, até no Congresso, pela execução mágica de quanta fantasia há, sem sequer lembrar-se de que estão em mais do que pleno emprego dos fatores de produção em quase todo país. [...]

Não há balanço de pagamentos que se possa equilibrar êsse regime de inflação permanente. (GUDIN: 1949, p.8)

Gudin argumentava que eram fundamentais dois elementos nas trocas internacionais: primeiramente, os termos de troca, onde a produtividade desempenharia papel fundamental; e na produção para linhas de exportação onde o país tivesse vantagens comparativas no sentido ricardiano do termo (BORGES: 1996, p.50). Gudin afirmou em diversas ocasiões que não era sensato proteger indústrias “artificiais” que dependessem de importar matéria-prima. Gudin, isso sim, era contra veementemente ao protecionismo e ao planejamento econômico.

No lugar, Gudin era a favor da abertura ampla da economia ao capital internacional. Argumentava que políticas protecionistas tinham caráter recessivo e inflacionário porque geravam excesso de meios de pagamento em circulação, além de desviar fatores de produção de onde tínhamos vantagens comparativas para outros setores, o que desorganizaria a economia.

Ao que diz respeito, portanto, à ordem internacional, Gudin era francamente contra acordos aduaneiros bilaterais; apoiava a proibição desse tipo de prática, uma vez que o comércio internacional funcionaria de maneira equilibrada e conjunta em trocas multilaterais. Nesse sentido defendia também a criação de órgãos internacionais, com a liderança do Brasil, de defesa de preços dos gêneros agrícolas. No fito de operar onde o Brasil tivesse vantagens comparativas, Gudin propôs a ampliação da pauta agrícola de exportação, com a qual a economia interna conseguiria capitalização para a montagem do seu parque industrial. Igualmente, defendia a abertura da economia com o objetivo,

entre outros, de conseguir financiar obras públicas de infra-estrutura (ferrovias, portos, rodovias, usinas hidrelétricas) a partir do capital privado internacional.

Como cosmopolitista do debate (BORGES: 1996) Gudin atribua importância decisiva às relações econômicas internacionais mais do que políticas econômicas nacionais de formação de capital. Assim é que o seu livro de 1943 *Para um mundo melhor* constitui um antecedente ao FMI e ao BIRD. Discorre nesse livro sobre os Planos White (Estados Unidos) e Keynes (Grã-Bretanha) preventivos a concorrências entre Bancos Centrais por cambiais e ouro.

Em 1944 Gudin publica *Ensaio econômico da atualidade* onde discorre sobre o papel do FMI e do BIRD na ordem mundial pós-II Guerra. Gudin atribuía importância decisiva no combate à guerra econômica por cambiais, e julgava primordial na inserção das economias nacionais na economia internacional o equilíbrio do balanço de pagamentos em conta corrente. A função desses dois organismos em conjunto seria justamente possibilitar aos países membros equilibrar os seus respectivos balanços de pagamento ao passo em que manteria sanções a aqueles que praticassem depreciação induzida na intenção de disputar “artificialmente” cambiais.

Em termos de economia nacional, não seria prudente segundo Gudin controlar a inflação interna quando ela é causada por capital estrangeiro especulativo, fazendo uso simplesmente de restrições à demanda. *Seria necessário controles externos e mecanismos de ajustes dos valores relativos das moedas nacionais* a partir de um controle *da taxa de câmbio, adotada por um fundo internacional*. Assim, estaria garantida a liquidez dos balanços de pagamentos dos países.

Os países da periferia capitalista, conquanto suas economias não fossem controladas pelo Estado, organizariam o conjunto econômico e político de maneira mais funcional escolhendo a democracia como regime político. Mas note-se que para Gudin a democracia desejável não é a democracia como titularidade de direitos, mas sim a democracia econômica schumpeteriana: onde o direito é o de consumir – e apenas – e o Estado, apenas protetor do mercado, da propriedade privada, e do cumprimento dos contratos. Estaria automaticamente orquestrada toda uma sociedade liberal, de economia de mercado e Estado Mínimo, a partir *de fora*.

No plano econômico, Gudin fora um naturalista por excelência. Isso significa dizer que Gudin entendia o sistema capitalista a partir de movimentos pretensamente naturais, uma vez que admitia que tal sistema é formado por uma somatória de indivíduos racionalmente orientados. Se o comportamento individual assim é

condicionado, e se a lógica macro-social consiste na soma dos comportamentos individuais e seus critérios de ação, logo tal sistema econômico tenderá ao equilíbrio. E o sistema capitalista otimizaria tal equilíbrio uma vez que a economia de livre mercado potencializa as trocas e o poder de decisão. O liberalismo econômico é a matriz ideológica que alicerça a idéia de capitalismo naturalista; Gudin o entendia como natural e a-histórico, visto se tratar de um *sistema* e não um modo de produção. (BELUZZO *apud* BORGES, pp.9,10, 13-15) Uma vez que o sistema capitalista é o melhor de todos os possíveis porque é onde existe a melhor alocação de recursos, e esse sistema funciona com a menor intervenção o possível do Estado, então Gudin defenderia politicamente a democracia liberal-econômica de aceção schumpeteriana – em claro contraste com a forma corporativista de organização da sociedade e do Estado proposta pelo industrialismo, e particularmente por Roberto Simonsen.

Gudin acreditava fielmente no equilíbrio econômico via automatismos de mercado, assim como na interpretação monetarista da inflação – essa em particular seria a pedra de toque no Congresso de Economia de 1943. Entre 1936-1943 Gudin desenvolveria a tese do equilíbrio dinâmico, que consiste no equilíbrio decorrente dos sucessivos choques entre crise e prosperidade, os quais fariam o sistema capitalista aperfeiçoar-se continuamente (BORGES: 1996, p.46). Supor esse equilíbrio dinâmico era a chave para se pensar o Estado absenteísta até *Para um mundo melhor* (1943), momento no qual Gudin adotaria a concepção de Estado policial da economia.

Era absolutamente simpático ao padrão-ouro automático, ao passo em que também era grande sua desilusão com o esgotamento dele. Todavia não pereceu na resistência saudosista, mas sim participou da organização das duas grandes instituições internacionais já citadas e que abandonariam o padrão ouro – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), atual Banco Mundial.

1. Equilíbrio internacional, padrão ouro, e livre cambismo: a economia ‘perfeita’ dos automatismos de mercado.

Ora, se o padrão-ouro não suportou as crises econômicas, ainda que elas tivessem surgido dentro da esfera estritamente política, então como explicar a recorrência desses desequilíbrios? Ou ainda, como voltar à situação de normalidade econômica? Gudin em *Para um Mundo Melhor* discorre sobre o problema da insuficiência do padrão-ouro nas trocas

internacionais. Quando um afluxo monetário levasse a desequilíbrios no balanço de pagamentos, automaticamente os valores relativos do ouro sobem nas economias desfalcadas, fazendo com que o fluxo se inverta. Dessa maneira, o balanço de pagamentos internacional estaria sempre em equilíbrio. Dito a mesma coisa de outra maneira: se houvesse afluxo de ouro para as economias centrais, ou mesmo algum desequilíbrio entre elas, voltaria a ocorrer desvalorização da moeda na economia interna que recebeu o afluxo de ouro. Ocorreria uma desvalorização da moeda e do ouro, por causa do excesso de disponibilidades monetárias em circulação; por outro lado, nas economias periféricas, havendo falta de ouro para servir de lastro à moeda, haveria *deflação*, e com isso valorização da taxa de câmbio, fazendo com que o excedente de ouro nas economias centrais fossem atraídos para as economias periféricas, via comércio exterior. Numa situação de concorrência perfeita, ouro o suficiente para abastecer o sistema, e ausência de intervenção governamental, o padrão-ouro automático se auto-regularia.

O problema está na própria manutenção do padrão-ouro automático: o lastro necessário de 100% da moeda em reserva de ouro nos bancos centrais passou a não mais ser possível. A Inglaterra, por exemplo, passou a adotar modalidades de moeda bancária que tinha um “equivalente em ouro” no Banco da Inglaterra. Mesmo esse tipo de modalidade fora ilusória, uma vez que sequer o lançamento do equivalente em ouro contido no Banco por moeda não era plenamente livre. Caso houvesse uma procura muito alta e repentina de pedidos de câmbio de moeda em ouro, o governo intervinha e suspendia as conversões. E houve mesmo falta de ouro para lastrear a moeda, falta essa sentida em todos os países centrais. A manutenção do padrão-ouro automático levou, então, à crises originadas pela *concorrência entre Bancos Centrais por ouro*, usando para atingir tal fim um controle arbitrário da inflação.

Dessa avidez dos bancos centrais pelo ouro, adviram os maiores males para a economia e o bem-estar das nações empenhadas na defesa dos *stocks* de ouro contra a concorrência de altas taxas de juros dos bancos centrais estrangeiros ou das moedas propositalmente desvalorizadas ou do movimento do capital flutuante, etc. As políticas monetárias passavam a se orientar, não pelas necessidades da conjuntura econômica do comércio e da indústria do país e sim pelas medidas destinadas a atrair o ouro ou evitar a sua evasão. Isso constituiu um dos principais fatores da depressão econômica do período de entre-guerras. [meu grifo] (GUDIN:1943, p.127)

Bancos Centrais tem o poder de emitir moeda, e de proclamar uma taxa oficial de câmbio quando o câmbio é fixo. Quando o câmbio é flutuante, os Bancos Centrais adotam um comportamento inflacionário, emitindo moeda e criando, assim, excesso de disponibilidades em circulação. A inflação em alguma medida é benéfica porque evita uma valorização exagerada da taxa de câmbio, o que pode arrebentar as estruturas produtivas do país, além de expor a economia nacional ao *dumping* nas relações econômicas internacionais. Entretanto, o comportamento inflacionário dos Bancos Centrais no padrão ouro automático objetivava segurar o ouro no país. A depreciação cambial – por analogia – tende a atraí-lo para dentro da economia nacional (o inverso também é verdadeiro, taxas de câmbio apreciadas levam à evasão de divisas e disponibilidades monetárias), ou, no mínimo, não deixa o ouro sair do país. O problema é que esse comportamento dos Bancos Centrais *em conjunto* leva à recessão internacional, porque paralisam parte significativa do comércio exterior. A única saída para essa cilada econômica seria a abolição do padrão-ouro, uma vez que ele é quem encontra-se em esgotamento. Mas para substituí-lo seria necessário um órgão internacional o qual fosse capaz de regular a taxa de câmbio, garantindo valor para as moedas nacionais, assim como liquidez para as economias. Essas seriam as funções tanto do FMI quanto do Banco Mundial (então BIRD), as quais Gudin explicaria em *Ensaio Sobre Problemas Econômicos da Atualidade* (1944).

É interessante e necessário investigar o entendimento de Gudin frente a esses planos, e mesmo em relação aos antecessores – planos White e Keynes – porque são ocasiões nas quais o sistema financeiro internacional poderia muito bem funcionar livre o padrão ouro automático. O fato de Gudin ter apoiado esses planos, e ele mesmo participou de maneira ativa da elaboração do FMI e do BIRD, demonstra que apesar de adepto convicto do que Borges (1996) chamaria de “naturalismo econômico” é no mínimo um equívoco dizer que Gudin propunha uma ‘marcha a ré’ na história para o século XIX. Gudin era de fato um monetarista com ampla influência de Keynes, de modo que não se pode imputar a Gudin um anacronismo dessa dimensão.

Consistiriam os Planos Keynes e White preventivos a essas concorrências entre Bancos Centrais. O Plano Keynes consistiu num acordo entre França, Estados Unidos e Inglaterra, onde foi aplicado o princípio de moeda *escritural* ou *bancária*. Essa modalidade monetária objetivava um sistema financeiro no qual o ouro como reserva de valor não seria necessário. O equivalente monetário dos países do plano seria definido a partir dos saldos dos balanços de pagamentos dos países. Para Gudin, a concorrência

entre Bancos Centrais por disponibilidades monetárias foi um problema gerado pelo padrão ouro automático em crise. Essa disputa perderia completamente o sentido uma vez que a unidade monetária – batizada de *bancor* – dos países do Acordo converte as unidades nacionais para si a partir dos câmbios relativos – ainda que o *bancor* tivesse parte do seu valor em ouro. Entretanto, lembra mais uma vez Gudin que

Esta condição não é essencial. O sistema poderia funcionar sem ouro. Mas não se pode eliminar a consideração do vasto *stock* de ouro dos Estados Unidos e das minas de ouro do Império Britânico (GUDIN: 1943, p.129, nota 30) [meu grifo]

Assim, “desequilíbrios dos balanços de contas entre os países serão compensados por meio desses créditos [em *bancor*], sem que seja preciso recorrer ao ouro” (*op cit*, p.129). O débito/crédito estaria expresso na moeda do acordo e registrado nos livros da *clearing house*, a instituição bancária responsável pela coordenação do Plano Keynes.

O Plano White, por outro lado, consistiu basicamente num “fundo de estabilização do balanço de pagamentos”, ou seja, um fundo do qual se pode contrair importâncias a fim de equilibrar o balanço do país com dívidas em conta corrente. Diferentemente do Plano Keynes, no Plano White o país credor recebe em importância 75% de sua própria moeda e títulos, e 25% em ouro em cada unidade de pagamento. De acordo com Gudin, esse foi o erro capital do Plano White: acabou por se atrelando ao padrão ouro. A primeira dificuldade do Plano White consistiu justamente no excesso de crédito concentrado nos Estados Unidos, levando a uma verdadeira dolarização do Plano. White ainda criou uma moeda para os países do Plano – a *unitas* – correspondente a US\$ 10,00 em ouro. Entretanto, essa moeda não conseguiu se impor, porque os Estados Unidos já tinham a tendência a ser o principal credor mundial. Além disso, no Plano White os países podiam deduzir seus pagamentos também em moeda nacional ou ouro. O Plano Keynes tinha aí uma vantagem bastante clara: pagamentos internacionais dos países do Plano poderiam apenas ser efetuados em *bancors*.

Tanto o Plano White quanto o Plano Keynes objetivavam liquidar o residual dos balanços de pagamentos dos países, tendentes a zero. Comparando ao texto de 1944⁴¹, podemos afirmar que *foi um antecedente à Bretton Woods* no sentido de garantir a liquidez das economias nacionais, o equilíbrio dos balanços de pagamentos dos países, e a manutenção do livre-comércio internacional e multilateral. Outra característica importante dos Planos White e Keynes foi o controle dos movimentos de capitais entre

⁴¹ *Ensaio sobre Problemas Econômicos da Atualidade.*

os países a partir do controle da taxa de câmbio. O problema dos movimentos de capitais consiste basicamente: atrair investimentos produtivos ao máximo, com o mínimo de atração de capital especulativo. Problema difícil de lidar, uma vez que é impossível, em várias situações, simplesmente avaliar intenções. Nesse caso, se faz necessário um mecanismo de freios à especulação.

Mas apesar de tudo isso, o ouro manteve, de acordo com Gudin, duas funções importantes: tesouro de guerra, visto que o ouro é, em última análise, reserva de valor; e como *fundo de compensação do balanço de pagamentos*. Essa segunda propriedade do ouro seria de capital importância nos acordos dos anos 1940 (White, Keynes, FMI e BIRD) como alternativa de equilibrar as trocas internacionais, no caso de falhas de planejamento desses organismos internacionais.

Entretanto, a problemática centralidade do ouro na política econômica levou os governos a se preocupar mais com medidas de atração do ouro do que propriamente com a conjuntura econômica, em termos – principalmente – de comércio e indústria (GUDIN: 1944, p.137). Dessa maneira, a criação do FMI em 1944 veio a

Promover a cooperação monetária internacional através uma [sic] instituição permanente de consulta e colaboração sobre problemas monetários internacionais [...]

Promover uma estabilidade cambial afim de manter a ordem monetária internacional e evitar a concorrência de depreciações monetárias. (GUDIN: 1944a, pp.137-138)

A valorização exagerada e constante do dólar frente ao cruzeiro poderia levar a um círculo vicioso de depreciações sucessivas (GUDIN: 1944a, p.145-147). Contínuas depreciações (desvalorizações) da taxa de câmbio levam a um primeiro momento em baixa de importações e alta de exportações, respectivamente. Entretanto, num segundo momento ocorre inflação por dois motivos: a alta das exportações pode causar alta nominal dos salários; com a baixa importação, deixam de entrar no país bens de capital, o que leva a um aumento do custo de produção dos bens exportáveis, o que reflete imediatamente em alta dos preços na economia interna. Alta da inflação e do custo dos exportáveis causa queda das exportações, justamente porque se torna muito caro produzir. O problema é que para capitalizar o sistema é necessário exportar mais, o que leva a novamente o governo induzir a depreciação cambial, gerando um ciclo vicioso. Gudin explicou esse ciclo para criticar a concorrência por ouro pelos Bancos Centrais

através das sucessivas depreciações monetárias induzidas pelo governos. Portanto, a diferença daquele caso com este é puramente *quem* provoca essa depreciação.

Naquele exemplo, Gudin aponta os governos que concorrem pela quantidade de ouro em seu país. Neste caso, as depreciações sucessivas serão causadas pelos desequilíbrios das relações de trocas internacionais. Um afluxo de dólares para uma economia periférica, por exemplo, gera inflação porque os dólares serão convertidos em moeda local. Embora o valor do dólar frente ao cruzeiro, por exemplo, venha a cair num primeiro momento (muitos dólares para serem trocados por cruzeiros) o excesso de dólares convertidos em cruzeiros leva a um aumento de disponibilidades monetárias em circulação (moeda). Se essas disponibilidades (que são também “divisas”) forem (e vão ser, evidentemente) convertidas em unidades monetárias nacionais, então ocorre inflação da moeda por excesso de disponibilidades em circulação. Assim, a valorização do dólar no momento pós-Guerra pode levar à inflação tanto nas economias periféricas quanto nos países centrais em reconstrução.

Para evitar essa dolarização “maléfica” da economia mundial, Gudin defende que *parte* da composição dos termos de troca internacionais ocorram em *ouro*, pois o metal precioso constitui num mecanismo de correção das possíveis distorções que a moeda americana pode causar nas outras economias.

Caberia, portanto, ao FMI e ao BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, atual Banco Mundial) mediar essas relações econômicas internacionais com vistas à garantir a liquidez dos países, o equilíbrio dos balanços de pagamentos, e o livre-comércio. Além de dar assistência aos países em dificuldades financeiras, caberiam a esses organismos internacionais evitar a concorrência por cambiais e ouro através das depreciações pelos Bancos Centrais, penalizando os países que usarem dessa prática. Entre outras funções importantes, caberia ao FMI e ao BIRD evitar e combater a prática desleal de concorrência (*dumping*), assim como prever desequilíbrios na economia para evitar crises. Caberia ao FMI, por exemplo, permitir a multilateralidade do comércio, proibindo acordos bilaterais e de restrição cambial (GUDIN: 1944a, pp.137-138). Novamente, a partir das livres trocas internacionais, da multilateralidade, e do equilíbrio cambial, o capitalismo naturalista revigora-se, e aperfeiçoa-se enquanto sistema.

Do mais, Gudin foi um duro crítico da política cambial. Em 1934, no texto *Câmbio e Café*⁴², Gudin responsabilizaria o governo federal pela inépcia na política cambial ao optar pela depreciação, levando a um desgaste dos *terms of trade* do café, uma vez que o valor-ouro do café é diretamente proporcional ao câmbio, o qual fora no entanto principal item da pauta de exportação. Por outro lado, se queda no câmbio prejudica as importações, ela também prejudicará as exportações, o que levou à deterioração dos termos de troca. Todavia e repetidamente em outros textos Gudin não defenderia o exclusivismo cafeeiro, mas sim a diversificação da pauta agrícola de exportação. Gudin voltaria a criticar a política monetária em *A Desvalorização da Libra* (1949) quando criticou veementemente a desvalorização do cruzeiro, fazendo o mesmo esquema de análise: a depreciação cambial leva à depressão do preço do café uma vez que a sua demanda é inelástica. Isso significa dizer que não adianta usar do câmbio baixar os preços relativos de um produto cuja produção não é fácil de aumentar, o que redundaria apenas na desvalorização do mesmo. Mais uma vez, Gudin surpreende com a clareza do raciocínio:

[...] se desvalorizássemos o cruzeiro frente ao dólar e se, como tem acontecido em outras ocasiões, se verificasse do preço do café em dólares (continuando avigorar o mesmo preço em cruzeiros) isto não faria aumentar as quantidades de café compradas pelos Estados Unidos, de sorte que o Brasil venderia as mesmas quantidades de café a preços mais baixos em dólares. Pioraria, portanto, em vez de melhorar o balanço de pagamentos. (GUDIN: 1949, p.5)

2. A Grande Depressão pelas lentes liberais.

Para Gudin o capitalismo naturalista é a forma mais racional de gestão econômica, de modo que as crises vividas no século XX no mundo capitalista se processam no plano econômico mas tem origem no plano político. No caso da Grande Depressão de 1929-1933 foram os efeitos da I Guerra Mundial quem teriam desorganizado esse esquema linear e uníssono de organização da economia mundial – o qual, saliente-se, tenderia inercialmente ao equilíbrio, nunca à crise. (BORGES: 1996, p.45)

Gudin discorre sobre a Crise mundial de 1929 pela primeira vez em 1931, em *Origens da crise mundial*. Esse texto constitui segundo capítulo de *Origens da Crise*

⁴² Esse ensaio encontra-se na coletânea organizada por Carlos Pelaez, pelo Instituto Brasileiro do Café, intitulada *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*.

Mundial, Política Econômica do Brasil, Política Financeira, e Relatório Niemeyer, o qual consiste numa coletânea de 1932. *Origens da Crise Mundial* é formada por três artigos publicados no periódico “O Jornal”, em maio de 1931. É precedida também de um artigo no qual constitui primeiro capítulo, intitulado *Mal de Progresso*. O mal progressista de que fala Gudin consiste nos efeitos nocivos provocados pelo próprio avanço tecnológico, do qual o desemprego industrial é o que se destaca, juntamente com a estagnação do consumo. Em *Mal de Progresso* Gudin não faria uma defesa do progresso tecnológico ou somaria ainda o ideal progressista à defesa do capitalismo. Parece aqui mais uma crítica à própria modernidade industrial e a esse avanço tecnológico, notoriamente ao taylorismo.

Mas afinal o desequilíbrio que se deveria ter verificado ha trinta annos entre a capacidade de producção humana e sua capacidade de consumo, está se produzindo agora com a mais formidável crise de character economico dos tempos modernos. Milhões de homens na Inglaterra, na Allemanha, nos Estados Unidos, não têm o que fazer, porque tudo de quanto precisa a humanidade têm o que fazer, porque tudo de quanto a humanidade precisa a humanidade póde ser produzido por numero de homens cada vez menor, á medida que a racionalização e a taylorização (neologismos já consagrados) seguem em sua faina de augmento de producção por unidade humana. (GUDIN: 1932, p.18)

Uma questão aparece na leitura de *Mal de Progresso* em relação ao entendimento da Crise: ora, sendo a economia de mercado alocadora natural de recursos, o que faz dela a mais eficiente, e sendo as mudanças das técnicas de trabalho – por isso mesmo – orientadas à maior eficiência, e assim perseguidas pelos capitalistas, então não seria o taylorismo acontecimento natural e inerente ao sistema capitalista? Gudin não coloca essa questão uma vez que nos textos de 1931-1932 a interpretação da crise ainda é descritiva. Porém não deixa de ser conclusa: Gudin afirmará que existe saída para o ciclo de excesso de oferta e crise, e ela está no comércio internacional; mas novamente é do campo político que vem o problema, e ele consistirá no nacionalismo e – conseqüentemente – no protecionismo.

Em *Origens da crise mundial* Gudin divide a descrição da crise em três tópicos: causas econômicas (GUDIN: 1932, pp.21-25), causas políticas (*idem*, pp.27-29), e causas monetárias (*idem*, pp.31-39). Gudin aponta como causa econômica dois fatores conjugados: queda do emprego, devido à automação e inovação; e excesso de produção. Gudin afirma que a Crise de 29 é uma das “crises cyclicas porque evoluem dentro de

um *cyclo* aproximadamente determinavel” (*idem*, p.21), embora ela seja diferente “das crises *cyclicas* comuns, entre outros aspectos, porque não foi precedida de uma elevação geral de preços nem por um período de grande prosperidade industrial” (*idem* p.24). A descrição de Gudin mostra que o autor tem um perfeito entendimento sistêmico da crise a partir de dentro. Crises cíclicas decorrem da soma de progresso técnico mais progresso científico, dois fatores que são – entretanto – *naturalmente* produtos da história intelectual, social e econômica da civilização.

Gudin descreve a crise dessa maneira:

Periodo de prosperidade, periodo de confiança e portanto de actividade de negocios. Desenvolvimento da produção industria, criação de novas empresas, augmentos geraes de exportação e de trocas. Dividendos crescentes, alta conseqüente de titulos e especulação nas bolsas. E’ o primeiro periodo. Vem depois a reacção natural: Excesso de producção, quêda de preços dos productos fabricados e conseqüente desvalorização de materias primas. Baixa de lucros e de dividendos, baixa de cotações em bolsa. Desapparecimento da confiança. Crise. (*idem*, p.22)

Enquanto análise econômica, a descrição que Gudin faz da crise é algo fatalista. Uma vez desencadeado o ciclo da crise seu ritmo em direção ao caos econômico parece irreversível. Todavia, Gudin aponta para o comércio internacional tanto como saída para a crise quanto a prevenção contra crises futuras. E é justamente o contrário do livre comércio entre os países, o protecionismo, o que Gudin aponta como *causa política* da Grande Depressão. O livre comércio internacional cumpriria uma dupla função: tanto aliviaria o excedente produtivo para fora, quanto garantiria nova demanda externa, o que manteria o nível tanto dos salários quanto do emprego. O progressivo fechamento aduaneiro protecionista fecha essa válvula de escape e desencadeia a crise.

A *causa monetária* vem a complementar a anterior. A explicação aqui é semelhante com a que Simonsen fizera em *As Crises no Brasil*: com a opção na Inglaterra pelo retorno ao padrão ouro, e com as conseqüentes valorizações cambiais na França e nos Estados Unidos, houve uma corrida pelos bancos centrais dos países do ocidente capitalista por ouro, a fim de evitar *déficit* na balança comercial. A corrida generalizada por ouro levou a paralisia nas relações econômicas internacionais, gerando crise.

Em todos esses textos de 1931 Gudin já atribuíra em alguma medida a responsabilidade da crise à intervenção estatal: a crise fora desencadeada por um efeito

do protecionismo nacionalista, e por uma decisão tomada na Inglaterra a respeito do retorno ao padrão ouro. Nos textos dos anos 1940 Gudin reconheceria o esgotamento do padrão ouro automático como explicado na seção 2.1 desse capítulo. Todavia, de acordo com o teor do texto é possível a interpretação de que a decisão pelo retorno do padrão ouro foi uma das causadoras da crise, *decisão* essa mal tomada. Algo, portanto, sugere que nos textos de 1931 Gudin já desconfiara da franca eficácia do padrão-ouro automático. Nesse momento, também de forte crise no ideário do *laissez-faire*, Gudin foca a explicação mais no caráter econômico-descritivo da crise. Ao atribuir ao taylorismo e ao protecionismo a culpa maior da crise do que ao livre-mercado – na verdade, apontado por Gudin com solução – Gudin não apenas alfineta os segmentos industriais ávidos por proteção, planejamento, e câmbio cadente, como também começa a deslocar os holofotes do problema da economia livre-cambista para a intervenção governamental.

Foi em *Capitalismo e sua evolução* que Gudin (1936, pp.45-49) teorizou pela primeira vez uma explicação para a Crise de 1929 a qual priorizasse o fator político por trás da crise econômica. Existe aqui um claro redirecionamento do raciocínio: não apenas o *Estado*, mas o *político* – com suas paixões humanas e decisões equivocadas – é quem condenara a sorte da economia liberal. Aqui o fator econômico conta pouco: o preponderante é de fato o plano político: o mercado livre de intervenção sempre tenderá ao equilíbrio.

A idéia no texto de 1936 a ser afirmada é que a economia capitalista – na acepção naturalista e liberal do termo – tendia ao equilíbrio, até que desequilíbrios advindos do fator político desorganizassem o fator econômico. Para explicar a Crise de 29, Gudin parte de um exemplo mais simples, os efeitos da guerra russo-japonesa de 1905. A Rússia comprava chá da Índia, que por sua vez comprava tecidos da Inglaterra. A guerra com o Japão – assim como a derrota na guerra – levou a um desequilíbrio agudo na economia russa, de modo que o comércio com a Índia ficou comprometido. Assim, os russos deixaram de comprar o chá indiano. Como o chá era o principal produto de exportação indiano, choques na sua exportação alteram toda a economia indiana. A Índia sentiu a crise russa, de modo que deixou de comprar os tecidos ingleses. Entretanto, a Inglaterra comprava o algodão dos produtores sulistas dos Estados Unidos. Esses produtores também foram afetados amplamente com a crise, de modo que deixaram de ser o consolidado mercado de manufaturas do Norte, que – por causa disso – também foi afetado pela crise. A guerra russo-japonesa se refletiria

diretamente em *toda* economia americana. Esquema semelhante, entretanto bem mais complexo quanto perverso, consistiu na relação entre a I Guerra Mundial e a Crise de 1929. Ao invés de simplesmente uma guerra entre dois países, uma guerra entre *todos* os países centrais levou a uma série de desequilíbrios nas relações econômicas internacionais, de modo que o colapso – ainda que temporário – era inevitável.

No texto de 1936 a Crise de 1929 não consiste mais numa crise de superprodução; aliás, Gudin argumenta que os Estados Unidos sempre precisaram – mais do que nunca depois da Depressão – *aumentar* a sua produção para conseguir satisfazer as necessidades de sua população. Os desequilíbrios que causaram a crise econômica de 1929 tiveram origem em decisões *políticas*. Esse esquema de análise é recorrente nos textos de Gudin. Essa reorientação na obra gudiniana não significaria exatamente uma ruptura mas sim uma elaboração, no sentido em que Gudin dá formas mais nítidas ao naturalismo com o qual entendia a dinâmica capitalista: como um sistema natural de alocação de recursos, o qual consegue se reorganizar e se aperfeiçoar progressivamente.

Tal mudança, todavia, não altera o tratamento que Gudin sugere para as crises do sistema capitalista: permanece a solução pelas livres trocas internacionais. Por atribuir tamanha importância ao comércio exterior sem protecionismo Gudin se aproximaria da teoria ricardiana das vantagens comparativas para defender uma pauta de exportação agrícola para o Brasil. Isso não significa necessariamente a idéia de ‘vocação agrária’ porque ela sugeriria que a economia brasileira estariaria fadada a produzir apenas gêneros agrícolas para exportação. Na verdade, existe lugar para a industrialização no reino das vantagens comparativas: mas no caso brasileiro a indústria teria de vir a reboque da agricultura, esse último sim capaz de gerar capital inicial na indústria, pois na agricultura é quem estão tais vantagens comparativas, as quais notadamente não se resumem *apenas* ao café.

A solução pelo comércio exterior estaria presente também em mais três temas: inflação, planejamento, e câmbio.

3. Inflação: suas causas e tratamento.

Um balanço dos textos de Gudin mostra que seu entendimento acerca da inflação era incisivamente monetário: a inflação é causada – fundamentalmente – pelo excesso de meios de pagamento em circulação, ou seja, pelo excesso de moeda disponível no mercado. Conforme aumenta o volume desse numerário, aumentam em

geral os níveis de preços. O problema, esclarece Gudin, não é exatamente o aumento em si, todavia o aumento desalinhado de preços constitui problema porque faz com que todo o conjunto econômico pague os preços altos de um segmento apenas, pelo menos enquanto todos os reajustes de preço não tiverem ocorrido. Entretanto, durante esse intervalo de tempo toda a “comunhão” será penalizada a custo de uma classe econômica. A quantidade sempre será a chave para pensar a inflação: em tempos de guerra é o excesso de numerário decorrente dos excessos de exportação que geram inflação pelo lado da moeda. O tema da inflação aparece em três textos: *Inflação e economia de guerra*, *Inflação crédito e desenvolvimento*; e em *Princípios de economia monetária*, onde – embora não tenha um capítulo exclusivo ao tema da inflação – Gudin dedica o Capítulo X ao estudo do nível de preços pela teoria quantitativa.

Inflação e Economia de Guerra é texto de 1944 e seria publicado novamente como a primeira e segunda partes de *Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade* (1945). Gudin nesse texto diferencia a economia de paz com a economia de guerra. Na economia de paz, produtores trocam com consumidores bens de consumo, e que também trocam mercadorias entre si, concomitantemente. Calçadistas, por exemplo, vendem calçados no mercado para obter recursos que os permitam custear a produção, e usar o excedente para comprar café, cereais, vestimentas, entre outros; ao passo que cerealistas vendem cereais para conseguirem comprar calçados, café, vestimentas e todo tipo de bens de consumo necessário; e assim sucessivamente ocorre em todos os ramos da economia de paz. No comércio exterior, algo similar acontece: o Brasil e os países da periferia capitalista vendem seus produtos tropicais para conseguir importar produtos industrializados das economias do centro. Já na economia de guerra ocorre um desequilíbrio básico, qual seja: os recursos gerados com a produção são prioritariamente usados na fabricação de armamentos e munições, o que gera demanda reprimida, uma vez que toda a produção estará drenada para a guerra, em prejuízo da produção de bens de consumo. (GUDIN: 1944, pp.7-8)

No caso brasileiro a guerra trouxe sério desequilíbrio externo. Embora não houvesse indústria bélica no Brasil – portanto não houve produção *para a guerra* a qual pudesse gerar uma inflação pelo lado da demanda a partir de dentro – as exportações de café, borracha, minério de ferro, cereais, entre outros, para os aliados, não são compensadas com importação de produtos industrializados, uma vez que os países centrais encontram-se numa situação de produção essencialmente para a guerra. No Brasil esse fenômeno gerava crescentemente excesso de meios de pagamento em

circulação porque não havia a contrapartida em importações, ou seja, disponibilidades monetárias entrava pelas importações mas não saía pelas exportações, gerando seu excesso e – portanto – inflação.

Não produzimos canhões e munições, mas produzimos café, algodão, borracha, minérios, etc. QUE EXPORTAMOS para os Estados Unidos e Inglaterra, SEM QUE DESSES PAÍSES POSSAMOS IMPORTAR mercadorias correspondentes. O fenômeno é o mesmo [caso o desequilíbrio fosse interno], em sua essência: os que produzem café, algodão, os tecidos, a borracha, etc. *exportados* recebem rendimentos em pagamento de seu trabalho, mas as mercadorias correspondentes não são substituídas por outras mercadorias de importação. E é assim que se verifica o desequilíbrio de excesso de rendimentos em relação às mercadorias e serviços disponíveis. (GUDIN: 1944, p.9) [itálicos e maiúsculas de Gudin]

Mas o aumento dos preços em si não é o problema fundamental de acordo com Gudin. O problema principal é que os preços não sobem simetricamente, eles vão subindo em cascata – primeiro um ramo da economia e depois o outro, numa onda que é centrífuga. Ou seja, a inflação beneficia os grupos que entram antes na onda inflacionária porque eles desfrutam do tempo a mais que se posicionam no reajustamento de preços, e enquanto outros ramos ainda não alcançam o novo nível de preços, aqueles que se adiantaram no processo penalizam o resto do conjunto econômico. Ou seja, a inflação não é apenas a elevação geral de preços, ela é a elevação *desequilibrada* e geral de preços.

Respondendo a um interlocutor do Jornal do Commercio o qual lhe perguntara se o aumento generalizado de preços consistiria em si um problema, já que os salários tendem a acompanhar – naturalmente – o nível de preços e a quantidade de meio circulante. Respondeu Gudin com singular coerência:

– Ah! se a inflação se processasse assim como o Sr. diz, não haveria mal algum. Se todos os preços subissem paralelamente, ninguém se poderia queixar

Mas o essencial da inflação é justamente que ela não se processa assim. Os meios de pagamento criados e emitidos não se distribuem proporcionalmente nem simultaneamente por todos. Eles entram na Economia do país por um determinado setor, detentor das mercadorias e serviços sobre os quais exerce a pressão da produção acrescida. Os detentores dessas mercadorias passam a vendê-las por preços mais caros, realizando um excelente lucro, à custa do resto da comunhão. (*idem*, p.10-11)

Para Gudin o efeito maligno da elevação desequilibrada e geral de preços é o favorecimento das classes produtoras atingidas positivamente pela onda inflacionária. O excedente monetário ao entrar por um ramo em particular da economia reajusta os preços daquele ramo primeiro, enquanto os outros ramos e setores da economia ainda praticam os preços antigos, ou seja, o processo é paulatino e não automático. O nivelamento de preços será para cima, porém em cascata; e durante esse processo, alguns segmentos serão claramente os favorecidos, notadamente aqueles que foram levados primeiro pela onda inflacionária (*idem*, pp.11-12).

Esse seria o entendimento de Gudin sobre inflação até *Inflação e economia de guerra*. Tanto em *Inflação e economia de guerra* quanto em *A rendição da guarda* a ênfase é no aumento desalinhado de preços, o qual favorece algum grupo econômico privilegiado. Essa crítica é diretamente dirigida aos industriais, uma vez que os ramos econômicos da indústria foram, notoriamente, os que “chegaram antes” na onda de aumento generalizado de preços.

Em *Princípios de Economia Monetária* Gudin manteria essa idéia fundamental, todavia aproximando-a com a teoria quantitativa da moeda. Do mais, Gudin ressalta na caracterização da inflação o papel espoliativo desempenhado pelos hematófagos das classes beneficiadas pela inflação:

A inflação pode também ser definida como uma tentativa perpetrada por um grupo econômico de se apropriar de uma parte da renda real pertencente a outros grupos. (GUDIN: 1979, p.175)

Em *A Rendição da Guarda*, texto no qual consiste discurso de Gudin para a primeira turma de formandos da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas em 1949, a crítica aos segmentos industriais é ácida e direta:

Surgem, então, as mais exdrúxulas panacéias para a cura da inflação. A mais comum, e ao mesmo tempo a mais traiçoeira porque dispensa o esforço e facilmente ilude os de boa fé, é a que recomenda, não a paralisação do aumento de meios de pagamento e sim, ao contrário, a expansão de crédito “*para aumentar a produção*”!

Como se inflação já não fosse sinônimo de pleno emprego dos fatores de produção, aqui como em toda parte. A alta de salários, preços, taxas de juros, etc., já é de si a indicação barométrica de que a procura dos fatores de produção excede a oferta, isto é, de que o pleno emprego foi atingido e ultrapassado. Como aumentar a produção, nessas condições, senão pelo aumento da quantidade de fatores de produção ou pela melhoria de sua qualidade ou pelo aperfeiçoamento

técnico dos métodos de produção, o que tudo exige muito tempo? (GUDIN: s/d, p.23) [destaques de Gudin]

Em *Inflação e economia de guerra* Gudin também dirige a crítica claramente aos segmentos industriais⁴³, apontando que a inflação “de que beneficiaram industriais e comerciantes foi, portanto, em grande parte uma inflação de guerra.” (GUDIN: 1944, pp. 32-33)”. Na redação dessa entrevista ao Jornal do Commercio presente em *Inflação e economia de guerra* Gudin dispara um ataque frontal contra as pretensões industrialistas de um projeto de migrações internas. O assunto guarda estrita relação com a questão inflacionária: em economias de guerra, a inflação é gerada a partir de dentro quando a pressão vem do lado da demanda reprimida. Isso ocorre, de acordo com Gudin, porque há deslocamento de fatores de produção da agricultura para a indústria, o que gera escassez, porque desequilibra a oferta de mão de obra – e portanto a própria produção – agrícola para baixo.

A procura por gêneros agrícolas continua aumentando enquanto que a produção cai, gerando inflação. Mas como os Estados Unidos então conseguiram sustentar a ênfase para a indústria de guerra sem arrebentar as bases da economia? Lembrando que esse fora o argumento de Simonsen na defesa de um programa nacional no Brasil de migração para a indústria. Novamente, a clareza de idéias de Gudin surpreende:

Nos Estados Unidos, até o início do rearmamento, em 1940 era vultoso o número de desempregados. A sua rápida absorção pelas indústrias de guerra deu lugar a um forte aumento de rendimentos de salarizados com aumento de demanda e alta de preços de produtos agrícolas. Assim, a inflação de rendimentos nos U.S.A. teve início nos setores de salarizados e dos agricultores. Justificar-se-ia pois, nesse caso, o aumento dos impostos de consumo, já que o imposto de renda pouco atinge esses setores.

No Brasil o caso é inverso. Não havia desemprego. Ao contrário. Por outro lado, os salarizados sofriam uma forte redução de poder de compra, devida à alta violenta e ininterrupta dos preços desde 1934. Aquí os beneficiados eram os industriais e comerciantes, como sempre soe acontecer nas inflações típicas. O nosso caso é portanto de imposto direto e, especialmente, sobre o excesso de lucros. (*idem*, p.12, nota 1)

Ou seja, nos Estados Unidos o problema do desemprego acabou equilibrando a demanda da indústria por contingente humano, o que inclusive equilibrou a economia.

⁴³ “ A inflação de que beneficiaram industriais e comerciantes foi, portanto, em grande parte uma inflação de guerra.” (GUDIN: 1944, pp. 32-33)

O caso do Brasil é algo bem diferente, uma vez que – para Gudin – temos (o problema?) do pleno emprego, o que nos impede de deslocar fatores de produção para a indústria e obras públicas de infra-estrutura – e nesse sentido é duvidoso que o que vinha acontecendo nos Estados Unidos fosse chamado de deslocamento de fatores, mas sim de emprego de fatores ociosos. Por outro lado, isso poderia ainda assim gerar demanda reprimida, uma vez que essa massa de contingente humano empregado gera demanda, a qual não será atendida por conta da ênfase na economia bélica.

Uma leitura de *Inflação e economia de guerra* mostra que Gudin entendia a inflação no Brasil em tempos de guerra como processo caudatário da política externa americana: ao empregar fatores de produção ociosos na indústria bélica e não em setores de bens de consumo o comportamento do governo americano seria inflacionário, isso se não aliviasse a demanda reprimida nas relações com os aliados latino-americanos – de quem importava seus bens de consumo sem o correspondente em exportação; em outras palavras, transferiu o problema interno da inflação pela demanda num problema para cada país colaborador nos esforços de guerra, em inflação pelo lado da moeda.

Todavia, Gudin não tinha um entendimento teleológico do problema, tampouco entendia que a responsabilidade pelo mesmo seria de apenas uma das partes. Existia um problema interno do Brasil o qual seria lidar com o afluxo de excedentes monetários de maneira mais competente e conseqüente. Ora, se o problema é monetário, no final das contas, então a solução também não haveria de ser pelo numerário? Se assim o fosse, a política econômica brasileira ao final da II Guerra Mundial estaria, aos olhos de Gudin, completamente equivocada; seria necessária com urgência a taxaço da fração exorbitante dos lucros industriais dos tempos de guerra, com a finalidade clara de diminuir a quantidade de meios de pagamento em circulação.

O entendimento de Gudin sobre a inflação consistia nesse esquema teórico até *Inflação: Crédito e Desenvolvimento* – aumento do numerário, o qual gera aumento desequilibrado de preços relativos, beneficiando um segmento da economia em detrimento dos outros. No texto de 1956 há uma ligeira alteração no entendimento do fenômeno da inflação. Gudin passa a considerar que a inflação ela mesma é quem desloca fatores de produção: como o próprio volume de meios de pagamento é maior no olho do furação inflacionário, logo é onde também rendimentos e salários são reajustados antes, o que desloca *per si* fatores de produção. Ora, argumenta Gudin,

fatores de produção são eles mesmos limitados naturalmente. Gudin entende por fatores de produção

[...] com o que é que se produz?

E' com trabalho (mão de obra simples, mão de obra especializada), com matérias-primas, com energia (fôrça elétrica, carvão óleo), com os indispensáveis conhecimentos técnicos e administrativos (o chamado *know-how*), com os transportes (por estrada de ferro, de rodagem, pelo ar) e com máquinas e ferramentas (capital). (GUDIN: 1956, p.15)

os quais são naturalmente limitados, quando muito de expansão demorada e difícil – como no caso do progresso técnico e científico. Essa constatação já estava em *a Rendição da Guarda* e em *Inflação e economia de guerra*, mas nesses textos dos anos 1940 a inflação aparece mais como resultado do que causadora do deslocamento dos fatores de produção. Em *Inflação, crédito e desenvolvimento* Gudin é explícito em dizer que a inflação *ela mesma* causa deslocamento dos fatores, o que automaticamente reprime a demanda por bens básicos, o que sugere um círculo vicioso.

Se forem emitidos mais direitos de haver [meios de pagamento] do que a quantidade de coisas a serem “havidas” aos preços correntes, é muito simples: os *preços sobem*, porque os muitos portadores dos direitos de haver vão *disputar entre si o exercício de comprar o que lhes foi prometido*; em outras palavras, os preços sobem nos mercados de mercadorias e serviços com sobem em qualquer leilão pela disputa entre os vários licitantes. (*idem*, p.14)

[...] se bem que escassos, êsses fatôres de produção existem em quantidade limitada e podem ser obtidos *pagando mais*, isto é, *arrancando-os de outro produtor* a que êles estavam servindo, o que equivale a dizer que a produção do primeiro vai se fazer à custa da redução da produção do segundo. (*idem*, p.16)

Esse pequeno acréscimo ao esquema teórico não afetaria a idéia principal: a explicação para o fenômeno da inflação em Gudin é uma tese quantitativista. E em todos os textos aparece o mesmo remédio para o mal: a redução de meios de pagamento em circulação, dever esse do Estado. Em *Inflação e economia de guerra* Gudin propõe a taxação imediata dos lucros exorbitantes que a indústria estava tendo pela excepcionalidade da Guerra. Era, ademais, urgente diminuir o excedente monetário e trancafiá-lo a sete chaves – ou menos incinerá-lo se fosse o caso.

Mas não era isso o que o Estado estava fazendo. O Banco do Brasil convertia, à época do conflito internacional, descontroladamente o dólar e a libra esterlina em cruzeiros, indiferentemente dos efeitos que isso poderia ter nos níveis de preço daquela

conjuntura em especial. Como o valor do cruzeiro despencava frente às duas principais moedas internacionais, o governo emitia mais moeda nacional para remunerar os exportadores, o que incrementava ainda mais a quantidade de moeda com que eles retornavam para o mercado interno, o que aumentava ainda mais a pressão inflacionária.

O essencial, no caso de que hoje tratamos, é distinguir entre o problema do financiamento da guerra e da absorção das emissões feitas para comprar letras de exportação. Se se emitissem obrigações somente com o fim de pagar despesas de guerra, então continuaria indefinidamente, a emissão de moeda para a compra de letras de exportação, que ninguém sabe onde nos levaria.

Os problemas são dois e devem ser tratados separadamente. Mais ainda, o das despesas de guerra pode talvez esperar alguns meses, mas o do combate aos efeitos das emissões para letras de exportação deve, a meu ver, ser imediato, pois cada dia que passa faz agravar a situação dos preços e em matéria de preços é muito difícil, senão impossível, voltar atrás.(GUDIN: 1944, p.30)

Gudin propõe taxar tais excedentes de lucros em 70% (*idem*, pp.32-36), salientando que tal política pública vinha sendo praticada em outros países como Canadá e mesmo Estados Unidos. A literatura especializada mostra que o acúmulo de reservas ao final do Estado Novo era formidável e capaz de representar poupança interna suficiente para dar o arranco ao desenvolvimento; todavia, esse tesouro monetário seria dilapidado numa enxurrada de importações supérfluas dado o caráter liberal tanto da política econômica do governo Dutra quanto da Constituição de 1946. (SKIDMORE: 2003, p.97; BIELSCHOWSKY: 2004, p.265).

Outro traço interessante e que permanece no pensamento de Gudin é a maneira como pensa o desenvolvimento econômico. A oposição inversa colocada aqui é entre desenvolvimento e inflação. O desenvolvimento pensado pela CEPAL, e no Brasil pelo industrialismo e depois por Furtado, teria o Estado como ator central. O problema, diz Gudin, é que quando o Estado entra ele desloca fatores de produção, o que provoca inflação; e a provoca porque tenta produzir mais sem ter ou criar mais fatores de produção – e fatores de produção, como já demonstrado, são limitados por definição. Quanto mais se tenta desenvolver maior a inflação? Quando o empreendedor é o Estado sim; todavia, se entra o capital internacional entram novos fatores de produção, o que equilibra o sistema econômico, e alavanca o desenvolvimento.

O que aqui se esclarece é que o combate à inflação não exige que se deixem inaproveitados quaisquer fatores de produção disponíveis. Mas há obras e empreendimentos que não podem dispensar acolaboração de capitais estrangeiros,

como no caso das usinas elétricas, da maquinaria industrial, das locomotivas, mesmo dos trilhos etc.

[...]

O capital estrangeiro que aflui sob a forma de maquinaria e equipamento não é inflacionário: ao contrário. Mesmo que êle afluísse para ser trocado por cruzeiros, a fim de prover os recursos necessários a parte das obras que se executam com mão-de-obra e materiais nacionais, não seria inflacionário, porque nas atuais condições, as cambiais compradas hoje pelo Banco do Brasil seriam vendidas amanhã, fazendo renovar os cruzeiros à caixa da Carteira Cambial. (GUDIN: 1956, p.80)

Gudin defenderia a tese quantitativista da inflação por toda a vida. Agarrou a oportunidade de testá-la em 1954 quando fora Ministro da Fazenda no governo Café Filho. Gudín através da Instrução 108 determinava o depósito compulsório na SUMOC pelos bancos de 40% relativos ao aumento de seus depósitos em conta corrente (GUDIN: 1978, p.393). A decisão, claramente referenciada no receituário monetarista e de intenção claramente antiinflacionista na teoria, se revelou altamente recessiva na prática, sendo abandonada imediatamente pelo seu sucessor na pasta, José Maria Whitaker (SKIDMORE: *op.cit*, pp.199-200). Todavia não existem sinais de que Gudín tivesse repensado o entendimento que tinha sobre a inflação, suas causas e tratamento.

Gudin, por exemplo, elogiou a política econômica do governo Nixon, a qual – além de causar desemprego – usava declaradamente a recessão como remédio contra a inflação (GUDIN: 1978, p.391). Também mereceram as palmas de Gudín medidas de contenção do numerário empreendidas por Mário Henrique Simonsen a frente do Ministério da Fazenda do presidente Gal. Ernesto Geisel, defronte à crise do ‘milagre’ econômico. (*idem*, p.393; 1978b, p.235; FAUSTO:2002, pp.495-498.)

Por último, é importante ressaltar a relação do pensamento de Gudín com a teoria quantitativa da moeda. Gudín diferentemente de Simonsen⁴⁴ faz uma leitura “correta” da teoria quantitativa da moeda, atribuindo as variações de preço fundamentalmente ao volume do numerário. “Fundamentalmente”, pois para Gudín, como também observaria Gonçalves, (1947, pp.143,144) existem fatores subjetivos de importância secundária, tais como os desejos e paixões humanas, os quais podem afetar o valor da moeda e o nível geral de preços. A diferença é tênue: enquanto Simonsen para criticar a política de manutenção de preços ao café interpreta a teoria quantitativa

⁴⁴ ver capítulo 3, item 2.4.

da moeda pelo lado do volume de transações, Gudin faz a leitura clássica pelo lado da explicação pelo nível de preços.

Como explica Gudin, a utilidade da teoria não é em determinar o nível geral de preços, porque o valor do índice é calculado a partir de mensuração direta feita a partir de observações de preços correntes no mercado; a utilidade tanto da fórmula de Cambridge quanto da escola de Chicago consistem em determinar a velocidade do numerário circulante, fator o qual serve de termômetro para se saber se a economia está demasiadamente aquecida; e cujo remédio, portanto, seria a retenção de tal excedente monetário, através de taxas, obrigações, e impostos.

Gudin sim foi um quantitativista por excelência. Em seu *Princípios de economia monetária* dedicou, a partir da segunda edição, dedicou à teoria quantitativa o livro III do tomo I. Simonsen, por outro lado, ao fazer todo o malabarismo para fazer a teoria quantitativa da moeda caber dentro da afirmação de que o café passava por superprodução demonstra a necessidade de adaptar a teoria a um caso particular da economia brasileira. Não se trata aqui de discutir se tal tratamento faz de Simonsen precursor ou não de alguma modalidade de pensamento heterodoxo em economia, mas sim de constatar que eram de fato duas leituras diferentes sobre a mesma teoria.

4. Gênese econômica do Gudin político – papel do Estado, corporativismo, e o ‘novo liberalismo’.

Decorreu de um certo entendimento da dinâmica econômica também uma maneira de pensar o Estado e a sociedade. Gudin pensará o conjunto social como uma democracia econômica, e esse seria o projeto político alternativo já formulado e pensado até 1943, ano de *O novo conceito do Liberalismo* o qual consistira no capítulo VIII de *Para um mundo melhor*, e seria republicado como segundo capítulo de *A Rendição da Guarda e outros escritos*.

Existe nesse texto uma pesada crítica à doutrina do corporativismo, numa clara alusão – embora indireta – a Manoilescu, retomando uma crítica feita em *Aspectos econômicos do corporativismo brasileiro* (GUDIN: s/d, p.37). Gudin em *O novo conceito de liberdade* revisa a referência no *laissez-faire* à medida reconhecendo que a Grande Depressão poderia ter sido evitada com algum policiamento da economia pelo Estado.

De fato, é um giro bastante significativo em vista de textos anteriores. Comparando, por exemplo, com *Capitalismo e sua evolução* pode-se dizer que o

naturalismo capitalista precisa agora de um certo auxílio do Estado, mais presente do que já houvera. Não é apenas um Estado que garanta regras do jogo, mas agora um Estado mesmo preventivo, o qual acerte o melhor câmbio, a melhor inflação, o melhor *terms of trade*, etc., para que existam a concorrência no mercado e a iniciativa individual.

Nesse sentido, Gudin elogia amplamente o ‘New Deal’: o espírito da época era o de “fazer uma experiência e, se ela falhasse, a fazer outras, mas, antes de tudo, a fazer alguma coisa” (GUDIN: s/d, p.32), afinal frente à “situação de caos econômico em que recebeu o país, não podia o novo Presidente cruzar os braços e esperar que, com o correr dos anos, o equilíbrio fosse se restabelecer” (*idem, ibidem*). O maior mérito da intervenção de Roosevelt seria o “fato de ter sido *tentada dentro de uma democracia*” (*idem*, p.37). Gudin repudia experiências de aspecto corporativistas, classistas, e mesmo sindicalistas. Em uma parte do texto Gudin argumenta que o sindicalismo britânico e americano constituem movimentos construtivos porque não são impostas pelo Estado: elas de fato emergem da vontade da sociedade civil.

Nas corporações impostas pelos Estados totalitários procura-se confundir o movimento sindical livre, tal como existe na Inglaterra e nos Estados Unidos, com um sindicalismo político, instrumento de domínios sobre toda a atividade econômica do país.

O movimento sindical livre é perfeitamente legítimo. As Trade Unions inglesas e americanas, mau grado seus erros e desvios, prestam grande serviço não só à defesa dos legítimos interesses da classe operária como à própria indústria e produção. (GUDIN: s/d, p.39)

Essa crítica de Gudin era uma nítida referência à lei sindical de 1939, a qual estabelecera: unidade entre sindicatos e associações profissionais; unicidade sindical (em contraponto à pluralidade sindical); e a reafirmação do Estado como foro de conciliação (VIANNA: 1978 pp.223-229). Houve ainda em 1940 houve a outorga do decreto-lei nº2.377 de 8 de julho, “criando o chamado imposto sindical, coincidindo com uma grande campanha em favor de uma sindicalização massiva, desencadeada pelo presidente da República em pessoa” (*idem*, p.232). A crítica de Gudin pesava exatamente nesse ponto: o sindicalismo de Estado consistia justamente no controle das classes subalternas, e numa afirmação autoritária do governo frente a sociedade como

um todo. E como poderia ser diferente, dado o caráter coletivista e homogeneizador de tais iniciativas?

Fórmulas corporativas, fórmulas sindicalistas, sistemas fascistas ou comunistas, nada mais são do que coletivistas em tabuletas diversas. Não se trata de distinguir entre umas e outras modalidades de coletivismo. O debate é entre o liberalismo e o conjunto dos coletivismos. Os liberais procuram conservar e aperfeiçoar a ordem económica que os coletivistas pretendem destruir. (*idem*, p. 39)

A filosofia liberal apresenta-se no pensamento de Gudin como única alternativa viável à tirania implacável do coletivismo. É o indivíduo, sede de razão, poder, juízo, e acima de tudo livre, quem deve ser preservado da fome insaciável do Estado por controle de propriedades e espíritos. E o liberalismo transmutado de filosofia em sistema político pede a democracia económica como peça fundamental:

Para a filosofia liberal, o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilidade dos fatores de produção é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços. Para a filosofia coletivista, o ideal é um plano perfeito imposto por uma autoridade onipotente. Para a filosofia liberal o sistema económico é o caminho da democracia. Para a filosofia coletivista é o estado totalitário. A diferença entre as duas filosofias é radical e irreconciliável. (*idem*, pp. 39-40)

De acordo com Borges (1996, pp.154-155) a concepção de Gudin sobre democracia económica consiste naquela de sufrágio ininterrupto de consumidores; uma democracia análoga ao mercado da economia liberal. Assim, a democracia económica é parte englobante do capitalismo naturalista. É essa concepção de mundo que irá se chocar de maneira frontal com Simonsen na *Controvérsia*.

Embora Gudin tivesse aceito a idéia de que, tal como na República Romana, a ditadura como regime temporário é algo aceitável⁴⁵ (e às vezes até desejável), sempre defenderia a democracia económica – negar isso seria abdicar do seu próprio liberalismo. Poderia argumentar-se que Gudin apoiaria, como apoiou, o golpe de 1937 e o de 1964. Todavia, Gudin foi oposição ao Estado Novo pelos motivos apresentados acima. Com relação ao regime militar, Gudin o apoiara por diversos motivos que não

⁴⁵ Gudin: 1978a, p.184

estão no escopo dessa dissertação; todavia voltaria-se contra a presença dos militares no poder. A citação abaixo é, ao meu ver, indiscutível:

Na Constituição de 1967, o Executivo nem é forte demais açambarcando as prerrogativas dos dois outros poderes, nem é fraco demais tolerando os abusos da subversão, da desordem e da corrupção.

Pergunta-se então: O que aconteceu de março de 1967 para cá?

[...]

A lição da experiência não foi perdida, como recomenda Santayana. Os vícios e defeitos foram corrigidos nos termos nítidos e positivos do art.30 da Constituição emendada, ora vigente.

Não há portanto razão aparente para que o Brasil continue indefinidamente em um regime quase totalitário.

Como se 1964 tivesse sido um golpe militar e não uma Revolução nacional. (GUDIN: 1978a , p.185)

Entretanto, a que se ressaltar que Gudin não era um entusiasta do governo do povo no Brasil, mesmo porque tinha uma fé convicta na incapacidade do povo brasileiro em escolher pelo próprio destino, fé essa tão forte quanto na interpretação quantitativista da inflação. Frente ao contraste Gudin propõe uma democracia econômica, todavia controlada por um poder externo o qual impedisse a desordem. Gudin usa a analogia com o poder moderador do Império, dizendo que na República são os militares os herdeiros de tal função. Essa moderação, e mesmo a ditadura, teriam que ser regimes de exceção. Do trecho abaixo, de um artigo no *Globo* em agosto de 1971, Gudin explicita a sua retirada de apoio ao regime que chegara ao poder pelo golpe de 1964, golpe esse que o próprio Gudin apoiara:

Até onde vão meus conhecimentos, quem primeiro enunciou a idéia do Poder Moderador, em boa hora inscrita em Constituição de 1824, foi Benjamin Constant. As monarquias da Europa Continental anteriores à Revolução Francesa eram sistemas políticos absolutos em que não surgia o problema do equilíbrio de poderes.

O exercício do Poder Moderador pelas Forças Armadas entre nós não deve, a meu ver, figurar na Constituição. Entendo mesmo que isso, por todos os motivos, seria um desastre. Mas pode ser, como até agora tem sido, *uma lei não escrita*. [...] Mas a maioria das Forças Armadas escudou-se no princípio de que sua intervenção (por lei não escrita) só se justifica em *ultima ratio*.

Foi no mesmo espírito que o grande Presidente Castello Branco recusou-se, terminantemente, a consentir na prorrogação de seu mandato, entendendo e entendendo bem que a intervenção das Forças Armadas é de caráter temporário e extraordinário.

[...]

A partir da sucessão de Castello Branco a necessidade de manter as Forças Armadas no exercício do poder tornou-se discutível. (GUDIN: 1978a, pp.212-213)

Pode-se dizer com bastante segurança que Gudin manteve-se coerente com o projeto político da democracia econômica do início até o fim. Não que fosse exatamente uma ‘democracia substantiva’ porque Gudin defendia uma democracia com controle; mas não significa que estivesse comprometido do início ao fim com o autoritarismo, o que os trechos acima bem demonstram a idéia defendida nessa dissertação. Se foi a ânsia desenvolvimentista do setor privado não-nacionalista quem articulou o arrebatamento autoritário do poder em 1964 não está no escopo dessa dissertação; todavia, é de se pensar que o componente corporativista do industrialismo foi a herança legada ao nacional-desenvolvimentismo, juntamente com o progressivo isolamento da tomada de decisões pela tecnoburocracia de Estado, em arenas cada vez mais isoladas. De certo, Gudin teve seus motivos à direita para apoiar o golpe de 1964, todavia não existem evidências de que estivesse comprometido politicamente com o regime militar até a sua queda.

Capítulo 5

Os antecedentes da ‘Controvérsia’.

Em suas respectivas trajetórias bibliográficas, Gudin e Simonsen aparecem discorrendo, e não por acaso, sobre temas paralelos. Entre 1928-1932 o tema em comum será a Grande Depressão. Depois de toda uma trajetória de defesa do taylorismo na primeira fase de Simonsen, de *O Trabalho Moderno* até *Orientação Industrial Brasileira* passando pelos textos contidos em *A Margem da Profissão*, defenderá a racionalização do trabalho como alavanca para a produtividade e o crescimento econômico. Gudin, por outro lado, no primeiro texto de *Origens da Crise Mundial*, aponta a racionalização do trabalho como o “mal de progresso” o qual aumentara a produção e diminuindo os empregos, dando condições para o desenlace da Crise de 1929.

Essa já teria sido uma resposta de Gudin à tese central de *Crises no Brasil*, texto no qual Simonsen apontara como fator preponderante da crise a ausência do Estado. Gudin, pela contramão, afirma justamente o contrário: a *presença* do Estado, em última análise, é quem teria desencadeado a Crise de 1929 no centro capitalista, uma vez que a decisão na Inglaterra pelo retorno ao padrão-ouro automático logo no pós-I Guerra na finalidade de preservar a libra frente às outras moedas, desencadeando uma luta entre bancos centrais por lastro-ouro; e mesmo o protecionismo, justamente esse a fonte de todo mal em economia.

A importância em prestar atenção nessa fase do debate é que aqui é onde estão sendo tecidos os argumentos em favor/contra a intervenção do Estado, o que afeta diretamente o próprio papel do Estado. A Grande Depressão teria acontecido caso os estados nacionais tivessem interferido na economia de livre-concorrência? Para Gudin foi justamente a ação do Estado na economia quem desencadeou a crise; para Simonsen, fora a presença diminuta do Estado. São dois “estados” quem estão se formando aqui em duas elaborações teóricas diferentes: um, estado forte, intervencionista, empreendedor, e planejador; outro, nos moldes do estado mínimo, absenteísta, apenas mantenedor das regras do jogo, mas nunca entrando na partida.

A questão do Estado estava ligada acima de tudo com a questão da própria organização do conjunto social, entendendo como tal conjunto Estado e sociedade em relação orgânica. O primeiro ponto de convergência entre Gudin e Simonsen será pela defesa intransigente pela economia de mercado e pelo sistema capitalista. O argumento em comum será pela liberdade e pelo aumento da riqueza pelo qual decorre esse sistema. Curiosamente, Gudin cai em contradição quando sugere que o taylorismo – bandeira indiscutivelmente industrialista – ajudou a causar uma Crise entendida nas entrelinhas, portanto, como crise de superprodução. A contradição é singular, principalmente pensando que Simonsen usaria exatamente esse argumento em *As Finanças e a Indústria* onde não apenas a racionalização do trabalho aparece como elemento de progresso, como Simonsen imputa à própria indústria missão civilizadora. E o argumento é exatamente nessa direção: a indústria e a organização científica do trabalho aumentam a riqueza e a renda nacional. Quando Simonsen diz que antes do século XVIII uma pessoa em cada mil poderia usar meias, sendo que duzentos anos depois talvez uma pessoa a cada mil não use meias, mostra de maneira cabal a necessidade histórica do trabalho racionalmente organizado. Apenas em 1936, em *Capitalismo e sua evolução*, é que Gudin daria um giro no argumento, distanciando as causas da crise inerentes à sociedade, e progressivamente voltando a mira das suas críticas para a intervenção estatal.

Curiosamente, o câmbio é uma área de consenso. Ambos os autores condenam a ingerência do Estado na área cambial, e são simpáticos à idéia de câmbio administrado. Ambos também condenam a política de baixa cambial. Ambos defendem que tal medida esvazia as reservas internacionais e causam deterioração dos termos de troca. Gudin ainda argumenta em *Câmbio e Café* que tal política é interessante apenas para os industriais, ávidos de câmbio cadente. Simonsen, ironicamente, em *Aspectos da política econômica nacional* atribui a culpa à má administração pública, causando uma situação na qual os industriais são chamados a conter pela produção os efeitos maléficos do câmbio instável. Também chama atenção nessa fase do debate que ambos usam da tese quantitativista na explicação do comportamento cambial e monetário. Todavia, Simonsen em *Crises no Brasil* enveredara pela afirmação de que o café estaria em superprodução, fazendo uma leitura *sui generis* da teoria quantitativa da moeda, beirando a confusão entre taxa de câmbio e relações de troca. Não por acaso em *Câmbio e Café* Gudin com muito cuidado afirma que *ambas* relações de troca e taxa de câmbio

encontram-se em queda, apesar de serem coisas completamente diferentes naquela circunstância.

Mas ao que toca o problema do café em si tanto Simonsen quanto Gudin condenam a situação de supremacia da ‘preciosa rubiácea’, para usar um termo de Simonsen, sobre os outros itens da pauta de exportação. Todavia, Simonsen acabará defendendo – após longo e doloroso processo de elaboração teórica – a industrialização como matriz alternativa de organização econômica, enquanto Gudin defenderá insistentemente a ampliação da pauta agrícola de exportação, baseado na teoria das vantagens comparativas.

A indústria em si parece não ser o ponto fundamental de discordância, embora Gudin parece apenas dar um recuo mais significativo na própria ocasião da *Controvérsia*. Gudin não era contra a industrialização, e na verdade chegou mesmo a defendê-la nos anos 1940 quando constatou que a deterioração dos termos de troca do café era um processo realmente crônico e irreversível. Todavia, defenderia a industrialização pela via clássica: formação de capitais na agricultura, seguida de formação de vantagens comparativas ainda na lavoura, então e por último investimento na indústria.

Se a indústria em si não era tema o suficiente para desencadear a ‘controvérsia’, certamente o foi o tema da inflação. E aqui defendo a idéia de que o fato era a presença de dois entendimentos completamente diferentes do tratamento do problema inflacionário. Gudin como liberal-ortodoxo defendera como tratamento para a inflação a retirada dos meios de pagamento excessivos em circulação. Notadamente, Gudin referia-se – direta e indiretamente – aos lucros ‘extraordinários’ que os industriais tiveram, principalmente em tempos de guerra. Admitindo a hipótese do pleno emprego, Gudin argumentava que o investimento industrial deslocava fatores de produção o que causava, novamente, inflação. O argumento seria melhor desenvolvido em *Inflação crédito e desenvolvimento*, mas a idéia já estava tanto em *A Rendição da Guarda* quanto em *Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade e Para um mundo melhor*.

Gudin defendia que investimentos em infra-estrutura e na indústria deveriam ser exclusivamente realizados pelo capital internacional, o qual viria somar fatores de produção, e por isso não causaria inflação. Simonsen, por outro lado, tirou o foco da

inflação monetária em si, e argumentou insistentemente – desde *Orientação Industrial Brasileira* – que o problema não são preços altos, mas sim salários baixos, decorrentes da situação de pobreza, em grande medida por conta dos desequilíbrios nas trocas internacionais. Corrigir tal situação pediria tanto a taylorização da produção quanto o avanço tecnológico, os quais naquele momento estavam impossibilitados justamente pela falta de capital. Vencer essa situação pediria a intervenção do Estado: ao alcançar essa etapa da elaboração teórica, notadamente em *A Indústria em face da economia nacional* e *Alguns aspectos da política econômica mais convenientes ao Brasil no período de após guerra* Simonsen desenha com formas bastante nítidas as pretensões de organização corporativista da sociedade e do Estado. É de fato um passo a frente na linhagem dos textos em relação à *Aspectos da política econômica nacional*, de 1935, onde Simonsen já se aproximara de List; agora, de Manoilescu.

Uma nova rodada na produção bibliográfica ocorreria nesse espinhoso tema em 1944: é o ano de *A Engenharia e a Indústria* e *Os Elos da Indústria*, de Simonsen; e de *Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade e Inflação e economia de guerra*, de Gudin. Simonsen é temerário em relação ao fim da II Guerra e propõe protecionismo ao seu final, além de defender que os excedentes que os industriais vem acumulando seriam usados como capital para montagem da indústria de base, em tempos de paz. Gudin argumenta ainda pelo lado monetarista, sugerindo – novamente – que o excesso de numerário é quem deve ser contido, pois dessa vez ele vem a reboque da exportação sem correspondente em importação. Gudin ajuda a constituir tanto o FMI quanto o BIRD, instituições de regulação internacional, e corrobora da ideologia livre-cambista, apoiando o comércio multilateral e sem protecionismo. Simonsen faria dura oposição à idéia, sem contudo conseguir impedir que ela se transforme em realidade:

Existe um movimento internacional favorável à instituição de um fundo de estabilização monetária, que, inicialmente, afastará do comércio mundial os embaraços decorrentes das variações cambiais [...] Justificam-se créditos temporários para coberturas transitórias das contas. Mas, as lições do passado estão nos demonstrando quão perniciosos foram os empréstimos externos continuamente contraídos para pagamento de déficits da balança de comércio; quando estes derivam do excesso de importações em bens de consumo.

Uma tal política tem que ser banida, porque dela resultam, sempre, destruições e perdas de capitais, com os conseqüentes ressentimentos e desconfianças entre os povos.

As inversões de capitais internacionais só se justificam, para o fortalecimento real da economia e legítima expansão das atividades produtoras [...] (SIMONSEN: 1944a , p.16) [destaques de Simonsen]

Simonsen defendia exatamente o oposto: um conjunto de acordos bilaterais que pudessem articular uma divisão internacional do trabalho na América Latina de natureza industrial. Notadamente Simonsen seria derrotado nesse ponto, embora o projeto industrialista tivesse sido o vencedor dentro do país: as décadas de 1950-60 assistiriam a tentativas de desenvolvimento induzido, e mesmo de industrialização acelerada e bem sucedida.

O importante a reter daqui é que foi condicionada pelas idéias econômicas dos dois autores, duas maneiras completamente distintas de organização da vida social. Eram elas quem estavam em conflito fundamentalmente, porque do mais em matéria econômica é possível supor que os dois contendores chegassem a um acordo. Todavia, uma leitura de *A Rendição da Guarda* mostra que Gudin era avesso a idéia de uma organização social corporativista, democrática ou não, visto que de qualquer maneira ela tenderia ao totalitarismo; ao passo em que os direitos sociais, peça fundamental na organização do projeto simonseano, se chocavam de maneira inconciliável com a concepção de democracia estritamente econômica gudiniana.

Parte III

A Controvérsia do Planejamento Econômico

Capítulo 6

O I Congresso Brasileiro de Economia.

O objetivo em analisar os temas e agendas do Congresso é verificar até onde a presença de Simonsen e Gudín na Comissão de Redação fez emergir o debate entre desenvolvimentismo e liberalismo, e se tal debate afetou o projeto industrialista em formação e consolidação. O formato do Congresso sugeria uma clara trajetória de elaboração político-intelectual do segmento industrialista: a Comissão de Redação – composta pelos presidentes das Comissões Técnicas, ou seja, composta em ampla medida pela direção do movimento industrialista – se reunia e deliberava em separado, sendo que em seguida colocava o texto das recomendações ao governo à prova nas sessões no plenário. As discussões que daí surgiam constituem o campo intelectual de onde a direção do movimento industrialista empreendia a entrada de suas idéias no mapa mental da base; é objetivo dessa parte verificar se tal empreitada tivera ou não sucesso. Caso tenha, e em que medida houve, qual foi a consequência relativa à presença de Eugênio Gudín nas reuniões? Avaliar essa consequência é verificar o que foi pra carta de recomendações ao governo, e de onde veio tal recomendação, de qual das duas principais matrizes ideológicas.

A análise da Controvérsia no âmbito estatal mostra o momento de embate direto entre os dois proponentes. Aqui é interessante verificar os argumentos prós e contras relativos aos temas do planejamento, industrialização, protecionismo, e criação de um Banco Central. As proposições decorrem do entendimento que cada um tem da organização da economia, no como ela é até o como deveria ser, o que no limite também é um mapa mental sobre o mundo da política. É interessante verificar como o argumento econômico ainda é o que vem antes: o caso da renda nacional é emblemático. O que talvez fuja do esquema seja a insistência de Simonsen pela idéia de combate à pobreza como missão moral. Do mais, o argumento passa pela construção do saber econômico como produtor da verdade.

O objetivo deste capítulo consistirá na análise da agenda do I Congresso Brasileiro de Economia, com o fim de detectar o sentido ideológico dos

debates, seguido do acompanhamento das votações na Comissão de Redação. É possível detectar aqui as influências dos paradigmas teóricos (tanto na produção bibliográfica dos autores quanto no debate público), políticos e econômicos do período: keynesianismo, planejamento socialista, pré-formação das ideias cepalinas.

O I Congresso Brasileiro de Economia aconteceu nas dependências da Associação Comercial do Rio de Janeiro, entre 18 de novembro e 15 de dezembro daquele ano. Esse Congresso entra num mesmo movimento, de acordo com Carone (1977, p.298), com o I Congresso Brasileiro da Indústria (São Paulo, 1944) e a I Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP, 1945), de posições mais maduras, concretas, e centradas no segmento industrial – e não mais em cada empresa ou empresário isoladamente.

A importância desses congressos industriais da década de 1940 explica o comportamento dos industriais como atores sociais, principalmente no tocante à questão do conflito entre liberalismo econômico (defendido por Gudin) e desenvolvimentismo/industrialismo (defendido por Simonsen).

Essa disparidade no que toca à intervenção do Estado na economia levou ao estudo das matrizes do pensamento econômico brasileiro do período, uma vez que, na década de 1940, tornou-se clara a contradição entre corporativismo e liberalismo, cuja temática vai da necessidade de intervenção, passando pela crise que questiona os limites do *laissez-faire*. Dessa maneira, é necessário considerar as diferentes influências teóricas do período, que passam pela recepção das teses de List (1890), Keynes (1933) e Manoilescu (1938), no debate entre regulacionismo e liberalismo.

O I Congresso Brasileiro de Economia foi realizado entre 25 de novembro e 18 de dezembro de 1943, na então capital federal, organizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), dentro da sede social da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Em seu funcionamento, consistiu de duas fases: entre 25 de novembro a 8 de dezembro de 1943 consistiu nos trabalhos das *comissões técnicas*, nos debates das teses apresentadas, elaboração de pareceres, e formulações de propostas de recomendação a serem encaminhados à *Comissão de Redação*; entre 9 a 18 de dezembro consistiu nas reuniões desta Comissão intercaladas com as sessões no plenário. Dentro das comissões técnicas as teses eram relatadas com parecer à respectiva comissão por outro

congressista, sempre com um parecer⁴⁶. Era função da Comissão de Redação articular o texto final com base nas teses aprovadas pelas comissões, e apresentá-lo ao plenário em seguida, sessão a sessão. Em dois momentos críticos, debates sobre inflação e Banco Central, a Comissão de Redação aproveitou-se das brechas no regimento do Congresso e chegou a extrapolar suas competências, ela mesma emendando os textos.

Getúlio Vargas foi o presidente de honra; João Daundt d'Oliveira – presidente da Federação de Associações Comerciais do Brasil e da Associação Comercial do Rio – foi o presidente efetivo; Euvaldo Lodi – presidente da Confederação Nacional da Indústria – foi o vice-presidente do Congresso. A direção técnica ficou a cargo do Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro, na pessoa de seu presidente, Daniel de Carvalho, e de seus membros: Alde Feijó Sampaio, Eduardo Lopes Rodrigues, Eugênio Gudín, Euvaldo Lodi, Gastão Vidigal, Gileno de Carli, José Lourdes Salgado Scarpa, Luiz Simões Lopes, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Mário Brant, Napoleão de Alencastro Guimarães, Otávio Gouvêa de Bulhões, Roberto Simonsen, assim como de seu secretário-geral, Luiz Dodsworth Martins.

Os anais do Congresso foram publicados em três volumes (o primeiro, em 1943, o segundo, em 1944, e o terceiro, em 1946) pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. O primeiro volume (de 198 páginas) apresenta os discursos solenes de abertura e encerramento, o programa preliminar do Congresso, a relação dos membros e das entidades, o regimento, as comissões e as teses apresentadas. O segundo volume (de 635 páginas) contém os trabalhos da comissão de redação e das sessões no Plenário. O terceiro volume (de 872 páginas) é dividido em duas partes: na primeira apresenta as teses da comissão de produção agrícola e industrial; na segunda, da comissão de circulação e transportes.

⁴⁶ De acordo com o regimento do Congresso, a função da comissão de redação era apreciar as conclusões das teses, debate-las e daí formular uma “recomendação”, a ser julgada em plenário, como pode-se ver a seguir:

“Art.19 – À comissão de Redação incumbe examinar se as conclusões das teses são coerentes entre si e se as conclusões se harmonizam com as das teses já examinadas.

Art 20 – Em seguida o Presidente da Comissão distribuirá as teses cujas conclusões exijam revisão, a relatores que possam harmoniza-las ouvidos seus autores e relatores.

Art 21 – Terminado esse trabalho de harmonização, a Comissão de Redação formulará as recomendações finais a serem levadas a plenário” (CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, tomo I, 1943, p.55)

1. A Comissão de Produção Agrícola e Industrial

Roberto Simonsen era o presidente da I Comissão; Luiz Siegman, seu vice-presidente; e seu secretário, Paulo Eleutério. As discussões começam no âmbito da *matriz energética* (J. Pires do Rio, Edgard Teixeira Leite, José Ermírio de Moraes, Luiz Siegman, Antônio Augusto de Barros Penteado, João Cleophas, Cosme Valentini, Américo Mello), passando para a discussão sobre a *colonização industrial do interior* (Luiz de Rollemberg, Militino C. Rosa, Antenor Rangel filho, Francisco Jardim, Hugo Carneiro, Irineu Bornhansen, João Costa Palmeira, Paulo Eleutério, Virgílio de Sousa e Creso Braga); em seguida, a discussão passou para as preocupações em torno da *questão agrária* propriamente (J. Carneiro de Rezende, Rômulo Cavina, Gileno de Carli, Abelardo Villas-Boas, Paulo Eleutério, Heitor Grillo, João Cleophas, Edgard Teixeira Leite); e, por último, a preocupação com o *planejamento econômico e a organização do trabalho* (Aldo Azevedo, Charles Augusto Nobile, Luiz Sayão de Faria, Fausto Maia, Virgílio Lucas, Rubem Roquette).

O objetivo desta seção será examinar as teses mais importantes discutidas na Comissão, a qual a mais importante do Congresso. A presença de Roberto Simonsen denota o exercício de (ou tentativa de) direção política, intelectual e moral em um espaço de poder *sui generis*, considerando a consolidação ideológica do pensamento industrialista, assim como as tomadas de decisão que esse processo poderia afetar. E aqui será possível, portanto, medir até que ponto o pensamento médio dos industriais estava afinado com a ideologia forjada no pensamento da direção do movimento.

De acordo com o Parágrafo Único do art. 8 do Regimento do Congresso, “O Presidente e o Vice-Presidente de cada Comissão serão eleitos por seus pares, sendo que o presidente escolherá entre eles seu respectivo secretário” (CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA: 1943, v. 1, p. 54), de modo que a posição de Simonsen dentro da presidência da Comissão é um sinal significativo de liderança *política* entre os industriais.

Os temas discutidos, assim como a relevância dessas agendas para o Congresso, mostram a importância da II Comissão. Também é onde as pautas são mais extensas, salvo a exceção de debates similares ou iguais em outras comissões – caso da Comissão VI (a colonização do interior) e VII (a questão da renda salarial e da alimentação).

Com relação aos problemas apresentados pela matriz energética, um dos principais pontos de estrangulamento da economia brasileira da época, os industriais

parecem ter certo consenso com relação à causa e à solução do problema. País de amplas possibilidades de resolução natural desse estrangulamento, padece, no entanto, de deficiente potencial de investimento em infraestrutura na área energética, e isso decorre – de acordo com os industriais – do Código de Águas e Minas vigente. Necessário seria, portanto, alterar esse Código com vistas à entrada do capital estrangeiro *quando necessário*, seja como investidor, rentista, seja como sócio; idem no caso dos combustíveis (gasolina, hulha, turfa e álcool). Foram três os principais eixos temáticos da primeira comissão: questão energética; planejamento, colonização e taylorismo; e questão agrária.

Comissão I: questão energética.			
Autor	Título da Tese	Proposta da Tese	Parecer (Parecerista)
J. Pires do Rio	“Observações sobre o aproveitamento dos recursos naturais do país”	Diante do estrangulamento energético, o autor propôs aguardar as pesquisas de carvão mineral em Volta Redonda.	Recusada (Edgar Teixeira Leite)
J. Erminio de Moraes	“Combustíveis e industrialização”	Mudar o código de águas, a fim de permitir a entrada do capital estrangeiro no setor de minas e energia.	Recomendada (Luiz Siegman)
Antonio Augusto de Barros Penteado	“Estudo dos dispositivos legais quanto ao melhor aproveitamento dos recursos naturais do país”	Por causa do alto custo de aproveitamento do potencial energético, em particular as quedas d’água, sugere mudança no Código de Águas, a fim de permitir a sociedade em empresas entre capital nacional e estrangeiro.	Recomendada (João Cleophas)
Cosme Valentini	“As nossas turfas e a economia nacional”	Colonização industrial do interior do país, pautada nos estudos	Recomendada (Luiz Siegman)

		de geografia econômica, com vistas à exploração da turfa.	
Américo Mello	“Cachoeira de Paulo Afonso”	Defendeu a construção de uma usina hidrelétrica em Paulo Afonso/AL, construída com capital privado e público (e estrangeiro, se necessário).	Recomendada (João Cleophas)
Militino Rosa, Antenor Rangel Filho	“Os subprodutos de destilação da hulha”	Reivindicou do Estado incentivo à produção da hulha e seus derivados, assim como uma lei <i>anti-dumping</i> , como solução (parcial, embora importante) para o estrangulamento energético.	Recomendada (Irineu Bornhansen).

Desde sempre estão recomendados no I Congresso Brasileiro de Economia estudos sobre a geografia econômica do território. Era senso comum que o *hinterland* ou era desabitado ou habitado por populações “alienígenas” (nativas, indígenas) que precisavam ser integradas à civilização industrial moderna. Nesse ponto concordavam com o argumento liberal da época – notadamente gudiniano – de que o país padecia de escassez de mão de obra, daí a defesa dos industriais ao que chamavam de “imigração selecionada de técnicos e trabalhadores”.

Diferentemente dos liberais – que usavam do argumento da escassez de braços para atacar o planejamento econômico e reforçar a lei das vantagens comparativas ricardianas –, o industrialismo colocava na conta do planejamento econômico a imigração selecionada. Sem imigração de técnicos e professores, assim como de concessão de bolsas de estudos no exterior para os estudantes brasileiros, o crescimento econômico planejado e acelerado estaria comprometido.

A imigração e a colonização do interior formam as duas faces da industrialização induzida. O eixo dessa colonização muda: em vez de braços para a agricultura, vêm técnicos, cientistas e operários para uma colonização *industrial* do

interior do país, orientada pelos estudos de geografia econômica. Notadamente, a hulha, a turfa e o petróleo têm proeminência na rota da nova colonização. E como, de acordo com o pensamento industrialista, indústria é civilização e progresso, resolver-se-ia o problema do atraso do Brasil rural, assim como “civilizar-se-ia” o *hinterland*. Mas, além de civilização e riqueza, ao agregar valor, a indústria faz com que a economia *cresça* e a nação se *construa*. É também importante salientar que no I Congresso de Economia estiveram representadas entidades de interesses agrícolas, e que na carta de recomendações a industrialização do processo produtivo agrícola também seria recomendada.

Entretanto, uma leitura das teses defendidas tanto na I Comissão quanto no decorrer do Congresso mostra pontos sérios de descontinuidade. Por mais de uma vez os industriais foram vacilantes com relação à equiparação de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais, assim como chegaram a supor seriamente que o trabalhador do campo *não merecia* um piso salarial. A tese da indolência do trabalhador brasileiro também fez emergir constrangedoras dúvidas entre os industriais e significou sério hiato com relação ao pensamento da direção industrialista.

Tanto Simonsen quanto Lodi e Daundt D’Oliveira argumentaram mais de uma vez que os direitos sociais dos trabalhadores consistiam em elemento crucial em uma concepção corporativista de sociedade. Entretanto, o corporativismo pretensamente hegemônico da direção industrialista encontrou um sério obstáculo na base. Isso porque a média dos industriais era muito resistente a ceder qualquer parte dos seus dividendos aos direitos sociais dos trabalhadores.

O planejamento, combinado com o projeto de crescimento acelerado e colonização do *hinterland*, desembocava na questão nacional. Isso porque estava também em jogo alternativas de projetos de futuro para a sociedade, assim como a própria construção da nação. Apesar de clara para a direção do movimento industrialista, ainda mais para Simonsen, essa reflexão dificilmente aparece no pensamento da base. Entretanto, outro elemento (é possível sugerir que igualmente importante) aparece triunfante no pensamento médio dos industriais no Congresso de Economia: a necessidade da difusão da organização científica do trabalho, o taylorismo.

A OCT, como eles denominavam, era uma peça importante do quebra-cabeça, porque desempenhava a função de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, de gerar renda e capital, assim como criar uma demanda efetiva interna, que aumenta a produtividade, e assim por diante.

Comissão I: Planejamento, colonização e taylorismo.			
Autor	Título da Tese	Proposta da Tese	Parecer (Relator)
Paulo Eleutério	“Orientação administrativa para o aproveitamento da economia nacional”	Sugeriu a criação de um Ministério da Economia Nacional, que centralizaria o crescimento econômico planejado e acelerado.	Recomendada (Hugo Carneiro)
Aldo Azevedo	“Desenvolvimento industrial do Brasil e seus problemas”	Defendeu fortemente o treinamento em bases tayloristas dos diretores e gerentes das empresas, assim como a difusão do ensino técnico. Argumentou a interiorização das populações em dois processos simultâneos: fornecimento de crédito a esses empreendedores, via bancos industriais; interiorização planejada a partir de um órgão misto público/privado. Sugeriu que a figura do colono era, ela mesma, a de um novo empresário.	Recomendada (Charles Augusto Nobili)
Armando Godoy Filho	“Economia como base de civilização no oeste brasileiro”	Cabe à indústria função civilizatória na colonização do interior. Assim, deve o Estado criar condições a tal processo, fornecendo bens públicos notadamente do setor de transportes (especialmente ferrovias).	Recomendada (Heitor Grillo)
Luiz Sayão de Faria	“Assistência econômica às indústrias básicas”	Com relação à indústria pesada, deve o Estado dar assistência técnica e creditícia a esse segmento.	Recomendada (Fausto Maia)

Apesar de pretensiosos, nota-se a dependência completa dos industriais com relação ao Estado, no que se refere a suas realizações. É que, junto com a construção do ator político, vem a definição por seu *locus* social, e aí entra o Estado e também a nação. Isso porque, concomitantemente ao ganho de importância dos industriais na cena econômica, vêm novas necessidades trazidas por esse grupo social. E aí entra um novo princípio de hierarquização de prioridades: a indústria concorre ao desenvolvimento da nação. Mas o que deveria ser uma mostra de elaboração intelectual do segmento

industrialista acaba se mostrando sério ponto de descontinuidade entre direção e base do movimento industrialista. Isso porque, enquanto para Simonsen o “Homem de Empresa” é o maestro que rege essa complexa sinfonia do desenvolvimento, ocupando, portanto, postos de decisão no Estado. Aqui a elaboração político-intelectual seria exitosa. Durante as discussões na Comissão de Redação, surgiria um importante consenso entre os industriais em torno de seu protagonismo na tomada de decisões dentro do Estado, embora nas Comissões Técnicas esse argumento ainda estivesse nebuloso entre os industriais.

Outro ponto nebuloso certamente foi a questão agrária. Apesar de reconhecer que a indústria e a agricultura tendiam a formar uma unidade dinâmica no conjunto da economia nacional, não tendiam a pensar que o rural e o urbano pudessem ser *uma* sociedade. Aqui uma demonstração muito interessante de consciência compósita: campo e cidade devem constituir *uma* economia, mas *duas* sociedades. Isso porque os industriais não queriam garantir os direitos sociais do trabalhador rural nesse momento, provavelmente porque queriam ganhar o apoio das agriculturas satélites com relação a café (maniçoba, açúcar, algodão, babaçu, látex), que estavam marginalizadas no sistema político, mas que figuravam notadamente no Congresso.

Um ponto crítico sem dúvida, mas que não comprometia decisivamente a direção político-intelectual de Simonsen sobre o segmento industrialista, e isso porque eles concordavam em um ponto interessante, chamado colonização industrial do *hinterland*. No final das contas, o pensamento industrial brasileiro tendia a pensar de maneira dualista-estrutural: era necessária a vitória do moderno-urbano-industrial sobre o arcaico-rural-semifeudal.

E o círculo se fecha quando se olha para as teses defendidas tanto por entidades quanto por personalidades do campo que figuraram no Congresso de 1943: *todas* as teses invocam a taylorização e “modernização” da agricultura – à exceção da tese de Luiz de Souza Melo, rejeitada por sugerir que o eixo do desenvolvimento econômico no pós-guerra poderia ser a agricultura. A consolidação do projeto industrialista está em curso para superar sua dimensão meramente econômico-corporativa.

Comissão I: Questão agrária.			
Autor	Título da Tese	Proposta da Tese	Parecer (Relator)
Abelardo Villas-Bôas	“Elementos técnicos e econômicos para a	Taylorização da agricultura.	Recomendada (Paulo Eleutério)

	organização da agricultura”		
João Cleophas	“Organização da agricultura no Nordeste brasileiro”	Reconheceu a forte perda em termos de trocas com relação aos gêneros agrícolas, assim como a produtividade nos segmentos que atendiam o mercado interno. Recomendou fortemente a taylorização da agricultura como solução ao impasse. Rejeitou a regulamentação dos direitos sociais rurais por julgar desnecessário, o que poderia reforçar a natureza “indolente” do trabalhador rural.	Recomendada (Edgar Teixeira Leite)
J. Carneiro de Rezende.	“Parcelamento das grandes propriedades”	Defendia a expropriação e divisão de grandes propriedades rurais e improdutivas. Defendia a concessão de linhas de crédito especiais para os pequenos proprietários rurais, assim como assistência técnica na implantação da OCT.	Recomendada (Rômulo Cavina, Gileno de Carli)
Luiz de Sousa Melo	“Lineamento de estruturação econômica”	Argumentou que a economia agrária é o alicerce da reconstrução econômica no pós-guerra. Sugere a criação de um “direito rural”.	Rejeitada (Edgard Teixeira Leite)

Curiosamente, tanto os industriais quanto os representantes da agricultura no Congresso foram a favor de uma proposta de reforma agrária. Esse ponto demonstra fortemente que a relação de forças políticas se ampliou na dimensão econômico-corporativa para o grupo social mais amplo, uma vez que frações de classe burguesas da indústria estabeleceram aliança com frações de classe da burguesia agrária, mas essa relação ainda não amadureceria para um âmbito político global e pretensamente hegemônico, porque ainda não se buscavam alianças com os trabalhadores.

Nesse ponto, certamente os industriais trouxeram para essa relação de forças políticas os trabalhadores urbanos, prova de que o projeto SENAFI e depois SENAI e SESI (1945), assim como o apoio aos direitos sociais do trabalhador urbano, denota essa expansão. Entretanto, encontrava sérias dificuldades para abarcar os trabalhadores rurais. Também – e isso em todos os níveis – a persistência de uma concepção dualista estrutural no pensamento industrial mostra quão frágil era a aliança entre frações de classe da burguesia em prol de uma unidade industrialista.

A consolidação do projeto industrialista seguirá fragmentada. Todavia, possuirá pontos importantes de convergência, como o consenso em torno da modernização, da urbanização, da organização científica do trabalho, e do papel preponderante do Estado no desenvolvimento. Com alguma dificuldade, o pensamento da direção do movimento industrialista vai, paulatinamente, penetrando a base.

2. Elaboração e homogeneização do pensamento industrialista: a formulação das recomendações ao governo na Comissão de Redação e sua passagem às sessões no Plenário.

O formato do processo de redação das recomendações ao governo sugere que houveram dois momentos: um de elaboração programática, notadamente o trabalho de organização do texto a cargo da Comissão de Redação; e outro de apresentação desse programa à base do movimento industrialista, de construção de hegemonia, onde o programa lutaria, se adaptaria, e mesmo se imporia, frente aos segmentos econômicos representados no Congresso.

De uma maneira geral se verificou uma bem sucedida campanha do programa elaborado dentro da Comissão de Redação, e apresentado na plenária do Congresso. Alguns pontos apresentaram forte resistência, entretanto. A questão do Banco Central certamente foi uma. Quando o tema foi apresentado pela primeira vez, na sessão 1

(09/12/1943) da Comissão de Redação, houve concordância de fundo, inclusive entre Gudin e Simonsen, sobre as funções do Banco Central que se tinha no horizonte. Todavia na sessão 3 (13/12/1943), sessão a qual Simonsen se ausentou, houve uma dura controvérsia envolvendo Daniel de Carvalho, Eugênio Gudin, e Euvaldo Lodi. A motivação do debate consistiu na polêmica em torno do item j das recomendações acerca do Banco Central:

O Sr. Eugênio Gudin – “III – “Banco Central” – A Comissão, resumindo várias das sugestões e conclusões contidas nas teses dos Drs. Hugo Hamann, Alde Sampaio, Luiz Dias Rollemberg, José da Silva Gordo, José Buarque de Macedo, Otávio Gouvea de Bulhões, Gudesteu Pires e Aluísio de Lima Campos, aceitas para esclarecimento, resolveu condensar essas conclusões e a opinião dominante no seio da comissão na seguinte indicação: O Congresso de Economia, reconhecendo a necessidade de uma organização bancária central, capaz de orientar e de dar execução à política monetária e de crédito apropriada à vida econômica da Nação, recomenda: I – Enquanto não for oportuna a criação do Banco Central, a instituição de um organismo destinado a orientar e dirigir, temporariamente, a política monetária e de crédito e a preparar os elementos de organização do Banco Central: II – Logo as condições o permitam, deverá ser criado o Banco Central, que deverá obedecer aos princípios e bases seguintes. [...] “a) – ser o banco dos bancos, com os quais não deverá concorrer; b) – ser o único banco emissor e banqueiro do governo; c) – distribuir e orientar o crédito no sentido quantitativo e seletivo; d) – orientar a aplicação das Caixas Econômicas, dos Institutos de Previdência Social e autarquias; e) – assegurar a livre movimentação de fundos entre as praças do país; f) – operar com os demais bancos em redescontos e adiantamentos; g) – constituir-se o elo de ligação entre os mercados monetários interno e externo; h) – ser o depositário do fundo de compensação do balanço de pagamentos; i) – Todos os bancos deverão manter no Banco Central, dentro dos limites fixados em lei, tomar de tempos a tempos; j) – as ações do Banco Central serão nominativas e só poderão ser de propriedade de bancos nacionais”. (I CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA: 1944, tomo II, pp.134-135) [meus grifos]

O que tinha de polêmico no item j mereceu cuidado de Daniel de Carvalho, muito mais que de Gudin, para nossa surpresa. O fato de apenas bancos nacionais serem proprietários de ações do Banco Central vai em direção oposta às idéias de Gudin, sendo que essa proposta tinha origem justamente na Comissão III – Moeda e Bancos –

que era presidida, justamente, por Eugênio Gudin. É Daniel de Carvalho quem irá radicalmente contra o exclusivo nacional do Banco Central.

O Sr. Daniel de Carvalho – Aí já se determina o tipo do Banco. Os Bancos Centrais existentes na América do Sul têm a participação dos bancos estrangeiros. Neste ponto, acho que nós estamos decidindo sem maior exame. A determinação aí contida já resolve uma série de questões que só devem ser debatidas quando da organização do Banco Central.

O Sr. Eugênio Gudin – Parece-me, efetivamente, que, citar apenas banco, é prático e o que mais se coaduna com a nossa organização bancária.

O Sr. Daniel de Carvalho – Até aí estaria bem, mas o trabalho entra numa questão muito delicada e que, para sua solução, requer elementos de fato na ocasião. Penso que podemos suprimir a palavra “nacionais”. (*idem*, p.135)

Evidentemente, o exclusivismo nacional na propriedade do Banco não coadunava com Gudin, o qual aderiu à proposta de Daniel de Carvalho prontamente:

O Sr. Eugênio Gudin – Penso que a supressão da palavra “nacionais” não ocasionaria transtorno. Estou de acôrdo em que seja feita a supressão. Em todo caso, proporia outra redação.

O SR. EUVALDO LODI, *Presidente* – Como ficaria?

O Sr. Eugênio Gudin – “As ações do Banco Central deverão ser nominativas e só poderão ser propriedade das pessoas ou entidades designadas em lei”. Assim, não precisaríamos nem mencionar a palavra “bancos”, ficano a redação genérica

O SR. EUVALDO LODI, *Presidente* – Assim não se resolve nada, é o mesmo que nada dizer

O Sr. Daniel de Carvalho – O mais não passa de detalhe

O SR. EUVALDO LODI, *Presidente* – Em absoluto: é orgânico. (*idem*, p. 136)

Frente ao impasse, a discussão transportou-se para a hierarquia do Congresso, se era da competência da Comissão de Redação realizar tais alterações, ou se isso era exclusivo à Comissão Técnica correspondente. Esse padrão parece se repetir sempre que a Comissão de Redação entra num impasse, e no caso do tema sobre as medidas para se controlar a inflação, se repetiria: a hierarquia do Congresso seria invocada também em outra oportunidade. A questão no âmbito da Comissão de Redação parece ter se esgotado pelo cansaço dos contendores; o fato é que a palavra “nacionais” realmente saiu⁴⁷.

⁴⁷ ver I Congresso Brasileiro de Economia: 1943, tomo I, p. 165; 1944, tomo II, p.294.

O SR EUVALDO LODI, *Presidente* – Deveríamos dizer que [as ações do Banco Central] são nominativas, podendo ser subscritores apenas os bancos. Mais nada.

O Sr. Eugênio Gudín – Então tiramos a palavra “nacionais”, ficando “propriedade de bancos”. (*idem*, pp.139-140)

Nas sessões no plenário o tema da inflação ofuscou a discussão sobre o Banco Central. Mas quando houve oportunidade, Simonsen não fez questão da palavra “nacionais” no item j. Isso não deve ser considerado contradição a princípio porque Simonsen aceitava a presença do capital estrangeiro onde o empresariado nacional e o Estado fossem fracos para agüentar a demanda por investimento. De certo, Simonsen não quis fechar definitivamente uma porta que poderia ser útil num horizonte de possibilidades; o contraste é saber que Gudín colocaria o capital estrangeiro antes do empresariado nacional e do Estado. O item j permanecia como zona neutra, e mostra que havia mesmo chance de uma convergência Simonsen/Gudín.

O mesmo não se daria com a inflação. Esse tema ofuscaria todos os outros porque tinha a capacidade de se impor enquanto emergência: criar um Banco Central, expandir ou não o crédito agrícola, incentivar o desenvolvimento industrial, praticar uma integração econômica nacional e política de migrações, regime aduaneiro, ou atividades econômicas do Estado, seriam questões inócuas sem a resolução do problema inflacionário, capaz sozinho de derrubar todas as outras iniciativas.

Nesse item, a aprovação da recomendação 136 chama a atenção. Ela discorre sobre o tratamento dispensado à inflação, e é uma versão minimamente alterada⁴⁸ da proposta por Eugênio Gudín:

O Sr. Eugênio Gudín – Vou continuar a leitura:

[...] IV – Que o excesso de meios de pagamento resultante da necessidade da compra de letras de exportação sem a correspondente contrapartida de importação, seja, tanto quanto possível, absorvido mediante a subscrição de títulos, ou instituição de depósitos especiais, vinculados à importação, no após-guerra, de máquinas, utensílios, e materiais destinados ao reaparelhamento das

“j) – as ações do Banco Central serão nominativas e só poderão ser propriedade de bancos”.

⁴⁸ “136 – Que o excesso de meios de pagamento, resultantes da necessidade de compra de letras de exportação sem a correspondente contrapartida em importação, seja, tanto quanto possível, absorvido mediante o desconto de letras do Tesouro e o oferecimento pelo Banco do Brasil, em condições compensadoras, às empresas agrícolas, comerciais e industriais, de títulos, em moeda nacional ou em divisas, vinculados à importação para seu reaparelhamento econômico.” (*idem*, tomo I, p.164)

indústrias e dos transportes. (I CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA: 1944, tomo II, p.133)

O item, aprovado pela Comissão III, está em consonância com a idéia que Gudin explicitaria em *Inflação e economia de guerra*: a situação inflacionária de que padece o Brasil da primeira metade da década de 1940 decorre do excesso de exportações sem o correspondente em importações, situação inerente ao comércio internacional com os aliados na II Guerra Mundial. Não constitui contradição o fato de Gudin apoiar o uso de excedente financeiro como investimento em fatores de produção: mesmo em *Inflação e economia de guerra*, assim como reafirmaria doze anos depois em *Inflação, crédito e desenvolvimento*, a onda inflacionária decorre da expansão do excesso de numerário a partir do foco da formação desse excesso. Assim, se esse excesso encontra-se nos segmentos industriais, eles vão se expandindo e exercendo pressão inflacionária nos ramos da economia ‘encostados’ nele digamos assim, desde fornecedores de matéria prima, até bens de consumo – esse último sim era o item perigoso, porque é onde aumenta a pressão inflacionária sem gerar capacidade produtiva.

Aqui duas considerações. Primeiramente, para ser de caráter inflacionário o investimento em infra-estrutura deveria deslocar fatores de produção. No caso, por se tratar de inflação de guerra, houve mesmo transferência de capital na forma dinheiro, já que o excesso de numerário decorre das exportações sem contrapartida de importações. Em segundo lugar, essa posição de Gudin, embora realmente muito mais flexível em relação aos escritos dos anos 1930, corrobora com uma tendência verificada na literatura (VELASCO E CRUZ: 1984, p.12) ao autor esforçar-se em integrar burguesia nacional com o capital internacional, ao defender a montagem de sua capacidade tecnológica e produtiva ao mesmo tempo em que defende a abertura econômica.

Não era, portanto, o investimento na indústria o ponto crítico. Gudin o receberia com simpatia se ele não causasse deslocamento de fatores de produção internos, uma vez suposto o pleno emprego no Brasil. O ponto crítico, como ficará claro no item 3 deste capítulo, no debate será no controle da inflação da moeda. O fato de Simonsen ter enfrentado Gudin na 4ª sessão do plenário por conta de tirar do Estado autoridade de confiscar os excessos de meios de pagamento em poder das empresas revela duas coisas: o medo de Simonsen de não conseguir agarrar para o industrialismo a dianteira do processo de acumulação de capital e crescimento acelerado por um capitalismo de Estado; o próprio entendimento sobre o fenômeno inflacionário. Diferente das outras vezes, Gudin não recuaria na guerra de posição com Simonsen, pelo contrário,

defenderia obstinadamente o confisco do lucro excedente, porque entendia que a inflação estaria aí imediatamente controlada; enquanto Simonsen – ao que tudo indica, um vanguardista de algo próximo à tese estruturalista – entendia que a questão envolvia um processo de longo prazo. Todavia, esse debate não ocorreu, por conta do dispositivo de recorrer à hierarquia do Congresso a cada dificuldade contundente.

Estranhamente, não houve maiores dificuldades em aprovar as recomendações acerca do papel do Estado. Tanto na Comissão de Redação quanto nas sessões do Plenário a esgrima entre Gudin e Simonsen, ausentou-se. O que chama a atenção é que a concepção sobre como o Estado deve intervir na economia foi uma idéia que penetrou no pensamento da base com pleno êxito. A fala de José Augusto Bezerra de Medeiros, presidente da Comissão VIII (Atividades Econômicas do Estado), na sétima sessão do plenário, é emblemática:

O Sr. José Augusto Bezerra de Medeiros – que é o crescendo da intervenção do Estado na vida econômica. É a realidade. Todos os Estados, totalitários ou democráticos, nesta hora, por uma contingência do próprio desenvolvimento da técnica, da evolução científica, das várias crises econômicas, da super-produção, do sub-consumo, por mil outros fatores, estão intervindo cada vez mais diretamente na vida econômica. Isto é um fato histórico e se acha muito bem caracterizado no primeiro considerando.

A opinião que prevaleceu na Comissão [VIII, da qual fora presidente] foi a de que, embora reconhecendo o fato histórico, não obstante essa tendência, a iniciativa individual, para nós, sempre foi e continuará sendo a principal fonte de riqueza e prosperidade dos povos, e só na sua falta cabe apelar para a ação do Estado. (*muito bem, Palmas*) (I CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA: 1944, tomo II, p.614)

3. Simonsen *versus* Gudin: momentos de disputa pela hegemonia.

As discussões diretas entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen nas sessões do Plenário do I Congresso Brasileiro de Economia de 1943 ocorreram na quarta sessão – de 16 de dezembro, às nove horas.

Foram dois os principais pontos discutidos nessa fase do debate: a questão da necessidade de um Banco Central e o tratamento que se devia dar à inflação.

Simonsen entendia que o Banco Central deveria ser um órgão coordenador da economia nacional e a serviço do desenvolvimento econômico, assim como sua direção

deveria ser composta tanto por economistas profissionais, homens de letras e empresários. O Banco Central coordenaria a economia de modo a controlar os fluxos monetários, de forma a “drenar” o capital para os elos fracos da economia. Gudin defendia que entre os tomadores de decisão de um Banco Central estariam representados diversos setores da elite, mas discordava das finalidades do Banco, segundo Simonsen. Apesar de concordar sobre que o Banco Central teria a função de coordenador da economia, a prioridade seria garantir a liquidez do sistema bancário, e não fortalecer setores da economia que não gerassem vantagens comparativas.

Com relação à inflação, Gudin entendia – como monetarista – que ela seria causada pelo excesso de meios de pagamentos em circulação. Assim, seria necessário “enxugar” a economia por meio de medidas taxativas e compensatórias. Simonsen concordava com essa argumentação até nesse ponto, mas defendia que os industriais tivessem a opção de comprar ou não títulos da dívida pública e bônus, *voluntariamente*. Ao bem dizer, é duvidoso que Simonsen chamasse exatamente aquela conjuntura de “inflação”, porque para ele não eram os preços que eram altos, mas sim os salários que eram baixos, e isso em decorrência das pesadas assimetrias nas trocas internacionais.

Mas o ponto crítico realmente era: o que fazer com esses excedentes? Simonsen e Gudin concordavam sobre ser uma oportunidade ímpar de conseguir importar tecnologia e bens de capital. Fossem impostos ou bônus da dívida pública, estariam ancorados em letras de exportação. Aqui eles caíram em outra questão: *quem* operaria o sistema? Pode-se argumentar que era duvidoso que Gudin viesse a cumprir a promessa de por em andamento uma política industrial, porque ele havia escrito mais de uma vez que era melhor queimar o excedente inflacionário do que colocá-lo novamente em circulação. Por outro lado, seria necessário um mecanismo de freios e contrapesos para garantir que o setor privado, completamente livre, não praticasse com o excedente gasto suntuário no exterior.

Mas a questão não se resolveu no Congresso. A agenda teria de ser votada. Gudin propôs duas fórmulas para superar o problema da inflação:

- (a) oferta de títulos compensatórios às empresas de capital excedente, em troca da absorção desse excedente monetário, proposta pela Comissão de Redação;
- (b) emissão de títulos ou depósitos especiais, também vinculados à importação, proposta pela III Comissão Técnica.

As duas propostas duelaram nas vozes de Simonsen, Alde Sampaio, Gudín, Pires Ferreira e Rodrigues: os três últimos alegaram preferência à comissão técnica e defenderam o primado da segunda proposta (b); enquanto Simonsen e Alde Sampaio invocam a “hierarquia” do Congresso, reivindicando preferência da tomada de decisão pela Comissão de Redação; João Daundt d’Oliveira, presidindo a sessão, deu preferência a Simonsen e colocou o item em votação. Com a oposição de Rodrigues, Hugo Hamann e Gudín (simbólica, pois, à exceção de Gudín, pertenciam à III Comissão Técnica, e não à Comissão de Redação⁴⁹), a conclusão foi aprovada em Plenário.

Esse desenlace dos acontecimentos fez com que Simonsen “abortasse” um debate interessante sobre a inflação, porque sua proposta ganhou pela hierarquia do Congresso, e não pelos meios “normais” da argumentação e do convencimento do Plenário. Um debate interessante sem via de dúvidas; afinal, recuperando a trajetória da obra de Gudín e de Simonsen, teríamos aqui o embate entre duas concepções irreconciliáveis sobre o tema – a tese monetarista *versus* a tese estruturalista da inflação. Mas a recomendação ao governo formada a partir dessa disputa em particular caracteriza um empate, pois se repetiu aqui a tendência no Congresso pelo esforço pela ‘harmonização’ e convergência, de modo que a aprovação do texto nesse formato não constitui vitória de Simonsen.

3.1. Conclusões aprovadas em Plenário

Embora o projeto industrialista de sociedade não fosse um projeto fechado, mesmo porque nesse caso o próprio ator é quem estava em construção, no I Congresso Brasileiro de Economia, ele ganhou esboços bastante nítidos. Os contornos desses esboços podem ser vistos pelas conclusões apresentadas por comissão. O aspecto que mais chama a atenção é a questão do Estado. A ele será designado um papel “suplementar” de agir na economia onde o capital nacional for fraco, e mesmo

⁴⁹ (CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, 1, 1943, Tomo I, pp. 33-39.) A Comissão de Redação foi presidida por Euvaldo Lodi, e foram seus membros: Daniel de Carvalho (vice-presidente), Raul Jobim Bittencourt (secretário), Artur Torres, Dulphe Pinheiro Machado, Eugênio Gudín, José Augusto Bezerra de Medeiros, Mario Ludolf e Roberto Simonsen, além de uma Comissão Central de Cooperação e de assessores das Comissões Técnicas. Esses assessores variavam de dois a quatro por Comissão. Pela Comissão presidida por Gudín (III Comissão: Moeda e Bancos) estavam Alarico de Almeida Áreas e João Soares Neves, os quais – ao que consta nas atas – votaram junto com Simonsen.

incentivando novas atividades, regulamentando as atuais, e fornecendo infra-estrutura em geral. Num âmbito mais generalizado, o entendimento de que a industrialização induzida vem a cabo do desenvolvimento econômico e social.

Comissão I – Produção Agrícola e Industrial: Recomendou a intensificação das pesquisas em fontes de energia (hulha, turfa, petróleo e energia hidroelétrica), a taylorização das empresas, a colonização industrial do *hinterland* e a compra do excedente agrícola. Além disso, recomendou a taylorização da exploração de culturas nativas como o látex e o parcelamento de grandes propriedades rurais improdutivas.

Comissão II – Circulação e Transportes: Recomendou a desburocratização no sistema de transportes de mercadorias, assim como o abatimento de tarifas de circulação interna. Sugeriu a nacionalização da legislação de transportes.

Comissão III – Moedas e Bancos: Propôs a taxação dos excedentes financeiros para o combate à inflação e a criação de um Banco Central, cuja principal função seria coordenar a economia e o fluxo financeiro.

Comissão IV – Investimentos: Defendeu a presença do capital estrangeiro, a liberdade cambial para eles⁵⁰, e uma Bolsa de Valores para todos os grandes centros urbanos, dentro de um sistema nacional de bolsas.

Comissão V – Finanças Públicas: Recomendou a redução ou mesmo a eliminação da taxação sobre os lucros, e o equilíbrio na arrecadação entre União, estados e municípios.

Comissão VI – Planos Internacionais e de Caráter Social: Reconheceu a necessidade da criação imediata de uma comissão oficial encarregada da economia mundial no pós-guerra e reconheceu a necessidade de uma declaração de direitos de ordem econômica. Recomendou a permanente participação do Brasil na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a

⁵⁰ “O 1º Congresso Brasileiro de Economia
DECLARA E RECOMENDA:

152 – Que o capital estrangeiro particular aplicado no País é útil e vantajoso aos interesses nacionais.

153 – Que é vantajosa a liberdade cambial em relação às transferências ligadas a esses capitais, evitando o Governo os confiscos e restrições cambiais, para exercer, apenas, ação fiscalizadora.

154 – Que, para esse fim seja a política comercial exterior do País orientada no sentido de poderem os saldos credores da balança comercial cobrir os saldos devedores de pagamentos no exterior.” (I CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA: 1943, p.168)

proibição da formação de trustes. Recomendou estudos para a formação de um banco pan-americano e a intensificação da indústria aurífera.

Comissão VII – Pesquisas e estudos econômicos: Considerou a importância da estatística nos estudos de problemas nacionais, assim como a importância da ação do IBGE. Recomendou que as empresas agrícolas, comerciais e industriais organizassem serviços de estatística. Recomendou aos poderes públicos desenvolver pesquisas para o estudo do problema da fome. Recomendou a criação do “curso superior em administração e finanças”, a concessão de bolsas de estudo no exterior e a regulamentação da profissão de economista.

Comissão VIII – Atividades Econômicas do Estado: Deveriam ser as atividades do Estado, em regra, supletivas e orientadoras. A ação do Estado deveria sempre ocorrer depois de ouvidas as associações de classe. Considerou que não há incompatibilidade entre democracia e planejamento estatal.

Chama a atenção a recomendação pelo câmbio diferenciado, em vista da simpatia que tanto Gudin quanto Simonsen tinham pelo câmbio administrado. A proposta também guarda semelhança com o que viria a ser a Instrução 113 da SUMOC em 1955. As recomendações ao governo não foram simplesmente ditadas por Simonsen, embora ele tenha claramente dado o tom dos debates; os pontos coincidentes entre o pensamento da direção e da base do movimento industrialista certamente apareceram quando explícitos nas recomendações ao governo. Caso da recomendação da Comissão V acerca da busca pelo equilíbrio federativo. Todavia, a mesma Comissão aprovou a recomendação pela supressão do imposto sobre os lucros industriais nos tempos de guerra, o que não necessariamente ia de encontro com o pensamento de Simonsen – muito menos de Gudin. As conclusões da Comissão VIII, em compensação, mostram forte afinidade da direção e da base do movimento industrialista nos pontos cruciais: papel do Estado, e a necessidade da intervenção.

Capítulo 7

A ‘Controvérsia’ na Comissão de Planejamento Econômico.

1. Roberto Simonsen: Planejamento, Protecionismo e Renda Nacional.

Simonsen apresentou em agosto de 1944 o parecer ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial sobre a evolução da economia brasileira, a ser encaminhado para apreciação na Comissão de Planejamento Econômico (CPE) para apreciação. Simonsen defendeu no texto o planejamento da economia com vistas à industrialização com a finalidade de aumentar a renda nacional e vencer o problema da pobreza.

Após receber uma pesada crítica sobre seu relatório na CPE, Simonsen responderia com “Planejamento da Economia Brasileira” para responder ao ataque em série de Gudin. Entretanto, Simonsen insistiu nos mesmos argumentos, os quais - com a excessão da concepção de planejamento como técnica social e não como regime político – haviam se mostrado fracos com relação a argumentação de Gudin no parecer ao CPE. Assim, nessa dissertação não irei discorrer de maneira exegética com relação a segunda parte da *Controvérsia* mas prefiro mapear os argumentos e mostrar os choques entre eles, entendendo, sempre que possível, o porque de cada posicionamento.

Para Simonsen, a situação de pobreza das nossas populações inviabilizaria qualquer tentativa de planejamento e industrialização, de modo que a renda nacional deveria ser aumentada na ordem de quatro vezes. Atingir tal objetivo pelos meios convencionais propostos pelo liberalismo clássico seria inócuo, pois padeceríamos de uma condição *estrutural* de desvantagem no comércio internacional, de modo que o aumento das exportações *apenas* seria insuficiente.

A produção, para o mercado interno, está, bem o sabemos, condicionada às necessidades do consumo; estas variam de acordo com a produtividade e com o estágio de educação das populações. A produtividade é função de nosso aparelhamento econômico e eficiência técnica. A educação das populações, por sua vez, depende dos recursos disponíveis para o seu custeio.

Não é possível, tampouco, alcançar, com novas exportações, o substancial enriquecimento indispensável.

Não podemos, porém, nos quedar indiferentes ante esse vital problema brasileiro: a quadruplicação da renda nacional, dentro do menor prazo o possível.

Preliminarmente, para resolvê-lo temos que decidir se poderíamos atingir essa finalidade pelos meios clássicos de apressar a evolução econômica, estimulando pelos processos normais as iniciativas privadas, as várias fontes produtoras e o mercado interno, ou se deveríamos lançar mão de novos métodos, utilizando-nos, em gigantesco esforço, de uma verdadeira mobilização nacional, numa guerra ao pauperismo, para elevar rapidamente o nosso padrão de vida.⁵¹

Para apoiar o seu argumento, Simonsen se valeu de um levantamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sobre a renda nacional:

A Diretoria de Estatística e Previdência desde Ministério [do Trabalho, Indústria e Comércio] acaba de apresentar os resultados de suas pesquisas, admitindo como conceito da renda a capacidade de consumo total das populações. Encontrou cerca de 40 bilhões de cruzeiros, o que traduz uma renda, por habitante, 25 vezes menor do que a verificada nos Estados Unidos.⁵²

Mesmo o enriquecimento provocado na América Latina em tempo de guerra seria ilusório porque durante o conflito internacional de 1939-1945 os preços dos artigos exportados pelos países latino-americanos subiram, sem que nada garanta que esses preços se mantenham após a Guerra. Manter a capacidade competitiva implicaria em organizar eficientemente e cientificamente a produção, com vistas a maior produtividade e menor custo. Por outro lado, Simonsen argumenta que a exportação de produtos primários no pós-Guerra não seria uma atividade promissora economicamente, uma vez que requer pouco trabalho e poucos meios de produção, o que também paga menos salários e agrega menos valor⁵³.

Dessa maneira, a industrialização é apresentada como a opção mais viável de geração de riqueza, conseqüentemente a melhor trajetória rumo à quadruplicação da renda nacional e do ciclo de crescimento econômico. Para embasar sua argumentação Simonsen usa o parecer da Missão Cooke de 1942. De acordo com ela mesma:

⁵¹ Simonsen & Gudín, “A Controvérsia do Planejamento Econômico”, 1978, p.32.

⁵² *Idem*, pp.23-24.

⁵³ *Idem*, pp. 24-26. Atravessa o pensamento Simonseano a idéia de que, no caso da inflação, não são os preços que são altos, mas os salários é quem são baixos. Esse fato decorre diretamente da inserção brasileira na economia internacional, em dois aspectos principais: o baixo potencial que a agroexportação tem em agregar valor; e os desequilíbrios gerados no plano externo por essa modalidade de comércio exterior.

*‘A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos’.*⁵⁴

A Missão Cooke havia identificado seis principais nós górdios para a industrialização no Brasil:

- Insuficiência de petróleo, carvão, e combustíveis dentro do país, o que leva a uma dependência das importações, e crise de abastecimento nos transportes;
- A falta de certos metais indispensáveis à formação e manutenção do maquinário industrial;
- Ausência de uma estrutura satisfatória de transportes ferroviários, rodoviários e marítimos;
- Carência de mão de obra técnica especializada;
- Ausência crônica de capitalização;
- Inflação alta e persistente.

A falta de combustíveis emperrava a produção industrial e a própria interiorização da economia. E o problema se tornava mais difícil a medida em que mesmo com a insuficiência de combustíveis o Brasil “consumia 49, 5kg de carvão por cabeça, quando os Estados Unidos consumiam 2.944kg, ou sejam, 60 vezes mais”. Dessa maneira, Simonsen propôs resolver a questão energética com a construção de usinas hidrelétricas, que viriam a suprir essa lacuna. “Em relação à eletricidade, o Brasil, com seus 1.187.000 kw instalados, fornece 65,5 kw, por cabeça, contra 1.070 kwh, nos Estados Unidos”⁵⁵. Aumentar a quantidade de usinas hidrelétricas seria possível de acordo com Simonsen com a permissão de entrada de capital estrangeiro eventual e não-preponderante, o que pede alterações nos decretos federais que impedem a construção de novas instalações de capital estrangeiro no setor energético.

A mesma solução poderia ser usada na solução para o problema da atrasada indústria metalúrgica e química do Brasil à década de 1940. A Missão Cooke propôs, no sentido de prover tal empreendimento, a criação de Bancos Industriais de investimento, no sentido de solucionar a ausência crônica de capitalização, e assim financiar a indústria química e metalúrgica, assim como a produção de bens de capital, instalação

⁵⁴ *Idem, Ibidem*, p.26 (os destaques são de Simonsen).

⁵⁵ *Idem, Ibidem*, p.27.

de um sistema de transportes mais eficiente, e a capacitação de mão de obra.⁵⁶ Simonsen propôs nesse ponto a imigração selecionada como parte importante do problema da falta de mão de obra técnica para a indústria⁵⁷.

A ampliação e diversificação da produção para o mercado interno deslocariam o pólo dinâmico da economia “para dentro”. O aumento da renda nacional levaria a um aumento do consumo, de modo que o crescimento industrial planejado se pautaria na própria demanda. Em outros textos, Simonsen já havia discorrido sobre a importância de um crescimento “para fora”, o qual desempenharia função essencial no sistema, garantindo nichos de mercado industrial no exterior, tornando a capitalizar novamente o sistema econômico nacional.

Simonsen, por fim, insiste no planejamento como técnica indispensável para que todo o processo ocorra de maneira bem sucedida. Sugeriu como meta a elevação da “renda nacional superior a 200 bilhões de cruzeiros”, a ser atingida “dentro de um prazo de 10 a 15 anos” através da execução de “planos quinquenais” cujo imperativo seria “uma verdadeira guerra econômica ao pauperismo”⁵⁸. Simonsen ainda fez uma ressalva importante quando propôs que o capital preponderante fosse privado e nacional; estatal, quando ele não o fosse possível, e o estrangeiro em último caso.

O Estado no entender de Simonsen seria o eixo da industrialização acelerada, mesmo porque seria o *locus* da planificação. Entretanto, Simonsen era muito cuidadoso com a questão da intervenção do Estado na economia e na sociedade, de modo que citou a necessidade de limites institucionalizados para o Estado: a intervenção estaria condicionada aos interesses corporativistas da classe industrial. Assim:

O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo, a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes. Proporcionar-se-iam, ao mesmo tempo, os meios indispensáveis à renovação do aparelhamento já existente⁵⁹.

⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p.28.

⁵⁷ “Uma imigração selecionada e abundante de técnicos e operários eficientes cooperaria, em larga escala, para prover as diversas atividades, assim como para um mais rápido fortalecimento de nosso mercado interno, pelo alto padrão de consumo a que estariam habituados esses imigrantes.” *Idem, Ibidem*, p.35.

⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p.34.

⁵⁹ *Idem, Ibidem*.

2. Eugênio Gudín: Crescimento pautado no livre-mercado.

Gudin submeteu o relatório à Comissão de Planejamento Econômico em março de 1945. Consistiu numa resposta ao relatório de Roberto Simonsen, da Comissão Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), o qual havia defendido a idéia de que: sem o planejamento econômico o Brasil não conseguiria se industrializar; e que sem a industrialização não se conseguiria combater o pauperismo e elevar a renda nacional.

A resposta de Gudín desconstruiu a argumentação de Simonsen nos seus pontos principais. Primeiramente, mostrou que a mensura da renda nacional por Simonsen e pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio era completamente inadequada, por incluir elementos que deveriam estar excluídos (volume das importações, pagamento dos serviços da dívida externa, *re-soma* dos insumos e matérias-primas das mercadorias); assim como por excluir o que deveria ser incluído (volume das exportações, valor gerado pelo setor de serviços). Demonstrou também outras irregularidades no cômputo do cálculo da renda nacional, de modo que não se podia afirmar que fossem confiáveis esses dados para estabelecer uma renda nacional. Ora, se a baixa renda nacional era o argumento de Simonsen para justificar a necessidade de aumentá-la em quatro vezes – daí a necessidade de uma industrialização protegida, planejada e acelerada –, então Simonsen se vê desarmado, pois os cálculos da renda nacional não eram, portanto, verossímeis.

Gudin insistiu na idéia de que a economia de mercado se auto-regula por seus automatismos. Argumentou que existiu uma “mística do plano”, uma crença de que tudo o que é planejado seria bom por princípio. A economia liberal não podia aceitar qualquer tentativa de planejamento; ou, como ele mesmo diz, “A doutrina do *laissez-faire* era, portanto, em princípio, a negação do plano” (SIMONSEN & GUDIN: 1978, p.61).

Entretanto, Gudín não imagina a economia de mercado como uma máquina perfeita e infalível. Estaria mais para um organismo, o qual estaria em constante aprimoramento, mas que ainda sofreria de fortes oscilações e depressões eventuais. Assim, Gudín sugere que o trabalho do economista seja o de monitorar a economia, prevendo as oscilações mais bruscas e tomando providências para aplacar os seus efeitos. Para Gudín não é a intervenção em si maléfica para o sistema, mas sim a planificação da economia. Inclusive Gudín coloca como prioritária a criação de um

Banco Central, o qual desempenhe a função de condicionar o crédito de setores inflacionários e pouco produtivos a setores onde se possam produzir vantagens comparativas.

Assim, o pensamento de David Ricardo está presente na argumentação de Gudin de maneira decisiva. Seria contraproducente no entender de Gudin proteger e incentivar indústrias pouco produtivas e que vivem basicamente da proteção. Gudin nesse sentido defendeu a entrada de capital estrangeiro para sanar as dificuldades de capitalização do país, conjuntamente a uma ampliação da pauta de exportação de primários – onde teríamos as vantagens comparativas. Os investimentos governamentais deveriam ser interrompidos imediatamente, uma vez que deslocam fatores de produção, já que para Gudin o Brasil padece do pleno emprego e mesmo da falta de braços. A construção de ferrovias, rodovias, portos, e usinas hidrelétricas acarretariam em deslocamento de mão de obra da lavoura, o que desorganiza o sistema e gera inflação. A solução de acordo com Gudin seria a imigração selecionada de técnicos e mão de obra, assim como a importação de tecnologia e taxas de câmbio que permitissem a entrada de bens de capital no país.

Dessa maneira, o protecionismo e a “licença prévia” (que consistiam em medidas *anti-dumping*) seriam desastrosos. Primeiro porque poderia levar a uma falta de cruzeiros no mercado internacional, gerando dificuldades à exportação (Gudin argumenta que os Estados Unidos passavam por um problema similar, e daí a falta de dólares no mercado internacional no período). Segundo porque gera inflação no mercado interno, o que derruba a taxa de câmbio, dificultando a entrada de bens de capitais e tecnologia. E terceiro, e decorrente disso, porque estanca a renda nacional e deteriora as relações comerciais do Brasil com outros países. Analogamente, Gudin é contra a política de manutenção de balança comercial favorável (exportação maior que importação) porque geraria desequilíbrios no comércio exterior a partir da oferta de moeda nacional no mundo, o que derruba as exportações do próprio país. Na verdade, diz Gudin, o país deveria importar muito e exportar muito, porque o que importa é o volume de negócios e os “termos de troca” – e não o *quantum* de mercadoria exportada.

Por isso, para Gudin planejamento e protecionismo manteriam a economia estagnada, e deveriam ser imediatamente abandonados. A solução para os impasses da economia brasileira seriam a abertura da economia, a estabilidade político-jurídica do país, e a criação de um Banco Central que condicionasse o escasso crédito nacional nos setores mais promissores da economia. A estabilidade econômica e político-jurídica por

si mesma atrairia investimentos estrangeiros. Gudin tinha plena convicção de que o fato do Brasil ser uma nação ainda em construção e com um vasto território por colonizar significava toda uma economia por construir e crescer, de modo que os capitais privados saíam das economias centrais e saturadas para aterrissar nas economias periféricas, novas, e promissoras.

Gudin também era cômico a respeito da falta de dados confiáveis sobre a renda nacional e o balanço de pagamentos. Recomendou veementemente a ampliação de escolas técnicas e de nível universitário, com vistas à formação de quadros técnicos que suprissem essa lacuna.

Por último, recomendou fortemente que fosse constituído, logo que a inflação estivesse sob controle, um Banco Central do Brasil, cuja função principal seria orientar os fluxos de crédito através de políticas de restrição aos ramos especulativos e inflacionários da economia nacional. No plano externo, Gudin menciona na *Controvérsia* a necessidade do Brasil liderar um movimento em prol de um organismo internacional que estabilize os preços dos produtos primários no mercado internacional.

2.1. A questão da Renda Nacional

Define Gudin Renda Nacional:

Renda Nacional é o “produto social” ou o dividendo a distribuir entre pessoas e classes de um país. É o total dos rendimentos líquidos recebidos por todas as pessoas e instituições (rendimentos no sentido econômico geral, de qualquer fonte). Diz-se rendimentos “líquidos”, porque certos rendimentos, como os de juros da Dívida Pública ou os de pensões, não são rendimentos produzidos e sim simplesmente “transferidos” de uns para outros. [...] Já aí está o primeiro erro elementar do cálculo do Ministério do Trabalho, que soma o valor do algodão com o dos tecidos de algodão, o da cana-de-açúcar com o do açúcar, o dos couros e peles com o do calçado, o da energia elétrica motora com o das mercadorias com ela fabricadas etc. (SIMONSEN & GUDIN: 1978, p.57)

Para Gudin, portanto, **renda nacional consiste no valor líquido produzido em mercadorias e serviços pela economia nacional** (idem, p.57). Uma vez que esse valor é calculado em cima do que é produzido no país em bens e serviços, logo *não se pode calcular a renda nacional somando os seus componentes mais de uma vez*. Não se pode calcular o valor da renda nacional somando o valor do algodão com o dos tecidos e com

as confecções, por exemplo. Ou da energia motora com as mercadorias por ela fabricadas, ou seja, não se pode fazer uma *re-soma* dos valores das mercadorias.

Dessa maneira, Gudin argumenta que os cálculos no Ministério do Trabalho – cujos dados Simonsen se apóia – não são confiáveis. Primeiramente por somar mais de uma vez a renda gerada por cada um dos componentes das mercadorias que entram no cálculo da renda nacional. O segundo erro, o “mais elementar” na opinião de Gudin, consiste na exclusão do setor de serviços no cálculo da renda. O Ministério do Trabalho erra mais quatro vezes. Errou consecutivamente por: não computar os investimentos no cálculo da renda nacional, incluir na soma o valor das mercadorias importadas, não incluir as despesas intermediárias de produção, e por desprezar a inflação no cálculo da progressão da renda.

O maior erro, porém, do cálculo feito pelo Ministério do Trabalho esta em que ele inclui na renda nacional o valor das mercadorias importadas do estrangeiro (!) (que são renda nacional dos países que as exportaram e não nossa) e subtrai o valor das mercadorias que exportamos (!) (que são legitimamente renda nacional brasileira) [...] No cálculo do Ministério do Trabalho, o valor tomado para a produção é o valor nas fábricas, nas fazendas e nas minas. Não inclui os fretes, os juros, e salários dos intermediários, os impostos, as armazenagens e todas as despesas de varejo. O único imposto que o Ministério adiciona é o imposto de consumo, que é o único que não deveria adicionar, pois que, sendo pago pelo fabricante, seu valor já esta compreendido no valor da produção na fábrica. Tampouco tem qualquer significação os gráficos apensos ao trabalho do Ministério, demonstrativos da progressão da renda nacional no período de 1919 a 1942 [...] pois nem sequer neles se introduziu qualquer coeficiente corretivo do índice de preços [...] (SIMONSEN & GUDIN:1978, pp. 59-60)

Dessa maneira, Gudin refutou o argumento basilar da argumentação de Roberto Simonsen. Para Simonsen a baixa renda nacional decorre da situação de pobreza das nossas populações, o que decorre das assimetrias nas trocas internacionais. Assim, sobrando para o Brasil a posição de agro-exportador, estaríamos sempre na condição subalterna da ordem internacional e fadados a produzir artigos primários, que por sua natureza agregam pouco valor. Daí a necessidade do protecionismo à indústria, porque ela agrega mais valor às mercadorias e gera mais riqueza. O desenvolvimento industrial necessitaria de um planejamento estatal juntamente com a proteção. A indústria nacional desenvolvida permite o aumento da renda nacional.

Entretanto, como Gudin demonstrou a mensura da renda nacional por Simonsen e pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio seguiu caminhos absolutamente tortuosos e equivocados, de modo que Simonsen não poderia afirmar com certeza algum nível da renda nacional. Tampouco que esse nível estaria baixo. Restaria agora a Gudin insistir na hipótese do pleno emprego na economia brasileira e na auto-regulação da economia de mercado.

2.2. Auto-regulação da economia: choques entre fator político e fator econômico, e o assombro ao planejamento.

Gudin argumenta que a economia liberal se auto-regula a partir de mecanismos de automatismos de mercado, e por isso dispensa a regulação governamental. Desequilíbrios gerados no fator econômico tem origem em desequilíbrios no fator político, de modo que as crises econômicas do período entre-guerras se apresentam como reflexos da I Guerra Mundial.

Até 1914 a Economia Liberal conduziu a Humanidade por essa rota, de constante aumento de bem-estar e de elevação do padrão de vida das populações. Dentro de seus padrões se abordavam e resolviam os novos problemas à medida que eles surgiam. [...] A Guerra de 1914 veio abalar profundamente os alicerces dessa estrutura: 1º) desorganizando ou destruindo os sistemas monetários de grandes e pequenas nações até atingir a libra esterlina e o dólar; 2º) deslocando a liderança econômica e política das mãos experimentadas da Inglaterra para as mãos vigorosas, mas ainda inexperientes, dos Estados Unidos; 3º) criando a desordem política e econômica em toda a Europa Central e Oriental de cujo caos nasceram as revoluções sociais, primeiro da Rússia, depois da Itália e da Alemanha. (SIMONSEN & GUDIN: 1978, p.63)

Entre os desacertos causados pelos Estados Unidos em termos de economia, Gudin destaca a crise de 1920-1921. Maria Angélica Borges (1996, p.271) já havia percebido que Gudin foi crítico com relação ao deslocamento da hegemonia inglesa para a hegemonia americana porque os Estados Unidos não cumpriram tão bem a função de importador de bens primários e exportador de industrializados. Os Estados Unidos passaram a proteger a sua agricultura, o que dificultou a nossa exportação de laranja e algodão, proteção essa que também gerou escassez de dólares, dificultando as próprias exportações americanas (SIMONSEN & GUDIN: 1978, p.115).

O caso da hegemonia estadunidense seria exemplar na idéia de Gudin que desajustes na economia liberal tem origem em tomadas de decisões na esfera da política. Gudin insistiria em diversas ocasiões na tese de que os Estados Unidos não teriam a competência que a Inglaterra tinha para liderar a hegemonia econômica e política mundial. Para Gudin, por exemplo, a condução irresponsável da política de crédito nos Estados Unidos foi o estopim da Grande Depressão. No pós-I Guerra Mundial houve uma inflação provocada pelo excesso de crédito nos Estados Unidos decorrente das grandes disponibilidades monetárias geradas pela aceleração econômica. Essa aceleração decorreu dos efeitos da própria Guerra na economia americana, e as medidas deflacionárias tomadas pelo FED (de restringir o crédito com o intuito de segurar o excesso de moeda circulante) repercutiram negativamente na economia mundial.

Mas é importante observar essa crise de 1920-1921 porque Gudin argumenta (a partir dela) que os Estados Unidos não estavam preparados para conduzir a liderança da economia e política mundial, e tomar as decisões corretas. Entretanto, uma leitura mais atenta aos relatórios do governo americano do período, relatórios esses que Gudin cita na sua argumentação, mostra que na verdade não é que os Estados Unidos apenas conduziram mal a política econômica: mas sim deixaram de fazê-lo.

A crise nas transações internacionais dos Estados Unidos em 1920-21 foi o resultado do desordenado movimento inflacionista neste e em outros países, em consequência do abandono repentino de todos os controles e restrições do tempo de guerra. . . “Uma forte depressão de atividade econômica nos Estados Unidos em 1920, deu lugar a uma rápida queda das importações”. . . “Mais ainda, a política fiscal e de crédito, que havia continuado a ser altamente inflacionária no “boom” que se seguiu ao fim da guerra, foi invertida, tornando-se fortemente deflacionária na depressão.⁶⁰

Portanto, a condução da política econômica nos Estados Unidos foi criticada pelos próprios americanos em vista das fortes oscilações cambiais provocadas por ela; entretanto, o meio pelo qual se deu essa crise, como na citação que Gudin fez do próprio Ministério do Comércio dos Estados Unidos, consistiu do *abandono repentino de todos os controles e restrições do tempo de guerra*. Na verdade, foi a falta do controle sobre a economia quem conduziu a crise, de acordo com o relatório americano.

⁶⁰ *The United States in the World Economy*, publicação do Ministério do Comércio – USA, pp. 2, 141, in Simonsen & Gudin (*op cit*), p. 64. Meus grifos.

Apreciando a situação dessa maneira caímos numa aparente contradição. Deveria ou não, no entender de Gudin, o governo americano intervir na economia em 1920-1921? Para entender o pensamento de Gudin tem que se ter em vista que o liberalismo não rejeita a intervenção por parte do Estado *a priori*, mas sim abomina o planejamento.

Com relação à crise de 1929, por exemplo, Gudin argumentou que o problema na verdade seria que houve uma crise geral de liquidez uma vez que o valor dos títulos na bolsa de valores de Nova York não acompanhou a escalada de seu valor real. Isso porque não houve um controle responsável do dinheiro por parte do Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos), o qual permitiu até então livre acesso dos bancos ao recurso do redesconto junto ao Fed. O resultado foi um aumento explosivo de ações em circulação, o que comprometeu a sustentabilidade do sistema⁶¹. Uma alta repentina da procura por ações na bolsa foi o suficiente para mostrar toda a vulnerabilidade de uma economia mal monitorada pelo governo.

Por outro lado, Gudin foi fortemente um crítico do New Deal. Isso porque enquanto liberal ortodoxo fez oposição a todo esforço no sentido de um planejamento econômico. Gudin sempre deixou claro, por outro lado, que a função do Estado deveria ser análoga ao guardião da economia, cuidando pela sua segurança e livre-troca, mas nunca determinando qual a ação dos agentes, mas sim garantindo a sua maior possível livre-escolha. Entretanto, Gudin reconhecia que o Estado deveria ter um papel suplementar na economia, mesmo como agente *incentivador* do capital privado⁶².

Com relação à aplicação do planejamento, Gudin sugere que não haveria mesmo condições materiais para empreender no Brasil o esforço planejado de crescimento acelerado, porque nem população disponível tampouco recursos naturais teríamos para imitar o caso russo ou nazi-fascista. Gudin quando trata do tema da economia planejada o identifica quase que imediatamente com o totalitarismo. Aqui por exemplo ele atribui ao esforço de planejar a economia com as mesmas pretensões totalitárias da Rússia, Alemanha e Itália da época, coadunadas com a “farsa de corporativismo”⁶³. Invocar o exemplo da Rússia – tal como Simonsen o havia feito, e mesmo como outros industrialistas (Lodi, Daundt D’Oliveira) o fariam – seria de um completo primarismo, tendo em vista que a planificação soviética estava resultando em subnutrição e

⁶¹ Gudin. **Origens da Crise Mundial, Política Econômica do Brasil, Política Financeira e Relatório Niemeyer**, 1934, pp.35-36.

⁶² SIMONSEN & GUDIN: 1978, p.134.

⁶³ SIMONSEN & GUDIN: 1978, p.71.

escravização da população. Gudín sugere que, ainda que o Brasil afundasse num regime totalitário, não haveria *quem* trucidar com a exploração de modalidade soviética, e muito menos recursos naturais em solo brasileiro a altura de um crescimento industrial acelerado. Para Gudín, defender tal diretriz de política econômica é mostrar o desconhecimento do próprio caso russo.

O sucesso dos planos quinquenais na Rússia é indiscutível. O progresso do aparelhamento econômico do país em tão curto prazo ultrapassou o ritmo do que se fizera em qualquer outro país do mundo, inclusive os Estados Unidos. E o mérito é tanto maior quanto a Rússia não dispunha de qualquer parcela de crédito no exterior. Ela pagou à vista ou a curto prazo.

Pagou com trigo, com cereais, com petróleo, com ouro. Petróleo e ouro disponíveis de suas imensas riquezas naturais e acessíveis; trigo e cereais arrancados à nutrição de um povo subnutrido e escravizado. [...]

A Rússia pagou com a supressão da liberdade de escolha do consumidor [...] O decreto de 10 de julho de 1940 estabelece a pena de 5 a 8 anos de prisão para os chefes, engenheiros ou técnicos responsáveis pela simples ineficiência da produção. [...] a Rússia pagou com os inúmeros recursos de um país riquíssimo. [...]

Nada disso se aplica ao Brasil. Não podemos escravizar o nosso povo como foi possível ao regime soviético fazê-lo [...] Não temos margem de capital humano nem de reservas nutritivas para impor a nossas populações um regime de subnutrição ainda maior do que o que ela suporta. Estamos também longe de ter as riquezas naturais de carvão, de petróleo, de ouro, de planícies fertilíssimas que tem a Rússia.

Invocar-se portanto o exemplo da Rússia no caso do Brasil, como se o tem feito entre nós, é demonstrar um perfeito desconhecimento do fenômeno russo.⁶⁴

2.3. Planejamento ‘totalitário’ e planejamento ‘Liberal’.

Gudin diferencia o que se entende por “planejamento” nos países totalitários (Alemanha, Itália e Rússia) do caso ocidental, notadamente o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos. O que vinha sendo chamado de planejamento no mundo anglo-saxão consistiu em ordenar a passagem da economia de guerra para a economia de paz da

⁶⁴ SIMONSEN & GUDIN: 1978, pp. 71-72.

maneira menos disruptiva o possível. “Planejamento” aqui assumiria uma idéia absolutamente eventual. Assim, o que Gudin chama de “corrente neocapitalista” consiste num esforço entre capital privado e governo na construção e consolidação de uma economia *policuada* (e por isso livre), mas não *controlada*.⁶⁵

Gudin, nos textos da *Controvérsia*, fez uma provocação interessante, ao criticar o pensamento heterodoxo, aproximando dois personagens aparentemente intocáveis entre si:

Stálin é quem tem razão: é preciso escolher um dos dois caminhos a trilhar: *ou* o do Capitalismo de Estado com regime totalitário e supressão da propriedade privada dos meios de produção, *ou* da democracia política e da Economia Liberal. Capitalismo de Estado e Democracia são expressões que se repelem. ‘Não há’, escreve Von Mises, ‘um terceiro sistema entre a economia de livre concorrência e o socialismo. A Humanidade tem de escolher entre os dois – a menos que o caos também seja considerado uma alternativa’⁶⁶

Deve o Estado monitorar a economia a partir de levantamentos feitos pelos seus técnicos com a finalidade de prever fortes oscilações, assim como garantir as regras do jogo econômico (leis do trabalho, garantia do cumprimento dos contratos, garantia jurídica da propriedade privada), mas sem *jogá-lo*. Gudin explica o seu entendimento sobre o Estado fazendo a conhecida analogia sobre o Estado “guarda de trânsito”:

O ‘laissez-faire’, escreve L. Rougier, ‘podia-se comparar a um regime em que veículos podiam circular à vontade sem obediência a qualquer regulamento e em que os veículos pesados forçavam os mais leves a ceder-lhes o passo. O Estado Socialista seria o Estado em que a autoridade central fixaria imperativamente a rota e o percurso de cada veículo. *O Estado Liberal é aquele em que os veículos podem ser conduzidos ao destino de livre escolha de seus condutores, mas com a obrigação de respeitar o código de trânsito*’.⁶⁷

Além disso, Gudin identifica simultânea e automaticamente planificação *com* capitalismo de estado, de modo que o condena até mesmo como mau gestor da economia: “O Capitalismo de Estado, além de incompatível com o regime democrático de governo, padece de decisiva inferioridade quanto à capacidade do melhor e mais eficiente aproveitamento dos fatores de produção.”⁶⁸

⁶⁵ *Idem*, p.73.

⁶⁶ Simonsen & Gudin, 1978, p.80.

⁶⁷ *idem, ibidem*, p.62, destaques feitos por mim.

⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p.133.

Em contrapartida à planificação proposta pelos industriais, Gudin propõe uma modalidade de “planejamento” que se aproxima mais de um monitoramento da economia. Esse “planejamento liberal” consistiria em incentivar a partir do Estado setores da economia em atraso ou estrangulamento. Entretanto, não constituiria propriamente um “plano” específico o qual determinasse “número de fábricas ou estabelecimentos a criar, e muito menos as quantidades a produzir, e os preços a cobrar” pois tal plano “só teria sentido se feito para ser executado por um Estado totalitário”⁶⁹. O “inquérito” como preferiu chamar Gudin consistiria em:

1. trazer ao conhecimento desta Comissão [de Planejamento Econômico (CPE)] e do Governo o balanço quantitativo e qualitativo da capacidade, da produção, da eficiência e das possibilidades econômicas de cada um dos principais setores da atividade econômica do país;
2. análise e indicação das providências, meios e métodos para a correção das deficiências verificadas, com o estudo comparativo dos preços de produção no país e no estrangeiro, tendo em vista a melhoria do padrão de vida do povo brasileiro como principal objetivo a colimar;
3. sugestão das medidas de incentivo e amparo que o Estado pode oferecer à expansão e à produtividade do aparelhamento econômico das empresas existentes ou das que se fundarem, em cada um dos setores da atividade econômica.⁷⁰

Dessa maneira, se percebe que a ortodoxia liberal no pensamento de Gudin opera em termos absolutos: livre-mercado *versus* planejamento. No limite, o Estado pode incentivar alguns agentes econômicos em ramos interessantes para o conjunto, mas nunca tomar as decisões por eles ou cercear a sua liberdade de escolha. Essa sentença exclui automaticamente a possibilidade de monopólios estatais em setores estratégicos e/ou a figura do Estado-empresário.

2.4. O papel (mínimo) do Estado liberal.

Para Gudin o Estado é incompetente *a priori* em termos de gestão e administração de recursos e de empresas. Isso porque sofreria de dois *handicaps* fundamentais: (I) o critério politicista, pessoalista e favoritista na nomeação de pessoal burocrático e de administradores e gestores públicos; e (II) a pesada e dispendiosa

⁶⁹ *Idem, Ibidem*, p.85.

⁷⁰ *Idem, Ibidem*, pp.85-86.

burocracia estatal. Para Gudín mesmo empresas de capital misto público/privado não constituiriam solução, porque a presença do Estado – devido a essas duas deficiências crônicas e fundamentais – afugenta o capital privado. Gudín sugere que estabilidade política, conjuntamente a estabilidade econômica e livre-comércio, atraem capital estrangeiro, o que seria proveitoso inclusive para a expansão do parque industrial brasileiro.⁷¹

Gudín argumenta que mesmo esse monitoramento da economia não é possível frente ao descontrole inflacionário. Gudín atribui a inflação o excesso de papel moeda em circulação. Segundo estudo da CPE os meios de pagamento (entendidos como moeda circulante menos “encaixe”⁷² dos bancos, mais depósitos) subiram de 8 004 milhões de cruzeiros em 1934 para 40 096 milhões de cruzeiros em 1944. Gudín atribui essa disparada à legislação social do governo Vargas e políticas industrializantes. Assim, indicou como medidas para estancar a inflação da moeda:

- Redução do volume de obras e investimentos do Governo Federal ou por ele patrocinados
- Restrição e controle pelo Banco Central (cujo embrião parece ser a recente Superintendência da Moeda e do Crédito) da quantidade como do destino do crédito;
- Obrigação para os Institutos de Previdência Social e autarquias de investir a maior parte de suas disponibilidades em títulos do Tesouro e em depositar seus saldos monetários no Banco do Brasil
- Obrigação para todos os bancos de manter, no Banco Central, reservas proporcionais a seus depósitos, em percentagens variáveis com a conjuntura (também recentemente adotada no decreto que criou a Superintendência da Moeda e do Crédito);
- Utilização das letras do Tesouro para venda aos bancos, em vez de instrumento de redesconto e emissão de papel-moeda;
- Esterilização pelo Banco do Brasil dos depósitos relativos a ‘certificados de pagamento’, a ‘depósitos especiais’ e às providências *b, c e d* acima;

⁷¹ *Idem*, pp. 81-83.

⁷² O “encaixe” consiste em massa monetária mantida em caixa pelos bancos comerciais e autoridades monetárias. Não é computado no cálculo porque, diferentemente dos depósitos, não é moeda *disponível* para pagamento, circulação ou investimento.

- Redução da quantidade de papel-moeda emitido para financiar as exportações, quando se inverter a corrente de comércio, com predomínio das importações;
- Liberdade de exportação do ouro de produção nacional, cessando sua compra pelo Banco do Brasil e venda ao público do ouro disponível no país, ao preço do mercado.

O Estado deve garantir a segurança institucional ao capital investido, fazendo-se cumprir os contratos, e não interferindo nos negócios. Nesse sentido, Gudin sugere que o Estado absenteísta deixe o capital produtivo a sua própria sorte, uma vez que o *risco* é parte do empreendimento, deixando os investidores agirem de acordo com as leis de mercado, dentro das regras do jogo legais/jurídicas. E mesmo a *lei* teria que ser estável; instabilidade política ou jurídica, assim como falta de confiança nas instituições, de acordo com Gudin afugentam o capital. Leis do trabalho não podem favorecer demasiadamente os trabalhadores – o que afetaria a disciplina do trabalho – nem os patrões – o que premiaria os abusos do capital⁷³.

Assim, Gudin conclui que a participação do Estado na economia deveria ser mínima. Isso porque a interferência do Estado, além de deslocar fatores de produção e promover a inflação, afugenta capitais. Restaria ao Estado apenas manter um ambiente jurídico-político estável, a manutenção dos contratos, a contenção da tendência inflacionária, e a estabilidade cambial. Do mais, Gudin era convicto da necessidade do Estado sair do campo econômico, deixando o capital privado, soberano.

2.5. Equilíbrio econômico, emprego, e pressão inflacionária.

Quando Gudin fala em “equilíbrio econômico” se refere a uma difícil e fundamental relação entre investimento-consumo-emprego. Em termos de equilíbrio econômico, Gudin enuncia três princípios⁷⁴:

- *Uma vez atingido o ‘emprego total’, novos empreendimentos farão subir os preços mas não farão crescer a produção.*
- *Para uma situação de inflação e de emprego total o remédio é o de estancar a inflação e não o de tentar aumentar a produção.*
- *O Estado deve diminuir ou parar novas obras públicas.*

⁷³ *Idem*, pp.118-120.

⁷⁴ *Idem, Ibidem*, pp.95-99.

Para Gudin, portanto, o problema constitui em hiperemprego. E com a mão de obra plenamente empregada não faria sentido aumentar a produção, uma vez que emprego total leva ao pleno uso dos fatores de produção; não podendo se expandir os fatores de produção, o consumo aumenta, e com ele as disponibilidades monetárias em circulação, o que causa inflação. Gudin atribui a esse hiperemprego os desequilíbrios causados pela II-Guerra. No esforço de economia de guerra toda a mão de obra no país fora empregada; assim, políticas industrializantes alimentariam uma corrente inflacionária⁷⁵.

Satisfazer a essas necessidades, para Gudin, implicaria no aumento da produtividade, mas através da criação de novos fatores de produção. Assim, recomendou a imigração de mão de obra especializada, assim como a entrada livre de capital estrangeiro nos investimentos de infra-estrutura, tais como usinas hidrelétricas e estradas. Importar também técnicos e tecnologia, com fins a suprir os quatro elementos indispensáveis à produção nacional:

- Mão de obra
- Energia
- Capital
- Capacidade técnica

As quatro questões são problemáticas no pensamento de Gudin. Uma leitura de sua obra mostra que o problema da *mão de obra* no Brasil é justamente a falta dessa. Plenamente empregada, ela dificulta esforços planejados de crescimento acelerado porque acabam deslocando fatores de produção empregados em atividades produtivas, já ajustadas anteriormente às vantagens comparativas, em direção a investimentos pouco ou nada produtivos. Entre esses investimentos pouco ou nada produtivos, Gudin cita construção de estradas, obras públicas, e na habitação. Para Gudin, esse deslocamento gera inflação porque gera desequilíbrios pelo lado da oferta, não aumentam diretamente a produtividade o sistema, assim como prejudica o comércio exterior.

Essa questão desemboca no problema da *energia*. Isso porque esses fatores de produção são deslocados justamente para as obras governamentais de infra estrutura de transportes terrestres, marítimos, e construção de usinas energéticas (notadamente as hidrelétricas). Nos textos da Controvérsia, Gudin sugere que a imigração selecionada de

⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p.100.

técnicos e mão de obra, assim como a entrada de capital externo e tecnologia, venham a suprir essa falta de fatores de produção; possibilitando ai sim a construção de estradas e hidrelétricas, e dessa maneira podendo interromper imediatamente os empreendimentos estatais nesse ramo.

A questão da mão de obra e a questão da energia estão intimamente ligadas a questão do *capital* e da *capacidade técnica*. Isso porque Gudin concorda que o Brasil das décadas de 1930/1940 padecia de subcapitalização da economia, mas se opunha a proposta de Simonsen de “empréstimos entre governos” entre Brasil e Estados Unidos. A abertura econômica, juntamente com a estabilidade política numa ordem liberal e democrática, atrairia por si só capital estrangeiro. Isso resolveria o problema da subcapitalização, assim como possibilitaria ao país importar bens de capital e tecnologia. Capitais estrangeiros estariam na verdade propícios a entrar em economias com potencial de expansão, como a do Brasil, e a sair de economias saturadas, como a dos Estados Unidos⁷⁶.

2.6. Comércio exterior: vantagens comparativas, balança comercial, e taxa de câmbio.

Ao que toca o comércio exterior, Gudin condena o espírito “mercantilista” da época, o qual vinha priorizando a balança comercial favorável. Não seria o volume de exportações ou importações da balança comercial o importante, mas sim as *relações de troca* entre os países, definido como o “quociente do índice de preços das mercadorias que se importam pelo índice das mercadorias que se exportam”⁷⁷. Aqui (SIMONSEN & GUDIN: 1978, pp.102-103) Gudin repete o argumento da deterioração dos termos de troca (GUDIN: 1944, p.78): entre 1927-1937 a saca de café perdeu em dez vezes seu valor, em libras, frente a tonelada de trilhos importados da Inglaterra. Assim, se exportou mais no período, assim como se deteriorou os termos de troca entre os dois países, Brasil e Inglaterra. Isso porque:

A ‘relação de trocas’ de um país depende principalmente da intensidade da procura de seus produtos de exportação nos outros países, comparada com a

⁷⁶ “O capital é limitado por toda a parte, mas enquanto que em países mais ricos como os Estados Unidos há o perigo de haver mais capital do que investimentos onde aplicá-lo, no Brasil não faltam e não faltarão por muitas décadas aplicações proveitosas para o capital.” *Idem, Ibidem*, pp.118-119.

⁷⁷ *Idem*, p.102.

intensidade da procura de seus produtos de exportação nos outros países, comparada com a intensidade da procura que regula quantidades e preços de uns e de outros produtos. Além da ‘relação de trocas’, a vantagem do comércio internacional para o país depende da eficiência de sua produção dos artigos que exporta. Os Estados Unidos e a Rússia, ambos exportam trigo, mas o primeiro produz esse cereal por métodos mais eficientes e com quantidade menor de trabalho do que o segundo, donde a vantagem dos Estados Unidos na exportação de trigo ser bem maior do que a da Rússia.⁷⁸

Dessa maneira, deveria o governo brasileiro incentivar a ampliação da pauta agrícola de exportação⁷⁹, com vistas à criação de vantagens comparativas. Os casos da Rússia e dos Estados Unidos em torno do comércio internacional do trigo são notáveis no argumento de Gudín. A criação de órgãos internacionais para a “legítima defesa” dos preços dos artigos primários seria indispensável a economia brasileira. Com relação aos termos de troca, Gudín propõe o controle da inflação interna, verdadeira causadora da deterioração dos termos de troca internacionais.⁸⁰ Isso porque não permite que a moeda brasileira (o cruzeiro) circule no mercado internacional. A escassez de moeda brasileira no mercado internacional emperra as exportações do Brasil. Gudín argumenta que haveria mesmo uma falta de dólares no mercado internacional porque a política econômica americana estaria seguindo essa lógica “mercantilista” a favor de sua agricultura⁸¹. Analogamente, políticas de cunho “mercantilista” seriam contraproducentes mesmo porque seriam inflacionárias. Assim:

Exportar muito e importar pouco se traduziria por escassez de cruzeiros no mercado internacional. Daí uma de duas: ou alta de câmbio, ou acúmulo e esterilização de ouro. Alta de câmbio se traduziria por queda de exportações; [...] Mas alta de câmbio é também incentivo às importações. De sorte que a política de exportar muito e importar pouco acabaria em exportar pouco e importar muito. [...]

⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p.103.

⁷⁹ “A bandeira que precisamos levantar no Brasil não é a de ‘um plano’ e sim da ‘PRODUTIVIDADE’, não só na Indústria mas em todas as demais atividades econômicas. Produtividade na Agricultura para produzir mais e melhor café, algodão, cana, laranjas, etc., por hectare plantado, mais e melhor gado por alqueire de pastagens. E para isso precisamos de técnicos (verdadeiros), estações experimentais eficientes e pesquisa organizada.” *Idem, Ibidem*, p.129.

⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p.105.

⁸¹ “Deveríamos também, a meu ver, procurar entendimentos com os nossos amigos americanos relativamente aos métodos que vêm adotando na concorrência internacional de dois dos nossos principais produtos: o algodão e as laranjas. Desde 1938-39 que os Estados Unidos estão subvencionando suas exportações de algodão e como o Tesouro Público Americano é forte, pode o nosso algodão ser até eliminado dos mercados internacionais por esse processo.” *Idem, Ibidem*, p.115.

O verdadeiro lema é exportar muito e importar muito. A não ser que nosso ideal seja o de fundar uma autarquia com miserável padrão de vida.⁸²

Assim como Gudin critica as diretrizes “mercantilistas” da política externa, também o faz ao protecionismo aduaneiro. Após explicar a teoria das vantagens comparativas de Ricardo⁸³, Gudin critica veementemente as idéias de Manoilescu: ao analisar as relações comerciais entre Portugal e Inglaterra, Manoilescu não levou em consideração o processo inflacionário que uma política protecionista desencadearia na economia portuguesa. Manoilescu argumentou que seria contra os interesses de Portugal a especialização da economia na produção de vinho porque

isso importaria em transferir operários-tecido que ganham \$6,25 para operários-vinho que ganham \$3,50. Portugal perderia \$2,75 em cada unidade de trabalho [...] Com a tarifa protecionista a favor dos tecidos, diz Manoilescu, Portugal evitaria a transferência de operários que ganhavam \$6,25 para outro mister onde só ganhariam \$3,50.

Infelizmente para a tese de Manoilescu porém, uma vez estabelecidas as trocas internacionais, o salário de \$6,25 na indústria dos tecidos em Portugal *não se poderia manter*, em concorrência com o salário e o preço do tecido inglês. Seus tecelões teriam de escolher entre a redução de seus altos salários e o desemprego.⁸⁴

Gudin também faz oposição ao argumento industrialista de que a indústria nacional estaria sendo prejudicada por *dumping* internacional, principalmente no ramo de vidro plano. Gudin argumenta que tal situação seria irrealista uma vez que haveria escassez de mercadorias no mercado mundial (inclusive nos Estados Unidos), de modo que não faria sentido os governos praticarem *dumping*. Para Gudin o problema principal estaria na *taxa declinante do câmbio* que por sua vez asfixia a economia brasileira, porque acentua a tendência crônica à inflação, que por sua vez também derruba a taxa de câmbio. Assim, *a saída para esse círculo vicioso estaria em controlar a inflação, normalizando assim o câmbio, e abrir a economia para o capital internacional, abolindo as proteções*⁸⁵ e medidas *anti-dumping*⁸⁶ (que consistiam nas chamadas “Licenças Prévias”).

⁸² *Idem, Ibidem*, pp.106-107.

⁸³ *Idem, Ibidem*, p.109.

⁸⁴ *Idem, Ibidem*, pp.110-111, os destaques são de Gudin.

⁸⁵ “que se dê ao capital estrangeiro aplicado em investimentos proveitosos ao país favorável acolhimento e igualdade de tratamento em relação ao capital nacional.” *Idem, Ibidem*, p.135.

⁸⁶ *Idem, Ibidem*, pp.112-113.

2.7. Indústria, formação de capital, e a ‘panacéia’ da produtividade.

Mesmo a industrialização não seria *condição* para o aumento da renda nacional *per capita*. Dificuldades existiam mesmo em termos geológicos, tendo em vista o terreno acidentado do território brasileiro⁸⁷. Gudin argumenta que “Dos 7 países de renda nacional mais alta do mundo, *três* (Nova Zelândia, Argentina e Austrália) são de economia predominantemente agrícola. [...] Os próprios Estados Unidos têm uma boa parte de sua população ocupada na agricultura e são o país mais rico do mundo [...] A Argentina muito menos industrializada, muito mais agrícola e pecuária e muito mais rica que nós.” (SIMONSEN & GUDIN: 1978, p.116). Na verdade:

Tudo está na produtividade. Aqui mesmo dentro do país, temos regiões que produzem 100 toneladas de boas canas por hectare contra outras que só produzem 30; temos zonas de 200 arrobas e zonas de 30 arrobas por pé de café. Precisamos é de aumentar nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar. E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob a proteção de ‘pesadas’ tarifas aduaneiras e do câmbio cadente, continuaremos a ser um país de pobreza ao lado do país rico que é a Argentina⁸⁸.

Assim, formação de capital e o problema da renda são pontos convergentes. Frente ao problema de escassez de capital no Brasil, Gudin propõe um método de como condicionar as correntes creditícias de modo a evitar o desperdício e privilegiar os setores mais dinâmicos. Aqui se mostra de fundamental importância a presença de um Banco Central, cuja função seria a de administrar a política de crédito de modo a condicionar o crédito a setores mais produtivos e não-inflacionários. Recomendou a estabilidade cambial, de acordo com os compromissos de Bretton Woods, e a supressão dos impostos sobre as remessas de lucros das empresas estrangeiras no país⁸⁹. Nesse sentido, a política tributária no Brasil, de acordo com Gudin, deveria seguir uma tendência presente na economia americana dos anos 1940 em computar no imposto de renda das empresas os prejuízos estimados, deduzindo-os. A política alfandegária deve

⁸⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 116-117.

⁸⁸ *Idem, Ibidem*, p.116.

⁸⁹ *Idem, Ibidem*, p.135.

corroborar do esforço produtivo, de modo a não perpetuar políticas de proteção a indústrias que produzem caro e tem produtividade baixa, mas sim aquelas onde teríamos vantagens comparativas.⁹⁰

Gudin também aprecia nesse sentido o caso dos fundos de pensões e sociedades anônimas. Dado o volume monetário mobilizado por essas instituições, Gudín propõe a criação no Brasil de uma instituição análoga a Securities Exchange Commission (SEC) americana, cuja função seria a de fiscalizar em prol da idoneidade e bom funcionamento delas.⁹¹ Além disso, recomendou a criação de agências governamentais que venham a combater os trustes, cartéis e aumentos arbitrários de preços⁹². Ao que toca a garantia da liquidez das economias nacionais, Gudín já havia, nos *Ensaio*s, atribuído ao BIRD e ao FMI o papel de garantir tal liquidez das economias em dificuldades⁹³ - e eventualmente, é claro, no caso brasileiro.

2.8. Banco Central e balanço de pagamentos.

Gudin recomendou de maneira tácita na *Controvérsia* a criação de um Banco Central logo que a alta inflacionária estivesse sob controle⁹⁴. O objetivo do Banco Central seria direcionar corretamente os movimentos de crédito de modo a evitar o desperdício, crucial numa economia pouco capitalizada como a brasileira de então. Numa economia aberta, liberal e capitalista, com segurança político-jurídica e estabilidade econômica, os capitais privados internacionais seriam quase que naturalmente atraídos para essa nova economia a ser explorada, como Gudín a entendia.

Assim, Gudín imaginava que conter a inflação seria o primeiro passo. Assim, recomendou a interrupção imediata das obras públicas, política de restrição de crédito aos setores inflacionários e especulativos, e (com o intuito de absorver os excessos de disponibilidades em circulação) a venda do estoque de ouro do Tesouro Nacional.

Reconheceu de maneira lúcida a falta de dados confiáveis com relação à balança de pagamentos e a renda nacional. Resolver essa questão 'técnica' implicaria em aumentar a quantidade de escolas técnicas com o objetivo de formar pessoal competente

⁹⁰ *Idem, Ibidem*, pp.119-122.

⁹¹ *Idem, Ibidem*, pp.124-125, 134.

⁹² *Idem, Ibidem*, p. 134.

⁹³ Gudín: 1944, Parte III e IV.

⁹⁴ SIMONSEN & GUDIN: 1978, p.141.

à função (notadamente de economista), assim como promover a entrada de professores estrangeiros no país e a concessão de bolsas de estudo no exterior⁹⁵.

3. balanço do debate

Uma leitura consagrada do debate entre Gudin e Simonsen nas arenas estatais aponta uma célebre vitória de Gudin em vista de sua superioridade técnica e argumentativa. Simonsen havia desenhado de maneira bastante coerente e nítida a sua argumentação, embora ela fosse quase completamente alicerçada no argumento da baixa renda nacional; em vista de sua queda, todo o resto do edifício vem abaixo.

Mas fica uma questão em suspenso: Gudin pode mostrar que a mensura de Simonsen da renda nacional estava equivocada, todavia poderia mostrar o negativo da tese, ou seja, que a renda nacional no Brasil fosse alta ou pelo menos satisfatória? Quando Gudin ataca com êxito a proposta de planejamento econômico de Simonsen deixa um vazio a ser preenchido, futuramente, com outro planejamento; Gudin mesmo tinha um entendimento do que seria um planejamento saudável, que não provocasse inflação, e que até poderia gerar capital para a indústria. Em verdade, a empreitada liberal apenas ganhou tempo, porque o projeto concorrente ao industrialismo tinha menos força ainda de se afirmar.

Por outro lado, concordo com Balestrieri (1996, p.95) quando diz que o Relatório Simonsen, apesar de sua difícil adequação à realidade por conta da deficiência dos dados, antes de tudo apontava para uma direção, a consolidação do projeto industrialista como hegemônico, e era justamente isso que Gudin não queria. Afirmando nessa dissertação que Gudin estava antes comprometido tanto com o agrarismo em alguma medida quanto com o projeto de abertura econômica para o capital internacional no Brasil. Antes de um debate meramente técnico, a ‘Controvérsia’ foi a disputa pela hegemonia entre dois projetos alternativos e concorrentes de futuro.

⁹⁵ *Idem, Ibidem*, p.138.

Considerações Finais

O debate entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen foi certamente a primeira vez em que o planejamento foi colocado seriamente como alternativa de política econômica e diretriz política mas não apenas num debate técnico, mas certamente numa luta ideológica entre dois projetos de nação bastante distintos entre si. Poderia se argumentar que a Controvérsia estaria mais para uma “convergência” no sentido em que ambos os lados parecem querer a mesma coisa fundamentalmente: romper com o círculo de ferro da pobreza mas sem praticar o crescimento por ciclos; possibilitar a capitalização da economia nacional de modo a permitir o seu crescimento contínuo e prospero.

Essa hipótese só seria factível se a questão fosse apenas de método: se o crescimento deveria ser executado pelo planejamento ou pelo livre mercado salvaguardado por um Estado “guarda de trânsito”. Na verdade a questão vai além porque as alternativas propostas denotam formas diferentes de organizar o Estado, a economia e a sociedade. Para o pensamento industrialista, o planejamento econômico “pede” uma organização corporativa da sociedade e do Estado, de modo a garantir a paz social e o crescimento econômico planejado e acelerado. O projeto em vista de Gudin está mais para uma democracia econômica schumpeteriana, onde os agentes políticos e econômicos estariam sempre condicionados por mecanismos de mercado.

Os projetos de nação em luta foram fortemente condicionados pela tensão interno/externo. A democracia econômica de Gudin é uma idéia de nítidos contornos, mas ela vem a reboque de uma hierarquização de prioridades formulada pelo capital internacional. Notadamente, pauta formulada pelos economistas ligados ao FMI, inclusive Gudin, cuja prioridade maior seria o equilíbrio do balanço de pagamentos dos países, e o comércio exterior multilateral, assim como um verdadeiro combate aos acordos bilaterais existentes. Da meta principal pelo equilíbrio das contas nacionais até a democracia de mercado com Estado-mínimo existe uma rica trajetória no pensamento de Eugênio Gudin.

Analogamente, o desenvolvimento da indústria nacional e a plena independência política de que falava Roberto Simonsen é quem “pedia” uma organização corporativa da sociedade e do Estado. Fortemente apoiado em Manoilescu, Simonsen sugeria que a

paz social, a formatação orgânica da sociedade, um Estado forte e planejador, e a garantia de direitos, criariam terreno fértil para o desenvolvimento econômico. Com um detalhe importante: esse Estado forte e planejador seria administrado, claro, pela aliança entre o “homem de negócios” juntamente com o “homem de ciências”. Esse universo corporativista seria a única possibilidade de planejamento econômico, planejamento esse que por sua vez seria a única chance de romper com o círculo maldito da pobreza. Apenas nesse estado de coisas haveria paz social duradoura e uma condução “eficiente” da política econômica por mãos competentes de engenheiros e economistas, munidos de um saber legitimado e hegemônico, alicerce da tecnoburocracia estatal.

Do mais, duas hipóteses principais vinham norteando essa pesquisa. Primeiramente, se a ‘Controvérsia’ afetou ou não a construção/consolidação do projeto industrialista, e aproximadamente em que intensidade. A segunda, e complementar à primeira, é se a leitura dos debates e decisões no âmbito do I Congresso Brasileiro de Economia mostrariam sucesso ou fracasso da elaboração intelectual do segmento industrial. Após um exame minucioso do pensamento de Gudín e de Simonsen, e sabendo que foram pontos críticos da polêmica a questão do protecionismo, papel do Estado, e planejamento, pode-se dizer que algo sofridamente Simonsen conseguiu algum avanço na difusão de suas idéias na base do movimento industrialista. Tanto a carta de recomendações do Congresso industrialista ao governo quanto o padrão de aprovação das teses na Comissão I e nas sessões da Comissão de Redação mostram que Simonsen fez hegemônica a idéia de que: o Estado deve planejar a economia; que tal planejamento não é incompatível com a democracia; e que a indústria deve ser o novo eixo dinâmico da economia nacional, sendo que para isso fundamental importância terá uma política autenticamente protecionista.

Entretanto, o sucesso de Simonsen não fora absoluto. A inclusão da questão da inflação na carta, da maneira como foi, mostra que não houve maiores considerações em torno do tema. Pelo contrário, Simonsen aprovou tal recomendação pela hierarquia do Congresso e apelando para uma questão absolutamente econômico-corporativa. Embora a aceitação das idéias industrialistas de Simonsen pelos próprios industriais ainda fosse algo lento e gradual na década de 1950, é inegável que o legado simonseano se concretizaria, e o I Congresso Brasileiro de Economia fora o marco inicial desse processo. O I Congresso foi a porta de entrada da hegemonia desenvolvimentista no Brasil.

Por fim, apresento como resultado da pesquisa que o debate Simonsen/Gudin antecipou o debate das décadas seguintes em seus principais aspectos: a explicação estruturalista x monetarista da inflação; a tese da presença de uma dualidade estrutural (arcaico x moderno) que dificulta e/ou impede o desenvolvimento; a tese da deterioração dos termos de intercâmbio; problema do papel do Estado no processo; teoria dos choques adversos; e a teoria do desenvolvimento pela conversão de pontos de estrangulamento em pontos de crescimento.

Entre outras conclusões possíveis a partir desses resultados, que a luta desenvolvimentismo/liberalismo, questão essa “velha” e “nova” ao mesmo tempo, não partiu (pelo menos não totalmente) de questões de uma intelectualidade “renascentista” em termos gramscianos, ou da vontade autônoma e soberana de um Estado-demiurgo; mas que para se entender o debate é necessário mergulhar nas entranhas da própria sociedade civil, porque esse debate nasceu de lutas entre grupos sociais, classes e frações de classe, de interesses e projetos concorrentes, emaranhados nas teias de alianças envolvidas na luta pela hegemonia.

Bibliografia

ABRAÃO, Cinthia. **Eugênio Gudín: A expressão do pensamento liberal no Brasil entre o imediato pós-guerra e o final da década de 1950**. Dissertação (mestrado em História Social). Orientadora: Antonia Fernanda Wrigth. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B e MORAES, Reginaldo,. **Inteligência Brasileira**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena Enciclopédia de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BALESTRIERO, Geraldo. **Gênese do Planejamento Econômico no Brasil**. Tese (doutorado em História Econômica). Orientador: José Eduardo Marques Mauro. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

BASTOS, Pedro Paulo Z. *Raízes do desenvolvimento associado: comentários sobre sonhos prussianos e cooperação panamericana do Estado Novo (1937-1945)*. Anais do Encontro da ANPEC, Campinas, 2004.

BIANCHI, Álvaro. **O Ministério dos Industriais: A FIESP na crise das décadas de 1980 e 1990**. Tese. Orientador: Sebastião Velasco e Cruz. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo Alberto; **Pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. [1988]

BOBBIO, N & MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 2004.

BORGES, Maria Angélica. **Eugênio Gudín: Capitalismo e Neoliberalismo**. São Paulo: EDUC, 1996.

BOSCHI, Renato. **Elites Industriais e Democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O Campo Científico**. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, nº39, pp.122-155)

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico**. Carlos Pelaez (org.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992

BRITO, Nara Azevedo de. *'La dansarina': a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro*. História, Ciências e Saúde, Manguinhos, IV (1), março-junho de 1997. (pp.11-30)

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. vol 2. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.

CONCLAP – I CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES PRODUTORAS DO BRASIL. **Discurso de instalação proferido pelo seu presidente, Sr. João Daundt D'Oliveira, na cidade de Petrópolis, em 2 de maio de 1945**. Rio de Janeiro: ACRJ, 1945.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metaforfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930/1960)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

CAETANO, Coraly Gará. **Desvendando Mistérios: Roberto Simonsen e a luta de classes**. Tese. Orientadora: Maria Stella Bresciani. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 4 edição. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964 (col. Corpo e Alma do Brasil).

CARONE, Edgar. **O Pensamento Industrial no Brasil (1800-1945)**. São Paulo: Difel, 1977 (col. Corpo e Alma do Brasil).

_____. **A Terceira República (1937-1945)** 2ª edição. São Paulo: Difel, 1982 (col Corpo e Alma do Brasil).

CEPÊDA, Vera A. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrialista no Brasil: limites e impasses. 2004.** 346f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

COLISTETE, Renato Perim. *A Força das Idéias: a CEPAL e os industriais paulistas da primeira metade da década de 1950.* História Econômica & História de Empresas, vol.X, pp.123-153. São Paulo: EdUSP, 2002.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Anais.** tomo I, II, III Rio de Janeiro: Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1943, 1944, 1946.

CORSI, Francisco. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional.** 1ª edição. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

COSTA, E. Viotti da. **Da Monarquia à República.** São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo 1880-1945.** São Paulo: Difel, 1976.

DECCA, Edgar Salvatore de. **O Silêncio dos Vencidos.** 4ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DINIZ, Eli. **Empresários, Estado e Capitalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo: Abril Cultural, 1973. (in “Os Pensadores”, vol.33)

_____. **Da Divisão do Trabalho Social.** São Paulo: Abril Cultural, 1973. (in “Os Pensadores”, vol.33)

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada, e do Estado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FAUSTO, Boris. **Revolução de 1930: História e Historiografia.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **História do Brasil.** São Paulo: EdUSP, 2002. (col “Didática”)

FANGANIELLO, Helena. **Roberto Simonsen e o Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: FEA/USP, 1970.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Globo, 2006.

FIANI, Ronaldo. *Teoria econômica clássica e teoria econômica marginalista.* Revista de Economia Política, vol. 10, nº4, (40), outubro-dezembro, 1990.

FIORI, J.L. **Os Moedeiros Falsos.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** São Paulo: Ática, 1974.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Dialética do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Formação Econômica do Brasil.** 27ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GALBRAITH, John Kenneth. **O Novo Estado Industrial**. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. 3ªed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

GOMES, Angela Maria de Castro. & DIAS, José Luciano de Mattos. & MOTTA, Marly Silva da. **Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GONÇALVES, Reynaldo de Souza. **Tratado Especial de Economia Monetária (moeda, crédito e a teoria quantitativa da moeda)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editôra Atlas, 1947.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978b (col. Novas Direções);

GUDIN, Eugênio. **Para um Mundo Melhor: ensaios sobre o problema de após-guerra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1943.

_____. **Capitalismo e Sua Evolução**. Conferência realizada na Liga de Defesa Nacional. Rio de Janeiro: s/e, 1936

_____. **Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira, 1944

_____. **Rumos da Política Econômica – relatório apresentado à Comissão de Planejamento Econômico sobre Planificação da Economia Brasileira.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1945.

_____. **A Desvalorização da Libra – resumo de uma conferência realizada na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, 1949.

_____. **A Rendição da Guarda e outros escritos.** São Paulo: Agir, s/d

_____. **Inflação, crédito e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Agir, 1956.

_____. **Reflexões e Comentários (1970-1978).** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978a.

_____. **O Pensamento de Eugênio Gudín.** Rio de Janeiro: FGV, 1978b

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.** trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JACKSON, Luiz Carlos. *Tensões e Disputas na Sociologia Paulista (1940-1970).* Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 22, nº65, outubro/2007.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda,** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965.

_____. **Economia.** (org.) Tamás Szmercsányi. São Paulo: Ática, 1978. (col. Grandes Cientistas Sociais)

LENHARO, Alcir. **Corpo e Alma: mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e 40.** Tese. Orientador: Adalberto Marson. São Paulo: FFLCH/USP, 1985.

LIMA, Marcos Alberto Horta. **Legislação e Trabalho em Controvérsia Historiográfica: o projeto político dos industriais brasileiros**. Tese de Doutorado. Orientador: Paulo Miceli. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005

LIMA, Heitor Ferreira. **3 Industrialistas Brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____. **História do Pensamento Econômico no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

LIST, Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (col. “Os Economistas”)

LOCKE, J. **Dois Tratados Sobre o Governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela Industrialização do Brasil**. São Paulo. Alfa-Ômega, 1978.

MANHEIM, K. **Homem e Sociedade**. Trad. Waltersir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

_____. **Diagnóstico de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MANOILESCO, Mikhail. **O Século do Corporativismo. Doutrina do corporativismo integral e puro**. Trad. Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1938.

MARTINS, José de Souza. **A Influência do Café na Industrialização e na Formação da Classe Operária em São Paulo**. In **O Cativo da Terra**. 7ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MARX, Karl H. **A Assim Chamada Acumulação Primitiva** in **O Capital** vol.II São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

_____. **A Mercadoria** in **O Capital** vol.II São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

_____. *O método da economia política*. In Marx, **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. & ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MAZZA, Fabio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen**. São Paulo: FIESP, 2004

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social, e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MONTESQUIEU, C.L.S. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MOORE JR., Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Cosmos, 1975.

NURSKE, Ragnar. **Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, Francisco de. *Economia brasileira – crítica à razão dualista*. In Estudos CEBRAP, n.2, 1972.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi & VELLOSO, Monica Pimenta & GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado Novo – Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PELAEZ, Carlos Manuel. **História da Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1972.

PRZEWORSKI, Adam. *A social-democracia como um fenômeno histórico* in **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PORTELLI, Hugo. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. trad, Rita Lima. 2ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Abril, 1983. (col. “Os Economistas”)

ROCHA, Neilaine Ramos. **Economia Política Clássica no Brasil: o pensamento inovador de Eugênio Gudín**. Dissertação (mestrado em História). 152p. Orientador: Moacir José da Silva. Maringá: UEM, 2008.

ROMPATTO, Maurílio. **Roberto Simonsen e a Evolução sem Revolução**. Tese (doutorado em História). Assis: Unesp, 2004.

ROSTOW, W.W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito e o ciclo econômico**. Introdução de Rubens Vaz da Costa. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (col. “Os Economistas”).

_____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978

SIMONSEN Roberto. **História Econômica do Brasil**. 8ª edição. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1978.

_____. **O Trabalho Moderno**. São Paulo: s/e, 1919.

_____. **A Planificação da Economia Brasileira in A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

_____. **A Evolução Industrial do Brasil.** Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939.

_____. **Planificação da Economia Brasileira – parecer apresentado ao CNPIC.** São Paulo: Fiesp, 1945

_____. **As Crises no Brasil.** São Paulo: São Paulo Editora, 1930.

_____. **As Finanças e a Indústria.** São Paulo : São Paulo Editora, 1931.

_____. **À Margem da Profissão – discursos, conferências e publicações.** São Paulo: São Paulo Editora, s/d [1932?].

_____. **Rumo à Verdade.** São Paulo: São Paulo Editora, 1933.

_____. **Ordem Econômica, Padrão de Vida e Algumas Realidades Brasileiras.** São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

_____. **Aspectos da Política Econômica Nacional.** São Paulo: sem editora, 1935.

_____. **Orientação Industrial Brasileira.** São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus; CIESP, 1928.

_____. **Níveis de Vida e a Economia Nacional.** São Paulo: sem editora, 1940.

_____. **Recursos Econômicos e Movimento das Populações.** Rio de Janeiro, IBGE, 1940.

_____. **A Engenharia e a Indústria.** São Paulo: FIESP, 1944a.

_____. **Os Elos da Indústria.** São Paulo: FIESP, 1944b.

_____. **Roosevelt.** São Paulo: EDIGRAF, 1945.

_____. **Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos.** São Paulo: FIESP, 1943a.

_____. **Aspectos da política econômica mais convenientes ao Brasil no período de após-guerra – geografia e política industrial.** São Paulo: s/e, 1943b

_____. **A Indústria em Face da Economia Nacional.** São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunaes, 1937.

_____. **O Plano Marshall e suas prováveis repercussões na América Latina.** São Paulo: s/e, 1947.

_____. **O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais.** São Paulo: FIESP, 1949.

_____. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos.** Edgar Carone (org.). São Paulo: Companhia Editora Nacional/EdUSP, 1973.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio à Castelo (1930-1964).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOLA, Lourdes. **Idéias Econômicas, Decisões Políticas.** São Paulo: FAPESP/EdUSP, 2000.

STOLCKE, Verena. **Cafecultura. Homens, mulheres e capital.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento.** Campinas/São Paulo: EdUnicamp/HUCITEC, 2000.

_____(org.) **Indústria: política, instituições e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

TAYLOR, F.W. **Princípios de Administração Científica.** São Paulo: Atlas, 1970.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus (990-1992).** São Paulo: EdUSP, 1996.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América.** São Paulo/Belo Horizonte: EdUSP/ Itatiaia, 1977.

VARGAS, Nilton. **Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil.** Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1985.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIEIRA, Rosa Maria. **O Pensamento Industrialista de Roberto Simonsen: análise de ideologia.** Dissertação (mestrado em história social). Orientador: Edgar Carone. São Paulo: FFLCH/USP, 1987.

VOGEL, David. *Political Science and the study of corporate power.* British Journal of Political Science, 1987, nº17, pp.385-408.

WEBBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1996

WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política.** São Paulo. Ática, 1989

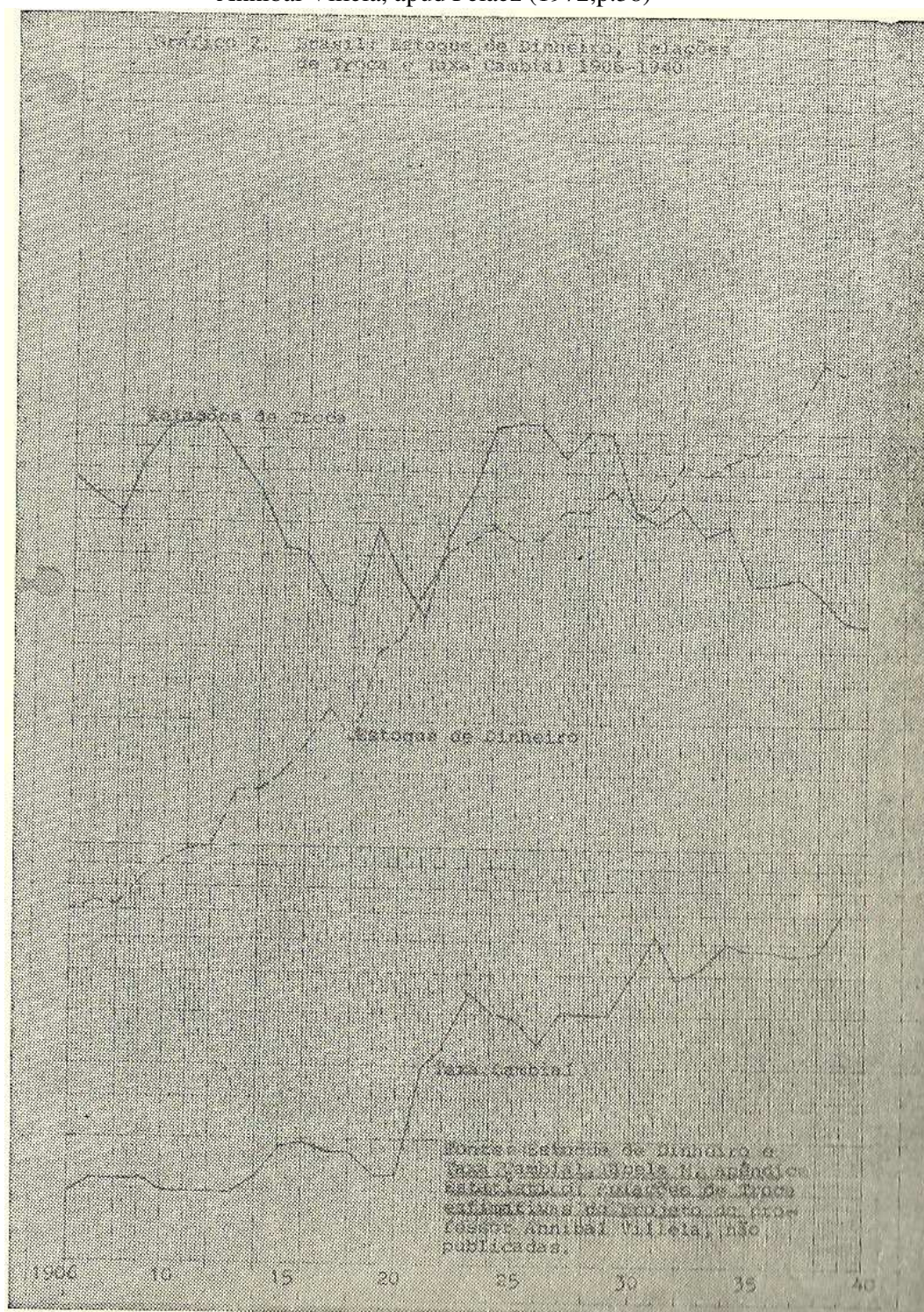
WEINSTEIN, Barbara. **For social peace in Brazil: industrialists and remaking of the working class in São Paulo.** University of North Carolina, 1996.

WRIGHT MILLS, C. **A Elite do Poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

Anexo 1

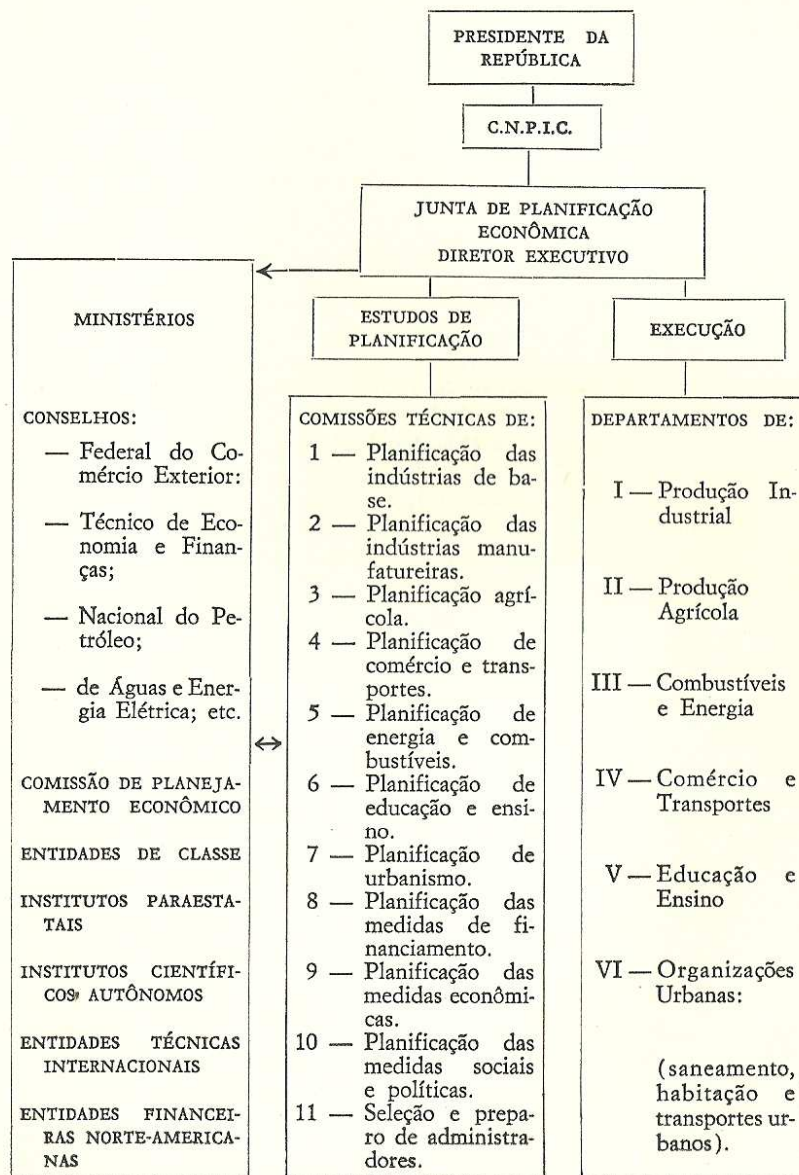
Brasil: estoque de dinheiro, relações de troca, e taxa cambial entre 1906-1940.

Annibal Villela, apud Pelaez (1972,p.38)



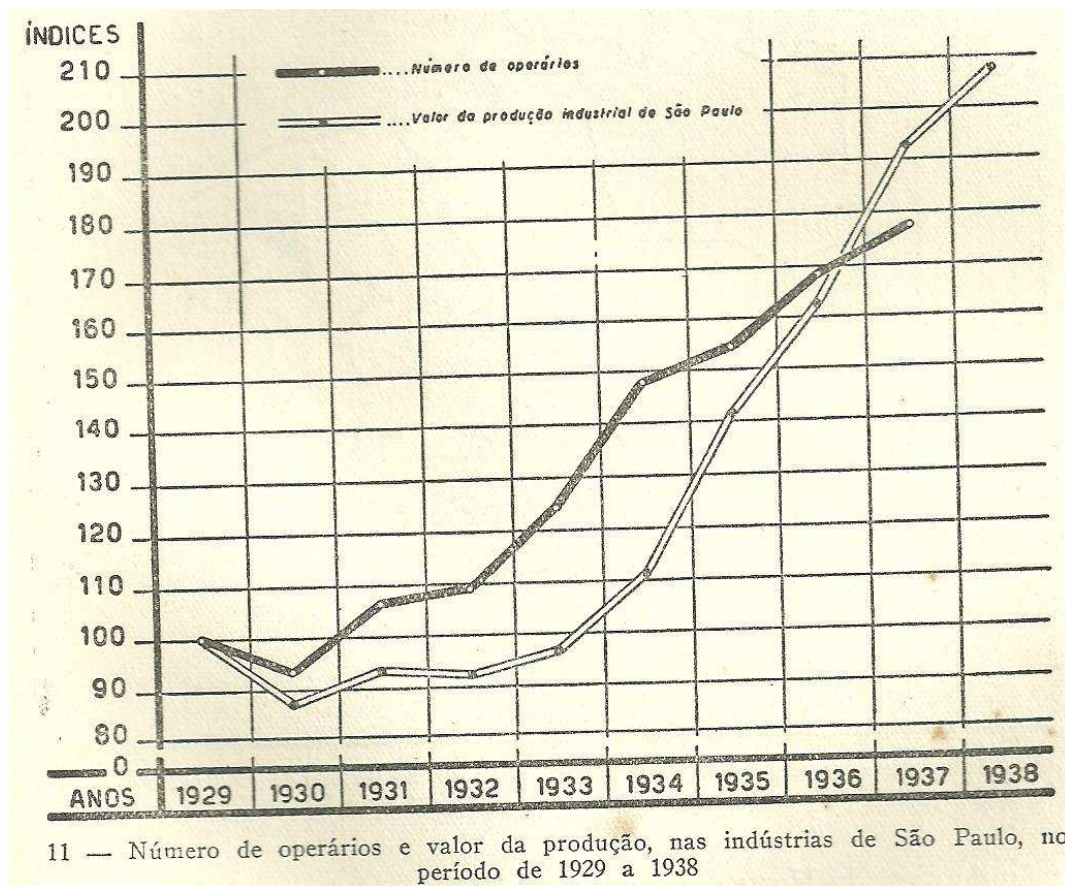
Anexo2

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA



Fonte: Simonsen: 1973, p.477.

Anexo 3



Fonte: Simonsen: 1943, p.141.